

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O *LOGOS* DA *GUERRA PÉRSICA*: UMA ANÁLISE DA
PERSPECTIVA HISTÓRICA DA OBRA DE PROCÓPIO DE CESAREIA (VI
D.C.)

Tese de Doutorado

LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA

Porto Alegre, 2013

LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA

O *LOGOS* DA *GUERRA PÉRSICA*: UMA ANÁLISE DA
PERSPECTIVA HISTÓRICA DA OBRA DE PROCÓPIO DE CESAREIA (VI
D.C.)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Linha de Pesquisa: *Teoria da História e Historiografia*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora.

Orientação: Professor Doutor **Anderson Zalewski Vargas**.

Porto Alegre, 2013

CIP - Catalogação na Publicação

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos

O Logos da Guerra p ersica: uma an alise da perspectiva hist orica da obra de Proc opio de Cesareia (VI d.C.) / Lyvia Vasconcelos BAPTISTA. -- 2013.
224 f.

Orientador: Anderson Zalewski VARGAS.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de P os-Graduação em Hist oria, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Hist oria Antiga. 2. Historiografia. 3. Império Bizantino. 4. Império Romano. I. VARGAS, Anderson Zalewski, orient. II. Título.

LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA

O *LOGOS* DA GUERRA PÉRSICA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA
HISTÓRICA DA OBRA DE PROCÓPIO DE CESAREIA (VI D.C.)

Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada em 06 de março de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas/UFRGS
Presidente

Prof.^a Dr.^a Ana Teresa Marques Gonçalves/UFG
Examinadora (membro externo)

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna/Unb
Examinador (membro externo)

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de M. Rodrigues/UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. José Rivair Macedo/UFRGS
Examinador

AGRADECIMENTOS

Esta tese é o resultado de quatro anos de pesquisa. Sou grata à agência que financiou esse esforço, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), concedendo uma bolsa nacional, por três anos, e outra para a realização do estágio de Doutorado Sanduíche no exterior, por seis meses.

Agradeço os funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, secretários e coordenadores, pela ajuda com os trâmites burocráticos. Assim como também sou grata aos funcionários do *Corpus Christi College*, pela eficiência com a qual providenciaram todo o material que precisei.

Aos professores Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna, Dra. Mara Cristina de M. Rodrigues e Dr. José Rivair Macedo sou grata por aceitarem fazer parte da banca, disponibilizando tempo para a leitura desta tese. Também devo sincero reconhecimento ao Prof. Dr. José Carlos Baracat Júnior e à Profa. Mara, pelas críticas e sugestões fornecidas por ocasião da banca de qualificação.

Ofereço um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, pela dedicação e excelência com as quais encaminhou nossas reuniões. Algumas vezes à distância, outras muitas na correria das atividades rotineiras, as vezes atendendo os prazos apertados, nunca faltou o conselho, a real ajuda, a leitura dos textos, as críticas e soluções; sempre com sua notável e característica simpatia. Os louros, compartilho com ele, as faltas, são unicamente minhas.

Agradeço o corpo de professores da Universidade de Oxford e os colegas da pós graduação, com quem pude compartilhar impressões sobre o objeto, pela boa influência que tiveram na minha vida acadêmica, em muitos sentidos. Devo uma menção de destaque aos professores Dr. Mark Whittow, que supervisionou minhas atividades com seriedade e enorme gentileza, e a Dra. Averil Cameron, que me sugeriu os caminhos para o estágio, discutiu seu principal objeto e ouviu minhas iniciais considerações. O Prof. Dr. James Howard-Johnston, agradeço pelas prazerosas reuniões, pelas sugestões de trabalho e pelos valiosos livros emprestados.

Devo muito do fôlego para a conclusão deste trabalho aos amigos, os goianienses (e carioca) de longa data, os que conheci em Porto Alegre, os que ajudaram a aproveitar a experiência em Oxford. Agradeço o Daniel pelo carinho e companheirismo.

Nada teria sido possível sem o amor dos meus pais, Vilma Célia e Rafael. Sou profundamente devedora de todo o apoio e confiança que sempre depositam nos meus projetos, espero que possam se sentir orgulhosos.

O LOGOS DA GUERRA PÉRSICA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA
OBRA DE PROCÓPIO DE CESAREIA (VI D.C.)

RESUMO

Numa data próxima a 530 d.C., um educado cidadão começou a escrever a história contemporânea das guerras do imperador Justiniano contra os povos bárbaros. Esse homem foi Procópio de Cesareia; seu livro – escrito em grego – foi intitulado *logos*. As ações de Justiniano posicionaram o império num local de prestígio e constantes conflitos. As conquistas trouxeram prosperidade e muitas dificuldades para a capital, que teve que lidar com um império cujas fronteiras agregavam variados povos e territórios. Procópio é testemunha chave para a compreensão dos fenômenos políticos, religiosos e culturais desse momento e por essa característica foi bastante abordado pela historiografia, embora pouco estudado no Brasil. O destaque que os seus livros possuem no seio da erudição bizantina exige uma constante avaliação dos elementos que aparecem em sua escrita. O objetivo desta pesquisa é analisar a concepção de história presente na obra *Guerra pérsica*, com base na investigação textual da obra, norteadas por quatro critérios: 1) como o autor apresenta o objeto tratado em termos de grandeza e especificidade; 2) como são colocadas as afirmações pessoais feitas pelo historiador e que tipo de relações podem ser traçadas entre o objeto da narrativa e a experiência pessoal do autor; 3) que tipo de preocupação metodológica com a apresentação do *logos* e tratamento dos dados pode ser vislumbrada na obra; 4) como o elemento religioso aparece na apresentação dos eventos e na percepção do desencadeamento dos fatos.

THE *LOGOS* OF *PERSIAN WAR*: AN ANALYSIS OF HISTORICAL PERSPECTIVE IN
THE WORK OF PROCOPIUS OF CAESAREA (6th CENTURY AD)

ABSTRACT

In about 530 AD, an educated citizen began writing a contemporary history of the Emperor Justinian's wars against the barbarians. The man was Procopius of Caesarea and his book – written in Greek – was titled as *Logos*. Justinian's deeds earned the empire prestige but involved it in constant conflicts. The achievements brought prosperity and many difficulties to the capital. Constantinople had to deal with an empire whose borders included a variety of peoples and territories. Although little studied in Brazil, Procopius is one of the most important witnesses of the political, religious and cultural phenomena of his time, and thus a subject for historiography. Due to the importance of his books within Byzantine literature, constant analysis of the elements of his writing is required. The aim of this research is to analyze the conception of history in the *Persian war* guided by four criteria: 1) how the author presents the subject in terms of magnitude and specificity; 2) how personal and biographical statements are displayed in the narrative and how subject and author are related; 3) what kind of methodological concern with the presentation of *logos* and treatment of data can be glimpsed in the work; and 4) how the religious issue appear in the narrative of events and in the perception of history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - PROCÓPIO DE CESAREIA E SUA <i>GUERRA PÉRSICA</i> : DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O AUTOR E A OBRA	21
1.1. Apresentação do <i>corpus</i> procopiano	23
1.1.1. <i>A história das guerras</i> de Justiniano contra os bárbaros do ocidente e do oriente	24
1.1.2. A polêmica <i>história secreta</i> dos eventos já relatados	28
1.1.3. <i>Sobre os edifícios</i> e o elogio ao imperador-construtor	30
1.2. Uma possível relação entre as obras	32
1.3. A apresentação do debate envolvendo a <i>História das guerras</i> e o seu autor	37
1.3.1. Procópio e os modelos da Antiguidade	39
1.3.2. A problemática dos gêneros e o “peso” da composição procopiana nos estudos comparativos	48
1.3.3. Entre a Antiguidade Tardia e o Império Bizantino	55
1.3.4. Aproximações teóricas e abordagens	57
CAPÍTULO 2 - AS ENUNCIÇÕES DE GRANDEZA DO OBJETO COMO RECURSO DE AMPLIFICAÇÃO NARRATIVA	60
2.1. O conteúdo da <i>Guerra pérsica</i>	63
2.2. Notas sobre o motivo pérsico na escrita da história dos Antigos	68
2.3. Romanos e persas em contato	74
2.4. O princípio axiológico	79
2.4.1. A revolta nika	90
2.4.2. O ataque da peste	96
CAPÍTULO 3 - O HISTORIADOR EM SUA <i>HISTÓRIA</i>	102
3.1. Cesareia, um lugar para o historiador	106
3.2. Procópio como conselheiro do general Belisário	111
3.3. Procópio em primeira ou terceira pessoa	114

3.4. Aspectos da formação educacional de um historiador	116
3.5. Procópio e Justiniano: uma avaliação das ações imperiais	127
CAPÍTULO 4 - OS DISCURSOS E AS FONTES DE INFORMAÇÃO DA <i>GUERRA PÉRSICA</i> : CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	139
4.1. O proêmio	140
4.2. A estrutura narrativa da obra	147
4.3 Os discursos	149
4.4 As fontes de informação na <i>Guerra pérsica</i>	166
CAPÍTULO 5 - O ELEMENTO RELIGIOSO NA INTERPRETAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS	169
5.1. Procópio e o elemento religioso	170
5.2. <i>Tykhē</i> e <i>theos</i> na <i>Guerra pérsica</i>	180
CONCLUSÃO	196
BIBLIOGRAFIA	207
1. Documentos textuais	207
2. Obras gerais	209
3. Dicionários e Léxicos	221
ANEXOS	222

INTRODUÇÃO

No sexto século cristão viveu Procópio, um magistrado cristão de Constantinopla, no tempo em que Justiniano era imperador e Belisário general. Como se sabe, ele escreveu a história de seu tempo, um trabalho sob todos os aspectos de valor inestimável. Pelas maiores autoridades, sempre foi considerado um historiador dos mais confiáveis, nunca exagerado, exceto por um ou outro detalhe, que não dizem respeito ao assunto ora apresentado [...] (MELVILLE, 2008, p. 233).

O assunto desta tese é o historiador bizantino Procópio de Cesareia e a narrativa por ele elaborada acerca dos conflitos envolvendo o exército do imperador Justiniano e os persas, entre 502 e 549¹. Por meio de uma interpretação textual, procuramos discutir a concepção de história presente na obra *Guerra pérsica*, considerando as afirmações disponibilizadas no próêmio², como chaves de investigação. Apesar de amplamente reconhecida como um dos mais ricos referentes factuais dos eventos do século VI, a obra procopiana será abordada por sua potencialidade historiográfica. O peso dessa composição para a interpretação dos fatos do período em que escreve torna essencial uma constante e maciça reconsideração de seus elementos, a fim de tornar cada vez mais sofisticada a imagem que temos do passado e, em especial, dos caminhos para a construção desse passado.

O termo “História Bizantina” se torna conhecido, principalmente, a partir da publicação de uma coleção de fontes gregas, intitulada *Corpus Historiae Byzantinae*, em 1557, pelo esforço de Hieronymus Wolf. Para Leónidas Mavromatis (1990-91, p. 65) os estudiosos ocidentais modernos da língua e cultura grega, que admiravam a Antiguidade, se negavam a reconhecer a identidade romana num império que havia

¹ Como a maioria das datas mencionadas são “d.C.”, somente as indicações referentes aos acontecimentos anteriores à Era Comum serão acompanhados por essa menção distintiva.

² Consideramos como o próêmio da obra, a sequência de informações que ocupa a seção inicial do livro primeiro (*Guerra pérsica*, I, 1, 1-17), pois Procópio indica, após esse conjunto de informações, que o relato “começará com os precedentes imediatos, narrando os fracassos e triunfos dos romanos e medos em seus enfrentamentos bélicos” (*Guerra pérsica*, I, 1, 17), apresentando, em seguida, a digressão que leva ao período de governo do imperador Arcádio.

sempre se reconhecido assim³, como também não foram capazes de sugerir uma identidade grega para um império que se aproximou muito da cultura helênica e teve como uma de suas línguas principais o grego; por esse motivos teriam escolhido a palavra “Bizâncio” para demarcar um campo próprio de análises. No entanto, a área de pesquisa sobre literatura bizantina surge sem uma clara separação com os estudos gregos, impossibilitando, inicialmente, a conformação de um saber apartado dos clássicos, ainda que indicasse uma especificidade de sua produção.

De forma geral, tem sido afirmado em demasia o débito dos historiadores bizantinos, Procópio em particular, com relação aos autores gregos e romanos (em menor consideração) e, apesar de esforços notáveis, poucos estudos tem se dedicado a compreender em que medida as obras de Procópio se relacionam com a tradição e analisar os originais traços de seus escritos⁴. No século XVIII, Edward Gibbon (1854, p. 46) elogiou Procópio por sua excelente e bem-sucedida imitação dos textos antigos, não deixando de atribuir a ele um papel importante na reconstrução de sua própria perspectiva da história do Império Romano. Hermannus Braun, um século depois, afirmou que Procópio foi um dos maiores exemplos da imitação dos autores gregos, principalmente Heródoto e Tucídides, fato explicado, já que “consta ter sido aquelas maravilhosas obras gregas, não somente para a admiração, mas também para a imitação e estimulação entre todos” (BRAUN, 1885, p. 1). Autores como John Bagnall Bury (*Later Roman Empire*, 1923) e Ernst Stein (*Histoire du bas-empire*, 1949), que elaboraram importantes obras para o desenvolvimento dos estudos tardo-romanos e bizantinos, embora tenham utilizado, em larga medida os estudos de Procópio para fundamentarem as suas perspectivas históricas, não chegam a comentar as características historiográficas do autor.

Procópio nasceu em Cesareia, na Palestina, atuou como “conselheiro” do general Belisário nas expedições à Pérsia, África e Itália, entre 527 a 540, e esteve em Constantinopla quando a peste se alastrou pela primeira vez, em 542. A obra que

³ Com a *translatio imperii* operada por Constantino, no século IV, Constantinopla se torna a “Nova Roma”, protegida pela Virgem Maria. Cyril Mango (1965, p. 30-31) dirá que para os bizantinos existiram quatro impérios, como indicado pelos profetas Daniel e Zacarias – o Assírio, o Persa, o Macedônio e o Romano. Os bizantinos se autodenominavam romanos e se perceberam como herdeiros diretos do império de César e Augusto. Nas obras de Procópio, portanto, vemos sempre a referência aos romanos para designar os elementos de sua própria cultura. Por esse motivo, muitas vezes, iremos indicar com a dupla referência “romano/bizantino” os aspectos concernentes ao contexto do século sexto.

⁴ Exemplos de estudos que tem depositado o seu foco na análise das características da obra procopiana, numa abordagem sempre mais completa e inovadora, são as pesquisas desenvolvidas, desde a década de 80, por Averil Cameron e a partir do final da década de 90, por Anthony Kaldellis; e, mais recentemente, as teses de Alexander Constantine Sarantis (2004) e Maria Kouroúmalí (2005).

desenvolveu sobre a relação de Justiniano com os povos bárbaros - persas, vândalos e godos - dentro da própria dinâmica cultural do Império Bizantino, funcionou como modelo para alguns de seus contemporâneos e escritores que compuseram posteriormente. O historiador é citado com admiração e, frequentemente, usado como fonte para as *histórias* bizantinas. Agatias de Mirina⁵, escrevendo no século VI, destaca a exatidão com a qual Procópio elabora a sua narrativa, afirmando que, “como a maioria dos eventos do reino de Justiniano foi, com precisão [*akribēs*], relatada por Procópio, retor [*rhētori*] de Cesareia”, foi possível dispensar a necessidade de informar sobre os assuntos já abordados e partir para uma narrativa completa dos eventos posteriores (*Histórias*, 22).

Ainda no final do século VI, Evágrio⁶ qualifica muito positivamente a forma com a qual “Procópio, diligentíssimo [*philoponōtata*], elegante [*kompsōs*] e habilidoso [*logiōs*], expôs os eventos da guerra entre romanos e persas [...]” (*História eclesiástica*, IV, 12). No século VII, Teofilato Simocatta⁷ cita Procópio remetendo a ele a autoria dos fatos conhecidos acerca do conflito do império de Justiniano contra os persas (*Histórias*, II, 3, 13). João de Nikiu⁸ escreveu, também no século VII, uma crônica, em copta, que faz referência aos escritos de Procópio, destacando as habilidades do autor e a significativa circulação de sua obra. Segundo o bispo de Nikiu, as vitórias de Justiniano contra os vândalos e a paz com os persas foram registradas por Agatias “[...] e também por um homem culto chamado Procópio, o patrício. Ele foi um homem de inteligência e um prefeito, cujo trabalho é bem conhecido” (*Crônica*, XCII, 19-21).

⁵ Agatias nos informa que nasceu em Mirina e esteve em Alexandria na época de um grande terremoto (*Histórias*, II, 15, 5-7). Segundo Averil Cameron (1970, p. 1-2), se o historiador tinha aproximadamente 20 anos quando começou seus estudos jurídicos, e a sua mudança se deu aproximadamente na época do terremoto mencionado, portanto, em 551, ele deve ter nascido por volta de 532. Dentre suas obras conhecidas estão: nove de livros de poesia em hexâmetros, denominados *Daphniaca* e alguns epigramas com temas tradicionais, como amor e amizade (sua compilação é usualmente denominada *Cyclo*). Agatias também escreveu uma *História* dos acontecimentos de seu período, continuando a obra de Procópio, *História das guerras*.

⁶ Evágrio nasceu na Síria, por volta de 536. Em 594 parece ter terminado a composição dos seis livros de sua *História eclesiástica*, na qual além de documentos da Igreja, fontes orais e seu próprio testemunho, ele cita Eustatios, Malalas, Zacarias de Mitilene e Procópio (TREADGOLD, 2010, p. 306).

⁷ Teofilato Simocatta possuía uma carreira legal e provavelmente estudou direito na escola de Constantinopla. Na capital, ele conquistou uma reputação como homem literato e erudito. Entre as suas obras estão: *Problemas de história natural*, um pequeno texto sobre curiosidades científicas e a *História ecumênica*, com oito livros dedicados ao patriarca Sérgio de Constantinopla, contando com um interessante diálogo entre as personificações da filosofia e da história (TREADGOLD, 2010, p. 331).

⁸ João foi o bispo de Nikiu (região localizada no Delta do Nilo) e autor de uma crônica sobre a conquista do Egito pelos árabes. Apesar de João associar Procópio a um patrício e um prefeito não há nenhuma evidência que nos permita atribuir tais títulos ao autor. Segundo Averil Cameron (1996, p. 12) “é muito provável que a suposta identidade [de Procópio] na crônica de João de Nikiu seja um simples erro. De fato, um prefeito, em 562, presidiu o inquérito de conspiração contra Justiniano no qual Belisário mesmo foi acusado e posteriormente desgraçado. Seria irônico se tivesse sido, de fato, Procópio, o historiador”.

Além desses exemplos, em outros autores a referência a Procópio aparece muito claramente, moldando a exposição do conteúdo ou funcionando como fonte de legitimidade para a argumentação textual. A fama dos escritos de Procópio se estendeu para muito além das fronteiras da capital do império e dos marcos do século VI.

Originalmente publicada em 1851, a obra de Herman Melville, *Moby Dick*, também faz referência à habilidade historiográfica de Procópio de Cesareia, ao mencionar, em caráter ficcional, um trecho da *História das guerras*⁹. A passagem serve, na narrativa de Melville, ao propósito de identificar a atuação histórica do cachalote: por meio século afundando os navios no Império Romano, como teria seguramente informado a obra do século VI. A referência a Procópio, no texto do século XIX, produz certo estranhamento cômico aos olhos do leitor moderno. Além da distância temporal entre uma composição e outra, a obra de Procópio é mencionada como fonte documental para a narrativa sobre um monstro marinho, artifício retórico que amplificaria o caráter fidedigno do relato, não fossem os escritos representantes notáveis de duas formas literárias distintas: a obra de Melville é considerada um dos maiores romances norte-americanos; enquanto a narrativa de Procópio é associada a uma atitude historiográfica pautada pela veracidade das informações.

Apesar das palavras “história” e “literatura” aparecerem, cada vez mais frequentemente, em estreita associação, a principal diferença que costuma ser apontada entre os dois textos encontra terreno na relação com o real. No caso da obra procopiana, o alegado realismo da narrativa sobre as guerras de Justiniano parece residir em, principalmente, dois fatores. O primeiro é constituído pela cadeia de transmissão que suporta a segurança (confiança) da composição, inserindo-a numa tradição historiográfica legítima entre Antigos e Modernos. Já o segundo resume-se às técnicas narrativas que permitiram ao narrador demonstrar seriedade e precisão no tratamento e descrição de eventos que “realmente” aconteceram.

A comparação com a obra de Melville pode nos ajudar a iniciar a discussão proposta nesta tese, que leva à consideração dos elementos historiográficos da *Guerra pérsica*. Por elementos historiográficos pensamos nas características pelas quais a

⁹ Ao narrar a preparação para o confronto entre Totila, rei dos godos, e Belisário, general romano, na cidade de Ravena, Procópio informa que, além da cheia do rio Nilo e de alguns terremotos, os bizantinos assistiram a captura da baleia, nomeada *Porphyrius*, que anteriormente tinha afundado ou assustado muitos navios, chamando a atenção do imperador Justiniano. O historiador relata que a baleia se distraiu, pegando golfinhos e chegou muito perto da costa, facilitando sua derrota (*Guerra gótica*, VII, 29, 1-18).

narrativa procopiana foi encarada como escrita da história desde a sua criação ou, naquele momento, um relato verdadeiro sobre eventos contemporâneos.

O pensamento histórico reconhece a sua expressão no procedimento narrativo, e talvez essa seja a única premissa que imediatamente relaciona a escrita da história entre os Antigos e atualmente. Mas essa relação precisa ser explicada. No discurso atual que os teóricos da história elaboram, a confluência entre a lógica narrativa e o material histórico é tratada como uma tese do paradigma narrativista. Segundo Jörn Rüsen (2001, p. 150) a tendência narrativista pressupõe uma relação entre a qualidade estética da história e a racionalidade metódica de seu conhecimento. A narrativa passa a ser encarada como um modo próprio da explicação histórica e torna-se a resposta para a questão sobre o que significa “pensar historicamente” (RÜSEN, 2001, p.150).

Angelika Epple (2006, p. 149), discutindo os estilos da história a partir das considerações de Paul Ricoeur¹⁰, afirma que uma narrativa adquire sentido na configuração de eventos heterogêneos e na capacidade de torná-los compreensíveis. A autora acrescenta que a narrativa deve obedecer algumas condições para ser compreensível, condições determinadas por regras e padrões, enraizadas nas estruturas de poder. No caso da narrativa histórica, o critério de verdade reside em estar vinculada à experiência vivida (EPPLÉ, 2006, p. 150). Na tentativa de diferenciar a narrativa histórica e a literária, Epple afirma que a primeira desenvolve estratégias específicas, vinculadas ao critério de verdade, para ser designada dessa maneira.

Na Antiguidade, o critério de verdade da história estava fortemente interligado à integridade da personalidade do autor. Para exemplificar essa afirmação, Angelika Epple cita o exemplo da obra de Tucídides e de como a escrita dos discursos (criados) poderia ter posicionado a obra como ficção e, no entanto, não é, pois Tucídides “evidencia a verdade de sua narrativa de uma forma que não funcionaria em nosso tempo” (EPPLÉ, 2006, p. 152). Desta forma, a obrigação para com o critério de verdade

¹⁰ Na abordagem de Ricoeur, a história, tal como entendida atualmente, estabelece uma “representação” no campo literário, que serve para marcar a união entre signos de “literariedade” e critérios de cientificidade. Desta forma, o conceito operacional de “representação literária” permite a articulação entre a coerência interna textual e a capacidade referencial da historiografia. Ao tratar da condição da ciência histórica, Paul Ricoeur dirá que, diferentemente de um texto de ficção, o pacto tácito de leitura entre o auditório e o autor de um texto histórico convencionou “que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados, o interesse ou o prazer da leitura resultando como que por acréscimo” (RICOEUR, 2007, p. 289). À pergunta sobre como e até que ponto esse pacto pode ser cumprido Ricoeur (2007, p. 292) responde enfatizando que somente a articulação entre três fases da operação historiográfica, a saber, escrituralidade, explicação compreensiva e a prova documental, pode credenciar e conferir legibilidade e visibilidade à pretensão de verdade do discurso histórico.

é variável; “a narrativa desenvolve estratégias para ser entendida e aceita, como uma narrativa sobre experiência vivida. Essas estratégias são determinadas pelas condições de poder e se diferem cultural e historicamente” (EPPLÉ, 2006, p. 152).

Assim, historiografia pode ser encarada como uma narrativa cujo fundamento encontra-se ligado à experiência vivida e as condições para se acompanhar o enredo variam de acordo com situações históricas concretas. O leitor se conecta com a experiência vivida narrada a partir de um contrato. “O contrato é feito entre a narrativa e sua recepção, respectivamente entre autor e leitor, incorporando a obrigação dos autores de terem escrito uma narrativa verdadeira e dos leitores de a lerem como tal” (EPPLÉ, 2006, p. 153), considerando que a experiência vivida não pode ser desvinculada dos elementos narrativos que são determinados por estruturas de poder.

Apesar das reflexões modernas sobre historiografia nos ajudarem a introduzir o tema dessa tese, estabelecer uma definição formal para a escrita da história no século VI não é possível, visto que a história não se configurava como uma disciplina ou ciência e nenhum tratado sobre historiografia nos foi legado daquele período. Pensar sobre as características fundamentais do texto histórico entre os bizantinos é adentrar em terreno movediço, pois os historiadores sequer compunham um corpo social especializado e aqueles que se dedicavam à escrita da história, aparentemente o faziam à parte de outras funções.

Entretanto, os Antigos e mesmo Procópio e seus contemporâneos elaboraram algumas distinções importantes para suas composições, com relação a outras formas de conhecimento. Heródoto e Tucídides já haviam declarado fazer algo muito diferente dos poemas homéricos. Tucídides ainda reivindicou mais a especificidade de sua prática, ao afirmar que a partir dos indícios apresentados sobre a guerra do Peloponeso, o leitor deveria considerar os eventos tais como foram apresentados pelo historiador “[...] não acreditando em como os poetas os cantaram, adornando-os para torná-los maiores, nem em como os logógrafos os compuseram, para serem mais atraentes para o auditório, em vez de verdadeiros [...]” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 21).

Assim, a identidade da composição tucidideana se constituiu face à negação de outros gêneros: o dos poetas e dos logógrafos, que adornam e engrandecem com o único objetivo de agradar o auditório, sem se comprometerem com a verdade e exatidão dos fatos¹¹. Tucídides ainda explica como almeja se distanciar dos gêneros impróprios,

¹¹ Pelos critérios metodológicos expostos, Tucídides conclui que o elemento fabuloso (*to mythōdes*) está ausente nos fatos relatados (I, 22). Na composição da *História da guerra do Peloponeso* “o discurso

afirmando que decidiu relatar a guerra “[...] não recolhendo informações de qualquer um, nem como me pareciam ser, mas os que eu próprio presenciei, tendo ainda chegado cada um deles, com a maior exatidão possível, junto a outros” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 22).

Políbio (séculos III e II a.C.) estabeleceu a fronteira entre a história (*historias*) e a tragédia (*tragedias*), afirmando que elas possuem objetivos opostos. Enquanto a tragédia possibilita o fascínio do auditório, por meio de discursos críveis; a história promove instrução e convencimento, através de discursos verdadeiros (*Histórias*, 2, 56, 11-12). Já Luciano de Samosata (século II) compõe um tratado sobre o estatuto da história e do historiador, estabelecendo a diferença entre história (*historias*) e poesia (*poietikes*). Se a poesia se associa à liberdade pura, é porque o poeta é inspirado pelas Musas e pode compor o que a sua imaginação permitir (*Como se deve escrever a história*, 8). A história, por outro lado possui como finalidade e produto o útil, alcançado por meio da exposição verdadeira dos fatos. As características principais de um bom historiador seriam a inteligência política (*synesin te politiken*) e a capacidade de expressão (*dynamin hermeneutiken*), ambas funcionando para permitir que se diga as coisas como elas se passaram (*Como se deve escrever a história*, 8).

No século VI, quando Agatias esclarece a importância de descrever o estilo de vida dos godos - embora alguns leitores pudessem julgar desnecessário - ele se permite refletir sobre a história e afirma que se a sua escrita não apresentar “a característica redentora de servir como um guia para vida”, configurando-se apenas como uma narração simples e acrítica dos eventos, “então, ela pode, talvez, ser avaliada por alguns como não sendo mais (eu espero que a expressão não seja muito forte) do que uma coleção de contos de velhas esposas [contos da carochinha]” (*Histórias*, I, 7, 7).

Procópio contrapõe a história à poesia e à retórica. Segundo o historiador “[...] pensava ser a habilidade [*deinotēta*] apropriada à retórica [*rhetorikēi*], a invenção [*mythopoiian*] à poesia [*poiētikēi*] e a verdade [*alētheian*] à história [*xyngraphēi*]”¹² (*Guerra pérsica*, I, 1, 4). Não sabemos o que ele entende por “verdade”, mas o autor esclarece que é em conformidade com essa premissa que “ele não ocultou as falhas [*mokhthēra*] dos seus mais íntimos conhecidos, mas compôs por escrito e com total

mítico tem como princípio de organização o prazer [...], discurso do prazer e prazer do discurso, o *mythos* surge, pois, como o outro do discurso historiográfico” (HARTOG, 1999, p. 310). Segundo Hartog (2003, p. 42), Tucídides denomina pejorativamente *mythos* como *mythōdes*, elemento potencialmente sedutor, mas sem substância, essência ou matéria.

¹² A forma transliterada dos termos em grego, nesta tese, segue o padrão da nota publicada por Ana Lia do Amaral de Almeida Prado, na *Classica*, em 2006.

precisão [*akribologoumenos*] tudo o que aconteceu aos interessados, se o que aconteceu foi feito por bem [*eu*] ou de outra forma por eles” (*Guerra p rsica*, I, 1, 5).

Que o tempo não submergisse a es tão singulares quanto às demonstradas naquelas guerras, por falta de um registro adequado, foi a principal preocupa o de Procópio e o grande estímulo (publicamente apresentado) para a sua escrita. Assim, o historiador escreveu sobre as guerras de Justiniano contra os povos bárbaros do ocidente e oriente, “para que o longo curso do tempo [*ho megas ai n*] não possa submergir a es [*erga*] de singular importância [*hypermegeth *] por falta de um registro [*logou*] e assim abandoná-las ao esquecimento [*l th i*] e absolutamente extingui-las [*exit la*]” (*Guerra p rsica*, I, 1, 1). Procópio é o autor de seu *logos* e efetua, por esse meio, o registro das *erga* envolvendo o imperador dos romanos em atividades bélicas específicas.

As rela es entre *logos* e *ergon* também constaram na narrativa de outros historiadores na Antiguidade. François Hartog, escrevendo sobre os caminhos que levaram da epopeia   história, afirma que Heródoto, ao proclamar imediatamente a primazia da memória, ultrapassou as garantias do aedo homérico e almejou “[...] lutar contra o desvanecimento dos traços, impedir, ou melhor, retardar o esquecimento destas *erga* (a es, palavras, monumentos) que nenhuma palavra autorizada toma mais a seu encargo” (HARTOG, 1999, p. 18). Se o aedo remetia seu conteúdo a ceara dos heróis e dos deuses, o historiador “[...] atribui como seu único domínio de competência ‘o que adveio pela obra dos homens’ (*genomena exanthropon*), em um tempo que  , ele também, circunscrito como ‘tempo dos homens’” (HARTOG, 1999, p. 18). Também em Tucídides as a es (*erga*) ocupam um lugar de destaque na narrativa por sua rela o com o discurso (*logos*). Josiah Ober aponta que na *História da guerra do Peloponeso* as “palavras (especialmente aquelas pronunciadas em público por políticos) e os fatos frequentemente colidem [...]” (OBER, 1994, p.106). De forma geral, no relato de Tucídides, as *erga*   construído a partir dos *logoi* recontado por uma variedade de testemunhas cuja memória estava repleta de suas manifesta es ideológicas. Assim, a grande questão que pode ser levantada (e tão somente levantada)   como o historiador retira a verdade sobre as *erga* através da multiplicidade de perspectivas dos *logoi* (OBER, 1994, p. 107).

Adam Milman Parry pontua que a rela o entre esses dois elementos esteve presente de muitas diferentes maneiras no pensamento grego. Aparece primeiro entre os poetas, quando a tendência   encarar o *logos* e *ergon* como diferentes mas constituindo ambos a mesma experiência humana. No século VI a.C., em Sólon, por exemplo, *ergon*

é visto como realidade inquestionável, reduzindo o *logos* ao lugar do puramente ilusório. Já em Parmênides, *logos* equivale à realidade verdadeira, e ilusórias são as aparências do mundo sensível (PARRY, 1981, p. 15-16). Assim, vemos que a relação entre essas palavras assume uma discussão bastante ampla, envolvendo diferentes áreas da produção literária na Antiguidade¹³.

Em Procópio, *logos* aparece na sua generalidade como registro historiográfico¹⁴. A especificidade desse *logos*, na *Guerra pérsica*, faz parte da problemática central de nossa pesquisa. Interessa-nos apreender por quais elementos narrativos o autor construiu sua obra, de modo a atender as expectativas dos leitores interessados na informação histórica. A leitura do prólogo sugere os caminhos interpretativos para o desenvolvimento dessa questão. Na abertura do texto, alguns elementos são anunciados pela forte vinculação com a produção da escrita: a grandeza e particularidade do objeto narrado; a relação desse objeto com a experiência do autor; a preocupação metodológica com a apresentação dos fatos; e as considerações sobre as causas do desencadeamento dos eventos e motivos da ação dos personagens.

Desta forma, baseada nos elementos citados acima, a obra será analisada a partir de quatro critérios: 1) o axiológico, que diz respeito à apresentação do objeto, fundamentado na percepção de um princípio justificador para a seleção narrativa pela qual passam os eventos escolhidos, comportando uma dimensão de grandeza; 2) o autoral, que procura discutir possíveis relações entre o autor e o objeto escolhido; 3) o metodológico, que aponta a preocupação formal e estrutural com a apresentação apropriada do *logos*, segundo critérios estabelecidos; 4) o causal, que destaca a percepção do narrador com relação à natureza dos eventos em termos de sua causalidade, motivos e concatenação dos fatos. Acreditamos que a discussão desses elementos, associada à análise textual de algumas passagens da obra, pode contribuir,

¹³ Na obra de Aristóteles e na literatura grega em geral, o termo “logos” é polissêmico e assume diversas contradições. Segundo Deborah Vogelsanger Guimarães (2002, p. 78-79), se analisarmos o *logos* no contexto da *Poética* será possível destacar quatro grupos de ocorrência: 1) os discursos enquanto totalidade (a exemplo dos discursos socráticos em 1447 b 11); 2) os discursos dos personagens em cena para se referir ao *logos* da tragédia (exemplo, o *logos* se sobrepõe ao coro em Ésquilo em 1448 b 17); 3) para determinar “prova” em oposição à “métrica”, como em 1447 a 29; 4) *logos* enquanto trechos, como em 1455 a 34; 5) *logos* enquanto “razão”, que permeia uma obra de filosofia ou de ciência.

¹⁴ Além da referência no título, podemos associar *logos* ao registro historiográfico em outras passagens, principalmente quando o autor oferece algum tipo de descrição ou digressão e anuncia que precisa voltar ao texto inicial. No livro I, por exemplo, Procópio informa sobre a pérola de Peroz e em seguida afirma “mas voltarei à narrativa [*logon*] prévia” (*Guerra pérsica*, I, 4, 31) ; ou ainda quando narra os eventos que levaram Glonas (um oficial persa) à morte, o autor encerra com a mesma frase e referência ao *logos* anterior (*Guerra pérsica*, I, 9, 19).

em certa medida, para a reflexão sobre a concepção de história apresentada no texto procopiano.

A escolha dos livros I e II da obra maior denominada *História das guerras* indica a necessidade de se trabalhar com a parte que disponibiliza um número maior de comentários sobre os caminhos teórico-metodológicos da composição, face à disparidade de estilos apresentada pelo *corpus* procopiano. A leitura da *Guerra pérsica* revela uma estrutura textual laboriosamente arquitetada para informar sobre os eventos que acompanha. A utilização dos discursos, o relato das batalhas e descrição das técnicas de guerra, a apresentação dos personagens e comentários autorais servem para expressar uma determinada visão do objeto tratado, estabelecendo uma relação muito particular com o leitor. Por meio dessa “assinatura autoral”, ao mesmo tempo inserida nos “lugares comuns” da tradição, podemos sugerir as possíveis maneiras pelas quais os fatos foram pensados, os aspectos que o autor desejou destacar e a forma que almejou conferir ao relato. Assim, a *Guerra pérsica* apresenta-se como material mais adequado ao propósito da pesquisa, já que é capaz de informar com maior distinção sobre os princípios da narrativa e indicar com maior clareza os caminhos da construção historiográfica.

A tese está dividida em cinco capítulos principais. A **primeira parte** pretende apresentar o autor e sua obra com base nas discussões historiográficas já desenvolvidas. Comparativamente a outros temas da História Antiga e Medieval, os elementos da sociedade bizantina ainda não receberam o tratamento adequado à sua importância, permanecendo um assunto pouco debatido entre o público brasileiro. Por esse motivo, julgamos necessário apresentar um conjunto de considerações elaboradas sobre Procópio de Cesareia e a *História das guerras*, com o intuito traçar os caminhos já trilhados e indicar as afiliações teóricas desta pesquisa.

O **segundo capítulo** trata da particularidade do objeto. A referência ao motivo pérsico no corpo literário greco-romano e bizantino (no século VI) ajuda a perceber que esse não foi um tema novo para os leitores de Procópio. Além disso, algumas passagens, como a menção aos arqueiros no início do prólogo, a descrição da peste que acometeu os bizantinos e a revolução *nika*, serão analisadas com o intuito de discutir o fundamento axiológico da apresentação dos fatos na composição geral da *Guerra pérsica*, concebida como relato de eventos cuja grandiosidade não encontra precedentes.

O **terceiro capítulo** confere um lugar de destaque à intromissão autoral, sugerida pelos dados biográficos que Procópio apresenta e pela opinião emitida em

certas passagens. Discutimos a evidência da criação de uma *persona* na *Guerra périca*, que em momentos específicos da obra se esforça para formar uma imagem de si ao leitor. A intromissão do autor acontece de diferentes formas. Num primeiro momento, vemos a apresentação direta de alguns dados pessoais, como a sua cidade natal, a atividade que o levou a acompanhar a guerra, o momento em que estava residindo na capital - e por isso teria acompanhado pessoalmente o ataque da peste. O autor também indica suas credenciais para escrever o relato das guerras, evidenciando, por vezes, o seu método, quando informa, por exemplo, o fato de ter acompanhado a maioria dos eventos. Além disso, podemos sugerir alguns caminhos interpretativos dos eventos, pois a intromissão autoral também é revelada pela relação do autor com o seu objeto, na sua avaliação dos eventos e das ações dos personagens. A forma como os eventos são destacados e o tipo de informação disponibilizada também indicariam a presença autoral, de uma forma não explícita. A discussão sobre a formação educacional do autor e a forma como isso poderia ter contribuído para a sua visão de escrita da história - principalmente através do contato com os *progymnasmata* - encontra lugar privilegiado nesta seção.

O **quarto capítulo** apresenta a preocupação metodológica da composição: a investigação deve ser munida de exatidão e a exposição, de verdade. Mas como isso é possível ou realizado? Como podemos perceber o trato com as fontes e testemunhos? Apesar de Procópio não informar sobre seus métodos de análise, algumas passagens na obra revelam a diversidade das fontes utilizadas e possibilidades de um tratamento metodológico dos dados. As informações fornecidas no prólogo, a disposição das fontes utilizadas pelo historiador, bem como a apresentação de discursos, parecem se relacionar com a medida de exatidão que o historiador almejou veicular. O objetivo principal deste capítulo é, desta forma, apresentar o procedimento metodológico da narrativa através da análise do uso das fontes de informação e testemunhos na *Guerra périca*, bem como discutir o papel dos discursos e digressões na obra.

O **quinto capítulo** encerra a discussão, apresentando a percepção do autor com relação ao desencadeamento dos fatos. Na visão de Procópio, o tempo pode modificar e retomar o curso dos acontecimentos, supondo que existe uma força por trás dos eventos que não pode ser controlada pela atuação humana (abrindo espaço para Deus e o acaso). Nesse caso, os discursos utilizados em abundância na obra podem contribuir para produzir a impressão de que alguns eventos escapam à percepção humana. Nessa seção,

as referências a *theos* e *tykhē*, presentes na *Guerra périca*, são analisadas, bem como a relação dos discursos para a compreensão de sua causalidade histórica.

Os elementos retirados das afirmações iniciais servem, portanto, para nos guiar na análise da obra. Esperamos que este trabalho possa oferecer alguma contribuição ao estudo das formas historiográficas do passado, em geral, e ao campo investigativo da escrita da história no Império Bizantino. O objetivo principal da pesquisa terá sido cumprido, se o leitor, ao final, conseguir apontar as características historiográficas da *Guerra périca*, percebendo como a narrativa pode ser analisada como um modo específico de constituição de sentido sobre a experiência humana do tempo.

CAPÍTULO 1

PROCÓPIO DE CESAREIA E SUA *GUERRA PÉRSICA* : DISCUSSÕES
HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O AUTOR E A OBRA

Este capítulo tem o objetivo de introduzir aspectos gerais do *corpus* procopiano e as discussões envolvendo o seu autor. Os esclarecimentos pontuais com relação aos escritos elaborados por Procópio serão pertinentes para guiar o leitor nas não sistemáticas menções às obras *História secreta* e *Sobre os edifícios* que aparecem no corpo desta pesquisa. O balanço historiográfico serve para situar o caminho da investigação dentro de uma parte da produção já elaborada.

O que chamamos “Império Bizantino” foi um aglomerado de diferentes grupos étnicos, disputando um espaço físico e simbólico, à custa de muitos conflitos, diálogos, distúrbios, interações e revoltas. No entanto, muitas vezes, a longevidade deste império é tratada como algo historicamente inevitável, enfatizando a centralidade e controle do poder imperial, face à desintegração territorial do Ocidente. O discurso sincrônico da história política bizantina, produzido com base na afirmação sobre a centralidade do sistema imperial, pode esconder os esforços originais que cada governo demandou na relação com os seus súditos. Justiniano I (527-565), por exemplo, precisou adotar medidas diversas para demonstrar, promover e legitimar o seu governo. O imperador, utilizando recursos retóricos e imagéticos, almejou enfatizar os sucessos militares e associar a sua imagem à devoção divina, como podemos perceber nos escritos jurídicos¹⁵ que ele nos legou e na produção de mosaicos. Segundo Michael Maas (1992, p. 15) dentro das mais variadas formas com as quais Justiniano promoveu a sua autoridade, podemos citar: o seu esforço para ser *nomos empsychos*, ou a lei viva; as restrições impostas às escolas de direito (depois da sua própria codificação comentar os *Digesta* foi proibido); a criação de cargos administrativos vinculados ao imperador na sua titulação, como o pretor e o procônsules “de Justiniano”; o uso do título *Philochristos* e a ideia de que ele governava “pela graça de Deus”. Assim, no reino de

¹⁵ Justiniano elaborou um código legislativo constituído pela compilação de todas as constituições imperiais promulgadas desde Adriano até o período de seu governo, finalizando, em 529, o denominado *Codex Iustinianus*. A partir de então, as obras legislativas, sob a organização do imperador, ampliaram-se, constituindo um material que denominamos *Corpus iuris civilis* ou “Corpo de direito civil”.

Justiniano, “a restauração do Estado, a reconquista das províncias ocidentais, e a criação de um novo código de leis foram apresentados como uma função do império cristão” (MAAS, 1992, p. 18).

No texto *Constitutio Deo auctore*, presente no código de leis elaborado por Justiniano, vemos claramente a referência ao sentimento de dever bélico e unificação religiosa. Segundo o escrito,

Governando sob a autoridade de Deus nosso império, que foi entregue a nós pela Sua Majestade Celestial, guerreamos com sucesso, adornamos a paz, restauramos a estrutura do estado, e assim, elevamos nossas mentes na contemplação do auxílio da onipotente divindade [...] (*Corpus Iuris Civilis*, *Constitutio Deo auctore*).

Juntamente com a unidade religiosa e em conformidade com ela, Justiniano empreendeu uma unidade territorial, iniciando um grandioso projeto de incorporação dos territórios outrora pertencentes ao Império Romano. Também encontramos referência a esse objetivo de “restauração”¹⁶ no *Corpus Iuris Civilis*, quando o texto informa que “[...] somos [Justiniano e seus oficiais] inspirados com o desejo que Deus nos conceda o domínio sobre o resto do que, sujeito aos antigos romanos os limites de ambos os mares, eles mais tarde perderam por sua negligência” (*Novelas*, 30, 11, 2).

Um projeto arquitetônico e imagético de propaganda imperial é frequentemente associado aos esforços de Justiniano. Vemos, nesse período, a construção de edifícios grandiosos para reproduzir elementos cristãos em diferentes regiões do império. Além disto, a arte em mosaico na basílica de São Víal, em Ravena, é emblemática para as discussões sobre a imagem que o imperador procurou veicular de si. O mosaico mostra Justiniano no centro, carregando um recipiente, dividindo o lugar com dois grupos de homens ligados aos âmbitos religioso e militar, como se almejassem equilibrar essas duas forças. Apesar de não conseguirmos traduzir toda a simbologia presente nesse recurso iconográfico, segundo Ernst Kitzinger (1977, p. 82) é possível perceber que o tema central se relaciona com o rito de eucaristia. Nas mãos de Justiniano (e também no mosaico representando a imperatriz Teodora), vemos a representação dos protótipos bíblicos da oferta e sacrifício exibidos em destaque.

Além dos escritos jurídicos imperiais, importantes relatos de autores contemporâneos a Justiniano, que trataram diretamente dos acontecimentos de seu governo, disponibilizam um grande aparato de informações e possibilidades

¹⁶ O discurso de restauração não é uma novidade, como informa Paul Alexander (1962, p. 349) e poderá ser encontrado na representação ideológica da política bizantina durante o longo percurso do império.

interpretativas. Dentre esses autores podemos citar Agapito¹⁷, Paulo Silenciário¹⁸, João Lido¹⁹, Agatias de Mirina²⁰ e João Malalas²¹. Apesar do número significativo de obras que fazem referência ao imperador e ao século VI em geral, Procópio de Cesareia aparece em destaque, como principal fonte para reconstrução desse período, seja pela extensão de seu conteúdo, seja pela diversidade de suas considerações.

1.1. Apresentação do *corpus* procopiano

¹⁷ Autor do VI século que endereça seu texto a Justiniano e cujo trabalho conhecemos através da tradição manuscrita, em grego, do século XIII. Segundo seu texto: “a exposição de Agapito, diácono da mais santa grande Igreja de Deus, dos chefes de conselhos para o imperador Justiniano. Já que você tem uma dignidade acima de qualquer outra honra, imperador, honra – além de todos os outros – Deus, que te dignificou. Pois foi à semelhança do Reino Celestial que ele te deu o cetro do governo terreno [...]” (*Conselhos ao imperador Justiniano*, I).

¹⁸ Escritor do século VI, Paulo se torna um Silenciário (membro dignitário do corpo do exército), cuja principal responsabilidade era manter a ordem e silêncio no palácio imperial. De seus escritos, conhecemos um panegírico contendo a descrição da Santa Sofia (*Ekphrasis*) e 80 epigramas. A sua *Descrição* é acima de tudo sobre a restauração daquela igreja, por ordem de Justiniano e, segundo Peter Bell (2009, p. 14), podemos ver claramente no seu texto os fundamentos da ideologia imperial do período, pois, assim afirma Paulo: “[...] mas vem, frutífera Roma, coroando nossa vida dada pelo imperador, vestindo ele abundantemente com hinos puros, não porque ele adequou seu jugo às nações da terra, nem porque ele ampliou os imensuráveis espaços de seu trono para além das fronteiras ultra periféricas [...]” (*Descrição da igreja de Santa Sofia*, 135-150).

¹⁹ João Lido se muda para Constantinopla em 511, com 21 anos de idade e se torna um funcionário na Prefeitura Pretoriana. *De Mensibus, de Ostentis, de Magistratibus* são as obras do autor que chegaram até nós. Segundo Michael Maas, no texto *de Magistratibus* podemos ver uma idealizada versão da história da burocracia, o que, consequentemente, leva a sua interpretação a enfatizar a condição de declínio do Estado, e as expectativas depositadas em Justiniano para melhorar a situação. Ao mesmo tempo, é possível ver nessa obra, uma “direta correlação entre a visão pessimista de Lido da sociedade e eventos contemporâneos e a falha do imperador em atuar apropriadamente” (MAAS, 1992, p. 29).

²⁰ Na segunda parte do prefácio do seu *Ciclo*, Agatias menciona um especial imperador e o texto é composto na forma de um panegírico. Averil e Alan Cameron (1966, p. 23) afirmam que é possível assumir Justiniano como esse personagem imperial elogiado, já que uma parte do prefácio é dedicada ao relato do poder romano em expansão, resultado das guerras de Justiniano para “reconquistar” os territórios que pertenceram ao império anteriormente.

²¹ João Malalas é reconhecido por sua habilidade de cronista, sendo considerado pela historiografia como um dos principais autores do século VI. A avaliação sobre o seu trabalho posiciona a *Crônica* como um modelo seguido pelos autores que o sucederam no mesmo gênero. Elizabeth e Michael Jeffreys, juntamente com Roger Scott (1986, p. xxiii), na tradução que elaboraram da obra de Malalas, afirmam que, aparentemente, a *Crônica* circulou em duas edições. A original teria alcançado o final do livro 17 e foi conhecida em Antioquia, no início de 530. A versão atualizada ampliou a crônica até os eventos do governo de Justiniano, adicionando o livro 18, quando percebemos uma mudança de cenário e ponto de vista, de Antioquia para Constantinopla. Segundo Warren Treadgold (2007, p. 732), Malalas teria copiado informações de outras obras, principalmente de Eustatio de Epifânia, e adicionado alguns detalhes irreais com um objetivo literário de levar o leitor a pensar que ele tinha fontes adicionais e um propósito profissional de conseguir uma promoção no corpo burocrático do império. Não sabemos se esse propósito existiu, mas, de qualquer forma, a obra é o único documento que menciona o fechamento da escola neoplatônica ateniense durante o governo de Justiniano. Além disso, parece apresentar informações muito próximas daquelas veiculadas pelo próprio imperador. Roger D. Scott (1985) afirma que a *História Secreta* e a *Crônica*, veiculam de forma muito diferente traços da propaganda imperial. O autor sugere que as informações de Malalas foram retiradas da própria propaganda de Justiniano e que Procópio, ao criticar as ações imperiais em uma de suas obras, teria, justamente, respondido aos estímulos dessa propaganda.

Apesar de ser um dos autores bizantinos mais abordados pela historiografia, devido à quantidade de valiosas informações que a sua obra oferece, sabemos pouco sobre a vida de Procópio²². É atribuída a ele a composição de três escritos com características muito diferentes, oferecendo um quadro heterogêneo de informações sobre o governo de Justiniano.

1.1.1. A história das guerras de Justiniano contra os bárbaros do ocidente e do oriente

A narrativa que elabora sobre as guerras de reconquista das províncias imperiais e reconstituição das fronteiras do Império Romano tal como eram no século I é o trabalho mais conhecido e aquele que consagra Procópio historiador. Intitulado *História das guerras (Hyper ton polemōn logoi)*, seu conteúdo, dividido em oito livros, abrange as campanhas militares entre os romanos e os povos “bárbaros”, pelos territórios limítrofes do império, durante o governo de Justiniano. Da forma como encontra-se organizada, vemos a divisão da obra em blocos de sentido agrupados pela ação bélica e determinados pelo inimigo e pelo período das campanhas. Procópio teria escrito, primeiramente, sete livros. Um oitavo livro foi adicionado posteriormente, reunindo num mesmo material informações tardias das guerras contra os persas, vândalos e godos. A última parte do trabalho não seguiu o padrão de subdivisão da obra porque, segundo Michele Cataudella (2003, p. 402), provavelmente a história já tinha se tornado pública em todo o império e os desdobramentos políticos e bélicos posteriores tiveram que ser reunidos num livro separado, obedecendo apenas um padrão cronológico, resultado da necessidade de sistematizar o material. O argumento da autora encontra fundamento na confiança depositada na informação disponibilizada por Procópio, que no início do oitavo livro afirma:

A narrativa que eu escrevi até agora foi composta, tanto quanto possível, num princípio de separação do material em partes, que relatam separadamente as regiões nos quais as diferentes guerras tiveram lugar, e essas seções já foram publicadas e apareceram em muitos cantos do Império Romano. Mas desse ponto em diante eu não seguirei este princípio de organização. Pois depois que meus escritos

²² Os aspectos mais pertinentes sobre os dados biográficos do autor, bem como a discussão envolvendo a interpretação dos mesmos, serão apresentados no capítulo 3, quando será discutida a relação entre o autor e o objeto da *Guerra pérsica*.

apareceram ante o público eu não sou capaz de adicionar em cada um, os eventos que aconteceram depois (*História das guerras*, VIII, I, 1).

Para escrever a *História das guerras* Procópio registrou os fatos contemporâneos, fez uso de proêmios e inseriu discursos, tanto para esclarecer algumas informações como para expressar suas opiniões pessoais. No conjunto, a obra é extensa, mas para cada seção (pérsica, vandálica e gótica), Procópio elaborou uma introdução, colocando a unidade do projeto em questão. Entretanto, considerando que Procópio cita a composição dos sete primeiros livros no proêmio do oitavo, é possível afirmar que a estrutura de subdivisões compondo uma unidade fazia parte do plano de escrita, embora as três partes se comportem de forma autônoma, pelas suas especificidades, e sejam, muitas vezes, analisadas pela historiografia dessa forma.

A obra completa da *História das guerras* é dedicada ao projeto de reconquista empreendido por Justiniano. Grande parte da historiografia tende a atribuir a esse governante um caráter expansionista. As relações do império com as outras regiões parecem se transformar, partindo de uma posição defensiva para uma ofensiva militar em busca de antigos territórios.

Os livros que compõem a *Guerra vandálica* tratam das ações do imperador Justiniano contra os povos vândalos e mouros, envolvendo acontecimentos que se sucederam de 533 a 550. Procópio inicia o livro informando sobre o seu conteúdo geral e traçando as causas e antecedentes que levaram Justiniano a organizar uma expedição de reconquista dos territórios do norte da África²³. Uma digressão inicial relata a morte de Teodósio, em 395, e a consequente divisão do Império Romano entre seus dois filhos. Procópio apresenta os limites geográficos que envolveram outrora o império e a parte territorial que será palco para sua história, a saber, a maior parte da Líbia (se

²³ Segundo Procópio (*Guerra vandálica*, III, 4, 1), a rivalidade com os vândalos, em especial, começa desde que eles, vindos da Hispania, chegam à África, e terá consequências mais graves, pois Genserico, chefe vandálico, expande sua atuação, fazendo incursões na Sicília, na Itália, em parte da Grécia continental e nas ilhas, aproximadamente em 450. De acordo com Procópio, na época em que Justiniano já era imperador, Gelimer usurpou o poder dos vândalos, acusando o rei anterior de entregar o controle de seu povo aos romanos. O imperador enviou, então, uma carta em desaprovação à essa atitude, citando o tratado de não agressão, feito entre romanos e bárbaros, durante o governo de Genserico (*Guerra vandálica*, III, 9, 3). Quando Gelimer respondeu demonstrando disponibilidade para qualquer enfrentamento, Justiniano encontrou motivo para, colocando fim à guerra com os persas, lançar o seu exército contra os vândalos, na Líbia. A ponderação o fez desistir do projeto tão logo ouviu a opinião contrária à invasão, cujo principal argumento era o desgaste irreparável do tesouro bizantino e das vidas dos soldados, já que a vitória não compensaria os gastos e a derrota seria, por demais, penosa (*Guerra vandálica*, III, 10, 1-2). Entretanto o imperador mudou de ideia, após ouvir o relato de um bispo que afirmava ter Deus enviado uma mensagem a Justiniano por meio de um sonho, incitando-o a fazer guerra para proteger os cristãos dos tiranos, e, certamente, com ajuda divina, se tornar o dono da Líbia (*Guerra vandálica*, III, 10, 3).

aplica ao norte da África – desde o oceano Atlântico até o vale do Nilo), que ficou sob a tutela do soberano do ocidente.

Nesta seção (a segunda, envolvendo os livros III e IV) o historiador nos informa também sobre duas principais batalhas que definiram a reconquista bizantina dos territórios almejados: 1) a batalha de *Ad Decimo*, primeiro grande confronto entre os vândalos e o exército romano, quando Belisário vence o poder dos bárbaros (*Guerra vandálica*, IV, 17, 1-3). Era o prelúdio da vitória final romana; 2) a batalha de Mames (*Guerra vandálica*, IV, 8, 11), desenrolada em 534. Nesta, embora os romanos tenham ficado assustados com o efeito que os camelos dos inimigos provocavam nos seus cavalos, a vitória ficou do lado imperial²⁴.

Já na *Guerra gótica* (livros V, VI, VII e VIII), Procópio relata os sucessos da reconquista da Itália, narrando fatos ocorridos entre 535 e 550. O historiador inicia a seção, anunciando que, primeiramente, contará o que ocorreu aos godos e italianos antes da guerra de Justiniano. A digressão aqui remonta ao tempo do imperador Zenão (474-491), no oriente e Augusto (475-476), no ocidente. No último livro da obra, o historiador informa que no 26º ano do governo de Justiniano, em 552, Roma foi capturada pela 5ª vez durante o seu reinado e Narses, imediatamente, enviou as chaves dos portões da cidade para o imperador (*Guerra gótica*, VIII, 33, 27). Mas essa vitória, segundo Procópio, demonstrou com maior clareza que no caso dos homens que tinham sido condenados a sofrer o mal, mesmo aquelas coisas que parecem ser bênçãos, se tornam a sua destruição. Pois, os godos fugiram e abandonaram o domínio da Itália, destruindo sem piedade os romanos que encontravam no caminho. Ao mesmo tempo, os bárbaros do exército romano trataram como inimigos todos aqueles que eles encontraram quando entraram na cidade (*Guerra gótica*, VIII, 34, 1-5).

Procópio encerra a narrativa descrevendo o heroísmo de um comandante dos godos, na batalha contra os romanos, em seguida informa que depois de algum tempo de luta, os godos enviaram a Narses alguns de seus notáveis para dizer que eles sabiam que a batalha que tinham assumido era contra Deus, por isso estavam desejosos por reconhecer a derrota e desistir da guerra, não, entretanto, para obedecer ao imperador, mas para viver em liberdade. No meio das negociações da trégua, mil godos se

²⁴ O livro termina com a decisiva vitória das tropas imperiais, em 548, mas o tom não é otimista. Procópio conclui desta forma: “[...] aos que sobreviveram dentre os Líbios, que eram poucos e extremamente pobres, ocorreu que, por fim e com grande dificuldade, puderam encontrar alguma paz” (*Guerra vandálica*, IV, 28, 52), ou seja, a narrativa que apresenta o sucesso das tropas de Justiniano no norte da África, parece ser, acima de tudo, um relato sobre as dificuldades dessa reconquista.

separaram do corpo militar geral e sob o comando de diferentes homens foram para outras cidades. O restante jurou e confirmou todos os detalhes do acordo. Assim, os romanos capturaram a região e o décimo oitavo ano de confrontos colocou um fim na guerra gótica e “terminou o que Procópio escreveu [*xynegrapsen*]” (*Guerra gótica*, IV, 35, 20-38).

Assim, o projeto de reconquista de Justiniano é bastante evidente nessas seções e, ao menos territorialmente, bem sucedido. O mesmo não ocorre nos dois primeiros livros, denominados *Guerra pérsica*²⁵. Os eventos narrados na primeira parte não parecem inseridos num plano maior de reconquista, e o palco dos conflitos são as províncias orientais. A luta contra os persas ocorreu em consequência de atentados fronteiriços e disputa de poder. O exército de Justiniano, ao fim e ao cabo, não venceu os persas, mas somente concordou em assinar um tratado de paz.

Entretanto, a descrição das guerras contra os persas ganha um espaço temporal maior e começa antes das lutas com os vândalos e godos (embora a digressão inicial da *Guerra vandálica* recue um tempo maior). A narrativa da *Guerra pérsica* é mais nuclear e o historiador se esforça por mostrar as decisões geradas no centro do poder, por isso, não surpreende que Constantinopla apareça com maior destaque, mesmo não sendo palco das batalhas. A capital é mais frequentemente mencionada e abrigará importantes acontecimentos como a revolução *nika* e o ataque epidêmico. Alguns fatos que posteriormente serão descritos, encontram menção inicial nessa primeira parte da obra, como as convocações de generais (principalmente de Belisário), feitas por Justiniano. Portanto, os dois primeiros livros funcionariam como um ponto de articulação entre os eventos, oferecendo um recurso quase didático para a leitura da obra total e entendimento da dinâmica dos acontecimentos.

Encontramos indícios da ideia da centralidade da *Guerra pérsica* num discurso apresentado na última seção (*Guerra gótica*). Segundo Procópio, tendo ouvido que Belisário atacaria os godos em Ravena, no início da primavera, Vitigis, rei dos godos, resolveu buscar o auxílio de outros bárbaros. Enviou, assim, um pedido a Vaces, rei dos lombardos, prometendo dinheiro e aliança, mas este era amigo e aliado do imperador romano, por isso não teve sucesso. Os godos mais velhos e sábios aconselharam Vitigis da seguinte forma: disseram que Justiniano não tinha feito guerra com os bárbaros do ocidente, antes do tratado de paz acordado com os persas. Foi somente depois disso que

²⁵ As características e conteúdo da *Guerra pérsica* serão apresentados mais sistematicamente no capítulo 2.

os vândalos e mouros foram destruídos e os godos estavam sofrendo ataques. Alguém, então, deveria despertar novamente a hostilidade entre o rei dos medos e o imperador Justiniano (*Guerra gótica*, VI, 22, 12-17).

De fato, somos informados que Khusro, o rei persa, foi incentivado a cometer novos atos de ultraje contra os romanos, enquanto o tratado de paz ainda estava em vigor e, por fim, realizou uma invasão no solo romano, rompendo o acordo (*Guerra pérsica*, II, 5). Quando Justiniano ouviu que os persas estavam planejando o seu fim, decidiu suspender a guerra no ocidente o mais rápido possível e chamou Belisário de volta para lutar no oriente (*Guerra pérsica*, II, 14, 8). Foi, sobretudo, durante a ausência de Belisário que eclodiu a revolta dos soldados na Líbia²⁶ (*Guerra vandálica*, IV, 14, 7), evento importante na *Guerra vandálica*. Desta forma, apesar de não relatar nenhuma grande conquista territorial de Justiniano contra os persas, Procópio parecia considerar a rivalidade contra esse povo, elemento importante para a *renovatio imperii* proposta pelo imperador.

1.1.2. *A polêmica história secreta dos eventos já relatados*

A *História secreta (Anekdotia)* apresenta-se desde o início como um repositório de verdades não ditas na anterior narrativa sobre as guerras. A obra permaneceu por muito tempo desconhecida, quando em 1623 foi encontrada na biblioteca do Vaticano e ganhou centralidade nas discussões. A enorme diferença do estilo e conteúdo em relação às outras obras, *História das guerras* e *Sobre os edifícios*, levantou suspeitas quanto à sua real autoria. Esforços foram investidos para comprovar ou não a vinculação da narrativa com Procópio até que, em 1891, Jakob Haury (1891 p. 9-27) demonstrou uma uniformidade de estilo entre as obras. A partir daí a autoria de Procópio foi reforçada em outros estudos, desencorajando sérios questionamentos.

Na *História secreta* Justiniano é caracterizado como um comandante da tirania [*tyrannida*] (*História secreta*. 10, 23), criador da miséria [*penias dēmiourgōs*] (*História*

²⁶ Segundo Procópio na primavera de 536, quando os cristãos se reuniam para celebrar a páscoa, começou um motim entre os soldados que estavam na Líbia. O motivo se dividia em dois argumentos: em primeiro lugar alguns soldados romanos que haviam se casado com mulheres vândalas reivindicavam, incitado por elas, a posse das terras que pertenceram às suas famílias antes da vitória das forças de Justiniano. Junto a essa situação, encontravam-se mais de 1000 soldados, majoritariamente bárbaros, que professavam o arianismo, e ficaram extremamente insatisfeitos com a proibição de realizarem seus ritos, durante a festa religiosa em questão. Além disso, alguns vândalos que estavam agora nos novos regimentos do império, atuando nas fronteiras da Pérsia, conseguiram voltar à Líbia, encontrando do ambiente do motim, um lugar para desenvolverem nova conspiração (*Guerra vandálica*, IV, 14).

secreta, 8, 33), rei dos demônios [*daimonōn ton arkhonta*] (*História secreta*, 12, 26) e corruptor da moral [*diaphthoreus tōn eu kathestōtōn*] (*História secreta*, 6, 21-22). O historiador se esforça em apresentar uma imagem negativa do governo em questão, mencionando, por exemplo, frente à crise urbana desenhada, a magnificência e beleza das cidades do império no passado. Assim, Justiniano “foi capaz de destruir a ordem das cidades e tudo aquilo que as embelezavam, tanto em Bizâncio [como nomeia a capital] quanto nas demais” (*História secreta*, 26, 1). O leitor é informado sobre a inatividade dos teatros, hipódromos e anfiteatros, assim como sobre a ordem de cessar todos os espetáculos em Constantinopla. Tal medida, como pontua Procópio, teria o propósito de suspender o uso da arrecadação fiscal destinada anteriormente para financiar esses divertimentos, o que acabou atingindo diretamente as pessoas que viviam desse setor (*História secreta*, 26, 8-9). Desta forma, o governo de Justiniano teria produzido um clima de insatisfação geral, por suas medidas perversas e seus propósitos gananciosos.

Segundo Helen Saradi (2006, p. 80-81) podemos visualizar uma espécie de crise urbana apresentada na *História secreta*, que possuiria, principalmente, duas vertentes: 1) uma *cultural*, marcada pelo declínio da educação clássica (considerada o suporte da identidade e cultura na Antiguidade). O fechamento da escola de Atenas é apenas um sintoma do fim do antigo sistema de educação, quando a produção literária se torna predominantemente cristã, centrada nos mosteiros; 2) uma *financeira/social*, pela menção à apropriação particular do imperador dos recursos financeiros e consequente enfraquecimento da aristocracia urbana, originado pela rígida política fiscal.

Pela leitura da obra é possível adicionar à avaliação de Saradi uma terceira vertente, relacionada aos aspectos *morais* do império. Quando Procópio inicia o relato da série de desastres acarretados pela ascensão de Justiniano ao trono, ele informa que o imperador “conseguiu confundir todo o império, pois introduziu mudanças que antes haviam sido proibidas por lei e erradicou completamente os costumes que regiam, até então” (*História secreta*, 9, 1). O historiador parece fazer uma referência negativa ao código de Justiniano, considerado em outras fontes e mesmo na *História das guerras* uma obra-prima imperial, pois pontua as mudanças nos cargos burocráticos e nas leis. O critério para tais mudanças, não teria sido, no julgamento procopiano, fruto da reflexão razoável ou justa do imperador, mas de uma necessidade de projetar seu nome acima dos outros (*História secreta*, 9, 2). Além disso, Procópio não informa a existência de um fundamento ideológico nas guerras que Justiniano empreendeu contra os povos bárbaros, mas atribui o clima de segurança gerado pelos conflitos bélicos e todas as

terríveis consequências que as intermináveis batalhas trouxeram ao critério moral do “desejo homicida” (*tōn psonōn epithymiai*) do imperador (*História secreta*, 11, 5).

Não é possível discernir nesta obra um conjunto de causas históricas, econômicas ou sociais para a crise apresentada. O historiador parece vincular os eventos sempre a uma crítica negativa e direta a Justiniano e as pessoas de seu círculo pessoal. Acima de tudo, a acusação da conduta perversa dos personagens aparece como finalidade da escrita da história. Segundo o historiador, apesar de ter hesitado - pelo receio de ganhar a reputação de um mitógrafo ou de ser inserido dentre os poetas trágicos, ou ainda de incentivar as gerações futuras a imitarem as ações dos infelizes personagens – uma certeza o motivou: a de que a leitura daqueles escritos poderia mostrar aos tiranos que eles podem receber um castigo idêntico por seus crimes “e, também, que suas ações e características ficarão para sempre colocadas por escrito: talvez eles sejam, por esse motivo, mais cuidadosos no momento de transgredir as leis” (*História secreta*, 1, 1-10). A utilidade da escrita da história, desta forma, residiria na sua capacidade de informar aos homens sobre a recorrência da crueldade nos governos.

1.1.3. *Sobre os edifícios e o elogio ao imperador-construtor*

O escrito *Sobre os edifícios* (*Ktismata*) apresenta uma longa tradição de análises e interpretações. Já no I Congresso Internacional de Estudos Bizantinos, realizado em Bucareste, no ano de 1924, vemos, na seção sobre historiografia bizantina, a obra sobre as construções de Justiniano aparecer como único livro de Procópio a ocupar um lugar na mesa de comunicações²⁷. Das obras procopianas, é o livro que mais aparece em estudos dedicados ao indício arqueológico, embora a precisão dos dados ali contidos seja, frequentemente, questionada, frente ao argumento de sua forte vinculação com o poder imperial. Segundo Helen Saradi (2006, p. 71) a obra *Sobre os edifícios* é um panegírico ao imperador, ressaltando sua habilidade de benfeitor ao promover construções importantes aos seus súditos. A obra é apresentada em caráter laudatório e, portanto, repleta de elogios ao imperador e listas imprecisas de trabalhos de construção/restauração realizados na capital do império e regiões próximas. As investigações arqueológicas têm mostrado os problemas das informações apresentadas, resultado, algumas vezes, não do erro, mas da falta de detalhe ou excesso de

²⁷ O texto elaborado por M. N. Vulic tinha como título: “Parle des *quelque noms de lieu chez Procope* (*De aedificiis*)” (1925).

informações incompletas. Importante ressaltar que o próprio autor menciona a incompletude de seu trabalho no final do texto. Segundo Procópio, a obra sobre as construções de Justiniano foi elaborada com o máximo de habilidade, entretanto, “estou completamente consciente que existem muitas outras [construções] que eu não mencionei ou que passaram despercebidas por causa de seu grande número, ou permaneceram totalmente desconhecidos para mim” (*Sobre os edifícios*, VI, 7, 18).

Não é possível precisar o impacto que esta obra teve na produção literária. Ao contrário da *História das guerras* não temos muitas evidências de citações e menções posteriores. Não há, por exemplo, nenhuma referência a essa obra na *Parastaseis syntomoi chronikai*²⁸, uma compilação elaborada em grego, que descreve a cidade de Constantinopla, presumivelmente no século VIII, e o seu passado, oferecendo notas sobre topografia e monumentos. Dada a proximidade do tema, poderíamos esperar uma menção às informações providas por Procópio em algum dos tópicos da *Parastaseis*, que informam outras fontes. Embora singular, a ausência da narrativa *Sobre os edifícios* naquela obra não se configura como um indício confiável para afirmar a sua reputação, já que a compilação também silencia sobre outros autores ditos “seculares”, enfatizando os textos eclesiásticos.

No escrito *Sobre os edifícios*, Justiniano é caracterizado como um governante que assumiu o poder quando o império estava em desordem e tornou-o muito maior territorialmente e muito mais notável [*epiphanesteran*]²⁹. A obra é um contraponto importante na avaliação da imagem imperial divulgada por Procópio. Diferentemente das críticas encontradas na *História secreta*, de forma tão evidente, e de forma mais tímida na *História das guerras*, no *Sobre os Edifícios* a caracterização é de um imperador preocupado em fortificar fronteiras, construir e reconstruir cidades, oferecendo segurança e conforto aos bizantinos. Para Helen Saradi (2006, p. 72), o propósito de Procópio, ao enfatizar a atividade de restauração, não era encontrar as causas do declínio das construções urbanas, mas tão somente destacar a magnificência do programa de Justiniano. Mesmo com as limitações de abordagem do objeto que um

²⁸ Segundo os comentários de Averil Cameron e J. Herrin (1984, p. 1-25), a *Parastaseis syntomoi chronikai* é uma fonte importante para a discussão das atitudes medievais com relação à capital cristã e seu passado pagão. É possível afirmar que foi um trabalho de grupo, devido à falta de homogeneidade textual e muitas repetições dos tópicos tratados. Os compiladores parecem ter sido um grupo de funcionários do sétimo ou início do oitavo (devido à preocupação com a temática da idolatria).

²⁹ Segundo o texto procopiano “Na nossa época nasceu o imperador Justiniano, que, assumindo o império quando ele estava assediado pela desordem, não fez somente ele maior em extensão, mas também muito mais notável” (*Sobre os edifícios*, I, 1, 6).

panegírico poderia acarretar, a obra é essencial para a investigação das prioridades do urbanismo no sexto século. Vemos, por exemplo, que a principal “prioridade do programa de restauração justiniânico, como ele emerge do *Sobre os edifícios* de Procópio, era com a segurança da cidade” (SARADI, 2006, p. 73), reformando muros para defesa, construindo fortalezas em cidades estratégicas e, algumas vezes, realocando cidades inteiras para lugares cuja defesa natural era viável.

Além disso, é possível destacar a consciência temporal apresentada pelo autor, atribuindo à composição um lugar significativo nas considerações sobre a perspectiva histórica de Procópio. Helen Saradi (2006, p. 78) destaca a predominância do tema sobre a passagem do tempo na obra, principalmente nos seus pontos de abertura e fechamento. Procópio inaugura o livro primeiro, fazendo referência à necessidade de preservar a memória dos eventos e o tempo é apresentado como elemento capaz de trazer o esquecimento. Assim, a destruição dos monumentos e prédios urbanos, da forma como aparece na obra procopiana, seria causada pela passagem do tempo e pela negligência humana (SARADI, 2006, p. 78). A fórmula da destruição encontra sua expressão máxima no trecho final, quando o historiador informa que a fortaleza Septo, em Gadir, na margem líbia dos Pilares de Hércules, sendo negligenciada pelos vândalos, foi destruída pelo tempo (*Sobre os edifícios*, VI, 7, 14). A menção final também poderia contribuir para imprimir a imagem de que, cuidando das construções imperiais, Justiniano se diferenciaria dos bárbaros ao subjugar o poder do tempo, habilidade nada desprezível.

1.2. Uma possível relação entre as obras

As tentativas de definição da datação das obras fornecem um extenso material de imprecisões, sugestões e possibilidades. A proposta de James Allan Stewart Evans (1968) é bastante citada nas discussões sobre as datas de elaboração das obras, porque promove uma redefinição nos períodos anteriormente estabelecidos, hoje sendo a cronologia mais comumente aceita. Para argumentar sua proposta, Evans esclarece que no primeiro livro da obra *Sobre os edifícios* a igreja de Santa Sofia parece representar a coroação da glória divina do governo de Justiniano. Segundo Procópio, quando os revoltosos, durante a insurreição *nika* (532), destruíram com fogo a igreja chamada “Sofia” pelos cristãos, não foi somente contra Justiniano que eles lutaram, mas contra o próprio Deus que

permitiu que eles realizassem essa impiedade, prevendo [*proeidōs*] que este santuário estava destinado a ser transformado num objeto de beleza. Assim, toda a igreja, naquele tempo, era uma massa de ruínas carbonizadas. Mas o imperador Justiniano, não muito tempo depois, construiu uma igreja tão bem moldada, que se alguém tivesse consultado os cristãos, antes de incendiá-la, se seria o desejo deles que a igreja fosse destruída e outra devesse tomar o seu lugar, mostrando para eles algum tipo de modelo da construção que vemos agora, me parece que teriamorado para que tivessem sua igreja destruída imediatamente, a fim de que o edifício pudesse ser convertido na sua forma presente (*Sobre os edifícios*, I, 1, 21-22).

No trecho acima Deus já sabia sobre a transformação que Justiniano iria promover na igreja destruída e, por esse motivo, teria permitido que as coisas se desdobrassem sem interferência. Um erro ou tragédia envolvendo a Santa Sofia poderia, portanto, representar algo mais do que um simples problema na construção. Visto que o edifício sofreu sérios abalos no ano de 559, e dada a importância da igreja, dificilmente este fato passaria sem menção. Portanto, o primeiro livro poderia ter sido escrito antes dos outros, em 558, sendo o trabalho completo finalizado em 560 (pois há referências a uma ponte construída nesta data).

Segundo a proposta de Evans, os sete primeiros livros das *História das guerras*, teriam sido publicados em 550, pois em algumas ocasiões o autor da obra indica que Justiniano estava governando a mais de 32 anos (se considerarmos que ele já atuava no governo de seu tio, a datação é exata). O oitavo livro só teria sido completado em 554, pois as informações finais indicam essa data. Em 558 teríamos a elaboração da *História secreta* e o início da escrita da obra *Sobre os edifícios*.

Devido ao complexo arranjo de aproximações e distanciamentos entre as obras, toda tentativa de relacionar a *História das guerras*, a *História secreta* e o *Sobre os edifícios* demanda sempre considerável esforço. Edward Gibbon (1737-1794) já havia apontado para a disparidade de estilos do *corpus* procopiano. O autor da *História da decadência e queda do Império Romano*, acerca das obras de Procópio, afirmou que,

Da sua ascensão à sua morte, Justiniano governou o Império Romano trinta e oito anos, sete meses e treze dias. Os eventos de seu reinado, que excitam a nossa curiosa atenção pelo seu número, variedade e importância, são diligentemente relatadas pelo secretário de Belisário, um retórico.³⁰[...] Procópio sucessivamente compôs a *história*, o *panegírico* e a *sátira* de seu próprio tempo (GIBBON, 1985, p. 46).

³⁰ É importante aludir ao fato de que, apesar de Procópio contrapor a história à poesia e à retórica, Gibbon o define como um retor, assim como a passagem na *Suda*, dedicada a este historiador bizantino, o qualifica como retórico e sofista: “*Illustrius* [em status]; de Cesareia, na Palestina. Retor e sofista. Ele escreveu uma história de Roma [...]. Ele viveu no tempo do imperador Justiniano, foi empregado como secretário de Belisário, e o acompanhou em todas as guerras e eventos relatados [...]” (SUDA, pi, 2479).

Não é possível “decifrar” as razões que levaram Procópio a escrever um *corpus* tão diferenciado, embora a historiografia tenha demandado algum esforço. James Allan Stewart Evans (1972, p. 8) pontua a distinção da *História secreta* pela singular apresentação de uma visão do governo de Justiniano. O autor explica a diferença entre as obras, afirmando que Procópio, de fato, aceitou, pelo menos inicialmente, os conceitos convencionais do império como imitação do reino celestial e a figura do imperador como o vice regente de Deus. Entretanto, quando Justiniano assumiu o poder, a situação social de Procópio poderia ter sido afetada pelas reformas e inovações imperiais e pelas catástrofes naturais da peste, terremotos e inundações, cuja explicação ele não poderia encontrar exceto pela menção às profecias do Anticristo e fazendo do imperador o “príncipe dos demônios”, dotado de poderes sobrenaturais para criar a destruição (EVANS, 1972, p. 8). Apesar de sedutora, a interpretação de Evans parece atribuir à *História secreta* uma sinceridade ingênua, a ponto de revelar os verdadeiros pensamentos e crenças do historiador, como se Procópio tivesse, de fato, escrito a verdade nesta obra em oposição ao conteúdo das outras, como se a simples afirmação autoral confirmasse a veracidade do texto.

Para pensar na relação entre as obras e explicar a diferença no trato com o personagem de Justiniano, alguns historiadores tentaram posicionar Procópio num grupo político descontente com o imperador, mas a extensão e atuação de tal resistência é impossível de ser precisada. Berthold Rubin (1960, p. 204-207) chega a conjecturar que Procópio fazia parte de um esquema abertamente hostil ao imperador. Evans (1968, p. 137) não afirma categoricamente tal possibilidade, mas pontua que é interessante mostrar como os sentimentos negativos, nesse momento, em relação ao governo foram compartilhados.

Na publicação de 1985 Averil Cameron começa a tratar as três obras em constante diálogo, atentando para a necessidade de pensarmos o *corpus* procopiano de forma mais integrada. Segundo a autora, é preciso considerar as três composições naquilo que supera suas superficiais diferenças, descobrindo a coerência geral que aí se estabelece (CAMERON, 1996, p. xi). Desta forma, as obras precisam perder os superlativos, ou seja, a *História secreta* pode ser vista de forma menos panfletária e a *História das guerras* poderia descer do “pedestal do racionalismo”. Tal postura possibilita-nos a ampliação de perspectivas e confere aos trabalhos um caráter mais interessante, embora os torne menos impressionantes (CAMERON, 1996, p. 113).

Apesar dessas afirmações a autora, naquele momento, não avança na relação entre as obras e chega a afirmar que a tentativa de harmonizar as aparentes inconsistências, revelando similaridades, principalmente nas declarações religiosas de Procópio, representa a ilusão de tentar salvá-lo dele mesmo (CAMERON, 1996, p. xi).

Geoffrey Greatrex e Anthony Kaldellis tentam estabelecer relações entre duas obras procopianas: *História das guerras* e *História secreta*. De acordo com o primeiro autor, no prefácio da *História das guerras* (I, 1, 5) Procópio afirma que “não ocultou as falhas [*ta mokhthēra*] de seus mais íntimos conhecidos” e essa afirmação pode ser comparada com o jogo de palavras encontrado na *História secreta* (I, 10): “eu procederei o relato, primeiramente de todas as ações [*ta mokhthēra*] cometidas por Belisário; e depois eu revelarei as ações [*ta mokhthēra*] cometidas por Justiniano e Teodora”. O uso do mesmo termo poderia indicar que a *História secreta* é o resultado do que ele propôs na *História das guerras*, por isso os escritos devem ser vistos como composições complementares e não opostas (GREATREX, 2000, p. 217). De acordo com Greatrex (2000, p. 217), Procópio não teria sido o “pombo correio” que diz ser, contentando-se em reservar crítica e ataque à *História secreta*, classicismo à *História das guerras* e elogio no *Sobre os edifícios*. As duas primeiras obras teriam sido escritas numa mesma inspiração classicista, que oferecia um amplo escopo de possibilidades literárias. Além disso, Procópio não é o único a expressar críticas ao poder imperial, Evágrio e Agatias também escreveram sobre as ações negativas dos imperadores e mesmo dentro das convenções classicistas havia espaço para apresentação crítica do material (GREATREX, 2000, p. 217).

Kaldellis enfatiza a descrição detalhada do conto sobre o tubarão e a pérola, que Procópio apresenta como uma espécie de “[...] mistura de fábula animal e anedota régia; os dois unidos pela figura do pescador, que é devorado pelo tubarão e insensivelmente sacrificado pelo rei. De fato, o rei e o tubarão são candidatos à posse da pérola” (KALDELLIS, 2004, p. 76). A interpretação da fábula, na análise de Kaldellis, indica uma aproximação entre o tubarão e o imperador Justiniano, tendo ambos se apaixonado pela formosa pérola. Em outra passagem da mesma obra vemos a menção ao sentimento erótico associado a Justiniano: “sem ruborizar-se ante ao elevado status de Teodora, nem sentir vergonha por causa do extraordinário amor que o imperador sentia por ela” (*Guerra pérsica*. I, 25, 4). A presença de *eros*, nessas passagens, pode ser vinculada ao uso do mesmo termo na *História secreta*, para caracterizar o comportamento de

Justiniano³¹. A referência a *Eros* também aparece quando Procópio relata o amor que o imperador demonstrava por Teodora, pois “quando chegou a Bizâncio, novamente, Justiniano concebeu um violento amor por ela” (*História secreta*, IX, 30).

As análises mencionadas ampliam a compreensão que temos sobre os escritos de Procópio, mas, ao excluírem o *Sobre os edifícios*, revelam se não uma fraqueza, ao menos uma limitação nos esforços para relacioná-los. Para pensar num ponto de articulação entre as três composições, gostaríamos de destacar um argumento. As narrativas de Procópio demonstram, no mínimo, que o autor possuía um considerável conhecimento de uma parcela da produção literária e isso, provavelmente, contribuiu para a habilidade de construir obras em diferentes estilos. Na *História das guerras* Procópio faz referência direta a Homero (*Guerra pérsica*, I, 1, 9) e Heródoto (*Guerra gótica*, VIII, 6, 14-15), além de disponibilizar indicações gerais tais como: “[...] onde, contam os poetas, aquilo ocorreu a Medeia e Jasão” (*Guerra pérsica*, II, 17, 2). Assim como no começo da *História secreta* o autor informa que a vida de Semíramis, as de Sardanápalo e Nero são conhecidas pelos escritos deixados pelos autores antigos (*História secreta*, I, 9). Já na obra *Sobre os edifícios*, Procópio informa, por exemplo, sobre as qualidades de Ciro, o rei da Pérsia, “cuja educação desde a infância é descrita por Xenofonte, o ateniense” (*Sobre os edifícios*, I, 1, 12) e já como primeira informação Procópio faz referência ao seu conhecimento e habilidade. Segundo o autor

Não é porque eu desejo mostrar excelência [*aretēs*], nem por uma confiança na capacidade do meu discurso [*logou dynamei*], ou porque eu me orgulho [*philotimoumenos*] da minha experiência [*empeiriai*] em muitas áreas [*khōriōn*], que eu escrevi [*tēn graphēn*] esse relato [*historias*] (*Sobre os edifícios*, I,1).

Esse conhecimento literário, sugerido pela leitura das obras, poderia ter indicado ao autor dois caminhos: 1) oferecendo recursos para a apresentação da imagem imperial. Desta forma, Procópio teria conseguido, através de diferentes domínios literários, passar determinada avaliação das ações de Justiniano aos leitores; 2) sugerindo estratégias para a sua narrativa. Assim, pela inspiração de um *corpus* canônico conhecido, o autor poderia ter moldado o seu escrito histórico, não pelo caminho da imitação, mas através de fórmulas e vocabulários conhecidos pelos leitores dessa tradição. O autor dispunha de modelos para apresentar os fatos contemporâneos

³¹ Também vemos o uso da imagem de uma pérola na *História secreta*, quando Procópio informa que a imperatriz mandou chamar Antonina no palácio e mencionou uma “pérola” que veio parar nas mãos dela, mostrando, em seguida, um homem, Teodósio (*História secreta*, III, 16-17).

da forma mais adequada aos seus propósitos interpretativos. Tal argumento, sob o perigo de atribuir uma excessiva lucidez ao autor, compreende as obras de Procópio como composições literárias conscientes (nas quais, obviamente, não deixamos de ver traços da personalidade do autor e de seu contexto de produção) e não somente como testemunhos sinceros de suas aspirações, medos e simpatias.

1.3. A apresentação do debate envolvendo a *História das guerras* e o seu autor

Os manuscritos principais na reconstrução do texto da *História das guerras* são quatro: G = *Vatic. graec.* 1001 (I 7, 23-II: ff. 51-87); O = *Vatic. Ottobonianus graec.* 82 (III 4, 38-IV: ff. 85 – 145); P = *Paris. Graec.* 1702 (I-IV: ff 1-190); V = *Vatic. graec.* 152 (I-IV: ff. 1-141), datados do século XIV. Seguidos de outros menores do século XIV, k = *Marc. Venet.* 398; no século XV, c = *Paris. graec.* 1699; e do século XVI, d = *Monac. Graec.* 513 e y = *Scorial.* Y I 8 (GARCIA ROMERO, 2000, p. 20).

É importante notar que o século XIV é um período de ampla elaboração de códices em Constantinopla, indicando uma demanda por manuscritos e, conseqüentemente, um maior interesse pela produção textual bizantina, incluindo os escritos de história. Após a diminuição do ensino e produção dos textos clássicos, com a ocupação latina em Bizâncio, em 1204, parece haver uma retomada na produtividade cultural e intelectual do império, denominada pela historiografia como “Renascimento Paleólogo³²”. Segundo Maria K. Kalli, a produção de manuscritos nesse período consagrou tanto autores seculares quanto religiosos e “revela um sério interesse na exploração do passado clássico e uma consciência da necessidade de transmitir as realizações da cultura helênica e cristã para as gerações futuras” (KALLI, 2004, p. 149). Os manuscritos foram copiados e estudados por homens ligados, principalmente, à Igreja e às instituições jurídicas, que se consideravam uma espécie de “guardiões da *paideia* grega” (KALLI, 2004, p. 149). Guglielmo Cavallo (2006, p. 72-73) caracteriza essa fase com a expressão “febre de classicismo”, exemplificando o crescimento da produção de manuscritos e a preocupação com a tradição clássica a partir não apenas da cópia completa, mas da prática da indicação e correção de erros, restauração, revisão e acréscimo de notas de leitura.

³² O Império Bizantino foi governado de 1231 a 1453 pela dinastia dos Paleólogos (com exceção de um imperador). Miguel Paleólogo, experiente soldado e político articulado, deu início a essa fase de enfrentamentos bélicos (principalmente contra os turcos e os sérvios), dificuldades econômicas, guerras civis, mas também de notável renascimento artístico e literário (MAIER, 1991, p. 326-380).

Já na modernidade, a primeira edição impressa da *História das guerras* foi publicada por David Hoeschelius, em 1607, em Augsburg, tendo como base os manuscritos *Monac. Graec. 513*, do século XVI e *Paris Graec. 1699*, do século XV. A segunda edição foi elaborada por Claudius Maltretus, publicada em Paris no ano de 1662, incluindo uma tradução latina. Para tal empreendimento foram utilizados dois manuscritos: *Vatic. graec. 152*, e *Paris. graec. 1702*, datados dos séculos XIV. Em 1729 a obra de Maltretus foi reimpressa em Veneza. Já em 1833 G. Dindorf utilizou, para produzir uma edição da *Histórias das Guerras*, as cópias do manuscrito *Vatic. graec. 152*, feitas por Luca Holsten e as edições anteriores (GARCIA ROMERO, 2000, p. 20-21; KALLI, 2004, p. 5-6).

A edição de Jacob Haury foi lançada em 1905, produzida em Leipzig. Haury utilizou, principalmente, os textos já editados anteriormente. Os críticos consideram que, além de suprir algumas deficiências das precedentes, a edição de 1905 possibilitou a construção de uma nova e mais completa “linguagem” de manuscritos, pois o autor elaborou um anexo que tentava dar conta dos primeiros e últimos códices, bem como de um possível arquétipo perdido. A edição foi novamente lançada em 1962, dessa vez com a participação de G. Wirth. Outra edição importante se deve a Henry Bronson Dewing, que se baseia na primeira edição de Haury para lançar uma obra em 1914-16 e reimpressões em 1961 e 1979, com tradução inglesa. As traduções alemã e italiana ficaram, inicialmente, nas mãos de O. Veh (1961) e M. Craveri (1977), respectivamente (GARCIA ROMERO, 2000, p. 20-21; KALLI, 2004, p. 5-6).

Procópio de Cesareia adquiriu popularidade dentro e fora do campo de estudos bizantinos. Em 1876, o autor alemão Felix Ludwig Julius Dahn publica uma obra de ficção histórica na qual Procópio aparece não apenas como fonte de informações, mas como personagem. O enredo do romance aborda as campanhas contra os godos no século VI e a *Guerra gótica* foi a principal inspiração para a composição. No prefácio da obra, o autor destaca a característica literária das informações fornecidas e cenários descritos³³, mas aponta que as informações contidas, sobre o sexto século, foram originadas dos seus estudos para a composição das duas obras históricas anteriores: *The Kings of the Goths* e *Procopius of Caesarea: a contribution to the historiography of the*

³³ Segundo Dahn, “[...] o leitor pode distinguir os detalhes e mudanças que o romance adicionou à realidade [...] O personagem do herói romano da história, Cethegus Cæsarius, é uma pura invenção” (DAHNS, 1878, p.1). Todas as informações sobre a obra de Dahn foram retiradas da edição inglesa, traduzida por Lily Wollffsohn, em 1878.

migration of nations and the decay of the Roman Empire, publicadas originalmente em língua alemã, nos anos de 1862 e 1865, respectivamente.

1.3.1. Procópio e os modelos da Antiguidade

No cenário acadêmico, os críticos inicialmente reconheceram na prática historiográfica procopiana o modelo das histórias gregas da Antiguidade. Tucídides³⁴, Heródoto e Políbio são frequentemente sugeridos como seus modelos principais, pela semelhança, ora com um ora com outro, em relação à abordagem dos testemunhos, exposição do conteúdo e utilização retórica. O erudito Hermannus Braun merece destaque na consideração das primeiras abordagens em relação ao estilo do autor bizantino. Braun dividiu pedagogicamente, em 1885, a obra procopiana pelo critério do tema ou do assunto abordado. A fragmentação adotava a seguinte ordem: *Proemium, Tempus et loca, Vitae ac mores, Orationes et epistulae, Morbi, Bellum et pax, Pugnae, Obsidiones*. Segundo Diether Roderich Reinsch, o objetivo dessa análise era divulgar resultados sobre a popularidade de Tucídides no século VI e determinar a autoria de Procópio com relação à *História secreta*, através da identificação de traços da *imitatio* ou imitação dos clássicos. Um ano depois, Duwe apresentou uma nova divisão do *corpus* procopiano, adotando o critério dos elementos formais do discurso. Tal divisão respeitava a seguinte ordem: *sententiae, locutiones, singula vocabula, syntactica, structurae* (REINSCH, 2006, p. 762). Somente em 1914, uma divisão similar foi efetuada na obra de Agatias, para exemplificar o pioneirismo das investigações sobre Procópio.

Entretanto, foi pela obra de Max Brückner, em 1896, fundamentada nas declarações de Braun e Duwe, que vemos inaugurado um intenso debate sobre as relações entre a obra de Procópio e Tucídides. Segundo Reinsch (2006, p. 760), na opinião de Brückner, a audiência do século VI esteve sempre um nível abaixo das capacidades intelectuais dos gregos da época de Péricles, e Procópio, claramente, não escaparia à regra, realizando apenas uma imitação imperfeita do modelo clássico; como representante de uma “mentalidade bizantina” inferior à inteligência tucidiana. O

³⁴ Mesmo posteriormente a essa primeira fase, as relações entre as obras de Procópio e Tucídides, como imitação e modelo, continuaram a ser objeto de investigação historiográfica. Rober Browning (1978, p.109), por exemplo, afirma que “Procópio claramente se pensava como um segundo Tucídides. Isso explica seu regular uso de ες ao invés de εις, e provavelmente seu uso de σσ ao invés do Ático – e aticista - ττ (γλωσσα não γλωττα). Mas a estrutura de suas sentenças está distante da complexidade e variedade tucidiana”.

argumento principal desta forma de análise foi a busca e visualização de falsidades encontradas nos textos bizantinos, como resultado de uma imitação rígida e incoerente dos modelos gregos.

Na tentativa de estabelecer um argumento diferente do afirmado por Brückner, contra a criatividade procopiana, Jacob Haury (*Procopiana*), em 1890, e Gustav Soyter (*Die Glaubwürdigkeit des Geschichtsschreibers Prokopios von Kaisareia*), em 1951, destacaram a experiência pessoal do historiador bizantino nos eventos narrados em sua obra. O relato do ataque da peste que acometeu os bizantinos, por exemplo, passa a ser uma situação emblemática na defesa da autenticidade dos fatos de sua *História*. Os dois autores (Haury e Soyter), juntamente com outros de mesma opinião, alegavam que os detalhes da epidemia, dificilmente poderiam ser atribuídos apenas a uma inspiração literária, baseada na descrição da peste que acometeu os atenienses no século V a.C. (REINSCH, 2006, p. 760). Se os historiadores bizantinos admiraram as narrativas do período clássico e procuraram se aproximar de suas características, também estavam inseridos num contexto político, social e militar e também tiveram que lidar com situações tais como epidemias e batalhas.

Tanto a opinião do primeiro, quanto a negação do segundo grupo estavam ligadas pela mesma perspectiva. A grande questão que envolveu os pesquisadores, naquele momento, versava sobre a autenticidade ou não das informações contidas nas obras dos autores bizantinos. Assim, suas *Histórias* eram lidas como uma coleção de informações úteis ou não, na qual os itens podiam ser destacados e examinados apenas por seu valor de verdade. A obra de Procópio apresentava-se como uma escrita deslegitimada enquanto narrativa histórica. O debate moderno sobre a *imitatio* dos clássicos envolveu a análise e investigação de muitas obras bizantinas, como as de Agatias, João Cantacuzeno, Prisco, Eusébio de Cesareia, Menandro o Protetor, Ana Comneno entre outros. Mas é interessante destacar que Procópio aparece sempre como ponto de partida destas análises, sendo o principal autor bizantino pesquisado até a primeira metade do século XX.

Herbert Hunger atribui um caráter mais sofisticado à discussão sobre como o “classicismo” envolveu uma postura complexa de aproximação com relação aos autores gregos antigos. Segundo o autor, se vemos em Bizâncio uma diminuição dos tratados teóricos discutindo os fundamentos da “imitação”, é porque essa postura havia se tornado prática corrente. Assim, “[...] quando costumes e instituições se tornam firmemente enraizados numa contínua e estável convenção, explicações e justificativas de sua

existência são raramente requisitadas” (HUNGER, 1970, p. 18). O estudo da aplicação prática da *mimesis* dos autores clássicos, nos textos romano tardios e bizantinos é o objetivo do artigo de Hunger (1970, p. 38), e suas conclusões evidenciam uma multiplicidade de formas e diferentes níveis de aproximação.

De forma geral, esclarece Hunger, a atividade de imitação literária configurava-se como uma das características principais dos textos bizantinos considerados eruditos (*high language*), inclusive pelos escritores do próprio período e, portanto, citados e divulgados com esse *status* dentro do império. Esses textos chegaram até nós influenciados pelo juízo formulado e emitido entre o círculo de autores conhecidos (HUNGER, 1970, p. 38). Procópio, por exemplo, foi citado com admiração por Evágrio (autor de uma *História eclesiástica*, em seis livros, que aborda os eventos de 431 a 593), Agatias (autor de cinco livros de *História*, narrando acontecimentos de 552 a 558), Teofilato Simocatta (autor de uma *História* sobre o governo de Maurício, entre 582 e 602), Simeão Metafrasta (escreveu uma coleção de vidas de santos), Constantino Porfirogeneta (escreveu a biografia panegírica de Basílio I, entre outras obras), Fócio (viveu provavelmente entre 810 e 895, escreveu a relação dos livros da sua famosa biblioteca e deixou escritos sobre vários assuntos), Zonaras (cronista da época dos Comnenos, século XI), Nicéforo Calixto (escreve no início do século XIV uma *História da Igreja*), entre outros bizantinos (GARCÍA ROMERO, 2000, p. 18).

Se Herbert Hunger (1970, p. 19) denomina o contato entre os textos bizantinos e os modelos clássicos de “imitação” (*mimesis*), seu objetivo parece ser, ao contrário, evidenciar a variedade de trabalhos que, inspirados pelos autores antigos, desenvolveram seu estilo próprio. Hunger (1970, p. 21) deixa claro que o termo não deve ser entendido como se os bizantinos tivessem conscientemente concebido a aplicação de motivos, figuras e citações como imitação, mas que o Império Oriental não experimentou uma “quebra” no seu curso histórico e, portanto, cultural, como houve nas regiões ocidentais, onde uma interrupção foi proporcionada pelo estabelecimento de impérios germânicos. Apesar de enfatizar, por todo o texto, as reproduções que os autores bizantinos, tanto na poesia quanto na prosa, realizaram dos motivos clássicos, a obra de Hunger é importante pela clareza com a qual divulga a complexidade dessas reproduções e pela denúncia dos estudos que somente enfatizam a imitação em termos de cópia mais ou menos fiel. Segundo o autor, dificilmente tem se notado a principal característica da arte e literatura bizantina que foi “o balanço entre uma estrita aderência

a um conhecimento e aceita tradição – nesse caso a imitação da Antiguidade – de um lado, e a maior variação possível de detalhes, de outro” (HUNGER, 1970, p. 33).

Para José Maria Candau Morón (1996, p. 151), ao se servirem de um grego que se aproximava da Antiguidade clássica e se distanciava do falar contemporâneo da sociedade bizantina, os autores se inseririam num sistema expressivo que reclamava a utilização de um meio linguístico especial. A aproximação entre esses dois contextos não se reduz à utilização da mesma língua, é antes um produto literário ocasionado pela cristalização das estruturas e da eleição de tais estruturas na formulação de um gênero historiográfico.

Os pesquisadores que apregoavam uma íntima vinculação, por vezes imitação, dos escritos bizantinos com relação os autores gregos, se basearam nos elementos discutidos sobre a escrita da história na Antiguidade. Na perspectiva geral, Tucídides, Heródoto e, frequentemente, Homero são citados como influenciadores de uma longa tradição historiográfica que perdurou muitos séculos, atravessando as formas romanas, bizantinas e renascentistas. Embora pareçam, muitas vezes, exageradas, as afirmações sobre o poder da historiografia grega antiga não são desprovidas de fundamento, encontrando espaço já na documentação que temos do passado.

O tratado de Élio Teon, por exemplo, provavelmente escrito no século primeiro, ilustra bem a relação da escrita da história com o modelo textual dos autores gregos clássicos. Numa obra cujo objetivo era preparar os jovens ao estudo da retórica propriamente dita o autor afirma que os exercícios retóricos eram úteis não somente para aquisição da maestria na arte da oratória, mas para as demais formas da arte de apresentar uma narrativa ou uma fábula, inclusive para a arte de compor uma história (*historian*), definida como um conjunto particular de narrativas acerca das causas (*Progymnasmata*, 1, 60, 1-6). O tratado afirma que os antigos oferecem muitas descrições interessantes, como por exemplo, Tucídides com a sua narrativa da peste, do cerco de Plateia, ou de algumas batalhas navais e combates de infantaria e de cavalaria (*Progymnasmata*, 2, 68, 7-11). A obra cita também o bom exemplo que pode ser encontrado em Heródoto e Tucídides sobre a descrição detalhada de pessoas, lugares, fatos, de armas e objetos, com o intuito de tornar evidente o que está sendo relatado (*Progymnasmata*, 7, 118.6, 7-26).

Com relação a Homero, Robert Browning (1975, p. 16) afirma que encontramos várias referências e alusões aos seus escritos, principalmente porque eles se

transformaram em “livros escolares” no sistema de ensino bizantino³⁵. Browning mostra como a literatura bizantina se aproveitou de temas e personagens homéricos para desenvolver sua própria característica. Michel Pselo teria mencionado, em uma de suas obras, que Homero era um autor a ser decorado nas escolas, aproximadamente 30 linhas por dia, para um aluno mediano e 50 para um aluno mais adiantado (BROWNING, 1975, p. 18)

Particularmente para pensar na relação, discursivamente construída, entre as obras ditas “classicistas” (tendo Procópio como modelo, no caso bizantino) e os escritos gregos é preciso mencionar os elementos do movimento denominado “Aticismo”. Albrecht Dihle (1994, p. 49-50) afirma que a produção literária, principalmente ateniense, elaborada no IV e V séculos a.C., sempre desempenhou um importante papel na vida intelectual grega, embora muitas regiões no período helenístico tivessem presenciado a emergência de uma significativa produção poética, em prosa e filosófica. Para o autor tal atitude pode ser explicada pela necessidade de cultuar aquilo que melhor distinguia os gregos de seus vizinhos, uma distinta base cultural. Como a fundação de colônias ampliou as fronteiras do mundo grego e a manutenção das línguas (e, portanto, da cultura) nativas nessas novas regiões foi frequente, os gregos estabeleceram uma relação muito especial com a antiga atividade literária produzida no centro de seu império. Para Dihle (1994, p. 50-51), a fundação da primeira Alexandria foi essencial para a preservação da antiga literatura grega e, a partir do século III, veremos, dentre os eruditos alexandrinos, o desenvolvimento de um significativo método de tratamento filológico das obras preservadas. No processo de desenvolvimento dos métodos de crítica e interpretação, vemos a edição de textos escritos no passado, cuidadosamente mantidos na língua original e com acesso bastante restrito a um grupo especializado. Os círculos mais educados, muito provavelmente, faziam a seleção, do que poderia ser, preferencialmente, lido (DIHLE, 1994, p. 51). Assim, temos um conjunto literário que desempenhava um papel fundamental na formação dos gostos dos leitores, principalmente, porque era usado pelo sistema educacional. O grego ático representava uma espécie de forma linguística erudita que procurava se afastar do falar cotidiano, evitando, principalmente as influências do latim. O “Aticismo” não foi um elemento

³⁵ Robert Browning (1975, p. 25) afirma que não somente os bizantinos utilizaram as referências homéricas, mas também os estoicos elaboraram sistemáticas interpretações alegóricas da *Iliada* e *Odisseia*, bem como os neoplatonistas fizeram de Homero um autor de referência.

moldando a escrita da história aleatoriamente, mas um instrumento cultural e educacional que sustentava o critério de legitimidade de certos modelos literários.

A interpretação de Albrecht Dihle tem a qualidade de não isolar o estabelecimento desse conjunto canônico das transformações operadas num mundo de constantes mutações. Segundo o autor, essa atitude “classicizante” esteve presente em todo o período helenístico e a atividade literária se espalhou por uma larga área, numa civilização com alto nível de mobilidade, ocasionando um seguinte efeito: “sua base é a linguagem Ática do século IV a.C., mas seu vocabulário e conjunto de formas, sua sintaxe e estilo apresentam uma profunda e persuasiva influência da nova era” (DIHLE, 1994, p. 52). Para o autor, a incorporação do Egito grego, em 31 a.C. pelo Império Romano, representou, com maior força, a manutenção dessa canônica literatura em outros territórios. O período de Augusto foi visto com otimismo, ao mesmo tempo em que se intensificaram as tendências “classicistas” no império, pois “os bons novos tempos, seriam como os bons velhos tempos, e aqueles bons velhos tempos foram os dos gloriosos ancestrais que defenderam a Grécia do poder do Império Persa [...]” (DIHLE, 1994, p. 52-53). Assim, o material literário, bastante significativo, produzido nos séculos V e IV a.C., em Atenas, foi vinculado com a distinção política grega e a imitação linguística-literária ganhou dimensões morais, sendo estabelecida como parte da educação erudita (DIHLE, 1994, p. 53).

O conceito de “Aticismo” desenvolvido pela historiografia, dessa forma, serve para caracterizar o movimento, no século I a.C. em diante, de afirmação da autoridade narrativa de determinados autores, que deveriam ser imitados tanto no estilo como no mais básico nível linguístico. A definição foi retirada da interpretação de Dihle (1994, p.53) mas traduz muito bem os usos que são feitos do termo nos textos e análises em geral. Como todo conceito, ele resume uma variedade de formas e está longe de englobar toda a atividade literária erudita do período em questão (atualmente, nem se propõe a isso). Existiram, dessa forma, muitos níveis de “Aticismo”, visualizados na vasta documentação que temos dos textos romanos e bizantinos. De fato, não representou, em nenhum estágio, uma pureza total das formas linguísticas, mas se caracterizou pela escolha de códigos importantes para a composição do texto, usados diferentemente pelos autores, que viram com admiração a possibilidade de escreverem dentro de uma tradição reconhecida. Mesmo a relação entre a chamada *koine*³⁶ e as

³⁶ O termo aparece aqui no sentido de um “[...] determinado estágio da ‘evolução’ da língua grega, sensivelmente unificada na época medieval bizantina (koiné bizantina), do qual deriva[...] o ‘grego

formas tardias do grego ático deve ser vista em seus níveis de interação, já que não resumem atividades completamente apartadas³⁷.

Segundo Dihle, o chamado “classicismo” foi uma das consequências do movimento “Aticista”. Nesse sentido, o termo representaria mais do que uma atividade de criação literária, seguindo alguns modelos antigos, dentro de uma tradição erudita estabelecida. Ele significaria uma específica atitude, situada temporalmente a partir do século I, quando, pela primeira vez, a tradição literária se tornou a medida da atividade linguística-literária (DIHLE, 1994, p. 58). Existia, portanto, um conjunto canônico de autores clássicos, cuja autoridade não era questionada. O termo “classicismo”, não fora colocado em uso pelos antigos e medievais bizantinos, mas pode ser usado para compreender a relação de suas atitudes literárias com relação à tradição estabelecida e reconhecida. No gênero historiográfico, o termo determina melhor essa relação do que “aticismo”, visto que também autores que escreveram em outro dialético que não o ático, como Homero e Heródoto compõem o corpo canônico historiográfico. E será com esse sentido que o usaremos, em momentos pontuais, nesta pesquisa.

Dentro do âmbito acadêmico, o debate historiográfico sobre a relação dos autores bizantinos e os modelos clássicos tornou-se mais elaborado e novas questões passaram a ser consideradas. No 13º Simpósio de Estudos Bizantinos, em 1979, por exemplo, o tema central resumia-se na aproximação entre Bizâncio e a tradição clássica, mas as discussões enfatizaram menos o elemento clássico dos textos e mais os diferentes usos feitos pelos bizantinos dos modelos narrativos disponíveis. Houve desta forma, entre classicistas e bizantinistas, um acento na criatividade e na transformação.

Um dos principais pontos de articulação entre a obra de Procópio, *História das guerras* e os escritos gregos, discutidos atualmente, é a vinculação entre História e Retórica. De acordo com Christopher Pelling (2000, p. 8), os historiadores gregos como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, sempre apresentaram suas narrativas “retoricamente”, nos diversos sentidos que esse termo pode ter. Num sentido mais amplo, esses

moderno’, através de sucessivas alterações: citem-se especialmente as de ordem fonética e prosódica, mas também as no campo da morfologia e da sintaxe[...].” (HORTA, 1978, p. 68).

³⁷A ideia da relação entre a linguagem cotidiana e literária é contrária ao que afirma Albrecht Dihle (1994, p. 57), que vê uma completa dicotomia entre a linguagem “pura” e a popular. Não concordamos com a ideia de Dihle, por não vermos uma “pureza” nos escritos dos autores considerados “aticistas”, já que as demandas linguísticas se modificam com os diferentes contextos. Apesar da afirmação radical, Dihle tem consciência da interrelação entre as formas de linguagem. Segundo o autor, “para o moderno filólogo, é óbvio que nenhum desses autores escreveu na linguagem que eles falaram, mas nenhum trabalho dessa época está inteiramente sem violações das regras do Ático clássico. Ainda que alguns escritores, mais notavelmente no século II, demonstrassem uma considerável virtuosidade nos seus comandos da linguagem e do estilo da antiga ática prosa literária” (DIHLE, 1994, p. 58).

historiadores desejaram persuadir suas audiências acerca do valor de seus materiais e da validade de suas interpretações; mas, além disso, eles estavam conscientes da importância da oratória no manejo da apresentação escrita dos fatos.

Residirá, portanto, nas considerações sobre o manejo retórico as principais associações entre a obra de Procópio e os autores da Antiguidade. As relações entre a escrita de Procópio e Tucídides, por exemplo, são ressaltadas na tese de Charles Pazdernik, defendida em 1997. O autor analisa as possíveis associações entre Tucídides e Procópio, tendo como categorias comparativas dos conceitos de *eleutheria* (liberdade) e *douleia* (escravidão). O foco da pesquisa repousa nas considerações acerca dos limites historiográficos e políticos nos trabalhos dos historiadores em questão e o autor afirma que a leitura dessas obras possibilita a aquisição de um entendimento mais crítico sobre como o poder pode ser projetado e manipulado discursivamente (PAZDERNIK, 1997, p. 312). Pazdernik mostra como esses historiadores, influenciados pelas diferentes contingências de seu tempo, apresentam o diálogo entre *eleutheria* e *douleia* dentro das transações de poder. A comparação entre as obras, assim, extrapola os limites das considerações fraseológicas para encontrar espaço no próprio arranjo da narrativa e seleção do conteúdo. Pazdernik (1997, p. 8-9) supõe que a aproximação de Procópio com a obra tucidideana se faz de forma consciente, envolvendo uma técnica de escrita e apresentação, mais do que paralelos verbais aleatórios.

Apesar dos estudos cada vez mais reflexivos e sofisticados, de forma geral a história de Procópio é vista a partir dos critérios de compreensão da escrita grega clássica, ou de influências romanas muito particulares. Assim, a *História das guerras* dificilmente não seria inserida, por exemplo, no conjunto de características apresentados por John Marincola, no seu estudo sobre as *histórias* produzidas entre gregos e romanos no passado. Segundo o autor, o fato de ser, salvo algumas exceções, a escrita da história na Antiguidade, a escrita de uma elite para outra, ela apresenta alguns traços marcantes: 1) a proeminência de indivíduos (gerais em Atenas, reis no mundo helenístico ou magistrados e imperadores romanos); 2) o foco na atividade da classe governante (engajamento na guerra, ações do Estado); 3) a preocupação com o elogio ou crítica, com um exame e avaliação do papel da atividade do indivíduo na história; 4) uma tendência em retratar as classes mais baixas em termos pejorativos (MARINCOLA, 2009, p. 13).

Um exemplo de tal atitude que vincula num mesmo grupo de definições obras de autores gregos e bizantinos é a pesquisa de Jose Maria Candau Morón (1996), que situa

os escritos de Tucídides e Procópio numa tradição historiográfica caracterizada: 1) pela atenção especial com relação ao político e às ações militares; 2) pela preocupação com o contemporâneo, uma vez que a história era a história do presente, e o passado era utilizado na medida em que servia ao tempo atual e; 3) pelo método investigativo, baseado na *autópsia*, levando em consideração apenas o que a experiência pessoal e a participação direta do historiador registrava, ou sua habilidade no recolhimento de testemunhos confiáveis.

Toda forma de apresentação geral, evocando fórmulas interpretativas, parece cair na dupla tentação de ser amplo demais para definir alguma coisa, ou restrito demais para apresentar uma utilidade, além daquela de produzir exceções e levantar questionamentos. De qualquer forma, os critérios de caracterização apresentados por Marincola e Candau Morón são amplos o suficiente para dar conta de diferentes tipos de escrita e objetos. A aproximação entre os escritos de Procópio e os autores gregos antigos se faz sob o signo da “tradição”. Procópio é inserido nesse grupo seletivo de historiadores que escreveram as suas *Histórias* inspirados por Homero, aos moldes de Heródoto e Tucídides. Nesse sentido, Roger Scott e Margaret Mullett defendem a ideia de que Procópio seria um exímio representante, talvez o último herdeiro dessa longa tradição iniciada entre os gregos. Para Scott e Mullett, Procópio é certamente um dos últimos escritores da tradição clássica, pois encontramos em seu prefácio da *Guerra pérsica*, uma mescla de influências herodoteanas e tucidideanas, além da atribuição da grandeza de seu objeto, como os antigos escritores fizeram (SCOTT; MULLETT, 1981, p. 72). Entretanto, Procópio ressalta o caráter grandioso do seu conteúdo a partir de uma comparação estranha com os arqueiros do tempo de Homero. Seria preciso considerar a sagacidade do autor bizantino que, seguindo os modelos clássicos, consegue, ainda que muito sutilmente, “jogar” com essa herança, produzindo uma narrativa autêntica. Essa atitude literária de Procópio, segundo Scott e Mullett (1981, p. 72) indica o fim de uma tradição. A partir do século VII poderíamos, portanto, apontar para o surgimento de uma escrita da história propriamente bizantina, com características muito diferentes de Tucídides ou Heródoto.

Embora, muitas vezes, a inserção de Procópio nessa tradição se faça de forma quase natural, pela alegação de características em comum com a historiografia grega, acreditamos que ela pode ser consequência de, principalmente, dois fatores. Em primeiro lugar, o fato da *História das guerras* estar escrita em língua grega e o grego bizantino não ter uma tradição de estudos apontando a sua especificidade. Staffan

Wahlgren (2010, p. 527) destaca que a literatura bizantina, em geral, tem sido pouco estudada, principalmente, porque o grego bizantino foi, por muito tempo, considerado um registro idêntico ao grego antigo. O resultado disso é a falta de análises que considerem a produção literária em Bizâncio como um conjunto que comporta sentido e dinâmica própria, capaz de produzir critérios argumentativos específicos e uma relação autêntica com o público (WAHLGREN, 2010, p. 528). Portanto, em segundo lugar, numa perspectiva mais ampla, vemos que Procópio é agregado tão completamente aos modelos historiográficos da Antiguidade grega pela falta de uma avaliação da historiografia bizantina, dentro das particularidades de cada escrito, mas numa visão de conjunto.

Importantes obras já foram elaboradas abordando os aspectos gerais dessa produção. Warren Treadgold (2010), por exemplo, coleta informações sobre os autores bizantinos mais comentados, como Eusébio de Cesareia, Menandro Protetor, Agatias, Malalas, entre outros. Procópio de Cesareia aparece como marco na historiografia bizantina para Treadgold, pois os tópicos de seu livro indicam a escrita dos “contemporâneos a Procópio” e daqueles que “sucederam Procópio”. Em 1992, Michael Whitby elaborou um capítulo sobre as histórias escritas em grego “depois de Procópio”, apresentando a diversidade e vitalidade da produção literária entre os bizantinos. Segundo o autor, apesar das reservas que podemos ter com relação à obra do historiador bizantino, ela foi real o suficiente para os seus sucessores, que escreveram no estilo classicizante (WHITBY, 1992, p. 25). Tanto Treadgold quanto Whitby discutem elementos gerais não só do que eles consideram como historiadores classicistas ou classicizantes, mas também incluem as histórias eclesiásticas e as crônicas. Mesmo assim, ao menos em comparação com as produções sobre os historiadores gregos e romanos, como Homero, Heródoto, Tucídides, Políbio e Tácito, o número de trabalhos que abordam os escritos de história bizantinos mais sistematicamente (considerando, por exemplo, elementos filológicos ou conceituais) é pouco significativo.

1.3.2. A problemática dos gêneros e o “peso” da composição procopiana nos estudos comparativos

No estudo da produção literária do sexto século é possível sugerir duas limitações que parecem se associar à dificuldade em discutir mais profundamente os

escritos bizantinos de história: a definição e separação dos gêneros textuais e o peso do *corpus* procopiano em relação às demais obras.

Da forma como as obras costumam ser agrupadas em gêneros, existe uma grande dificuldade em estabelecer relações entre elas. Acreditamos que a classificação dos escritos, considerando o conteúdo e a pretensão do autor, é importante, desde que também possibilite o diálogo entre os diferentes textos. A divisão de gêneros não é uma novidade. A massiva obra de Felix Jacoby, *Die Fragmente der griechischen Historiker*³⁸, é considerada uma importante referência na discussão sobre a definição dos gêneros historiográficos gregos. A partir da compilação e comentários de fragmentos, o autor apresenta uma visão bastante sofisticada do desenvolvimento dessa particular forma textual, dividindo os textos historiográficos em pequenos grupos com características compartilhadas. A primeira seção é dedicada aos escritos de “genealogia” e “mitografia” (*Geschichte der Sagenzeit*), seguida pela “cronografia” e “história contemporânea” (*Universal- und Zeitgeschichte*). A terceira parte é dedicada aos trabalhos de “etnografia” e “horografia” (*Geschichte von Völkern und Städten*). As seções posteriores tratam das “biografias” e “literatura antiquaria” (*Antiquarische Geschichte und Biographie*), “geografia” (*Geographie*) e “autores indeterminados” (*Unbestimmbare Autoren*) e foram elaboradas posteriormente à morte do autor, baseadas em seu plano inicial.

Embora pareça uma consequência da mentalidade herdeira de uma visão positivista de análise documental, as tentativas de classificação e avaliação do material historiográfico podem ser encontradas desde a Antiguidade. Mais uma vez o exemplo é Élio Teon, na sua obra *Progymnasmata*, que informa a respeito dos historiadores posicionados em variados gêneros³⁹: 1) os historiadores genealogistas, tais como Apolodoro de Atenas, Acousilaos de Argos e Hecateu de Mileto, que tratavam das genealogias conhecidas dos arcontes e éforos de Atenas, dos sacerdotes de Argos e sucessivos reis da Lacedemônia, da Macedônia e da Pérsia; 2) Já em Tucídides de

³⁸ A obra de Felix Jacoby reúne quase 12 mil fragmentos, de mais de 870 historiadores gregos e disponibiliza vastos comentários sobre eles. O autor, entretanto, morreu em 1959, antes de terminar a monumental obra. Das seis seções planejadas (e mencionadas no prefácio), Jacoby completou apenas as três primeiras. Além das três últimas seções, alguns comentários também foram feitos por outros autores, posteriormente, como o elaborado por Charles W. Fornara, em 1994. Pierre Bonnechere, como parte de um projeto internacional, em 1999, organiza e publica um índice para os textos de Jacoby.

³⁹ Élio Teon propõe para os historiadores, como para os oradores, um programa de leituras. Assim como havia diferentes (três) gêneros de oratória, a história também estava dividida de acordo com suas características particulares: *genealogikos*, *politikos*, *mythikos*, *apomenmoneumatikos* e *periektikos* (*Progymnasmata*, 13, 25).

Atenas e Filisto de Siracusa, encontramos as características dos historiadores políticos, que relataram acontecimentos como guerras e batalhas; 3) Com relação aos historiadores dos mitos, que lidavam com as lendas dos heróis e dos deuses, temos o exemplo da *Tragōdoumena* de Asclepiades; 4) havia ainda os historiadores que consagraram seus relatos aos homens ilustres, como o músico Aristoxenes e o autor Sátiro; 5) os historiadores generalistas faziam conhecer sobre as vilas, regiões e sítios, tais como os escritores Cimno, Filia e Filostéfano. Além desses exemplos, haveria ainda outra espécie de historiadores, caracterizada por praticar todas as disciplinas mencionadas, como Heródoto, Teopompo, Xenofonte, Filisto, Éforo e por fim, Tucídides (*Progymnasmata*. 13, 24-29, 1-18).

Assim, não surpreende que a coleção de Jacoby também delinieie a configuração de pelo menos cinco subgêneros principais dentro da historiografia. Da sistematização da *Die Fragmente*, feita por John Marincola (1999, p. 283-288), temos: 1) genealogia e mitografia (*Geschichte der Sagenzeit*); 2) etnografia (*ethnographen*); 3) cronografia; 4) história contemporânea (*Zeitgeschichte*); 5) horografia ou história local. O esquema posiciona a “mitografia” ou a escrita da história dos tempos míticos como a forma mais antiga do gênero historiográfico e um de seus importantes representantes seria Hecateu de Mileto⁴⁰ e sua obra *Genealogias*. Já os textos “etnográficos”, compilados por Jacoby, oferecem uma descrição detalhada e precisa de diferentes lugares, povos e costumes. As “cronografias”, de acordo com o padrão encontrado, possuíam como característica principal a datação por meio dos magistrados anuais e o mais antigo representante seria Helânico de Lesbos⁴¹ com a obra *As sacerdotisas de Hera em Argos*.

A “história contemporânea” seria o mais importante dos subgêneros, englobando os autores que narraram a história grega de seu tempo ou até o seu tempo, sem as limitações do registro local. As características distintivas dessa forma historiográfica podem ser esquematizadas da seguinte forma: 1) independente de quando é o começo da narrativa, o elemento principal é sempre o tempo do autor; 2) os autores oferecem um

⁴⁰ Hecateu de Mileto é frequentemente analisado por sua relação com a obra de Heródoto, que o cita pelo nome como uma das fontes de seu conhecimento. Heródoto menciona: “Hecateu, o escritor, esteve uma vez em Tebas, onde ele fez para ele mesmo uma genealogia que o conectava por linhagem com um deus na décima sexta geração. Mas os sacerdotes fizeram por ele o que eles fizeram por mim (que não tracei minha própria linhagem)” (*Histórias*, II, 143). Hecateu parece ter escrito duas obras principais: *Genealogias* e *Circuito da Terra* (MARINCOLA, 2003, p. XVIII-XIX).

⁴¹ Os escritos de Helânico foram produzidos no século V a.C. e os dados escassos sobre a sua vida não nos permite considerar muitas informações seguras. O autor escreveu obras sobre o passado mítico dos gregos, recolhendo informações na tradição textual já existente (principalmente a obra de Hecateu). Sua obra *As sacerdotisas de Hera em Argos*, tem pretensões de ser uma grande crônica da Hélade (CAEROLS PÉREZ, 1991, p. 1-18).

ponto de vista grego sobre os eventos; 3) as obras mostram um tratamento pan-helênico, considerando diferentes cidades-estados gregas. A obra de Heródoto pode ser posicionada em algum lugar entre este subgênero e a “etnografia”, por apresentar características muito variadas. Mas a obra mestre da *Zeitgeschichte* é o livro sobre a história da guerra do Peloponeso. Tucídides estabeleceu uma tradição cujo foco recaía sobre uma guerra particular, mas este subgênero poderia também incluir outras formas como a história de um determinado período.

O esquema proposto por Felix Jacoby, seja pela qualidade do material, seja pela fácil atração que as ideias organizadas causam nos trabalhos científicos, influenciou mais de uma geração de acadêmicos cujas considerações textuais da história estiveram no centro ou tangenciaram suas preocupações⁴². Por outro lado, o material foi submetido a muitas avaliações e recebeu consistentes críticas. John Marincola retomou a questão sobre os gêneros textuais na Antiguidade, convidando o leitor a uma apreciação mais complexa do papel da tradição e das inovações pessoais nas composições literárias do passado. Marincola faz o levantamento das críticas e questões que o esquema de Jacoby ocasionou. Em primeiro lugar, o sistema apresenta uma problemática visão teleológica da escrita da história, posicionando os primeiros autores numa espécie de forma “primitiva”. Tal visão pode sugerir a influência da perspectiva evolucionista do século XIX, que assumia uma espécie de “progresso” na transição do mito para a ciência (MARINCOLA, 1999, p. 291). Além disso, o esquema destaca em demasia a importância de Hecateu, Heródoto e Tucídides como representantes do desenvolvimento de gênero historiográfico, individualizando a experiência textual dos gregos. O escrito do primeiro autor é visto como um passo inicial rumo ao tratamento racional dos eventos históricos, realizado posteriormente por Heródoto e Tucídides (MARINCOLA, 1999, p. 291-292). Outro problema levantado é a forma rígida e invariável que a obra de Jacoby apresenta as categorias da escrita da história, muitas vezes baseada em critérios modernos e inapropriados para entender a extensão da historiografia antiga. Por

⁴² Um notável exemplo de como o esquema elaborado por Jacoby influenciou e ainda influencia os estudos sobre os textos historiográficos é a obra de José J. Caerols Pérez (1991, p. 5) sobre Helênico de Lesbos. Caerols divide a produção do autor grego em 5 etapas: a) Obras genealógico-mitográficas: *Forónide, Deucalionea, Atlântide, Asópide* e *Sobre Troya*; b) Obras etnográficas sobre povos bárbaros: *Sobre Egito, Subida ao tempo de Amón, Sobre Quíos, Sobre Lidia, Sobre Pérsia* e *Sobre Escítia*; c) Obras etnográficas sobre regiões gregas: *Sobre Eolia, Sobre Lesbos, Sobre Argos, Sobre Arcadia, Átide, Sobre Beocia* e *Sobre Tesalia*; d) Obras cronográficas: *Os vencedores das Carneas* e *As sacerdotisas de Hera em Argos*; e) Compêndios: *Fundações de povos e cidades, Sobre a fundação de Quíos* e *Costumes bárbaros*. Em nota de rodapé, Caerols (1991, p. 26, n.37) vincula a sua divisão à teoria sobre os gêneros historiográficos sugerida pela *Die Fragmente der griechischen Historiker*.

exemplo, não é possível encontrar uma consistente terminologia nos trabalhos dos autores que nos indique a diferença entre os dois principais subgêneros apontados por Jacoby: “história contemporânea” e “etnografia”. A palavra *historiae* utilizada em alguns textos na Antiguidade se referia às possíveis e variadas formas de escrita da história existentes (MARINCOLA, 1999, p. 292-299). Por último, as deficiências apontadas anteriormente indicariam um problema maior, envolvendo uma estática noção de gênero. Marincola afirma que um dos principais objetivos da composição foi ser tradicional e inovadora ao mesmo tempo. A “imitação”, por exemplo não foi somente uma cópia dos autores antigos, mas a sobreposição de uma nova abordagem a um tratamento tradicional dos eventos. O esquema de Jacoby, entretanto, não dá conta dessa dinâmica textual, entre tradição e inovação (MARINCOLA, 1999, p. 299-300).

Nos estudos sobre a escrita da história no contexto bizantino, essa problemática envolveu, principalmente, dois gêneros: a história contemporânea ou “classicista” e as crônicas. A obra de Karl Krumbacher não inaugura a discussão, mas estabelece, em 1891, a base dos discursos posteriores, que apontam de forma muito clara uma linha divisória entre a historiografia no sentido clássico e a crônica bizantina. Segundo o autor,

[...] todas as representações dos eventos históricos repousaram em duas diferentes categorias, os trabalhos históricos, no sentido antigo, e as crônicas. As diferenças entre os dois gêneros são encontradas em seus conteúdo, forma e audiência pretendida. Os escritores dos trabalhos históricos, que nós designaremos como historiadores, lidaram com um comprimento moderado da história bizantina que eles pessoalmente experimentaram ou que antecedeu seu próprio período por somente um curto período. Em outras palavras, eles escreveram história contemporânea [...]. Ao lado dos historiadores, estão os cronistas, que, se não pertenceram exclusivamente ao período bizantino, pelo menos alcançaram uma importante posição literária nesse período. Eles compuseram histórias que se estendiam da criação do mundo até um pouco antes de seu próprio tempo (KRUMBACHER, 2001, p.219).

Krumbacher ainda fornece outros elementos distintivos entre historiadores e cronistas, como, por exemplo, a relação dos primeiros com os modelos da Antiguidade, tais como Heródoto, Tucídides e Políbio. Os historiadores, portanto, teriam escrito num estilo “clássico e puro”, completamente ático ou ao menos helenístico e a sua audiência ideal foi composta por um círculo de pessoas bastante educadas e vinculadas aos serviços da corte imperial. Já os cronistas, como alude Krumbacher, trabalharam com temas de interesse mais popular, não produzindo um esquema pragmático de

apresentação dos fatos. Eles compuseram obras com uma narrativa mais simples e abordaram um amplo escopo de objetos, uma espécie de “coleção de detalhes históricos” (KRUMBACHER, 2001, p. 220). Assim, as evidências nos indicam que historiadores e cronistas não escreveram para o mesmo auditório (KRUMBACHER, 2001, p. 220).

A obra de Krumbacher, com relação à distinção entre história e crônica não fornece mais do que um emaranhado de afirmações gerais e por demais conclusivas. Em direção oposta, estudos mais recentes tendem a problematizar essa questão, levantando velhas afirmações e contrapondo a documentação disponível. Cada vez mais, as crônicas têm sido vistas como trabalhos sofisticados, mais do que textos escritos numa linguagem popular tentando alcançar um amplo público. A característica correntemente atribuída aos cronistas, como trabalhos inferiores às histórias “classicistas” devido à falta de critérios para a apresentação dos eventos históricos, tem se modificado. Por meio de uma investigação mais atenta das crônicas e melhor organização do material disponível, os pesquisadores têm apontado para uma valiosa e refinada visão de seus contextos. Assim, as obras deixaram de ser analisadas à sombra dos eruditos trabalhos de história e encontraram espaço próprio no discurso historiográfico. Alexander Constantine Sarantis (2005, p. 42) menciona essa mudança de postura e afirma que um destaque maior tem sido dado, primeiro, à intrincada e laboriosa atividade de compilação, envolvendo uma complexa combinação de sistemas cronológicos, uma grande variedade de fontes e uma seletiva sobreposição de trabalhos anteriores, presente das crônicas.

Apesar dos esforços para atualizar as ferramentas interpretativas e redimensionar a discussões sobre os gêneros historiográficos⁴³, os estudos de Krumbacher, continuam a influenciar a forma como os pesquisadores compreendem os textos bizantinos de história. As obras de Procópio e João Malalas, por exemplo, são posicionadas como representantes destas duas formas de escrita da história⁴⁴ e pouco esforço é feito para contrastá-las e relacioná-las. Além disso, a definição de gêneros muitas vezes impede que as obras de Procópio sejam pensadas em conjunto pela diferença de estilo. Uma mudança nessa postura poderia melhorar o entendimento que temos da obra procopiana,

⁴³ John Marincola (1999, p. 302-309), por exemplo, propõe o estudo das formas historiográficas da Antiguidade a partir da consideração de cinco critérios, como alternativa para a rigidez sugerida pelo estabelecimento de categorias para os gêneros históricos. Em resumo, os critérios são: 1) Narrativa ou não narrativa; 2) Focalização; 3) Limites cronológicos; 4) Arranjo cronológico; 5) Objeto. O esquema é uma das alternativas possíveis para uma diferenciada interpretação dos gêneros historiográficos.

⁴⁴ Por exemplo, no texto de Elizabeth Jeffreys (1990) e Michael Maas (2005).

pois, somado aos estudos que contrapõem a narrativa de Procópio aos escritores gregos clássicos, uma comparação com as obra contemporâneas ampliaria a nossa capacidade de interpretação.

Também a consideração da obra de Procópio como escrito historiográfico superior dificulta os avanços com relação à comparação com outras obras, resultando num certo desprezo do restante da literatura do século VI e um empobrecimento da composição procopiana pela falta de contrapontos de peso. Nesse caso, pensamos principalmente nas obras de Procópio e Agatias. Diferente da obra de Malalas, a obra de Agatias é agrupada no mesmo gênero “classicista” e nem por isso é incluída num extenso debate historiográfico, cuja relação entre as duas obras ocupa lugar central. Ao contrário, a direta comparação entre os autores, segundo os critérios da escrita da história “classicizante”, tende a ressaltar as deficiências do segundo. Michael Whitby escreve sobre essa impressão. Segundo o autor o trabalho de Agatias, muitas vezes, é julgado pelo valor de suas descrições bélicas, baseando o critério de análise nos elementos militares (WHITBY, 1992, p. 32), como resultado de um enquadramento da obra num gênero “classicista”. Essa atitude acarretou comentários acerca da inferioridade da obra de Agatias com relação à obra procopiana⁴⁵.

A análise de Warren Treadgold com relação à obra de Agatias, por exemplo, é depreciadora. Segundo autor, o historiador bizantino falhou na demonstração de entusiasmo e sua obra necessitava de mais interesse com relação ao próprio objeto do que com as explicações inseridas. Sua *História* é interrompida, diversas vezes, dificultando a apresentação de um assunto principal e seu interesse abordava apenas marginalmente os assuntos de guerra e diplomacia. Treadgold afirma que Agatias escreveu a história com o objetivo de tirar algum benefício disto. Assim, ele teria sido “provavelmente mais brilhante e engajado como um amigo ou convidado de jantar do que como historiador” (TREADGOLD, 2010, p. 290), embora muitos bizantinos gostassem de seu trabalho, já que ele sobreviveu em um número considerável de

⁴⁵ Ainda segundo Whitby, se Agatias, como autor, parece ter desenvolvido, com notável destreza, os artifícios retóricos capazes de atingir o público almejado; como historiador, Agatias possui uma fraqueza. Ele foi um funcionário legal, com pouca experiência nos remotos eventos militares que estavam ocorrendo, mas que, paradoxalmente, ocupam grande espaço em sua narrativa. Desta forma, ele, muitas vezes, não foi capaz de enriquecer o texto com descrições detalhadas dos conflitos, como faz Procópio, por exemplo. Além disso, Agatias parece ter tido problemas para compreender a informação disponível a respeito das guerras, pois muitos de seus comentários sobre as causas dos eventos e sobre a motivação humana parecem banais ou desnecessários (WHITBY, 1992, p. 38).

manuscritos. Talvez pela referência explícita ao trabalho de Procópio ou pelo tamanho da obra, pequeno o suficiente para ser convenientemente copiado, completa Treadgold.

Num movimento contrário, de valorização da produção de Agatias, Anthony Kaldellis afirma que devemos reconhecer em Agatias uma “complexa persona literária” (2003, p. 295), pois cada elemento de sua experiência contribui para dar aos seus escritos uma forma única e admirável. Assim, poderíamos apontar, na leitura de suas obras, um Agatias-advogado, com seu forte senso de justiça e julgamento moral; um Agatias-filósofo, refletindo sobre as crenças e sugerindo lições políticas; um Agatias-poeta, encorajado por amigos, com seu vocabulário poético e conhecimento clássico; e um Agatias-erudito, ansioso por mencionar os erros de seus predecessores (KALDELLIS, 2003, p. 295-296). Entretanto, apesar das considerações de Kaldellis, o trabalho filológico, a discussão de conceitos e ideias não fazem parte de um esforço para o entendimento sistemático e atualizado da obra de história de Agatias. Se o autor bizantino se coloca tão diretamente como continuador da obra procopiana, podemos pensar que os dois autores compartilhavam algumas condutas com relação ao texto histórico. O crescimento das análises considerando Agatias de forma mais particularizada e cuidadosa poderia também influenciar a nossa compreensão da obra procopiana.

1.3.3. Entre a Antiguidade Tardia e o Império Bizantino

Outra discussão que tem influenciado as pesquisas sobre Procópio e os escritos de seus contemporâneos, em geral, é a dupla-posição do século VI entre a temática da Antiguidade Tardia⁴⁶ ou do Império Bizantino. O período denominado atualmente de Antiguidade Tardia, foi tratado, por muito tempo, como o estágio final e decadente da Antiguidade ou como o início dos anos medievais no Ocidente. Edward Gibbon e uma corrente de autores (principalmente, da tradição iluminista) viram no triunfo do cristianismo e do barbarismo um período de declínio da cultura. Já os pesquisadores interessados na história eclesiástica destacaram o alto nível dos escritos dos chamados “Pais da Igreja” e o nascimento da Europa Cristã (LIEBESCHUETZ, 2004, p. 254).

⁴⁶ Segundo Liebeschuetz (2004, p. 257), a descoberta do período atribuído à Antiguidade Tardia se dá, principalmente, no campo da história da arte, após a obra de Alois Riegl, publicada em 1901, *Die Spätromische Kunstindustrie* e a sua discussão sobre as mudanças na intenção artística do período pós clássico. Apesar de negar a inferioridade artística desse período, com relação à produção clássica, Riegl não adota uma ruptura com relação à história romana, usando o termo “romano-tardio” ao invés de “Antiguidade Tardia”.

Diferentes datações são sempre sugeridas e defendidas com base em um ou outro evento julgado essencial para perceber as transformações do mundo Antigo. Os anos de 150, 200, 250, 395 ou 425 para demarcar o início, assim como os de 600, 700, 750 ou 800, para pontuar o final aparecem na produção historiográfica (ANDO, 2008, p. 32). A obra de Henri-Irénée Marrou, *Décadence romaine ou antiquité tardive?* (1977), considerada um dos pontos de abertura da discussão sobre o período, estabelece uma datação que vai do século III ao VI. Paralelamente a essa discussão, os estudos sobre as fronteiras cronológicas e temáticas do Império Bizantino⁴⁷ se desenvolveram, provocando e ampliando o debate sobre a Antiguidade Tardia.

A confluência a que chegou esses campos de análise provocou, muitas vezes, uma definição arbitrária do sexto século, em geral e da obra de Procópio em particular. Averil Cameron, discutindo acerca dos novos temas e estilos na literatura grega na Antiguidade Tardia (2006, p. 12-13), diagnostica esse problema, apontando uma série de estudos que posicionam Procópio em diferentes abordagens ou que deixam de mencionar o autor, por limites cronológicos. O capítulo de Alan Cameron, por exemplo, acrescenta a autora, “Poetry and literary Culture in Late Antiquity”, não ultrapassa os limites do século V, silenciando, portanto, com relação ao texto procopiano. Anthony Kaldellis, no livro sobre Procópio, ora menciona bizâncio e os bizantinistas, ora apresenta o tema nos termos do “fim da Antiguidade”. Já a obra de Alexander Kazhdan, sobre a história da literatura bizantina, começa somente com o final do século VII, não incluindo a obra de Procópio em seu escopo. Desta forma, comentários sobre o historiador podem ser encontrados (ou não), atualmente, em obras sobre autores bizantinos, romanos e gregos (se trazem um capítulo sobre a literatura grega pós-clássica). Segundo Cameron, embora alguns autores não pareçam se importar com a nomenclatura utilizada nos seus trabalhos,

[...] é preciso estar consciente disto, mesmo que somente julgando as abordagens modernas existentes, pois enquanto pode parecer irrelevante em si mesmo, os termos ‘Antiguidade Tardia’ e ‘Bizâncio’ carregam uma pesada carga de associações e conotações, e isso afeta as reações modernas dos textos em questão. Ser denominado de ‘Bizantino’ é quase como receber um beijo de morte para um autor,

⁴⁷ O espaço dos estudos bizantinos como campo específico de análises começa a ser formatado no século XVI. Entretanto, foi, sobretudo, a historiografia do século XIX que demandou considerável atenção aos elementos da sociedade e cultura bizantina. Nesse momento, o debate que se estabeleceu entre os historiadores tendia a edificar uma espécie de “mito” que representava Bizâncio com um guardião da cultura clássica até a tomada de Constantinopla, quando os turcos promoveram a transferência desse tesouro para o renascimento italiano.

como Ruth Webb⁴⁸ afirma, quando comenta sobre a ausência da literatura bizantina no cânone ocidental (CAMERON, 2006, p. 13).

Apesar da justa consideração, Cameron mesmo transita entre um e outro termo nas suas obras e outros historiadores fazem o mesmo, divididos entre a ênfase na mudança e as considerações sobre a continuidade do século VI. Fazem, principalmente, porque parece impossível adotar uma ou outra nomenclatura ou definição cronológica se o objetivo do trabalho é discutir com maior profundidade os elementos desse período, porque ambos refletem os problemas e limites da construção historiográfica. Apesar de problemáticos os dois termos parecem úteis em uma ou outra ocasião, para marcar a especificidade do objeto, porque não carregam apenas associações e conotações negativas, como parece indicar Cameron, mas também trazem à tona toda uma série de considerações importantes já desenvolvidas sobre o assunto. Na impossibilidade de adotar um ou outro termo, nos parece viável, para essa pesquisa, aceitar o cruzamento de abordagens, de acordo com a ênfase que pretendemos atribuir à discussão.

1.3.4. Aproximações teóricas e abordagens

É preciso esclarecer, finalmente, que a nossa avaliação da historiografia produzida sobre Procópio tem se baseado numa tradição de língua inglesa, francesa e alemã (na medida em foram traduzidos para o inglês) e, portanto, reflete o grandioso limite de sua parcialidade. Mesmo a autora grega, Maria Kouroúmali, teve sua formação doutoral na Universidade de Oxford. Acreditamos que muito tem sido produzido em outras direções nas tradições russa, turca, grega e armênia, por exemplo, que se vinculam de alguma forma em termos identitários com essa história bizantina, e cujos trabalhos em suas línguas originais ainda não foram traduzidos. Na Rússia, Alexander Vasiliev deve ter deixado, no mínimo, um importante rastro produtivo. Seria muito interessante investigar as relações, cruzamentos e diferenças dessas produções historiográficas e, certamente, ocupará um lugar em considerações posteriores a essa tese.

Nesta investigação, apesar de considerarmos uma variada bibliografia, podemos afirmar que o núcleo de nossas observações se aproxima, de forma crítica, de três autores em especial: Averil Cameron, Anthony Kaldellis e Maria Kouroúmali. As obras

⁴⁸ O trabalho citado por Cameron é : “Talking a leaf from Gibbon : appraising Byzantium”, publicado na revista *Dialogos*, em 1999.

de Averil Cameron, publicada em 1985, e Anthony Kaldellis, apresentada em 2004, juntamente com uma série de artigos desses autores, publicados sobre o tema da historiografia bizantina, em geral, e sobre Procópio de Cesareia e seu *corpus*, em particular, têm disputado a opinião dos pesquisadores interessados no assunto. Um número significativo de estudos trata dos aspectos referentes às obras de Procópio e seus elementos biográficos, mas os autores nomeados acima merecem destaque pela amplitude de suas considerações. Cameron e Kaldellis propõem caminhos interpretativos que envolvem a leitura do *corpus* procopiano da forma mais totalizante possível, tentando compreender as nuances do trabalho autoral. A primeira atenta para a necessidade de relacionar as obras de Procópio à especificidade literária, política e econômica do sexto século, sob o governo de Justiniano. Sua avaliação sobre a produção procopiana é balizada pela tentativa de responder as perguntas com relação ao método utilizado nas obras do historiador bizantino e do que poderia ser considerado como influência para o seu arranjo e seleção do material (CAMERON, 1996, p. x). Essas questões também aparecem com significativa influência nesta tese. A investigação da perspectiva histórica na obra *Guerra pérsica* deve considerar também os métodos utilizados pelo autor e as possibilidades da seleção do material, por considerarmos que essa seleção também poderá informar sobre a concepção de história que Procópio divulga em sua obra.

Anthony Kaldellis leva mais adiante os questionamentos de Cameron e discute como o formato “classicista” e a conseqüente comparação da obra procopiana com as “grandes” *histórias* da Antiguidade pode limitar a nossa leitura do autor bizantino. Segundo Kaldellis, o “engajamento” de Procópio com a literatura e pensamento clássicos foi muito mais sofisticado do que os pesquisadores inicialmente acreditaram, demonstrando uma seleção e utilização conscientes das possibilidades de apresentação textual disponíveis. Para o autor, “os textos narrativos, incluindo as histórias, estão sendo vistos, cada vez mais, como trabalhos criativos de representação literária” (KALDELLIS, 2010, p. 254). Assim, a maioria de suas ideias são norteadas por esse caminho, que considera também a história como literatura (além de sua utilidade como fonte factual e interpretação do passado). Kaldellis apresenta, por exemplo, o texto da *Guerra pérsica* através de eixos temáticos, exibindo uma preocupação com as “costuras” da composição textual no documento histórico.

Maria Kouroúmalí (2005), numa perspectiva mais restrita, apresenta em seus estudos sobre a *Guerra gótica* uma cuidadosa avaliação das adaptações e usos da

historiografia grega antiga na obra de Procópio e faz uma comparação entre os escritos procopianos e alguns textos históricos produzidos na Antiguidade Tardia. Em suas conclusões, defende a ideia de que o autor se aproximou do trabalho de Tucídides apenas de maneira muito superficial e conveniente, se apropriando unicamente de características gerais de um gênero do qual Tucídides ajudou a formatar. Como Averil Cameron, a autora também procura entender as obras de Procópio como produto do sistema educacional do período.

As considerações apresentadas nesta tese se aproximam das formulações dos autores acima citados, principalmente, pelo destaque dado aos elementos historiográficos e literários da composição procopiana. Na nossa proposta de análise da *Guerra pérsica*, a compreensão da composição e arranjo textual torna-se essencial. Desta forma, começaremos apontando a apresentação do objeto e da ideia de grandeza atribuída discursivamente a ele, pelo autor, verificável em algumas passagens pontuais da obra.

CAPÍTULO 2

AS ENUNCIÇÕES DE GRANDEZA DO OBJETO COMO RECURSO DE
AMPLIFICAÇÃO NARRATIVA

No próêmio procopiano vemos os eventos das guerras de Justiniano contra os persas, como algo extremamente importante, já que “será evidente que nada é mais importante [*kreisson*] ou poderoso [*iskhyroteron*] do que o que aconteceu [*tetykhēkotōn*] nessas guerras, desde que se pretenda tornar conhecida a verdade [*alēthōs*]” (*Guerra pérsica*, I, 1, 6). Desta forma, os feitos mais admiráveis [*thaumasta*] teriam sido realizados naquelas guerras (*Guerra pérsica*, I, 1, 7).

Na passagem acima é possível notar a preocupação do autor em apontar a singularidade e magnitude do objeto narrado, uma técnica de apresentação inicial que não pertenceu exclusivamente ao gênio criativo de Procópio. Heródoto tinha a pretensão de apresentar as grandes e admiráveis ações [*erga megala te kai thōmasta*] dos helenos e dos bárbaros (*Histórias*, I, 1). Tucídides indicou o começo de seu relato sobre a guerra “imediatamente após a sua eclosão, na expectativa de que ela seria grande [*megan*] e mais digna [*axiologōtaton*] de relato do que as precedentes, pois verificava que, ao entrar em luta, ambos estavam no auge de todos os seus recursos [...]” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 1). O autor ainda acrescenta que “de fato, esta comoção foi a maior já ocorrida para os helenos e também para uma parcela dos bárbaros, podendo-se mesmo dizer que para a maioria da humanidade [*pleiston anthrōpōn*]” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 1, 3).

Procópio não afirma que a maior parte da humanidade esteve envolvida nos acontecimentos, mas indica que o imperador travou combates contra os bárbaros do ocidente e do oriente, nomeando, no curso do relato, principalmente, persas, vândalos, godos, hunos, mouros, armênios e uma diversidade de outros povos que estiveram direta ou indiretamente envolvidos nos termos bélicos ou nas estratégias da política externa de Justiniano. O que poderia representar uma boa parcela do mundo conhecido pelo historiador. Além disso, um discurso dos armênios, apresentado no segundo livro, atribui a dimensão de totalidade à guerra, ao asseverar que as conquistas do imperador dos romanos não pareciam suficientes para a sua ânsia “[...] pois ele está mesmo

procurando nos céus e nas áreas além do oceano, desejando ganhar para si algum outro mundo” (*Guerra périca*, II, 3, 42).

A ênfase na magnitude dos eventos aparece em outros momentos da obra, com contornos muito variados. As afirmações e indicações da grandeza do assunto relatado, bem como a atribuição da importância do esforço autoral, parecem ter sido um componente importante para a composição da *Guerra périca* e serão consideradas, nesta pesquisa, como um primeiro ponto relevante capaz de nos guiar na compreensão de suas características historiográficas. O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir os caminhos pelos quais Procópio apresenta a grandeza do objeto tratado na *Guerra périca*.

O título faz referência ao recurso de amplificação, discutido pela crítica textual moderna. Gérard Genette tem, especialmente, se dedicado à fundamentação teórica da configuração narrativa, estrutura textual e poder discursivo da composição literária. Segundo esse autor o processo de amplificação pode envolver tanto elementos de expansão: distensão de detalhes, descrições, multiplicação de episódios e personagens secundários e máxima dramatização de aventuras (dificilmente dramáticas por si mesmas); quanto de extensão: inserção de episódios externos ao tema inicial, mas cuja incorporação torna possível estendê-lo (GENETTE, 1997, p. 262-264).

A definição de Genette parece englobar uma série de elementos vinculados ao termo, que aparecem desde os tratados retóricos da Antiguidade. Em latim, Fábio Quintiliano (século I) escreveu que o poder do orador reside na amplificação e atenuação (*Institutio oratoria*, VIII, 3, 89), dividindo a amplificação de expressão em quatro gêneros: o engrandecimento [*incremento*], a comparação [*comparatione*], o raciocínio [*rationatione*] e a acumulação [*congerie*]. O primeiro procedimento permite que o orador faça parecer importante mesmo o que é menos importante, apresentando algo como se não pudesse mais amplificar. O que procede por comparação tira a grandeza dos elementos menos importantes, exagerando o que é inferior. O terceiro tipo é colocado em um lugar, mas produz seu efeito em outro, de modo que, se exageramos uma circunstância é para engrandecer outra; e ,por raciocínio, somos conduzidos àquela que queríamos engrandecer. Assim, amplificando uma coisa, se amplifica outra. Por fim, vemos a acumulação de palavras e pensamentos, por meio de uma gradação ascendente (*Institutio oratoria*, VIII, 4).

Já nos escritos sobre retórica elaborados em grego, Élio Teon também vincula a amplificação à função própria do orador, afirmando, nos seus exercícios retóricos, que

os teóricos, em geral, concordariam em dizer que a tarefa do orador é demonstrar (*apodeixai*) aquilo que se faz controverso e amplificar (*auxēsai*) o que é demonstrado. Desta forma, o discurso demonstrativo seria seguido pelo amplificativo (*auxēticos*) (*Progymnasmata*, 1, 65, 1-5). No período posterior, Hermóneges⁴⁹ sugere uma exceção, afirmando que em alguns momentos, o orador pode empregar a amplificação antes mesmo das demonstrações. Isso ocorreria especialmente no caso de um processo jurídico, quando o delito era sem importância ou quando o acusado era um personagem honorável (*O método da habilidade*, 18, 1-10).

A possibilidade de utilizar a amplificação nos escritos de história já era sugerida por Teon. Quando o retor afirma que os seus exercícios seriam importantes tanto para os futuros oradores quanto para os poetas, historiadores e escritores em geral (*Progymnasmata*, 2, 70, 25-29), ele acrescenta que a razão disto é dupla. Em primeiro lugar, os *progymnasmata* dariam ao jovem estudante a capacidade de perceber o método utilizado pelos modelos e, portanto, de imitá-los (*mimēsasthai*). Em segundo lugar, como teriam que compor seus próprios textos, aprenderiam sobre “a disposição dos pontos e argumentos, que indicará, assim, o momento oportuno para a digressão [*parekbaseōs*], para a amplificação [*auxēseōs*] e todo o resto [...]” (*Progymnasmata*, 2, 71, 2-5).

Michel Patillon, comparando os tratados retóricos de Quintiliano, Teon, Aftônio⁵⁰, Hermógenes e Nicolau, dirá que, nesses textos, a amplificação é um tipo de insistência que se pratica em dois níveis: um discurso desenvolve uma ideia que o amplifica, retomando-o, numa série de pontos secundários. Num segundo nível, uma ideia desenvolve um ponto que pode ser amplificado por procedimentos de apresentação que mostram a sua importância (PATILLON, 2008, p. 81).

A importância e o valor da narrativa sobre as guerras de Justiniano contra os persas, parece ser demonstrada pelas afirmações de grandeza do objeto, apresentadas por Procópio. Assim, a maximização dos eventos e da experiência autoral seria parte do processo de amplificação da narrativa e característica mesma da composição historiográfica. Três passagens podem ser especialmente vinculadas à ideia de

⁴⁹ O *corpus* hermogeniano discute a prática e teoria do discurso retórico e é composto por cinco tratados principais, frequentemente, datados entre os séculos II e III: *Os exercícios preparatórios (progymnasmata)*, *Os estados de causa*, *A invenção*, *As categorias estilísticas do discurso* e *O método da habilidade*.

⁵⁰ Aftônio, o sofista (como aparece na *Suda*) elaborou seus textos com um propósito pedagógico, no final do século IV, e parece ter sido influente no ensino de exercícios preparatórios para a retórica. Ao lado de Aelio Teon, Hermógenes e Nicolau de Mira (século V), compõe o *corpus* grego da teoria dos *progymnasmata* que conhecemos (PATILLON, 2008, p. 53).

amplificação na *Guerra périca* e serão analisadas em destaque: 1) a comparação entre os arqueiros no tempo de Homero e no exército de Justiniano, que pode ser lida como uma possibilidade de distensão de detalhes na obra; 2) a descrição do ataque epidêmico, dos sintomas da peste e das consequências na vida social e cultural bizantina, que pode oferecer um exemplo de dramatização potencializada dos eventos relatados; 3) a caracterização da revolta civil contra Justiniano e o destaque dado a personagens honoráveis como o senador Orígenes e, mais destacadamente, Teodora.

Antes que se discuta sobre as formas de apresentação da importância do conteúdo da *Guerra périca*, feitas pelo próprio autor; será necessário esclarecer do se trata a obra e levantar informações gerais sobre o seu referente factual: a guerra entre romanos e persas.

2.1. O conteúdo da *Guerra périca*

O relato principal da *Guerra périca* aborda a sucessão de acontecimentos ligados ao conflito entre romanos e persas, entre os anos de 502 e 549, embora as inúmeras digressões permitiram que o historiador inserisse no texto diferentes temporalidades. A narrativa começa mencionando a indecisão de Arcádio (377-408) sobre como deixar para Teodósio um império pacífico e organizado (*Guerra périca*. I. 2, 1) e as ações políticas que se desdobraram a partir daí.

A utilização de digressões foi um recurso manuseado amplamente e interpretado de diferentes formas entre os escritores antigos. John Marincola, no estudo sobre autoridade autoral e tradição historiográfica na Antiguidade, analisa a presença de digressões na narrativa dos historiadores, como Heródoto, Tucídides e Políbio, por exemplo. Segundo o autor (1997, p. 11) muitos episódios são explicados e comentados em digressões, apresentadas, geralmente, em todo o trabalho. A *persona* do narrador pode aparecer com frequência, indicando um conteúdo moral, reprovando ou elogiando personagens e ações, e enfatizando algumas interpretações, como no caso de Políbio. Nos exercícios retóricos de Hermogenes, por exemplo, o uso de digressões é vinculado à habilidade [*deinotēs*]. Segundo o retor “ele [Licurgo] emprega longas digressões [*parekbasis*], com uma inclinação para as narrativas lendárias ou históricas e as citações dos poetas, isso é devido à aparente habilidade” (*As categorias estilísticas do discurso*, 11, 403).

No progymnasmata de Élio Teon vemos claramente a preocupação com o papel das digressões no discurso. Segundo o autor é preciso estar atento à inserção na narrativa de longas digressões,

não é preciso evitar absolutamente toda digressão, como faz Filisto (a digressão, em efeito, baseia o pensamento de um auditório) [*anapauei gar tēn dianoian tōn akroatōn*] mas aquela que é tão longa a ponto de distrair o pensamento do auditório, ao ponto de exigir um lembrete da questão anterior, como o faz Teopompo, nas suas *Filípicas*. Se encontra sobretudo sob a forma de digressão duas ou três histórias [*historias*] completas, nas quais não somente Filipe, mas ainda algum macedônico não nomeado. Fazendo também a narrativa obscura pela omissão de dados indispensáveis e alegoria [*allēgorian*], que dá às histórias um sentido misterioso (*Progymnasmata*, 5, 80, 30-35; 81, 1-7).

Já as descrições das batalhas, são apresentadas cronologicamente, embora os confrontos tenham ocorrido de forma irregular e geograficamente espalhada. Os períodos de paz são caracterizados pelo envolvimento de ambas as partes em conflitos com outros povos, como, por exemplo, com os hunos que se comportam ora como inimigos, ora como aliados tanto dos romanos quanto dos persas⁵¹. O relato de técnicas e estratégias de guerra, bem como da preparação dos exércitos e dos discursos pronunciados para motivação em campo, dividem o espaço textual com a apresentação de fundamentos metodológicos, elementos culturais (principalmente comentários sobre aspectos religiosos⁵²), diálogos⁵³ e organização de conspirações entre os personagens⁵⁴.

O relato dos eventos na *Guerra pérsica* termina com a menção ao quarto ano de trégua entre romanos e persas, em 549, “vinte dois anos depois da ascensão de Justiniano ao trono imperial” (*Guerra pérsica*, II, 30, 48). Entretanto, as últimas linhas informam sobre a vontade de João da Capadócia⁵⁵ de conquistar o título imperial,

⁵¹ Procópio informa também sobre os conflitos entre romanos e armênios (*Guerra pérsica*, II, 3, 1-31) e entre os persas e os lazos (habitantes de Lazica, costa leste do mar negro) (*Guerra pérsica*, II, 28, 23).

⁵² Procópio comenta, por exemplo, acerca dos aspectos culturais dos persas, dizendo que seu caráter “mais que o de nenhuma outro povo é muito particular e são extremamente rígidos em sua forma de vida. Suas leis draconianas do ponto de vista de qualquer homem e suas imposições não há forma de sobrelevá-las. Além disso, também suas notáveis diferenças com os lazos em seu habitual modo de pensar e de viver são notáveis, porque os lazos são cristãos, e o são mais que tudo, e todas as concepções dos persas sobre a divindade são contrárias às suas” (*Guerra pérsica*, II, 28, 25-26).

⁵³ O relato informa, por exemplo, sobre as tentativas de acordos entre armênios e persas, contra os romanos, apresentando o discurso de Basace, líder da embaixada armênia, enfocando as ideias contrárias ao imperialismo justiniânico (*Guerra pérsica*, II, 3, 31-53). Da mesma forma, o historiador relata os diálogos diplomáticos entre romanos e os lazos (*Guerra pérsica*, II, 29, 10), contra os persas.

⁵⁴ Um dos exemplos mais evidentes é o complô que Antonina, esposa de Belisário, e a imperatriz Teodora organizaram e cumpriram, com o intuito de prejudicar João da Capadócia (*Guerra pérsica*, I, 25, 13-30).

⁵⁵ João teria nascido em Cesareia, se tornando o funcionário de um *magister militum praesentalis* (comandante em chefe do exército na capital) quando, em 531, foi nomeado prefeito do pretório (*eparkhos tōn praitōriōn* - funcionário civil com o poder de um vice-imperador, podendo criar algumas

motivado por algumas profecias. Segundo o historiador, as profecias se realizaram, mas, provavelmente, não da forma esperada por João, que, num dado momento, ao assumir o cargo numa ordem sacerdotal, acabou usando a túnica de um cidadão comum chamado Augusto (*Guerra pérsica*, II, 30, 54).

O objetivo apresentado no próêmio para a composição da obra era narrar as ações bélicas que o imperador dos romanos empreendeu contra os bárbaros. Roger Scott (1981, p. 65-66) aponta que, diferentemente dos autores gregos do período clássico, os bizantinos inauguraram seus textos vinculando a apresentação da verdade à notoriedade de um personagem. A história de Procópio é, portanto, a história do ambicioso projeto político empreendido por Justiniano. Mas além das ações propriamente imperiais, encontramos informações sobre o círculo de pessoas ligado diretamente ao poder. O historiador nos informa, por exemplo, sobre as relações da imperatriz Teodora com funcionários do alto poder: Triboniano (jurista e conselheiro do imperador) e João da Capadócia (prefeito do pretório), com singular riqueza de detalhes. Segundo o relato:

Triboniano viveu muitos anos exercendo o cargo [...] E é que era um homem muito adulator e, por demais, agradável e estava mais que capacitado para encobrir, com sua excelente educação, aquela avareza, sua enfermidade. João, pelo contrário, com todos era duro e cruel [...] A imperatriz Teodora o odiava mais que tudo. E João que havia entrado em choque com esta mulher, por causa das faltas que ele cometia [...], às claras começou a maquirar, caluniando-a ante o imperador, sem ruborizar-se ante a condição de Teodora [de imperatriz] [...] (*Guerra pérsica*, I, 25,2-4).

Uma amostra dos personagens (nomeados pelo autor) que aparecem nessa primeira seção da *História das guerras*, parece contribuir para caracterizá-la como história política e militar. A tabela abaixo mostra quatro grupos de personagens, indicando os campos político (imperadores, reis, imperatriz, rainhas e membros da família real, secretários e conselheiros reais, embaixadores, nobres e patrícios), militar (generais, oficiais e soldados) e religioso (autoridades eclesiásticas, santos, bispos e eremitas). A amostra forma quase a totalidade da atuação humana na guerra dos romanos/bizantinos contra os persas.

leis) por Justiniano. Apesar das críticas feitas por Procópio, João da Capadócia parece ter sido uma das principais forças do funcionamento da burocracia bizantina, aparentemente eficiente na coleta de taxas e imposição do controle fiscal (*The Oxford dictionary of Byzantium*, 1991, p.1063).

Tabela 01
Personagens mencionados pelo nome na *Guerra p rsica*

Posi�o social	Número
Imperadores, reis, imperatriz, rainhas e membros da família real	44
Secretários e conselheiros reais, embaixadores, nobres e patrícios	33
Generais, oficiais e soldados	87
Autoridades eclesiásticas, santos, bispos e eremitas	10

Na tabela de personagens vemos uma menor, mas na obra significativa, importância de pessoas ligadas ao âmbito religioso. Embora a elabora o de uma história eclesiástica não tenha sido a preocupa o do historiador, ele não poderia deixar de agregar elementos cristãos, estando inserido num império fortemente influenciado pela religião.

O historiador também insere digressões que adicionam   narrativa dos acontecimentos um misto de anedotas e informa es tiradas de diferentes fontes⁵⁶. Para Roger Scott (1981, p. 73), nessa primeira se o, Procópio apresenta um extenso contexto histórico para seu objeto principal, frequentemente através de uma série de anedotas divertidas, mas pouco informativas e úteis, aos moldes da narrativa herodoteana. Segundo Scott, o historiador bizantino não o faz para divertir o leitor ou por estupidez, mas para sugerir um conhecimento da tradi o historiográfica reconhecida no seu século. Desta forma, não   possível levar seu prólogo a sério, pois trata-se de um habilidoso jogo, uma brincadeira com os seus modelos clássicos. Numa perspectiva diferente, Anthony Kaldellis (2004, p. 64) considera que as narrativas anedóticas, inseridas nas digressões iniciais da obra procopiana, devem ser consideradas pela sua utilidade no conjunto da obra, frequentemente indicando o pensamento político do bizantino.

Para Anthony Kaldellis (2010, p. 257) a *Guerra p rsica*   um relato de derrotas romanas e desastres, no qual Procópio aponta a incapacidade de Justiniano em defender seus súditos. Kaldellis destaca a passagem sobre como Justiniano manteve-se distante e ignorante do que estava acontecendo, sendo, portanto, incapaz de adaptar seus movimentos aos momentos oportunos (*Guerra p rsica*, II, 30, 48). A esse elemento,

⁵⁶ Vemos, por exemplo, as digressões sobre a geografia dos locais que aparecem na narrativa principal. Ver digressão sobre os Portões Cáspio (*Guerra p rsica*, I, 10, 1-12).

acrescenta a fixação de Procópio em terminar os dois primeiros livros mencionando a figura de João da Capadócia, apresentado em toda a obra como um homem sem escrúpulos, mas protegido por Justiniano⁵⁷. Além disso, a exposição das maquinações e artimanhas na corte teria a função de demonstrar a indulgência do imperador para com as faltas de seus íntimos conhecidos. Desta forma, Procópio se utilizou da narrativa para levar o leitor a deduzir que tipo de governante era Justiniano, sem precisar dizer claramente suas ideias contrárias ao regime, que ele acabou dizendo por meio dos discursos, por exemplo. No relato dos discursos, alguns personagens são bastante críticos com relação às atitudes imperiais. Nesse sentido, os “inimigos de Justiniano proveriam o comentário que o historiador não poderia escrever em seu próprio nome” (KALDELLIS, 2010, p. 257-260).

Averil Cameron destaca a especificidade da *Guerra pérsica* com relação ao seu conteúdo e propósito temático. Segundo a autora, nos dois primeiros livros, Procópio apresenta a rivalidade entre romanos e persas, que, diferentemente dos vândalos e godos (protagonistas dos livros subsequentes), eram considerados, até o século VI, um poder reconhecidamente forte e quase similar aos romanos. Desta forma, não vemos, nessa primeira seção, por exemplo, uma indicação de que os habitantes sentiram necessidade de libertar os territórios da opressão bárbara, pois era, praticamente, uma luta entre potências rivais (CAMERON, 1996, p. 152). A relação bélica entre os dois povos não proporcionou grandes conquistas para serem descritas, como a rivalidade dos romanos para com os vândalos e godos, tratadas posteriormente. A ausência de uma vitória final no curso das guerras contra os persas teria proporcionado espaço para o relato de outros elementos, só muito tangencialmente relacionado com os eventos bélicos, como a revolta *nika* e o ataque de peste. A avaliação de Cameron, acerca da apresentação do objeto da *Guerra pérsica*, é a de que a obra “consiste numa narrativa na qual nem tudo é contado” (CAMERON, 1996, p. 170), porque o historiador limita-se a narrar apenas parte dos eventos, enfatizando com otimismo a personalidade de Belisário; apresentando uma determinada visão dos fatos que será modificada e ampliada pela *História secreta*.

Warren Treadgold (2010, p. 195), num caminho interpretativo diferente, pontua que Procópio inseriu os relatos da revolta *nika* e da peste nesta primeira seção, porque

⁵⁷ Procópio escreve, por exemplo, que João da Capadócia usava sua inteligência para se tornar o mais vil de todos os homens, “[...] empregando seu poder natural para baixos projetos” (*Guerra pérsica*, I, 24, 13). Entretanto, “[...] o imperador Justiniano atribuía grande importância a ele” (*Guerra pérsica*, I, 25, 6).

considerava esses eventos importantes para a compreensão das guerras de Justiniano como um todo e eles se encaixariam menos desajeitadamente no relato da guerra contra os persas do que os livros posteriores. A afirmação de Treadgold, parece traduzir mais convenientemente o papel desses eventos na obra. Gostaríamos de sugerir ainda que os relatos sobre a revolta contra Justiniano e o surto epidêmico foram inseridos na primeira seção, não somente porque se encaixariam melhor, mas porque toda essa parte é nuclear, fundamental para o entendimento que o historiador procurou veicular sobre os desdobramentos da política de Justiniano e o envolvimento dos povos bárbaros com o mundo romano nesse período.

2.2. Notas sobre o motivo pérsico na escrita da história dos Antigos

A construção da narrativa procopiana integra um conjunto de obras que fazem referência direta ao poderoso e longínquo embate entre gregos e romanos contra os persas⁵⁸. As guerras dos gregos com os persas, no século V a.C., por exemplo, é o núcleo da obra de Heródoto⁵⁹. Já Tucídides vincula a guerra com os medos com o aumento do poderio naval ateniense e o conseqüente temor dos lacedemônios com relação à supremacia daquela cidade-estado⁶⁰. Aristófanes retrata os acarnenses como veteranos da batalha de Maratona [*Marathōnomakhai*] (*Os acarnenses*, vv, 180-181) e

⁵⁸ A guerra dos gregos contra os persas inspirou muitos autores e políticos na Antiguidade e além dela. Segundo Emma Bridges (2007, p. 4), durante os governos de Augusto e Nero, a batalha de Salamina foi encenada em espetáculos aquáticos. As intrigas do harém encontradas nas obras de Heródoto e Ctésias de Cnido podem ter servido como base para os textos antigos e a imagem dos vencidos persas aparece na escrita bizantina, como nos trabalhos de Procópio e Ana Commeno. No final do século XVI, a antiga derrota da Pérsia pela Grécia se confundiu com as batalhas contemporâneas dos cristãos ocidentais contra os turcos otomanos. Além disso, a referência das guerras pérsicas teria desempenhado um papel significativo na Revolução Francesa e na Guerra de Independência dos gregos, tendo também se configurado como um “elemento crucial na formação tanto da identidade nacional iraniana quanto da grega” (BRIDGES; HALL, RHODES, 2007, p. 4-6).

⁵⁹ Numa das passagens, por exemplo, Heródoto escreve: “[...] mas o próximo passo da minha história é investigar quem foi esse Ciro que tirou o poder de Creso e como os persas se tornaram os governantes da Ásia” (*Histórias*, I, 95, 1).

⁶⁰ Tucídides informa que “[...] depois da dissolução das tiranias na Grécia, não muito antes da batalha entre os medos e os atenienses nos campos de Maratona. E no décimo ano depois que os bárbaros invadiram com uma grande frota a Grécia, subjugando-a. E a Grécia estando em grande perigo, a liderança dos gregos na guerra foi dada àquela liga dos Lacedemônios, como era o estado mais potente. E os atenienses, que tinham como propósito muito antes e já haviam arrumado seus pertences, com a vinda dos medos foram para bordo dos navios e se tornaram marinheiros. Quando tinham conjuntamente rechaçado os bárbaros, então os gregos, ambos, como tinham se revoltado contra o rei e e como tinham feito a guerra em comum, não muito tempo depois se dividiram em ligas, uma parte com os atenienses e outra com os lacedemônios, essas duas cidades parecem ter sido as mais poderosas, pois uma tinha o poder terrestre e a outra o marítimo [...]” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 18).

Diodoro da Sicília menciona a narrativa de Éforo sobre a grandeza do armamento dos persas (*Biblioteca histórica*, 11, 5, 3).

Tim Rood, no livro acerca dos limites e possibilidades da historiografia antiga, ressalta, por exemplo, as influências da obra de Heródoto na concepção da história de Tucídides pelo viés do conteúdo da guerra pérsica, embora a maioria dos estudos ressalte apenas a distância entre esses historiadores, a partir da reação de Tucídides contra o prazer do relato e a afirmação da sua acribia. Rood (1999, p. 145) faz um levantamento das passagens na *História da guerra do Peloponeso* que mencionam, de alguma forma, o conflito contra os persas (I, 73, 2; I, 73, 2; 2,36, 4; 5, 89; 6,82, 4). O local atribuído à guerra pérsica é parte essencial da narrativa tucidideana e parece integrar sua compreensão dos acontecimentos. A ideia de que o poder ateniense aumentou muito após a luta contra os persas justificaria uma interpretação que posiciona a guerra do Peloponeso como resultado do temor espartano com relação ao fortalecimento ateniense⁶¹ (ROOD, 1999, p. 145-146). As batalhas contra os persas não foram somente mencionadas no relato tucidideano, mas revividas em algumas situações⁶². Assim, seja através do apelo emocional ou do registro analítico, seja no corpo da narrativa ou nos discursos, esse é um elemento central na representação que o historiador faz da guerra do Peloponeso e da atuação nos atenienses nela (ROOD, 1999, p. 152).

P. J. Rhodes mostra como a representação grega dos persas foi ambígua no período clássico. O império inimigo foi visto ora como um grande desafio para os gregos, ora como um efeminado, fraco e luxurioso grupo de bárbaros. A despeito dos diferentes vieses, “os persas se tornam o arquétipo dos bárbaros” (RHODES, 2007, p. 37). Nos séculos V e IV a.C., eles serão os potenciais inimigos e aliados dos gregos. A relação entre esses dois império foi bastante complexa. A narrativa de Tucídides nos indica, por exemplo, que Temístocles (*História da guerra do Peloponeso*, I, 135-138) e Alcebíades (*História da guerra do Peloponeso*, VIII, 45-46) se refugiaram entre os

⁶¹ Uma passagem na *História da guerra do Peloponeso* informa que “[...] a verdadeira disputa, pelo menos no discurso, eu considero que tenha sido o crescimento do poder ateniense, que despertou um grande medo nos lacedemonios, impelindo-os à guerra” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 23).

⁶² Tucídides menciona a dificuldade que os atenienses tiveram para deixar a cidade, lembrando a situação similar na guerra pérsica. Segundo o historiador, durante muito tempo os atenienses viveram governados por leis próprias e não desejavam se deslocar, pois tanto pelos costumes que a maioria tinha, quanto pelo tempo desde a guerra pérsica, estavam acostumados a viver no campo com suas famílias. Além disso já tinham reparado suas casas e bens, após a guerra contra os persas (*História da guerra do Peloponeso*, II, 16, 1).

persas e Heródoto informa que Zópiro, num movimento inverso, fugiu da Pérsia para Atenas (*Histórias*, III, 160, 2). Além disso, tanto atenienses quanto lacedemônios consideraram a aproximação com os persas durante a guerra do Peloponeso (*História da guerra do Peloponeso*, II, 7, 1), pois Atenas precisava evitar que Esparta conseguisse dinheiro persa para fortalecimentos de sua tropa naval (RHODES, 2007, p. 39)

John Marincola (2007b, p. 105) afirma que o discurso grego, quando a Grécia já estava subjulgada pelos romanos, considerou as guerras pérsicas como o segundo ato de um passado glorioso, formado por três partes, iniciadas na guerra de Tróia e finalizadas nas conquistas de Alexandre, o Grande. A extensão das referências sobre os persas nos trabalhos dos escritos gregos antigos, levou Dominique Lenfant (2007, p. 200) a afirmar que talvez nenhum outro povo estrangeiro teve mais histórias detalhadas escritas sobre si pelos gregos do que os persas e para os leitores modernos, Heródoto sé o escritor por excelência desse tópico. Entretanto, “antes e depois dele existiram historiadores gregos que escreveram monografias específicas sobre o mundo pérsico: elas foram chamadas *Pérsica*⁶³, um gênero original, desenvolvido nos V e VI século a.C. [...]” (LENFANT, 2007, p. 200). Dentre os escritores que relataram, em menos ou maior grau as relações culturais entre gregos e persas estão: Dionísio de Mileto, Caronte de Lampsaco, Helânico de Lesbos, Ctésia de Cnido, Heráclides de Cumes, dos quais só temos fragmentos e comentários (LENFANT, 2007, p. 208). Os fragmentos desses autores demonstram um constante interesse pelo mundo do “Outro”, através de diferentes abordagens, o que parece indicar que existiram contatos diversos entre os dois povos. A Pérsia foi encarada como lugar complexo, dinâmico e, em muitos assuntos, fascinante. Embora “os gregos tenham tentado entender alguns aspectos, a Pérsia também permaneceu, por vezes, como um espaço ideal para localizar estórias sensacionais” (LENFANT, 2007, p. 208).

Para Johannes Haubold a representação das guerras pérsicas, foi, inicialmente, moldada pelos próprios persas. Xerxes e seus sucessores teriam utilizado a épica grega como justificativa para a expansão imperial, ao passo que a audiência grega, hostil aos persas, teria reclamado o mesmo material como justificativa para a oposição do domínio

⁶³ É preciso considerar o peso da avaliação de Jacoby na referência ao gênero *Pérsica*. Segundo Dominique Lenfant (2007, p. 200), a obra classificatória de Félix Jacoby foi muito influente na consideração moderna do estatuto da obra herodotiana, por exemplo, Jacoby considerou a *Pérsica* como pertencente ao gênero etnográfico e descritivo, representando um estágio anterior no processo que desemboca no trabalho historiográfico de Heródoto, num movimento que levava da descrição para a narração. Além disso, Lenfant adverte que Jacoby considerava a *Pérsica* de Ctésias como uma tentativa ruim de competir com a narrativa de Heródoto, e, na verdade um sinal de degradação do gênero histórico (LENFANT, 2007, p. 200).

imperial. A base para a interpretação de Haubold, entretanto, é frágil, pois foi integralmente retirada de fontes gregas, Heródoto, em particular, que inicia seu trabalho mencionando a explicação dos persas para o começo das hostilidades contra os gregos. Heródoto afirma que o relato persa aponta a origem do conflito com os gregos a partir da queda de Ilium, Tróia. Além disso, Xerxes teria visitado o sítio de Tróia para ver onde Príamo tinha governado, tendo realizado sacrifícios para Atena de Ilium e libações para os heróis mortos (*Histórias*, VII, 43). A interpretação dessa atitude tende a ressaltar um cuidadoso plano de propaganda imperial arquitetado por Xerxes, para lançar-se “como o campeão de Tróia aos olhos da audiência grega” (HAUBOLD, 2007, p. 55).

Também na tradição romana, as guerras pérsicas serão um evento sempre lembrado e mencionado na produção literária. Ovídio, por exemplo, lembra o tempo em que Cesar Augusto trouxe navios persas e atenienses para um show da batalha naval, mencionando em seguida uma grande campanha de conquista para vingar o general Crasso, derrotado pelos partos em 53 a.C. (*A Arte de Amar*, I, 171-180). A encenação naval, provavelmente recriava a batalha de Salamina. Segundo Philip Hardie (2007, p. 129), no caso dessas atualizações dos símbolos da guerra entre persas e gregos, pela interpretação dos romanos, vemos uma preocupação dessa grande potência em afirmar sua relação como sucessores da missão ateniense. A referência aos elementos da história pérsica também aparece de outras formas, por exemplo, no século I, Veleio Patérculo (*História romana*, 2, 33, 4) informa que Pompeu costumava chamar Lúculo de “Xerxes romano” ou “Xerxes togado” (*Xerxen togatum*) devido ao seu apego à luxúria das construções e magnificências das festas.

Jan Willem Drijvers destaca que apesar da relação entre romanos e persas ter se caracterizado por conflitos e coexistência, as fontes greco-romanas tendem a enfatizar a guerra, talvez inspirados no *topoi* que remetia à descrição de Heródoto. Nesse sentido “as fontes dizem menos sobre os longos períodos de cooperação, que foram compostos por uma ativa troca cultural, religiosa, econômica e diplomática” (DRIJVERS, 2009, p. 441). Entretanto, um exemplo de testemunho sobre a relação cultural entre os dois povos, pode ser encontrado no relato sobre um indivíduo, Antonio, que de contador do exército romano, passou a trabalhar a serviço do rei persa e foi capaz de continuar sua vida normalmente⁶⁴ (AMIANO MARCELINO, *História*, 18, 5).

⁶⁴ Segundo Amiano Marcelino (*História*, 18, 5, 2), “Existiu um certo Antonio, inicialmente um rico mercador, depois um contador a serviço do governador da Mesopotâmia, e finalmente um de seus guardas, um homem de experiência e sagacidade, que foi largamente conhecido por toda aquela região

Dentre os autores do século VI, que escreveram em grego, mas se consideravam sucessores dos romanos, além de Procópio de Cesareia, sabemos que pelos menos Agatias de Mirina e Malalas escreveram sobre a relação dos persas com os bizantinos. No prefácio de sua *História*, Agatias apresenta um resumo dos eventos apresentados por Procópio de Cesareia, mas inicia o seu próprio relato com os eventos envolvendo Teias, rei dos Godos, e Narses⁶⁵, na batalha conhecida como *Mons Lactarius*, em 552. Dentre os eventos observados pelo historiador, entre 552 e 558, encontramos várias referências ao mundo pérsico. No livro segundo de obra, Agatias menciona, após a digressão do terremoto que destruiu Beirute e Cos, em 551, a derrota dos bizantinos pelas mãos dos persas, em 554 e realiza uma reflexão sobre a natureza dos costumes deste povo. No livro III, o historiador apresenta os discursos dos lazos, cuja opinião cambiava entre debandar para o lado dos persas ou privilegiar a fidelidade aos romanos. Grande parte do livro IV é dedicada a um digressão sobre a história política dos persas, desde o governo sassânida até a paz entre persas e bizantino em Lazica, em 557⁶⁶ (*Histórias*. IV, 30, 2-5).

A *Crônica* de Malalas é mais extensa e aparece vinculada à concepção cristã de história. O autor inicia a narrativa informando sobre o tempo de Adão, o primeiro homem criado por Deus, e sobre os eventos que se desencadearam a partir da ação divina da Criação. O livro XVII de sua obra aborda a ascensão de Justino, e a relações diplomáticas do imperador com os lazos, hunos e persas. O último livro é dedicado aos anos de governo de Justiniano, ao contrário das outras fontes que temos sobre o mesmo

[...]”, pressionado pelo chefe do tesouro (*largitionum comitê*), Antonio se esforçou para fugir para a Pérsia com sua esposa, crianças e pessoas queridas.

⁶⁵ General do império, eunuco, proveniente da região da Persarmênia, foi promovido por Justiniano a *praepositus sacri cubibuli* (um “mordomo” e normalmente o mais alto cargo de um eunuco no serviço imperial), em 538, e enviado para a Itália com um grande exército para lutar contra os ostrogodos (*The Oxford Dictionary of Byzantium*, 1991, p. 1438).

⁶⁶ Segundo Agatias, “Eu mantive minha promessa e dei um relato cronológico completo dos reinos dos reis persas. Isto é, um verdadeiro e preciso, já que baseado em fontes persas. Sérgio, o interprete, conseguiu, de fato, durante a sua estadia na Pérsia, que os guardiões dos arquivos reais concedessem-lhe o acesso à literatura relevante. Ele fez isso, como aconteceu, em resposta aos meus frequentes pedidos. Felizmente, quando ele afirmou que o seu único propósito era preservar, entre nossa nação, a memória daquilo que eles conheciam e acreditavam, eles se sentiram imediatamente obrigados, pensando que isso iria aumentar o prestígio de seus reis se os romanos também soubessem que tipo de homens eles foram, o seu número e a ordem e maneira que a sucessão foi mantida. [...] Depois da loucura que deve ter sido fazer uma tradução extremamente precisa, ele era tão bom quando sua palavra, muito gentilmente me trouxe todo o seu material, pedindo-me para cumprir o propósito o qual tinha sido confiado a ele. E isso é exatamente o que eu fiz. Consequentemente, mesmo que haja algumas discrepâncias entre meu relato do reino de Kavadh e a versão de Procópio, devemos seguir a autoridade dos documentos pérsicos e creditar a seus conteúdos maior veracidade” (*Histórias*, IV, 30, 2-5). O trecho é interessante para perceber que as relações entre romanos e persas não residiam apenas no contato bélico. Além disso, é possível perceber a preocupação de Agatias em entender os persas baseado em suas próprias fontes documentais e não através da historiografia.

período, Malalas atribui pouco espaço as conquistas na África, ignora a captura de Ravena, mas menciona em vários momentos a disputa contra os persas. O cronista informa que o imperador recebeu notícias do ataque, liderado por um Xerxes, na Mesopotâmia, e que as hostilidades entre romanos e persas foram suspensas em razão das severas condições daquele inverno (*Crônica*, XVIII, 26). O autor ainda escreve sobre como a crença maniqueísta, criada pelo bispo Indarazar, apareceu no território pérsico, despertando a raiva de seu governante (*Crônica*, XVIII, 30)⁶⁷.

Embora tenhamos mencionado várias obras nas quais a referência ao conteúdo pérsico aparece, não é possível afirmar que os Antigos se consideravam portadores de um conhecimento completo sobre o mundo dos persas. Um trecho de Agatias é especialmente significativo para verificar justamente o contrário. Segundo o historiador bizantino

Eu agora darei uma lista na ordem cronológica dos nomes de todos os descendentes de Ardashir que chegaram ao trono [pérsico], com detalhes da duração de cada reino particular. Os historiadores têm falhado em compilar tal lista; na verdade todo o assunto tem recebido pouca atenção. E ainda assim eles produzem listas dos reis e imperadores de Roma que recuam até talvez Rômulo, ou até os dias ainda mais distantes de Enéias, o filho de Anquise, e que se estendem até os reinos de Anastácio e Justino. Para os reis da Pérsia, entretanto, isto é, para aqueles que reinaram desde o desmembramento do Império Parto, eles ainda não elaboraram uma paralela lista, estabelecendo a cronologia de seus reinos, embora tal lista ainda seja um desiderato. Eu tenho, portanto, feito disso minha tarefa, coletando com exatidão informações sobre o assunto a partir de fontes pérsicas oficiais e eu sinto que uma exposição detalhada dos meus resultados é especialmente requisitada para um trabalho como este (*Histórias*, II, 27, 5-8).

Agatias compara a atenção atribuída ao conteúdo político romano e pérsico, asseverando que as informações que se tinham do segundo, nesse período, apesar das inúmeras menções feitas pelos escritores precedentes, era escasso. O historiador ressalta, entretanto, que apesar dessa situação, um conhecimento maior com relação ao mundo políticos dos persas era desejado. Assim, podemos dizer que esse “Outro”, que se relacionou com gregos e romanos em variadas dimensões – e temos muito desse contato relatado – permaneceu como um objeto distante e sedutor.

⁶⁷ Malalas afirma que o rei dos persas deu ordens ao exército para que “colocassem no fio da espada todos os maniqueístas, seu bispo e seu clero. Eles foram todos abatidos ante os olhos do rei e do bispo cristão. Suas propriedades foram confiscadas, e o imperador cedeu as igrejas deles aos cristãos. Ele também fez circular avisos por todo o território em seu poder, que, se qualquer maniqueísta fosse descoberto, deveria ser queimado até a morte, junto com todos os seus livros. Isso foi relatado por um mensageiro persa, que foi batizado e renomeado Timoteo” (*Crônica*, XVIII, 30).

Apesar da alegação de pouca informação feita por Agatias – e, de fato, nos falta principalmente informações advindas das fontes persicas – a historiografia tem material suficiente, somada às evidências epigráficas e arqueológicas, para mapear algumas dimensões desse contato. Para melhor prosseguir com a discussão do objeto da obra de Procópio, e investigar algumas facetas de seu discurso de grandeza, apresentaremos, *en passant*, as características da relação, principalmente bélica, entre romanos e persas.

2.3. Romanos e persas em contato

Vizinhos desde que Pompeu anexou a Síria como província, a relação entre romanos e persas, frequentemente, assumiu a característica bélica. A rivalidade entre aqueles que conquistaram as posses dos sucessores de Alexandre, o Grande, e os que se diziam herdeiros da poderosa dinastia aquemênida⁶⁸ subsistiu por muitas gerações e tomou diferentes rumos. No século II, o imperador Trajano (98-117), rejeitando os esforços pela paz, realizou incursões nas regiões além das fronteiras orientais, com o intuito de conquistar o reino que ali se desenvolvia sob o controle dos partos. Caracala (211-17) também realizou ataques contra o reino parta, provavelmente inspirado na ideia de se tornar o sucessor de Alexandre Magno⁶⁹. Os escritos de Herodiano (*História do império*, IV, 10, 2-4) informam que Caracala chegou a propor um acordo ao rei inimigo, pedindo a sua filha em casamento⁷⁰. O pacto seria justificado pela potencialidade militar que os dois impérios teriam, juntos, podendo conquistar, facilmente, qualquer um dos outros reinos bárbaros. A narrativa de Herodiano pode sugerir a importância que o reino parta parece ter nesse momento na opinião dos romanos.

⁶⁸ O “Império Aquemênida”, como também é conhecido, engloba as conquistas dos reis Ciro (559-530 a.C.), Cambises (530-522 a.C.) e Dario I (522-484 a.C.), principalmente. Esta dinastia chegou a dominar os territórios do Vale do Indo ao Mar Egeu, do Syr Darya ao Golfo Pérsico e à primeira catarata do rio Nilo, sendo, posteriormente, derrotada por Alexandre, o Grande (BRIANT, 2002, p. 01).

⁶⁹ Segundo o relato de Herodiano, Caracala ou M. Aurelius Antoninus (como aparece no texto) “[...] repentinamente se tornou Alexandre e celebrou-o novamente de todas as formas: por exemplo, ordens foram dadas para que imagens e estátuas fosse colocadas em cada cidade, incluindo Roma, que ficou cheia, no Capitólio e em outros templos, com aquelas imagens enfatizando suas associações com Alexandre. [...] O imperador mesmo costuma sair trajando costumes macedônicos, incluindo a *kausia* na sua cabeça e *crepidae* como sapatos” (*História do império*, IV, 8, 1).

⁷⁰ Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves (2003, p. 4), Caracala “[...] foi inicialmente bem recebido na Pártia. E é interessante notar que os Partos o receberam de forma tradicional, em termos de *adventus*, ou porque eles haviam aprendido com os romanos, após tantos anos de trocas comerciais e de confrontos bélicos, o que pode ter ocasionado uma troca cultural, ou porque eles tentaram recepcionar o Imperador Romano da forma como estava acostumado a ser recebido, enquanto chefe de Estado, nas grandes cidades provinciais.”

Geoffrey Greatrex mapeia as rivalidades entre romanos e partas que teriam ocorrido, pelos menos, nos reinos de Nero (52-63), Trajano (114-17), Marco Aurélio e Lucio Vero (161-5), Septímio Severo (194-8) e Caracala (215-17). Segundo o autor, é possível notar que, nesse momento a *casus belli* repousava na região da Armênia. Essa disputa inicial se deu no solo armênio, “mas, somente como um prelúdio para os conflitos maiores na Mesopotâmia” (GREATREX, 1998, p. 9). Desta forma, a Mesopotâmia se tornará palco para o embate de forças entre os dois poderes em disputa até o início do sexto século.

A ascensão da dinastia sassânida⁷¹, no ano de 224⁷², representou um marco nas relações com os romanos, visto que a ambição dos primeiros reis já indicava uma ameaça aos territórios imperiais. Segundo James Howard-Johnston (1995, p. 160), a grande tarefa do governante da nova dinastia vitoriosa, era consolidar seu domínio sobre as propriedades do Irã, através da intensificação gradativa de sua autoridade sobre os semi-independentes principados. Mas, além disso, era essencial para o usurpador demonstrar superioridade com relação ao seu predecessor, se lançando contra “o principal adversário do Irã, o Império Romano”⁷³ (HOWARD-JOHNSTON, 1995, p. 160).

Entre 230 e 232 vemos, de fato, a invasão sassânida em regiões romanas, barrada pela defesa de Alexandre Severo. Dos anos de 230 a 306 ocorreram vários episódios de guerra, invasões e tratados de paz entre romanos e persas. O reinado de Constantino, o Grande (306-337) ocasionou uma nova feição à antiga rivalidade. O império, agora, dependia da proteção do Deus cristão e a cristianização de várias regiões

⁷¹ Jan Willem Drijvers (2009, p. 442-443) caracteriza o Império Sassânida como um corpo hierarquicamente organizado e relativamente centralizado num Estado, cujo centro residia na Mesopotâmia (com rica agricultura e prósperas cidades). Os sassânidas se dividiam, administrativamente, em reinos e províncias, que por sua vez, se fragmentavam em unidade menores, comandadas por uma variedade de encarregados reais. Politicamente, o rei possuía status de divindade e ocupava o topo da hierarquia de poder. Abaixo do “rei dos reis” encontrava-se um corpo aristocrático que comandavam o exército. Com relação aos habitantes do império, a grande maioria era agricultora, seguida de uma pequena parcela de funcionários reais e mercadores urbanos, sendo a guerra, a principal atividade do Estado, mas somente no século VI, vemos a formação de um exército real permanente (com as inovações introduzidas por Khusro), até esse momento, o monarca dependia do fornecimento de soldados advindos dos exércitos dos nobres. Religiosamente, o estado sassânida apresentava uma diversidade de credos, tais como o “judaísmo, cristianismo, maniqueísmo, mazdeísmo e outros. Mas o dualístico zoroastrismo foi o mais espalhado e tinha um maior número de aderentes” (DRIJVERS, 2009, p. 444).

⁷² A data marca o confronto e sucesso da Pérsia, liderada por Ardashir, contra os dois governantes da dinastia Arsácida (HOWARD-JOHNSTON, 1995, p. 160).

⁷³ A transformação do reino parta num poder militar e expansionistas, ocorrida por volta de 230, segundo James Howard-Johnston (1995, p. 158) “pode somente ser traçada em resumo, na base das tardias e mutantes versões da história da dinastia Sassânida, apresentada por *al-Tabari*, em seu grande compêndio histórico (reunido no início do século dez) e o massivo poema épico de *Firdawasi*, o *Shāhnāma* [...]”.

ocorreu em ritmo acelerado. Para os reis persas, os cristãos, em seu território, se tornavam aliados do ocidente, o que justificava a perseguição religiosa⁷⁴, com fundamento político. O início do século V trouxe um afrouxamento na rivalidade entre os dois impérios. Somente um curto ataque entre 421 e 422 pode ser verificado, quando os persas avançaram com relativo sucesso, mas os reforços romanos conseguiram reestabelecer os termos do acordo de paz. O reinado de Yazdgard I (399-420) é, com frequência, caracterizado por certa simpatia ao cristianismo. Este rei chega a tutorar Teodósio, filho do imperador Arcádio, como prova de sua boa relação com os romanos, como relatado por Procópio (*Guerra pérsica*, I, 2, 7). A passividade de Yazdgard não foi bem recebida pelos persas, e já no final deste período os cristãos voltam a ser perseguidos. Seu sucessor inicia uma verdadeira batalha contra os bizantinos.

O período de tranquilidade é interpretado por Geoffrey Greatrex (1998, p. 14) num duplo caminho. Em primeiro lugar, o autor pontua a dificuldade para ambos os lados fazerem incursões no território inimigo, especialmente na Mesopotâmia. Tanto romanos quanto persas, fortificaram consideravelmente suas fronteiras, nesse período, dificultando os assaltos. Do lado romano, as regiões fronteiriças estavam quase completamente fortificadas, do lado persa, vemos a construção de fortalezas em Nisibis, por exemplo. Em segundo lugar, o autor menciona os acontecimentos que envolveram os impérios, em conflitos com outros povos, distantes da fronteira oriental. No decorrer do século V, romanos e persas tiveram que enfrentar outros inimigos que ameaçam a sua segurança. Na parte romana, vemos os problemas com os hunos e os exércitos dos godos, nos Bálcãs e dos vândalos. Já para os persas, as principais ameaças foram os kidarite (vizinhos a nordeste), os hunos hefitálitás⁷⁵ e os armênios. Além disso, romanos e persas parecem ter compartilhado um inimigo em comum: os hunos da região norte do Cáucaso.

Quando Justiniano assume o poder, portanto, terá que lidar os vizinhos persas, que tinham, com os romanos, um histórico de relações bastante conflituosas. Nesse período os dois poderes atuaram em constante interação, compartilhando, muitas vezes, os mesmos interesses e guerreando por eles. Além disso, o confronto entre romanos e

⁷⁴ Segundo Beate Dignas e Engelbert Winter (2007, p. 27), no século III, vemos a união da monarquia sassânida ao Zoroastrismo. Essa religião teve seu texto (*Avesta*), culto e hierarquia sacerdotal sistematizados durante o período sassânida, permanecendo como a tradicional religião dos persas até a conquista islâmica.

⁷⁵ O nomeclatura desses diferentes povos hunos não é clara, como informa o *The Oxford Dictionary of Byzantium* (1991, p. 709). Em Procópio, os kidarite e os (h)efitalitas são dois povos diferentes, de uma mesma origem (hunos), tendo os último uma pele mais branca.

persas tomou proporções maiores e outros povos como avaros, homeritas, hunos, vândalos e sarracenos, foram inseridos nas disputas. A obra de Procópio de Cesareia é a principal fonte que temos desse contato do início do sexto século. O historiador informa sobre as batalhas, os acordos de paz e a justificativa de ambos os lados para guerra. Apesar de demonstrar muito conhecimento sobre a cultura persa, Procópio apresenta um viés romano/bizantino no relato e o reinado de Justiniano é o centro da narrativa.

Segundo a interpretação de Benjamin Isaac (1995, p. 127), as fontes historiográficas, cujo conteúdo fazia menção ao conflito dos romanos com a Pérsia “tendem a pensar nos termos de uma ‘guerra total’”. O autor exemplifica a afirmação, mencionando o relato de Agatias (*Histórias*, II, 18, 7), que afirmou ser a anexação persa de Lazica, um perigo real, como o próprio Justiniano compreendeu, pois velejariam incólumes até o ponto Euxino, onde seriam capazes de penetrar no coração do Império Romano (ISAAC, 1995, p. 127). Isaac, também assevera que no século VI, a literatura refletiu elementos hostis com relação à Pérsia de forma muito mais evidente que na produção dos séculos anteriores. Como Agatias “reconhecido por sua extrema retórica antipérsica” (ISAAC, 1995, p. 127), também Procópio mostra considerável hostilidade, principalmente, visível com relação ao rei Khusro.

É possível afirmar, pelo espaço que a temática da guerra entre romanos/bizantinos e persas tem na literatura do século VI, que foi um confronto significativo. Para termos uma ideia das forças envolvidas, Geoffrey Greatrex (1998, p. 31-32) fornece algumas considerações. Com relação aos romanos, podemos ver suas estratégias de defesa e ataque envolvendo forças aliadas, uma boa composição das tropas e a construção de fortificações. Por volta do ano de 408, um cálculo baseado na *Notitia Dignitatum*⁷⁶ (cuja característica oficial precisa ser levada em consideração) sugere a existência de aproximadamente 65.000 homens disponíveis nas fronteiras orientais. O exército reunido pelo imperador Anastásio contava com aproximadamente 30 ou 40 mil homens, enquanto que, em 530, o exército sob o comando de Belisário, em Daras, somava 25 mil homens. No mesmo período, de 10 a 15 mil homens operavam na Armênia.

Michael Whitby (2003, p. 63) afirma que o exército romano, no século VI, permaneceu uma poderosa máquina de guerra, importante para a manutenção do

⁷⁶ Uma provável lista de todos os oficiais civis e militares do Império Romano tardio, cuja data de composição é debatida, variando entre os reinos de Honório, Teodósio I ou Teodosio II (*The Oxford Dictionary of Byzantium*, 1991, p. 1496).

controle imperial e, na medida do possível, bastante leal aos seus generais e imperador. Nos séculos IV e V haviam duas categorias básicas de tropas romanas, que se classificavam em: forças móveis (*comitatenses*) e tropas de guarnição (*limitanei*). As primeiras atuavam como uma espécie de tropas de elite e os soldados recrutados ou voluntários não tinham obrigações hereditárias. Já a segunda modalidade era composta por soldados que recebiam a carga de responsabilidade através de seus pais, ocupando uma espécie de “posição familiar” e representando um grupo inferior de defesa e ataque militar. Os estrangeiros que compunham o exército romano vinham das tribos estabelecidas dentro das fronteiras do império, por meio de acordos ou como prisioneiros; e das tribos localizadas em outras regiões, externas ao império. Eles podiam ser incorporados entre os *limitanei*, mas, usualmente, faziam parte das unidades de elite (*comitatenses*); ou ainda, se estavam um grande número, “eram envolvidos como unidades federadas⁷⁷ sob o comando de seus próprios líderes” (WHITBY, 2003, p. 68-70). Whitby (2003, p. 70) esclarece que essa diferenciação não se manteve incorruptível com o passar do tempo, mas que no século VI teríamos uma estrutura muito similar à anterior. Assim, as “fronteiras eram guardadas em primeira instância pelos *limitanei*, embora nos principais pontos estivessem unidades de *comitatenses*, conhecidas, nesse período, sortidamente como *numeri*, *arithmoi*, *katalogoi* ou *tagmata*” (WHITBY, 2003, p. 70).

As forças e configurações de guerra do lado persa são mais difíceis de precisar e, em sua maioria, os números e informações vêm de fontes romanas, como os livros de Amiano Marcelino e Procópio. O mais importante elemento do exército persa parece ter sido a cavalaria. Segundo Greatrex (1998, p. 53) no tempo de Khusro I, cada cavaleiro era equipado com armadura de cavalo, um arco com cerca de 30 flechas e outras proteções importantes. O exército dos persas também possuía um corpo de elite, composto por 10 mil “imortais”. Com relação ao número de homens disponíveis nas tropas de guerra, Greatrex (1998, p. 57) afirma que poderia ser algo equivalente a 15 mil, e, aproximadamente 5 mil árabes, compondo uma cavalaria sazonal, poderia ser adicionados ao número total. Procópio menciona 50 mil persas contra os romanos na batalha de Daras, em 530 (*Guerra pérsica*, I, 13, 23).

⁷⁷ O *foederati* teria sido uma inovação no exército, representado no século IV por um tipo novo de regimento, principalmente cavalaria, que auxiliavam o exército em campanhas específicas, servindo seu próprio chefe nativo.

Com frequência, também se destaca a sofisticação do exército dos persas. Segundo Greatrex (1998, p. 58), diferente dos partos, os sassânidas adotaram a guerra de assalto, um tipo de operação que exigia experiência técnica e um eficiente sistema logístico para manter o suprimento dos soldados. Sabemos também que os persas produziram algum escrito sobre suas técnicas militares, assim como temos o *Strategikon* do imperador Maurício, conhecemos o *Ainnameh* ou *Livro das Regulações*, um material persa sobre a arte de governar, que inclui matéria militar (GREATREX, 1998, p. 58).

Assim, apesar dos problemas internos, as forças militares de romanos e persas desenvolveram-se consideravelmente, chegando num patamar de grandes potências da Antiguidade. Não surpreende que uma série de autores trate desse conflito e, atualmente, James Howard-Johnston, proponha, em seu texto, uma comparação entre “os dois grandes poderes na Antiguidade Tardia” (1998). Como sugerimos no primeiro capítulo, a *Guerra pérsica* tem um papel fundamental nas considerações de Procópio com relação ao desdobramento das guerras de Justiniano. Portanto configura-se como um espaço importante nas considerações sobre a ideia de grandeza do objeto da obra.

2.4. O princípio axiológico⁷⁸

Por princípio axiológico da obra, entendemos as afirmações da grandeza singular do objeto, dispostas ao longo da narrativa. A magnificação dos eventos parece estar associada às técnicas da construção textual. Para justificar a escolha do assunto apresentado, o historiador assegurava a importância dos eventos através de referências diretas à sua grandeza ou de passagens que poderiam, de alguma forma, indicar a mesma ideia.

Procópio de Cesareia não foi o primeiro a utilizar esse recurso. Um exemplo notável de afirmação da grandeza do objeto pode ser encontrado nas *Histórias* de Heródoto. No relato da campanha de Xerxes contra o território grego, Heródoto afirma que foi a “maior de todas que conhecemos” (*Histórias*, VII, 21). Segundo Marincola (1997, p. 34) veremos a influência nos escritos dos historiadores posteriores desses

⁷⁸ O termo “história axiológica” aparece, primeiramente, na obra de Max Weber (1965). Paul Veyne (1971) retoma a expressão, avaliando as características desse tipo de abordagem que seria “a história dos trabalhos que mereceram viver, tratados como vivos, eternos, e não em relação com o seu tempo. [...] Eles são considerados em sua singularidade, porque são valorizados, e seu período se referem a eles, ao invés deles serem usados para montar juntos a história de seu período” (VEYNE, 1984, p. 69). O termo aparece na abordagem sistemática que Francisco Murari Pires realiza com relação aos princípios da narrativa que as histórias herodoteana e tucideana herdaram da epopéia homérica (1995, p. 6-20).

primeiros elementos utilizados por Heródoto, pois também utilizarão os superlativos para fazer referência à magnitude do objeto e para comparar a singularidade grandiosa do presente narrado com os eventos prévios. Principalmente, depois de Heródoto, será parcialmente no reconhecimento da grandeza do objeto que repousará a exigência escrita dos eventos (MARINCOLA, 1997, p. 35). Em Tucídides, vemos a afirmação de que a guerra do Peloponeso excedeu em grandeza e importância todos os conflitos precedentes (*História da guerra do Peloponeso*, I, 21).

Marincola apresenta o que seria, em seus termos, uma mudança no foco da enunciação de grandeza a partir do século IV a.C. Segundo o autor “Teopompo [de Quíos] definiu o centro de sua história em torno de Filipe, indicando para isso a grandeza singular do indivíduo” (MARINCOLA, 1997, p. 36). Já Políbio reservou as menções à singularidade do tema, à associação entre a grandeza dos feitos e extensão geográfica dos combates (*Histórias*, I, 2, 2-7) e os romanos emergem como claramente superiores em ambos (MARINCOLA, 1997, p. 37). Já na obra de Tácito vemos uma amplificação diferente, através da evidenciação de eventos turbulentos e confusos (*Anais*, I, 2, 2-3), pelo uso “de superlativos, pintando imagens vívidas de mares plenos de exílios e ilhas correndo sangue, e resumindo seu tema como um mundo em que todas as coisas (*cuncta*) foram derrubadas pelo ódio e terror” (MARINCOLA, 1997, p. 38).

Entre os escritores do século sexto, Agatias também informa sobre o seu tema, destacando a grandeza dos eventos relatados. O historiador bizantino diz em seu prefácio que resolveu escrever uma composição histórica vendo que em seu tempo de vida estavam ocorrendo grandes guerras, que começavam, inexplicavelmente, em muitas partes do mundo, grande movimentação de povos bárbaros, eventos que abalavam o cálculo humano, cidades escravizadas e populações desaparecidas. O historiador afirma que não poderia, portanto, deixar passar esses acontecimentos em silêncio, já que, relatados, poderiam ter um valor positivo para a posteridade (*Histórias*, Prefácio, 9-10). Além disso, o historiador afirma que não omitirá nada de importante e relatará “todas as memoráveis conquistas do tempo presente em Roma e na maior parte do mundo romano, não somente de pessoas que ainda estão vivas, mas especialmente daqueles que morreram” (*Histórias*, Prefácio, 20). A grandeza de seu objeto, anunciada no início da obra, contrasta com a apresentação de um período particularmente curto (o centro do relato vai de 552 a 558).

No caso da obra de Procópio, vemos em variadas situações, exemplos dessa amplificação temática, pela valorização dos eventos, dos feitos ou da ação dos

personagens individualizados. Ainda no prefácio da *Guerra pérsica* vemos a afirmação direta da superioridade do presente, pois segundo o historiador, nos eventos produzidos pelas guerras de Justiniano contras os bárbaros,

mais admiráveis [*thaumasta*] proezas tem sido realizadas do que em qualquer outra [guerra] com a quais nós temos contato [*pantōn hōn akoēi ismen*]; a menos que, na verdade, algum leitor desta narrativa deva dar o lugar de honra ao tempo antigo [*palaiōi khronō*] e considere o presente [*tade*] indigno de ser admirado (*Guerra pérsica*, I,1,7).

A afirmação se assemelha muito à referência encontrada em outras *Histórias* da Antiguidade. Em Heródoto, por exemplo, o uso do termo *thōmasta* (*Histórias*, I, 1) parece ter um sentido equivalente e Tucídides mostrou a grandeza dos eventos contemporâneos com relação àqueles precedentes [*ta pro autōn*] e àqueles ainda mais antigos [*ta eti palaitera*]⁷⁹ (*História da guerra do Peloponeso*, I, 1, 3).

Na passagem do autor bizantino, o relato dos eventos contemporâneos seria justificado pela grandeza do presente. O presente aqui é apresentado em oposição ao tempo antigo, ou passado, antiguidade, num sentido corriqueiro. Nesse trecho o termo *palaiōi khronō* parece ter um sentido bastante amplo e envolveria um período de guerras, cujo conhecimento chegou até o presente. Existe, portanto, um conjunto de informações bélicas que Procópio denomina informações “com as quais temos contato”. O que traduzimos por “contato” é um composto das palavras *akoēi* e *ismen* (do verbo *oida*), ou seja, aquilo que pode ter sido ouvido ou visualizado. Se o termo “tempo antigo” pode ser associado às coisas conhecidas por meio da audição ou do testemunho direto, Procópio poderia ter englobado aqui, desde a guerra contra os persas relatada por Heródoto, até os eventos mais remotos, dos quais o homem bizantino só conhecia com imprecisão, através das histórias contadas e repassadas numa tradição oral. A grandiosidade do presente se torna ainda mais evidente, se os eventos contemporâneos podem ser comparados com relatos bélicos, orais ou escritos.

O historiador, em seguida, apresenta um caso específico para elucidar a relação de superioridade dos feitos contemporâneos, mencionando os arqueiros da época de Homero, envolvidos na guerra de Tróia. Segundo Procópio,

⁷⁹ E. C. Marchant (1905), nos comentários sobre a especificidade dos termos na obra de Tucídides, identifica a primeira referência temporal com o período que precedera o distúrbio [*kinēsis*] relatado pelo historiador grego, portanto, o período que incluía a guerra de Tróia e as guerras pérsicas, embora não possamos ser exatos. O segundo termo, desta forma, deveria se referir aos eventos anteriores à guerra de Tróia.

Existem aqueles, por exemplo, que chamam os soldados do tempo presente [*nyn*] de ‘arqueiros’ [*toxotas*], enquanto que naquela maior parte dos tempos mais antigos [*palaiotatois*] eles gostam de atribuir tais termos nobres [*atta onomata*] como ‘combatentes de perto’ [*ankhemachous*], ‘homens-escudo’ [*aspidiōtas*] e outros nomes deste tipo; e eles pensam que a excelência [*aretēn*] daqueles tempos de nenhuma maneira veio [*elēlythenai*] para o presente, uma opinião [*doxan*] que é ao mesmo tempo descuidada [*atalaipōron*] e muito distante [*apōtatō*] da atual experiência nesses assuntos (Guerra périca, I, 1, 8).

Dois elementos podem ser apontados nessa passagem. Em primeiro lugar vemos a preocupação do autor com relação à terminologia empregada. Mais precisamente, a consciência demonstrada na hierarquia dos termos para atribuir mais ou menos valor à realidade. Desta forma, Procópio indica, de forma muito pontual no discurso alheio, a estratégia que ele próprio parece utilizar, de atribuir grandeza ao material pelo uso adequado de expressões, pelo uso de “termos nobres” ou de respeito.

Além disso, o historiador reafirma a supremacia dos eventos do presente, mas tal grandeza não aparece desvinculada de um processo temporal. Pelo uso do termo *elēlythenai*, do verbo *erkhomai* (que pode significar vir, chegar ou aumentar), podemos pensar que a excelência do passado sobreviveu, “veio” até o presente, possivelmente como resultado de um processo de aprendizagem. Um processo baseado num conhecimento sobre os fatos bélicos que, possivelmente, se tinha naquele período, considerando a quantidade de escritos disponíveis sobre o tópico das guerras, em especial das guerras contra os persas (como apresentamos anteriormente). O trecho parece sugerir a necessidade de se perceber, comparativamente, o conjunto de melhorias do presente passaram, nesse caso específico apontado pela atuação do arqueiro no corpo militar. O autor continua detalhando as mudanças que podem ser apontadas como “avanços” em termos de armamento e técnica dos arqueiros atuantes no exército romano do século VI. Segundo o autor,

É que jamais ocorreu a eles a ideia de que os arqueiros de Homero, que eram chamados com um nome relativo à sua habilidade com esta arma, não dispunham de cavalo nem lança, nem estavam defendidos por um escudo. De fato, não havia nenhuma proteção para seus corpos [...]. E, além disso, eles eram tão indiferentes na sua prática de tiro com arco que puxavam a corda somente até o próprio peito, então, a flecha enviada era naturalmente impotente e inofensivo para aqueles a quem ele acertava. Tal, é evidente, foi a prática do tiro com arco precedente [*proteron*]. Mas, os arqueiros do tempo presente [*tany*] entram em combate usando couraça e equipados com grevas que se estendem até o joelho [...] (Guerra périca, I, 1, 9-15).

Procópio encerra a apresentação comparativa entre os arqueiros do presente e os descritos por Homero, com uma reflexão sobre a singularidade do contemporâneo. De acordo com o historiador, mesmo que alguém não dê crédito às vantagens apresentadas e, por esse motivo, “reverenciam [*sebontai*] e adoram [*tethēpasi*] o tempo antigo [*ton palaion khronon*] [...], tais considerações não irão impedir [*kōlysei*] a conclusão de que os maiores [*megista*] e mais notáveis [*axiologōtata*] feitos foram realizados [*xymbēnai*] nessas guerras” (*Guerra pérsica*, I,I,16).

Um ponto que gostaríamos de destacar é a utilização do aoristo (tempo que sugere uma ação não determinada, um espécie de passado indeterminado) de *symbainō* (acontecer, ocorrer, vir por esse caminho), *xymbēnai*, como possibilidade de indicação futura da leitura. Pelo menos, claramente desde Tucídides, com a escrita da *História da guerra do Peloponeso*, vemos a afirmação de um objetivo claro de elaboração da obra para ser uma “aquisição para sempre” [*ktēma es aiei*]. Procópio também se lança ao projeto de composição de uma obra escrita para que seja “útil [*xynoison*] aos homens do presente [*nyn*], bem como para as gerações futuras [*epeita*]” (*Guerra pérsica*, I, 1, 1). Procópio está relatando eventos que ocorreram num passado muito recente, num tempo determinado e bastante conhecido pelos leitores do império de Justiniano. O uso do aoristo pode ter sido uma forma verbal comum nesse tipo de texto, mas também confirma o endereçamento do conteúdo aos leitores futuros, de quaisquer épocas. “Gerações futuras”, para quem aqueles feitos estariam num passado distante e indeterminado. A exatidão temporal não parece ser essencial para a apresentação da *Guerra pérsica* e a utilidade da obra residiria na oferta de um ensinamento atemporal, envolvendo repetidas situações bélicas e ações e reações similares. Segundo Procópio,

a memória [*tēn mnēmēn*] desses eventos seria considerada um grande coisa [*mega ti*] e muito útil [...] para que os homens que tenham a intenção de entrar em uma guerra ou estão se preparando para algum tipo de combate possam retirar algum benefício da exposição [*epideixis*] de uma similar situação histórica [*empherous historias*] (*Guerra pérsica*, I, 1, 2).

Assim, o endereçamento ao público futuro, em potencial, pode ser sugerido nessa passagem, bem como a percepção da mesma consciência do processo temporal indicado na comparação entre a situação dos arqueiros no presente e nos tempo de Homero. O autor não parece sustentar a grandeza do seu objeto à revelia das transformações. Procópio não afirma que a situação futura trará eventos maiores e mais notáveis, mas tampouco assevera que a narrativa dos “maiores feitos” ficará

imortalizada em sua obra. O historiador apenas posiciona a sua narrativa num processo de aquisição de conhecimento, através da formação de uma memória que transcende o seu próprio tempo. Assim a memória dos eventos relatados poderá ser considerada grandiosa e muito útil, mas os eventos em si, poderão não permanecer em seu caráter supremo.

As afirmações de superioridade do objeto, associadas ao uso dos superlativos, no início da *Guerra pérsica*, envolvem também a posição de seu autor. Procópio afirma saber perfeitamente bem, ter a “convicção [*xynēpistato*] que ele era o mais capacitado [*malista dynatos*] para escrever [*xyngrapsai*] sobre esses eventos” (*Guerra pérsica*, I, 1, 3). A autoridade para relatar aqueles fatos, teria sido adquirida pela sua posição como testemunha ocular das maioria dos eventos. Assim, o autor faz questão de anunciar o seu envolvimento pessoal com o objeto que relata e transforma essa situação, na medida de sua excelência autoral.

A singularidade não se remete somente ao cerne da narrativa, envolvendo exclusivamente as ações de Justiniano. O leitor é informado que quando o imperador romano Anastácio soube que Amida estava sitiada pelos inimigos persas, enviou um exército que como “eles dizem, nunca havia sido reunido pelos romanos contra os persas mesmo antes ou depois daquele tempo” (*Guerra pérsica*, I, 8, 4). Dentre os generais estava Justino, que assumirá o trono posteriormente.

Apesar da superioridade romana, indicada no trecho acima, o exército enviado por Anastácio resolveu atacar separadamente os persas e, seja pela lentidão com que avançara, seja pelas táticas empreendidas, perderam o confronto. Procópio informa que esse exército “marchou com considerável atraso, e avançou com pouca velocidade. Como resultado, eles não encontraram os bárbaros no território romano” (*Guerra pérsica*, I, 8, 6). Além disso, como “não avançaram juntos contra os bárbaros, mas acamparam longe uns dos outros” (*Guerra pérsica*, I, 8, 8), o rei dos persas aproveitou-se da situação e fez uma investida bem sucedida contra os soldados romanos.

Assim, Procópio descreve, com algum detalhe, as decisões e movimentos que levaram esse singular exército à derrota. Apesar do resultado negativo para o lado dos romanos, a passagem não deixa de indicar a grandeza dos eventos narrados, mas oferece mais um elemento para reflexão. A supremacia do objeto, na narrativa de Procópio, não parece residir no sucesso dos eventos, mas, principalmente, no seu caráter singular, pois nunca havia reunido uma força militar como aquela, e dramático (ou mesmo trágico),

pois apesar da supremacia inigualável do grupo, o resultado da campanha foi um fracasso.

Pela apresentação do conteúdo dos discursos⁸⁰, tem-se a impressão de que as considerações sobre a superioridade dos eventos eram sentidas e partilhadas pelos homens do século VI. Procópio, por exemplo, faz referência aos enviados de Vitigis, rei dos godos, que encontraram Khusro, com o objetivo de persuadi-lo a marchar contra os romanos⁸¹, descrevendo com detalhes as características dos embaixadores e o conteúdo do diálogo com o rei persa (*Guerra pérsica*, II, 2, 1). Segundo o discurso descrito, Justiniano seria “[...] um amante das coisas que de nenhuma forma pertencem a ele, e incapaz de respeitar a ordem estabelecida das coisas, ele concebeu o desejo de apoderar-se da terra inteira [*prosēkontōn erōn*], isso tornou-o desejoso [*spoudei*] de adquirir para si cada e toda possessão [*erkhen*]” (*Guerra pérsica*, II, 2, 6).

O discurso termina com os embaixadores encorajando Khusro a aproveitar a oportunidade de antecipar sua segurança, já que o seu reino possivelmente seria atacado quando Justiniano potencializasse suas forças. O mesmo efeito parece causar o discurso dos armênios⁸², contra Justiniano. Segundo a descrição de Procópio os armênios começaram mencionando a ligação com os arsácidas, afirmando serem descendentes da realeza parta, que submetia anteriormente o reino dos persas. Em seguida o discurso apresenta uma crítica às ações do imperador romano. Para os armênios Justiniano seria amigo do rei persa apenas no nome, porque, de fato, seria um inimigo e mostraria sua inimizade assim que dominasse todos os povos do ocidente, pois “[...] desde que ele percebeu, como eu penso [*oimai*], que a ruína [*tēn katastrophēn*] do mundo ocidental seria facilmente realizada, ele já vem assaltar você no oriente, pois só o poder persa [*Persōn kratōs*] foi deixado para lutar com ele (*Guerra pérsica*, II, 3, 42-48).

Segundo Procópio, após considerar o conteúdo desses discursos, os persas decidiram romper o tratado de paz com os romanos, no início da primavera, sem que os

⁸⁰ Uma análise sistemática do papel dos discursos na *Guerra pérsica* poderá ser encontrada no capítulo 4.

⁸¹ Procópio também faz referência esse estratagema dos godos no livro VI. Segundo o historiador Vitigis foi aconselhado a despertar a hostilidade entre o rei dos medos e o imperador Justiniano, pois, de acordo com as opiniões expressadas, Justiniano não tinha feito guerra com os bárbaros do ocidente, antes do tratado de paz acordado com os Persas. O autor ainda informa que Khusro, “influenciado por essa carta, cometeu atos de ultraje contra os romanos no período de paz. Quando o imperador Justiniano ouviu que Khusro e os persas estavam planejando para o seu fim, decidiu colocar fim na guerra no ocidente o mais rápido possível e chamou Belisário de volta para lutar contra os Persas” (*Guerra pérsica*, VI, 22, 20-22).

⁸² Procópio esclarece que o imperador Justiniano foi aconselhado a dominar algumas vilas na Armênia, enquanto a guerra com os persas ainda estava no seu auge, deixando por fim o governo dessa região nas mãos de Acácio “o mais cruel de todos os homens em relação aos seus dominados” (*Guerra pérsica*, II, 3, 6). O relato informa sobre as ações de Sittas, general de Justiniano, e, posteriormente, de Bucēs, contra os armênios.

romanos suspeitassem (*Guerra p rsica*, II, 3, 55). Nesse ponto da narrativa, Procópio faz referência a duas apari es de um cometa⁸³, informando que o fen meno despertou o interesse dos entendidos no assunto, mas afirma que vai apenas descrever o que ocorreu depois, deixando as interpreta es de lado. A forma como Procópio dispõe os dizeres que precederam e, resultaram no rompimento da paz estabelecida entre romanos e persas, somada à referência de fen menos naturais inesperados, parece amplificar a importância dos eventos.

De forma geral, o ataque dos bárbaros recebe destaque na obra de Procópio. Pelo menos, entre os séculos V e VIII a invasão dos bárbaros mudar  o mapa político do Ocidente, “que se mantinha sob a autoridade nominal do imperador bizantino” (LE GOFF, 2005, p. 28). A parte oriental do império tinha no o do profundo impacto que a invasão provocou no Ocidente e, frequentemente, os imperadores mandavam tropas para ajudar os vizinhos. O Império Romano do Oriente sobreviveu melhor às inúmeras tentativas de invasão. Seja pelas suas fortalezas, seja pela capacidade de aglutinar povos, o importante é que a capital do império, Constantinopla, permaneceu firme até o século XV, com a invasão definitiva dos turcos. Particularmente nos século VI, a parte oriental do império passava por um momento peculiar. Alguns territórios foram reconquistados, outros tantos perdidos e tal empreendimento rendeu grandes sacrifícios aos bizantinos.

Na primeira se o da *História das guerras* dentre os constantes conflitos com os persas, dois momentos são especialmente destacados: a invasão dos hunos e o cerco de Antioquia. O caráter singular do primeiro evento é destacado quando Procópio informa que a invasão dos hunos já havia ocorrido antes na Europa, “mas nunca trouxe tal multidão [*tosauta*] de desgraças [*kaka*] nem tão graves [*toiauta to megethos*] para os homens daquela região” (*Guerra p rsica*, II, 4, 4). Apesar da afirma o, o historiador não apresenta maiores desdobramentos desse ato, limitando-se a pontuar o conflito e afirmar sua potência.

O relato do ataque persa na Antioquia também é narrado em tom superlativo. Segundo o historiador, o bispo da cidade não foi capaz de convencer os enviados do imperador e os cidadãos de Antioquia a ceder a quantia estipulada ao rei persa, após saber disto, Khusro “avançou com todo o seu exército” (*Guerra p rsica*, II, 8, 1).

⁸³ Segundo o relato o cometa apareceu “primeiro longe como um homem alto, mas depois maior. E o final dele estava na dire o do ocidente e seu começo na dire o do oriente, e ele seguiu atrás do próprio sol. Pois o sol estava em Capricórnio e ele estava em Sagitário” (*Guerra p rsica*, II, 4, 2).

Procópio oferece um relato detalhado e dramático da situação dos antioquenos, afirmando que “estava predestinado [*edei*] que Antioquia seria destruída pelo exército dos medos” (*Guerra pérsica*, II, 8, 14). Vemos assim, uma associação entre a afirmação de grandeza dos eventos e os elementos religiosos presentes na obra. O envolvimento divino parece desempenhar um papel importante nas afirmações da superioridade dos fatos narrados, mas será tratado no capítulo 5.

Além disso, a própria importância da cidade de Antioquia com relação às regiões imperiais é evidenciada em outra passagem. Segundo o historiador, Antioquia era “[...] a primeira de todas as cidades que os romanos tinham no oriente, tanto por sua riqueza quanto por sua extensão e população e por possuir beleza e prosperidade de todas as formas” (*Guerra pérsica*, II, 8, 23). Entretanto, com o ataque, ela sofreu pelas mãos dos bárbaros “todas as formas de desgraças [*houtō pasa kakou*]” (*Guerra pérsica*, II, 8, 35). O autor cita o exemplo dramático das duas mulheres, que anteriormente haviam sido esposas de homens antioquenos ilustres. Quando elas saíram das fortificações e perceberam que estavam sob o domínio dos persas, correram para o rio Orontes, com as faces cobertas com um véu, se jogaram nas águas e foram levadas pela correnteza (*Guerra pérsica*, II, 8, 35).

Procópio assegura que os persas reduziram os sobreviventes de Antioquia ao cativeiro e saquearam todas as suas posses, encontrando enormes reservas de ouro e prata. Uma vez retirado os tesouros, o rei persa mandou incendiar a cidade, com exceção da igreja, a pedido dos embaixadores (*Guerra pérsica*, II, 9, 17-18). O historiador finaliza o relato afirmando o caráter singular do evento, pois encontrava-se “atordoado [*ilingiō*] por descrever [*graphōn*] tal grande calamidade [*pathos tosouton*] e transmitir isso para a memória do tempo futuro [*tōi mellonti khronōi*]” (*Guerra pérsica*, II, 10, 4).

Outra forma de afirmação da grandeza do objeto narrado é através da consideração da superioridade de alguns personagens. Belisário, por exemplo, é descrito em termos muito positivos nessa primeira parte da obra *História das guerras*. Segundo a opinião de Procópio, o general,

aos olhos de todos os outros, era uma pessoa honrada [*entimos*] e distinta [*logou pollou axios*], como era razoável, somente João hostilizava ele, e operava ativamente contra ele, por nenhuma outra razão senão aquela que ele atraía o ódio [*ekhthos*] de todos para ele mesmo, enquanto Belisário desfrutava de uma inigualável popularidade [*eudokimōn malista*]. E as esperanças dos romanos centraram nele, quando marchou mais uma vez contra os Persas,

deixando sua esposa em Bizâncio. E Antonina, a esposa de Belisário, (pois ela foi a pessoa mais capaz no mundo [*hikanōtatē anthrōpōn hapantōn*] de contrair o impossível), com o propósito de fazer um favor à imperatriz, aconselhou o seguinte plano [contra João da Capadócia] (*Guerra pérsica*, I, 25, 12-13).

O trecho acima trata três personagens, evidenciando a singularidade de cada um. Belisário é retratado como o general que adquiriu inigualável popularidade e, aos olhos de todos os demais, foi visto como um homem cheio de qualidades. João da Capadócia aparece do lado oposto à popularidade do general, sendo descrito como um homem que conseguia atrair o ódio de todas as pessoas. Já Antonina, esposa de Belisário, segundo Procópio, foi “a mais capacitada” de todas as pessoas do mundo a realizar o improvável. Assim, os personagens, apesar de diferentes, apresentam a mesma característica de destaque com relação aos demais: o exagero, em termos positivos ou negativos.

É possível considerar que o destaque da natureza singular de determinados personagens é parte do esforço autoral de fornecer um caminho mnemônico dos eventos relatados. Essa sugestão ajuda a esclarecer a afirmação já feita sobre a utilidade das afirmações de grandeza no corpo da *Guerra pérsica*: elas contribuiriam na formatação dos ensinamentos que o relato das guerras de Justiniano poderia oferecer, de acordo com o propósito de Procópio. Os personagens seriam, assim, lembrados por suas características pontuais e impressionantes. Além disso, as afirmações superlativas, presentes na obra, parecem contribuir com a medida de precisão cronológica que o historiador almeja dar ao relato. Desta forma, ao invés de informar exatamente o período do ataque dos hunos, Procópio prefere fazer referência à invasão que trouxe desgraças como nunca anteriormente foi visto na Europa. Da mesma forma, o leitor não é informado sobre o ano que ocorreu o ataque da peste que acometeu os bizantinos, pois Procópio inicialmente apenas informa que “naquele tempo, se declarou uma epidemia de peste”. Se alguém indagasse, qual? A resposta de seus leitores seria: aquela que esteve a ponto de acabar com toda a raça humana.

A escassez de uma datação mais precisa na *Guerra pérsica* foi parte da escolha de apresentação do objeto e não o resultado da falta de referências cronológicas na sociedade bizantina do século VI. Sabemos, por exemplo, que, para tratar de um amplo espaço temporal, a obra de Malalas, escrita em grego, no mesmo século, apresenta uma variedade de sistemas de datação, produzindo uma complexa rede de referências temporais. No início do primeiro livro, acerca do tempo de Adão, encontramos algumas expressões, como por exemplo: “No meio naquele tempo [*em tois oun mesois khronois*]

[...]” (*Crônica*, I, 2). Vemos também os próprios personagens serem usados para indicar o tempo dos eventos. No terceiro livro é frequente o uso da expressão: “No tempo de Abraão [*en de tois khronois tou Abraam*]” (*Crônica*, III, 2), para iniciar a apresentação de um fato ou uma ideia.

Encontramos também indicações mais elaboradas e precisas, como na passagem: “De Adão às vitórias de Alexandre da Macedônia passaram 5557 anos” (*Crônica*, VIII, 2). Em alguns trechos da obra, vemos num mesmo evento a mescla de dois ou mais sistemas de datação, como, por exemplo, “No 42º ano e 4º mês do reino de Augusto, nosso Senhor Jesus Cristo nasceu, oito dias antes das Calendas de janeiro” (*Crônica*, X, 1), ou ainda de forma mais complexa: “No 18º ano e 17º mês do reino de Tibério Cesar, nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, nosso Deus, tendo completado a idade de 33 anos, foi traído por Judas Escariotes, seu discípulo, no 23º Distros-Março, a lua estando no seu 13º dia” (*Crônica*, X, 14). Assim, o cronista oferece ao leitor uma variedade de diferentes sistemas temporais⁸⁴, tais como a era de Antioquia, o *annus mundi* (ano da Criação), as chamadas indicções⁸⁵, os anos imperiais e consulados.

Mesmo na obra de Procópio vemos datações mais precisas, associadas às estações do ano e a menção aos anos de governo do imperador. Procópio informa, por exemplo, que a chamada “paz definitiva” foi rompida pela incursão de Khusro ao território romano, “depois de terminar aquele inverno e cumprir-se o 13º ano desde que o imperador Justiniano obteve o poder absoluto” (*Guerra pérsica*, II, 5, 1). Para especificar o momento que persas e romanos assinaram um tratado de paz que durou cinco anos, o historiador afirma que “estava transcorrendo o 19º ano desde que Justiniano havia ocupado o trono imperial” (*Guerra pérsica*, II, 28, 11). Entretanto, essa datação mais precisa aparece em momentos da obra diferentes daqueles caracterizados pela afirmação de grandeza dos eventos, sugerindo um consciente jogo de evidências. Desta forma, consideramos que os eventos marcados pelo elemento superlativo comporiam um conjunto de informações que o autor gostaria de ter destacado para a compreensão dos homens do presente e da memória futura sobre as guerras pérsicas.

⁸⁴ A falta de uma estrita ancora temporal na *Crônica* de Malalas foi pontualmente considerada por Cyril Mango e Roger Scott. Segundo os autores, diferente das outras crônicas bizantinas conhecidas, como a de Teófanos, o Confessor (publicada em 818), e a *Crônica Pascal* (composta em 630), baseadas no *annus mundi* e nas comemorações litúrgicas, respectivamente; a obra de Malalas não apresenta um conciso esqueleto cronológico (MANGO; SCOTT, 1997, p. liii).

⁸⁵ Uma forma de datação muito recorrente no mundo bizantino era a computação por indicções, que correspondiam ao ciclo de 15 anos, tendo como referência 1 de setembro de 312. Segundo Mango e Scott (1997, p. lxiv) esse era o esquema mais amplamente utilizado e compreendido pelo público em geral.

Dois momentos da obra parecem ser privilegiados na discussão sobre a atribuição de grandeza do objeto narrado por Procópio: a revolução *nika*, envolvendo a população de Constantinopla e as facções do *circo* romano; e o ataque da peste que acometeu os bizantinos.

2.4.1. A revolta *nika*

Pouco tempo depois de Belisário ser convocado pelo imperador em Constantinopla, Khusro é nomeado rei dos persas. Após uma série de tentativas e fracassos, romanos e persas conseguem firmar a chamada “paz eterna”, em 532, com a condição de que ambas as partes devolvessem as posses alheias, conquistadas durante aqueles anos de guerra (*Guerra pérsica*, I, 22, 17). Após o acordo, entretanto, os governantes tiveram que enfrentar problemas internos. Na Pérsia, alguns súditos, descontentes com o comportamento do rei, planejaram colocar outro membro da família real no poder. Quando Khusro descobriu, mandou executar todos os envolvidos, mas o candidato ao trono, Kavadh, filho de Zames, conseguiu fugir, encontrando refúgio honroso no território romano (*Guerra pérsica*, I, 23, 1-29).

Do lado romano, a intriga que se formou, possibilitou a escrita de uma das passagens mais comentadas do relato procopiano: a descrição da sedição *nika*⁸⁶, caracterizada pela revolta popular e consequente carbonização da capela de Santa Sofia. Segundo o relato de Procópio,

Naquele mesmo tempo, em Bizâncio, se produziu de forma inesperada [*aprosdokētou*] uma sedição popular [*stasis tōi dēmōi*], que veio a ser, contra o que cabia pensar, a maior [*hē megistē*] de todas e acabou em um grande desastre [*kakon mega*] para o povo e o Senado; e foi da seguinte forma. A população estava dividida entre ‘azuis’ [*benetous*] e ‘verdes’ [*prasinous*] [...] A senha que se davam as facções era ‘nika’ e esse é o nome que até hoje recebe aquele acontecimento (*Guerra pérsica*, I, 24, 1-10).

A sedição uniu a facção dos azuis e verdes contra o imperador e, no embate com a autoridade pública, os revoltosos colocaram chamas em muitos pontos da capital. O historiador enfatiza a importância que Belisário teve, controlando uma situação já

⁸⁶ Sobre a historiografia desenvolvida sobre esse evento, ver: GREATREX, 1997, p. 60-86. Nesse artigo, Greatrex analisa o evento, considerando que a revolta não foi um elemento isolado de insatisfação popular, mas fez parte de um conjunto de outros distúrbios que eclodiram na capital nesse período.

bastante grave, pois a plebe chegou a aclamar um novo imperador, no circo, enquanto Justiniano pensava sobre as medidas a serem tomadas, no palácio.

Segundo Charles Diehl (1961, p. 57) a sucessão em Bizâncio não era regulamentada por lei. As possibilidades de tornar-se imperador eram muitas: por eleição senatorial, do povo ou do exército; por indicação do imperador em exercício, sendo a usurpação prática recorrente⁸⁷. A própria situação da ascensão de Justino (518-527), tio de Justiniano, ao trono imperial acentua a dificuldade dos processos sucessórios. Quando imperador Anastácio (491-518) morre sem filhos, o senado e o exército se juntam para colocar no trono Justino, homem iletrado e bom soldado⁸⁸, que rapidamente nomeou como seu assistente o sobrinho, Justiniano.

Alexander Kazdhan (1996, p. 145-146) afirma que a autocracia imperial bizantina portava uma característica ambivalente. O poder imperial era irrestrito, na teoria, pois o governante tinha o controle supremo do império e era o único legislador, podendo banir ou mutilar cidadãos, impor o divórcio, entre outras ações de igual escopo. Entretanto, havia significativas limitações ao imperador, ocasionadas, principalmente, por dois elementos: 1) a ausência de uma regra de sucessão familiar ao trono, desta forma, o poder não pertencia seguramente a nenhum determinado grupo; 2) o conservantismo ou tradicionalismo da administração bizantina (por exemplo, o excesso de cerimônia que envolvia o poder, refletindo a ordem celestial na terra) que acabava restringindo a atividade independente do imperador.⁸⁹

Apesar do perigo, aparentemente real, da destituição do título imperial, a revolta foi finalizada com a morte de alguns cidadãos e confisco das riquezas de alguns

⁸⁷ De acordo com a contagem de Louis Bréhier (1970, p. 22), dos anos de 395 a 1453: sessenta e cinco imperadores foram destronados por revolução, dos quais quarenta e um morreram violentamente. Oito imperadores foram assassinados na guerra e trinta e nove morreram naturalmente.

⁸⁸ Sabemos que Justino (518-527) descendia de camponeses da região da Ilíria, destacando-se, em Constantinopla, como um dos melhores generais nas guerras de Anastácio (491-518). Procópio informa que Justino assumiu o trono, excluindo todos os parentes de Anastácio, que eram muitos e bastantes ilustres (*Guerra pèrsica*, I, 11,1).

⁸⁹ Segundo Kazdhan (1996, p. 147), o conceito de “cesaropapismo” representa essa ambivalência. O termo foi criado no século XIX para caracterizar o irrestrito controle que o imperador tinha sobre a igreja. A teoria do cesaropapismo representa, antes, a crítica do Ocidente em relação à Cristandade oriental, pois enfatiza a subjugação da igreja oriental à autoridade secular e contrastava com a teoria de separação dos assuntos eclesiásticos e seculares que prevalecia no Ocidente. A crítica ao conceito tem sido bastante veiculada, mas, geralmente, de forma muito superficial, enfatizando que o imperador nunca tentou operar como um padre supremo. De fato, existem muitas evidências do controle imperial sobre a igreja, segundo Kazdhan (1996, p. 148), a crítica ao problema do cesaropapismo, deve envolver, antes, a pergunta sobre a extensão desse controle. O imperador tinha autoridade para nomear patriarcas ecumênicos em Constantinopla e, em muitos casos, forçá-los a abdicar. Ele também convocava e presidia os concílios ecumênicos, poderia confiscar as propriedades eclesiásticas e, como personagem sagrado, obtinha vários privilégios litúrgicos. Entretanto, somente poucos imperadores tentaram influenciar, de fato, os dogmas da igreja e não obtiveram sucesso.

senadores. O papel de destaque das cores do circo romano, coloca em relevo a própria importância das facções na sociedade bizantina do século VI. Alan Cameron problematiza a atuação das cores do circo na sociedade, demonstrando uma gradativa e não linear transformação do papel do circo em Roma e Bizâncio. Segundo o autor (CAMERON, 1976, p. 11) a partir do século V as principais atividades do circo envolviam não somente corridas de cavalo, mas diferentes formas de entretenimento. Vemos, por exemplo, na *História secreta* (IX, 5), a menção a uma dançarina do lado dos Verdes. Cameron (1976, p. 53) faz a distinção entre profissionais e partidários, ligados às cores. Os dançarinos, seriam profissionais, e, nesse sentido, nas competições do teatro ou hipódromo, haveriam sempre quatro, representando as quatro cores originais: Brancos, Vermelhos, Azuis e Verdes. Mas os partidários se dividiriam em apenas duas cores principais: os Verdes e Azuis. Além disso, os Verdes e Azuis ganharam gradativa importância real, quando passaram a assumir a responsabilidade pelas performances cerimoniais que cumprimentavam o imperador em aparições públicas (CAMERON, 1976, p. 309).

Com relação às insurreições no império, Alan Cameron, afirma que nos séculos I e II, os protestos ocorriam, em sua maioria no Senado, mas a partir do século III, assim como no VI, eles tomavam parte no teatro ou no circo, “em parte por causa da autorização tradicionalmente dada em alguns jogos, em parte por causa da ‘sensação de poder’ e ‘ausência de um senso de responsabilidade individual’ encorajado pela massa reunida” (CAMERON, 1976, p. 190). Na narrativa de Procópio podemos ver o poder da multidão para incitar à revolta. O historiador informa que Orígenes discursou sobre a importância de salvar o poder e adotar uma postura razoável, a fim de que medidas desesperadas, cativas dos desígnios da sorte, não fossem tomadas. Da mesma forma, outros senadores tentaram se pronunciar e aconselhar os outros a agirem com mais sabedoria, mas, assegura o autor, “o resto [dos homens], como uma multidão está acostumada a fazer, insistia mais excitadamente e pensava que o presente momento era oportuno [...]” (*Guerra pérsica*, I, 24, 26-31).

Procópio informa que Justiniano, as pessoas mais próximas a ele e alguns senadores e soldados ficaram trancados no palácio, refletindo sobre a melhor medida a ser tomada. Esse grupo se dividia em duas opiniões: os que eram a favor e os que eram contrários à fuga do imperador e seu séquito. No relato procopiano, o discurso que Teodora teria proferido impressiona pela importância que assume na situação. A esposa de Justiniano enfatiza a desonra que uma fuga lhes traria, afirmando que se o imperador

desejasse abandonar o palácio e não enfrentar os revoltosos teria dinheiro e recursos para isso, mas “um vez a salvo, não estaria mais agradecido do que se trocasse a salvação pela morte” (*Guerra pérsica*, I, 24, 37). Teodora completa a discurso citando um pensamento antigo: “O império [*basiléia*] é uma boa mortalha”, conhecido, principalmente, pelo texto de Isócrates⁹⁰. O historiador afirma que após as palavras da imperatriz, os homens que estavam indecisos dentro do palácio, resolveram combater e passaram a deliberar sobre a melhor forma de se defender, embora, dentre os soldados, nem todos fossem afeitos, nem estivessem convencidos a lutar pelo imperador (*Guerra pérsica*, I, 24, 38-39). Mesmo com a decisão de enfrentar os revoltosos, Procópio não parece indicar que os soldados tenham mudado de posição, pois complementa a narrativa dizendo que todas as esperanças de Justiniano estavam depositadas em Belisário que, tendo regressado da guerra contra os persas, trouxera consigo lanceiros e escudeiros, e em Mundo, que estava em Constantinopla com alguns bárbaros hérulos (*Guerra pérsica*, I, 24, 40-41). Assim, a ajuda dos bárbaros foi essencial, nesse momento, ao império.

Segundo James Allan Stewart Evans, a revolta é relatada em outras fontes, como os escritos de Teófanos (181, 32-184,2), Marcelino Comes (*Sub anno*, 532) e a *Crônica pascal* (R, 776), mas “somente Procópio dá a Teodora sua grande cena: com o esplêndido destemor de Clitenestra, Teodora apresenta o caso para ficar e lutar”⁹¹ (EVANS, 1996, p. 124). Segundo Evans, se a imperatriz repetisse o dito corretamente, ela deveria ter dito *tyranny* e não *basileia*, como encontramos no relato de Procópio. Os

⁹⁰ O termo inicial aparece como *tyranny*. Ver. ISÓCRATES, *Archidamus*, 45; e DIODORO, 14,8,5.

⁹¹ O papel atribuído a Teodora pode revelar uma diferença com relação à obra de Tucídides. Se no relato de Heródoto vemos, em várias ocasiões, descrições de imagens femininas, na *História da guerra do Peloponeso*, a ausência é notável. Segundo Geneviève Proulx (2008, p.93), a justificativa pode ser apontada no fato de que o projeto historiográfico de Tucídides tem a intenção clara de se endereçar aos homens. Em Xenofonte, por exemplo, as mulheres são vista por intermédio dos homens, com exceção de Mania, a esposa de Zénis (governador da Eólia), cujas características são detalhadas e seu poder apreciado. Entretanto, será sobretudo a partir da época helenística que os personagens femininos individualizados encontrarão um lugar mais importante na historiografia grega. Em Estrabão e Diodoro, por exemplo, as referências femininas são ampliadas em quantidade e importância (Proulx, 2008, p. 94-95). Proulx (2008, p. 97) contou um total de 200 menções a mulheres, no conjunto de livros de Estrabão. Nas *Vidas Paralelas*, de Plutarco, o papel das mulheres é ainda maior. Ainda que nenhuma mulher configure-se como personagem principal de suas *vidas*, suas presenças ao lado dos homens é significativa. Geneviève Proulx, avaliando esse conjunto de referências, encontrou alguns padrões de apresentação, dentre eles, de mulheres passivas, vitimadas pela guerra, ou ativas. O último interessa, pois pode se relacionar com o papel de Teodora na *Guerra pérsica*. Segundo a autora num contexto bélico, o papel desempenhado pelas mulheres “ativas” na narrativa se faz notar no trabalho defensivo nas cidades, ajudando no preparo do abastecimento das tropas, desempenhando funções religiosas cotidianas ou encorajando a moral dos combatentes. Vemos, por exemplo, como Taís, incita os macedônios, no meio de uma bebedeira, a queimar o palácio dos persas (PLUTARCO, *Alexandre*, 38) e Volumia, mãe de Márcio, que o convence a estabelecer a paz com os volscos (PLUTARCO, *Coriolano*, 34-37) (PROULX, 2008, p. 157-166).

bizantinos “conheciam a diferença entre a tirania e um verdadeiro rei, e a velha elite da qual Procópio pertencia deve ter visto graça no erro de Teodora e ao mesmo tempo pensado que se ela citou corretamente, teria sido precisa no duplo sentido” (EVANS, 1996, p. 124).

Anthony Kaldellis (2004, p. 36-37), seguindo a interpretação de Evans, afirma que o relato do discurso de Teodora não foi aleatório, pois portaria um elemento de comparação entre Justiniano e um dos maiores tiranos da história, Dionísio, o tirano de Siracusa. O conselho, originalmente, foi dado a Dionísio, pelo amigo Heloris, por ocasião de uma revolta durante o seu governo⁹², e o paralelo seria estreito demais para ser coincidência. Desta forma, para Kaldellis, o discurso apresentado por Procópio funcionaria com camadas intencionais de sentido, revelando em um nível mais implícito, uma comparação entre os dois governantes mencionados. É significativo que o discurso de Teodora tenha gerado mais efeito na disposição das pessoas trancadas no palácio do que a opinião de um dos membros do senado. A situação se torna, no mínimo estranha, quando consideramos o retrato abusivamente negativo que Procópio traça da imperatriz na sua *História secreta*.

Em comparação com o papel de Teodora, os dizeres do senador Orígenes não recebem grande destaque no relato procopiano mas, se colocados em relevo, podem dizer muito sobre a grandeza do objeto geral das guerras. Procópio afirma que Orígenes, “[...] um membro do senado, se adiantou e disse isto: ‘em nossas atuais circunstâncias, romanos, a solução final não passa senão pela guerra. E que a guerra [*polemos*] e o império [*Basileia*] são as mais importantes [*ta megista*] de todas as coisas humanas [*anthrōpois hapantōn*], é reconhecido [...]” (*Guerra pérsica*, I, 24,26).

Além da presença evidente do conteúdo da guerra e das ações imperiais na composição de Procópio, uma de suas associações possíveis, que permeia toda a *História das guerras*, é a questão monetária, com os bens que eram originados devido a atividade bélica, produzindo seus efeitos no império, por motivar algumas das ações romanas e dos inimigos, no curso dos eventos⁹³. O livro primeiro, por exemplo, termina com a exigência de Khusro com relação ao botim da Líbia. Segundo Procópio, Khusro alegava

⁹² Segundo o relato de Diodoro da Sicília, “[...] Heloris, um de seus amigos, ou como alguns dizem, seu pai adotivo, declarou a ele, ‘Tirania é uma justa mortalha’” (*Biblioteca histórica*, 14, 8, 5).

⁹³ Também na *História secreta*, uma das críticas ao governo de Justiniano é de ordem financeira. Em uma das passagens da obra, Procópio relaciona a guerra contra os bárbaros, com o desejo de riqueza desses povos. Desta forma, o império teria ficado exposto às constantes incursões inimigas, porque “[...] os bárbaros sentiram o gosto da riqueza de Roma [e] já não admitiam que algo os afastasse do caminho que conduzia a ela” (*História secreta*, VIII, 6).

que o imperador Justiniano não teria conseguido vencer os vândalos e atacar os godos se não estivesse em trégua com os persas, por isso os últimos teriam direito a parte dos bens conquistados nestas regiões. Mas Justiniano ofereceu somente uma pequena quantia de dinheiro e despachou os embaixadores, o que teria incitado o rei persa, ainda mais, a quebrar o tratado de paz (*Guerra pérsica*, I, 26, 1-4). No livro IV, o historiador faz referência à motivação econômica dos soldados que lutavam na Líbia. Na batalha de Tricamaro, após a vitória de Belisário e fuga de Gelimer (rei dos vândalos), os romanos se apropriaram do acampamento e encontraram lá muitas riquezas. A desordem foi de tal intensidade que, reflete Procópio, se o inimigo tivesse voltado nenhum romano poderia viver para desfrutar do botim. Isso ocorreu, porque, segundo o autor, os soldados eram extremamente pobres e não puderam se conter ante aos bens que encontraram, não atingindo eles nem o medo do inimigo, nem o respeito a Belisário, ou qualquer outro sentimento que não fosse o desejo do botim (*Guerra vandálica*, IV, 4, 5). Também foi o desejo pela posse de terras que reuniu a maior parte dos oficiais na revolta do exército em 536. Parte das reivindicações envolvia alguns soldados romanos que haviam se casado com mulheres vândalas e por isso, acreditavam, encorajados por elas, que tinham direito à posse das terras que pertenceram às suas famílias antes da vitória das forças de Justiniano (*Guerra vandálica*, IV, 14, 7).

O discurso de Orígenes indica que a preocupação com a “Guerra” e com o “Império” ia muito além do contexto daquela revolta, pois, reconhecidamente, eram as coisas mais importantes para os seres humanos⁹⁴. As duas instâncias parecem fundamentar o conteúdo da obra de Procópio, e ditas por um de seus personagens, ganham projeção.

Assim, a justificativa para a composição parece estar associada, principalmente, ao conteúdo do discurso apresentado acima. O autor informa que o tema da sua

⁹⁴ A preocupação com a guerra e com o território certamente fez parte das considerações dos Antigos. O estudo de Moses I. Finley, na década de 80, já havia ressaltado a estreita associação entre essas duas instâncias nas sociedades antigas. O autor inicia o texto citando a afirmação de Platão (*Leis*, 626 A), atribuída ao orador Clínia, na qual a paz é considerada apenas uma aparência, dada a realidade de que todas as cidades vivem em um constante estado de guerra, pela sua própria natureza. Finley (1994, p. 89) considera que esta foi uma máxima, imperceptivelmente criticada na Antiguidade, e gregos e romanos empreenderam guerras com, “inexorável regularidade”. O autor afirma não termos indícios de sérias reflexões do motivo do estado de guerra, num nível mais essencial, embora Heródoto, Tucídides e outros autores “tenham examinado regularmente as razões e os pretextos da eclosão de um conflito armado particular”, porque a guerra era vista, praticamente, como uma condição natural das sociedades (FINLEY, 1994, p. 91). Nas considerações sobre as várias razões pelas quais se podia guerrear, vemos o vínculo entre Guerra e Império. Se a guerra, segundo Tucídides, era causada pelo medo, o que havia a temer? Pondera Finley. “A possibilidade de que outro Estado, pelo uso da força, procurasse invadir e assaltar algum território, ou conquistá-lo, subjuguá-lo de uma forma ou de outra” (FINLEY, 1994, p. 100).

narrativa é a apresentação das guerras que Justiniano empreendeu contra os bárbaros, para isso, afirma não ter escondido nada que por ventura tivesse ocorrido aos personagens mencionados. Nesse sentido, a obra procopiana apresenta como objetivo principal relatar os feitos dos romanos e bárbaros, envolvendo as ações políticas e os confrontos bélicos dos exércitos, exatamente as duas questões apontadas no trecho acima.

As menções à grandiosidade da obra, em sua maioria, referem-se a elementos envolvendo esses dois setores da atividade humana: as questões políticas vinculadas ao império e as guerras, seja no destaque conferido à revolta contra Justiniano ou na descrição dos confrontos e caracterização dos personagens militares: Belisário e sua esposa Antonina; e políticos: João da Capadócia e a imperatriz Teodora. Entretanto, um evento, evidenciado por sua natureza bastante singular, parece escapar (ou não, como iremos sugerir) dessa lógica narrativa: o ataque da peste.

2.4.2. *O ataque da peste*

A descrição do ataque epidêmico feita por Procópio está rodeado de ricas referências para pensarmos a concepção de história do autor, por esse motivo, será abordada também nos outros capítulos. Nesta seção procuramos apenas ressaltar as partes pertinentes à análise dos elementos de grandeza do objeto anunciados na passagem.

A apresentação epidêmica segue o padrão elaborado por Tucídides, mencionando os lugares pelos quais a doença passou, os sintomas evidentes e as consequências no cotidiano da população afetada. Não podemos afirmar que Procópio leu diretamente a obra do historiador grego, mas sabemos que a passagem sobre a peste na *História da guerra do Peloponeso* era conhecida pelos bizantinos e reconhecida como exemplo de descrição bem elaborada. Segundo os exercícios retóricos de Élio Teon, os Antigos ofereceram muitas descrições, como por exemplo a de Tucídides, sobre a peste (*Progymnasmata*, 2, 68, 7). Descrição, para Teon, é “um discurso que apresenta em detalhe e mostra de forma evidente aquilo que é dado a conhecer” (*Progymnasmata*, 7, 118, 6, 1-3). De fato, tanto na obra de Procópio quanto na de Tucídides a passagem se destaca pela apresentação detalhada e laboriosa.

No relato procopiano, a peste é precedida pela invasão do inimigo, pouco antes do ataque epidêmico, “no início da primavera, Khusro, o filho de Kavhad veio invadir

pela terceira vez, com um grande exército, o território romano, mantendo-se à direita do rio Eufrates” (*Guerra périca, II, 20*). Primeiramente, o historiador narra os acontecimentos que sucederam aos persas na região de Sergiópolis. Com o fracasso da investida persa nessa cidade, Khusro segue adiante com o propósito de conduzir seu exército até a Palestina e ali saquear todos os tesouros, especialmente o de Jerusalém. Justiniano, ao se inteirar de tal movimento, enviou contra os persas o seu general Belisário e prontamente conseguiu reunir um exército com a ajuda de soldados de outras regiões. Khusro acabou recuando, e Procópio parece atribuir tal feito ao medo que o rei persa sentiu ante a valentia e sagacidade de Belisário, que conduziu as negociações com segurança. Entretanto, afirma o historiador, Khusro acabou se lançando à cidade de Calinico que, naquele momento, encontrava-se sem defesas (*Guerra périca, II, 21, 31,34*).

Procópio informa que no período que Khusro invadiu a cidade romana de Calinico, sem se importar com os acordos estabelecidos, e que Belisário foi enviado para Itália (pois a causa romana estava numa situação perigosa), irrompeu um ataque epidêmico “pelo qual toda a raça humana [*hapanta anthrōpeia*] esteve perto de ser aniquilada [*exitēla*]” (*Guerra périca, II, 22, 1*).

Segundo Dionysios Ch. Stathakopoulos (2004, p. 110) há um preponderante consenso entre os pesquisadores de que a epidemia que começou em 541⁹⁵, e logo alcançou o estado de uma pandemia, era verdadeiramente uma manifestação da peste bubônica. É possível identificar a doença em questão através de três procedimentos: um diagnóstico retrospectivo da sintomatologia, oferecida pelos autores bizantinos, análise laboratorial de restos humanos à procura de biomoléculas antigas⁹⁶ e o estudo da infecção epidemiológica (STATHAKOPOULOS, 2004, p. 110). O aparecimento de bubões facilita a assertiva de que se trata, aqui, da descrição da primeira manifestação de uma epidemia nos moldes da “peste negra”. Vemos no relato de Procópio a seguinte descrição dos sintomas:

⁹⁵ Segundo Procópio, a peste “começou entre os egípcios que habitavam Pelusio [cidade costeira do Baixo Egito, localizada no extremo oriente do delta do Nilo]. E após aparecer, se propagou em duas direções: por um lado até Alexandria e o resto do Egito; pelo outro, chegou à zona da Palestina que faz fronteira com o Egito [...]” (*Guerra périca, II, 22, 6*).

⁹⁶ Dionysios Ch. Stathakopoulos afirma que os recentes avanços da biologia molecular conseguiram identificar a sequência do genoma da peste. Os pesquisadores puderam, de fato, confirmar a presença da pestilência em DNA humano nos locais de enterro coletivo que datam da segunda metade do século XIV. Embora não haja nenhuma identificação biológica disponível das vítimas de peste do VI século, “uma comparação entre dados modernos e o que as fontes bizantinas registraram não deixa dúvidas de que a peste justiniânica era, na verdade, aquela que conhecemos” (STATHAKOPOULOS, 2004, p. 110).

Repentinamente se dava a febre, a uns, quanto acabavam de acordar; a outros, quando estava passeando e a outros ainda, no meio de qualquer outra atividade. E o corpo não mudava de cor nem estava quente, como quando ataca a febre, nem tampouco se produzia nenhuma inflamação, senão que a febre era tão tênue desde que começava, até o entardecer que nem os próprios enfermos nem o médico ao tocá-los tinha a impressão de que corriam algum perigo. E, em efeito nenhum dos que haviam contraído o mal acreditavam que iriam morrer disso. Porém a uns, no mesmo dia, a outros no dia seguinte e a outros, não muito tempo depois, saía um tumor inguinal [*boubôn*], não só nessa parte do corpo que está sob o abdômen e que se chama virilha, mas também na axila; e em alguns inclusive junto à orelha e em diversos pontos da coxa (*Guerra pérsica*, II, 22, 15-17).

O historiador narra com notável precisão os sintomas da doença e algumas alterações da vida diária bizantina. Em sua primeira aparição, infestou Bizâncio por quatro meses (*Guerra pérsica*, II, 23, 1), atingindo também o território persa e as regiões dos demais povos bárbaros. Os médicos, ansiosos por descobrir o caráter da doença, punham-se a examinar os mortos abrindo-lhes os tumores, sem êxito tentavam compreender, para controlar a doença (*Guerra pérsica*, II, 22, 29). E não houve, de fato, nenhuma causa da enfermidade que pudesse ser compreendida pela razão humana [*anthrôpou logismon*] (*Guerra pérsica*, II, 22, 33).

Na narrativa de Procópio, a corrupção dos costumes, principalmente no que se refere aos ritos de morte, encontra um lugar privilegiado. Segundo este historiador,

Naquele período, ficaram abandonados todos os ritos funerários. Em efeito, os defuntos não eram levados a enterrar com seu cortejo, como de costume, nem com a música fúnebre que era habitual, bastava que um portasse nos ombros o morto até chegar à zona costeira da cidade, onde o atirava, para que, depois de amontoá-los em barcas, os levavam a qualquer sítio que lhe ocorria (*Guerra pérsica*, II, 23, 14, 16).

O caráter caótico proveniente desta situação é coerente com a enorme importância dos ritos da morte na sociedade bizantina. No relato procopiano temos a descrição do abandono dos rituais que norteavam a vida das populações e mantinham um precioso equilíbrio entre o terreno dos vivos e dos mortos. O ser humano é potencialmente afetado quando o seu sistema de valores é abalado, colocando em questão a capacidade de interpretação e interação com o mundo. Podemos dizer que, da forma como o ataque é descrito, ou seja pelos elementos evidenciados na narrativa, a peste apresentaria exatamente esse tipo de experiência, pois desafia a reflexão moral e abala a compreensão da população.

Os ritos fúnebres também eram importantes para a preservação da memória dos indivíduos. Amy Papalexandrou (2010, p. 108) acentua a importância da memória, afirmando que a sua conservação e perpetuação é a parte mais importante de quase todos os esforços e projetos realizados pelos bizantinos. A atividade mnemônica, com todas as suas variáveis, é um elemento integrante dessa sociedade. A percepção da memória entre os bizantinos veio acompanhada pelo temor do esquecimento e pela angústia experimentada na passagem temporal. Portanto, instrumentos para salvaguardar de maneira prática a memória de si e do grupo foram constantemente acionados. Dentre eles, destacam-se as práticas comemorativas ditadas pela Igreja e a estratégia secular de elaboração de um registro. Sem dúvida, uma das armas mais eficazes, administradas pelos bizantinos, contra o percurso temporal foi a coleta, seleção e organização das informações disponíveis. Tal ordenação cumpria o papel contra o efeito do caos. Ao registrar o passado corretamente, poder-se-ia lembrar cada vez mais e melhor. Esse artifício envolveu principalmente o campo intelectual, onde a sua aplicação foi sempre uma realidade, materializada pela compilação de texto, organização de livros e arquivos, bibliotecas e aquisição de novas informações, embora o interesse em reordenar o passado atingisse outras camadas da população. Nas paredes das Igrejas, por exemplo, podia haver restos físicos de sítios da Antiguidade, formando um discurso coerente ou destacando algum elemento do passado. Como organização visual, que não exigia preparo educacional, tal prática tornou o passado selecionado acessível a uma ampla população (PAPALEXANDROU, 2010, p. 120).

A emergência da grandeza dos eventos é notável em todos os estágios da narrativa sobre a peste. Tanto romanos quanto bárbaros estavam entre o grupo das pessoas atingidas por uma situação absolutamente dramática e com enormes proporções. Segundo Procópio

[...] para colocar tudo em palavras, não foi possível ver um único homem em Bizâncio vestido em trajes oficiais, e especialmente quando o imperador ficou doente (pois ele também teve um tumor na virilha), na cidade que tinha todo domínio [*en polei basileian ekhousēi*] sobre todo o Império Romano, cada homem estava usando roupas condizentes com sua situação privada e permanecia quieto em casa. Tal foi o curso da pestilência no Império Romano em geral bem como em Bizâncio. E ela caiu [*epeskēpse*] também sobre as terras dos persas [...] (*Guerra pérsica*, II, 23, 20-21).

Além disso, é possível ver como a peste afetou os assuntos da guerra, diretamente. O historiador informa que um sacerdote persa foi enviado na presença do embaixador romano para dizer que o rei estava com problemas (e seu filho tentava

usurpar o poder), pois havia contraído a epidemia e todo o exército também estava doente. Em seguida, Procópio informa que Khusro e seus soldados, abandonaram a cidade de Adarbiganon, por onde ele intentava invadir o território romano, por medo da peste (*Guerra pérsica*, II, 24, 12).

Se a ênfase na descrição dos sintomas e mudanças no comportamento da população bizantina pode levar à consideração de que o ataque de peste escapa à lógica, império/guerra, como princípio de apresentação amplificada dos eventos relatados na narrativa de Procópio, a consideração completa da passagem pode sugerir uma interpretação diferente. A grandiosidade do ataque parece envolver a *basileia* em dois sentidos. Num primeiro momento, Procópio destaca que a epidemia atingiu o próprio Justiniano⁹⁷ (figura máxima da configuração imperial, nesse momento), acentuando a desestruturação dos assuntos públicos e oficiais. Em segundo lugar, apesar de alcançar outras regiões, a peste abalou profundamente o centro da *Basileia*, a sua grandiosa capital. Como assevera o historiador, Constantinopla se viu afetada por uma epidemia que modificou, em determinado período, os aspectos políticos, sociais, culturais e religiosos da população, ou seja, o ataque afetou, consideravelmente, a “cidade que detinha o domínio de todo o Império Romano” (*Guerra pérsica*, II, 23, 20-21).

Também com relação aos elementos bélicos, encontramos ligação com o ataque de peste na narrativa procopiana, pois teria mudado os planos da invasão dos persas no solo romano. Além disso, o impacto da epidemia tem sido evidenciado na historiografia com relação ao número de soldados no exército de Justiniano. John L. Teall enfatiza a influência da peste nos caminhos da guerra e afirma que a epidemia pode ter sido responsável pelo número reduzido de soldados que Belisário conseguiu reunir; além de ter servido para apavorar Khusro, no momento da invasão. De fato, segundo o autor, existem poucas razões para duvidar que a peste bubônica interferiu diretamente nos planos de Justiniano, de 542 a 543, criando uma ausência de força humana, de

⁹⁷ É interessante notar que, na *História secreta*, Procópio adiciona algumas informações sobre o contágio epidêmico de Justiniano. O imperador teria ficado gravemente doente de peste e a notícia de que ele havia morrido chegou até o acampamento dos romanos. Alguns dos comandantes chegaram a afirmar que se sucedesse ao trono outra figura como a de Justiniano, jamais regressariam. “Pouco depois, como o imperador encontrava-se convalescente, ocorreu que os comandantes do exército romano empenharam-se a caluniar uns aos outros” (*História secreta*, IV, 2,3). Procópio em seguida associa as desgraças produzidas pelo imperador às ocasionadas pela peste, dizendo que “[...] a peste, tal como disse nos livros prévios, ainda que tenha se estendido por toda a terra, escaparam não menos homens que a quantos lhes tocou ser mortos por ela, já se tivessem se livrado totalmente de ser contagiados pela enfermidade, já a tivessem superado depois de havê-la contraído, porém a este homem [Justiniano] não o pode evitar ninguém dentre todos os romanos, senão que, caindo como outra praga do céu sobre toda a nossa espécie, não deixou nada totalmente imune[...]” (*História secreta*, VI, 22, 28).

dimensões consideráveis durante os próximos dois ou três anos, deixando o processo de restauração dos territórios mais lento e favorecendo a gradativa barbarização das forças imperiais (TEALL, 1965, p. 319).

Numa perspectiva mais moderada Michael Whitby pontua sua desconfiança com relação às afirmações que enfatizam em demasia a influência das mortes e desastres ocasionados pelo ataque epidêmico, no curso das guerras apresentadas por Procópio. Segundo o autor, se o impacto da peste é perceptível nos maiores centros populacionais, o mesmo não pode ser dito com relação às mais remotas áreas, onde o recrutamento militar era mais intenso (WHITBY, 2003, p. 96). Além disso, a consideração dos escritos posteriores, tais como o *Strategikon* do imperador Maurício, que informam sobre o tamanho das tropas do exército romano/bizantino, não nos permite afirmar que houve um grande declínio em termos de força humana no exército do século de Justiniano, embora possamos detectar problemas em termos de suporte financeiro (WHITBY, 2003, p. 100). A ponderação de Whitby não recusa o impacto da peste no cenário militar romano/bizantino, apenas reconsidera a sua amplitude.

Apesar das diferentes considerações, é possível encontrar concordância na afirmação de que o relato da peste é um espaço privilegiado para a reflexão envolvendo a escrita de Procópio. Além de sua relação com os caminhos da guerra e os desígnios do império, a passagem é abordada pela sua semelhança com os escritos de Tucídides e pelo destaque que Procópio atribui ao testemunho ocular. A peste é narrada com detalhes por um historiador, que reclama, antes de tudo, a experiência direta com o evento. A percepção da emergência autoral na obra parece ser um dos elementos que evidenciam a perspectiva histórica da *Guerra pérsica* e deverá ser tratada mais detidamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O HISTORIADOR EM SUA *HISTÓRIA*

Após apresentar o tema e finalidade da obra, Procópio de Cesareia afirma ter a convicção de ser especialmente capacitado para a escrita daqueles eventos, por atuar como conselheiro do general encarregado pelos movimentos bélicos (*Guerra pérsica*, I, 1, 3). O fato de ter sido indicado para tal cargo possibilitou que o historiador acompanhasse a maioria dos eventos narrados, o que não deixa de ser mencionado na obra, funcionando como atestado da excelência de sua composição.

Em outras passagens Procópio evidencia a sua experiência pessoal no relato dos eventos. Atitude que parece não ter sido irrefletida ou aleatória, como pretendemos demonstrar. Mas além disso, a intromissão do autor na obra aparece na forma de julgamentos com relação ao objeto tratado ou direcionando o caminho interpretativo pelo qual o leitor deve passar. O propósito desse capítulo é investigar as passagens que podem revelar elementos da presença autoral na *Guerra pérsica*, seja naquelas que o historiador aparece diretamente como personagem, atuando, de alguma forma, nos eventos bélicos, e os momentos que ele oferece indicações biográficas e dados sobre sua atividade como historiador; seja naquelas que Procópio parece emitir sua opinião sobre o governo de Justiniano e sobre as atitudes dos personagens. A evidenciação do autor na narrativa é pensada como um elemento relevante para a compreensão de seu projeto historiográfico, e poderia indicar a própria relação da experiência do autor com o objeto apresentado.

Na obra completa da *História das Guerras*, Procópio se apresenta como um participante ativo nos eventos, em algumas ocasiões, dentre elas: 1) ao ser nomeado conselheiro de Belisário, logo após que ser escolhido pelo recém-imperador, Justiniano, como comandante das tropas romanas (*Guerra pérsica*, I, 12, 24); 2) quando informa sua residência em Constantinopla, no período que a peste assolou a cidade (*Guerra pérsica*, I, 22, 9); 3) quando encontra um amigo de infância, concidadão de Cesareia, ao ser enviado a Siracusa para descobrir como os vândalos planejavam atacar os romanos (*Guerra Vândala*, III, 14,7); 4) quando os romanos estão cercados, em Roma, e ele é enviado para adquirir suprimentos (*Guerra Gótica*, VI, 4, 1-4); 5) quando os soldados estavam sendo mortos nas emboscadas, durante o longo bloqueio da antiga cidade de Auximum, e Belisário aceita a sugestão de Procópio, com relação ao uso de trombetas

de cavalaria e infantaria para sinalizar diferentes comandos aos combatentes (*Guerra gótica*, VI, 23, 23-29); 6) quando Procópio relata que, enquanto observava as tropas romanas entrando em Ravenna, pensou sobre como não é pela excelência e sabedoria dos homens que os eventos são cumpridos, mas por algum poder divino irrefreável (*Guerra gótica*, VI, 29, 32-34).

Muitos historiadores do Mundo Antigo tiveram a chance de serem partícipes, testemunhas e autores dos eventos informados, evidenciando seus feitos e dados biográficos nas obras que compuseram. John Marincola dedica um significativo espaço em suas considerações ao método de apresentação pessoal dos autores antigos. Ao invés de apontar características gerais, ele atenta para a variedade de formas e abordagens, que puderam variar de acordo com o período, o tipo específico de história e os objetivos de cada um, na apresentação de si (MARINCOLA, 1997, p. 175).

Pela análise das obras de Xenofonte, César e Flávio Josefo, Marincola aponta as principais estratégias de autoapresentação encontradas: 1) expressão dos sentimentos religiosos, pela apresentação dos deuses e/ou Fortuna; 2) a autoapresentação pelo uso do pretexto de necessidade, geralmente, o autoelogio poderia ser justificado pela defesa de um bom nome com relação a um julgamento ou algum tipo de perigo; 3) a apresentação de si como parte de um elogio a um grupo, geralmente feito em discurso para uma audiência; 4) o emprego da terceira pessoa, pois esse uso permitia ao autor fazer um autoelogio, como admirar seus próprios feitos como se fossem da boca de outra pessoa, de uma forma que o uso da primeira pessoa tornaria impossível; 5) o uso de expressões com para engrandecimento dos feitos (MARINCOLA, 1997, p. 206-215)

Irene de Jong, sobre a intromissão autoral na obra de Heródoto, afirma que é possível distinguir pelo menos três tipos: o narrador falando como um narrador, como um historiador ou como um comentador. No primeiro caso, Heródoto revela sua presença pela referência à sua atividade como organizador do texto, indicando que voltará ao relato principal depois de uma digressão (*Histórias*, I, 95, 1) ou ainda que deixará algum assunto para ser tratado depois (*Histórias*, I, 18, 2), constituindo uma espécie de referência cruzada. Essa intromissão, entretanto, não é dada sistematicamente, “[...] em locais onde alguém pode esperar uma referência cruzada, não encontramos uma (e. g. 7, 114, onde uma menção é feita do hábito pérsico de queimar pessoas vivas, um exemplo do que é recontado em 3, 35)” (JONG, 2004, p. 103).

Quando o narrador aparece no texto como um historiador, segundo Jong (2004, p. 103) “podemos ver ele trabalhando, enquanto entrevista testemunhas ou locais, e.g. 2, 54, 2 [...], inspecionando sítios ou monumentos, e.g. 2, 44, 1-2 [...], raciocinando, e.g. 7, 238, 2 [...], e avaliando histórias, e.g. 3, 56” ou seja, podemos ver o desdobramento da “*historiē, akoē, opsis e gnōmē* que ele lista em 2, 29, 1 e 99, 1 como tarefas do historiador [...]” (JONG, 2004, p. 104).

No último caso mencionado por Jong, vemos Heródoto comentando as ações de seus personagens, evidenciando-se, no texto como um comentador. “Ele chama os costumes de ‘muito sábios’ (I, 63, 2), conselhos de ‘muito úteis’ (I, 170, 1) e a morte de Policrates ‘indigna dele e de seus projetos’ (3, 125, 2)” (JONG, 2004, p. 105).

Um estudo similar também foi realizado com relação à obra de Tucídides. Segundo Tim Rood (2004, p. 116), Tucídides é um narrador, mas também um dos participantes da guerra, como informa o trecho a seguir: “eles enviaram para o outro general da Trácia, Tucídides, o filho de Oloro, que escreveu essa [...]” (*História da guerra do Peloponeso*, IV, 104, 4). Nesse sentido, o narrador da *História da Guerra do Peloponeso* se diferencia de seu antecessor, já que Heródoto “encontra um lugar em seu próprio texto somente através de sua atividade como viajante, pesquisador, e escritor: isto é, ele é um narrador externo” (ROOD, 2004, p. 116). O uso tucidideano da primeira pessoa, serve para divulgar sua opinião, raciocínio, inferência, metodologia e o movimento de sua autópsia. Os exemplos da evidenciação de Tucídides como narrador, em primeira pessoa, “são particularmente interessantes porque mostram como Tucídides separa seu papel como agente (onde formas em terceira-pessoa são usadas), do seu papel como investigador” (ROOD, 2004, p. 117)

Apesar de vermos estratégias de apresentação de si muito similares nos escritos de Procópio, segundo Roger Scott, existe uma diferença significativa com relação à intromissão da *persona* do autor, nas histórias bizantinas. Os historiadores clássicos se apresentam na obra com o objetivo de divulgar suas qualificações para lidar com o objeto, chegando a mencionar suas próprias experiências, somente quando a evidência não é segura. Além disso, apesar de alguns estarem envolvidos diretamente com os eventos tratados e conhecerem o objeto, eles não divulgam um interesse pessoal pelo assunto ou, se fazem, é só tangencialmente. Diferente de Heródoto, Tucídides e Xenofonte, os historiadores bizantinos se reconhecem no assunto tratado, ou seja, apresentam um tipo de envolvimento diferente daquele encontrado nos autores da Antiguidade clássica, o que não se refere, necessariamente, à parcialidade ou

objetividade entre eles, mas, simplesmente, que o historiador clássico, tradicionalmente, tende a se separar de seu assunto geral, mesmo envolvido diretamente, enquanto o bizantino escolhe seu assunto justamente porque está envolvido diretamente, e seu ponto de vista é mais claramente apresentado (SCOTT, 1981, p. 63-65). Scott está pensando, principalmente, nos autores do século X e XI em diante, mais precisamente na postura de Anna Comneno com relação à escrita da história do governo de pai, Aleixo, com o objetivo de fazer justiça ao nome imperial. O autor destina uma parte pequena para a discussão da obra de Procópio de Cesareia, apontando-o como um dos últimos escritores de uma real tradição clássica (SCOTT, 1981, p. 73), como já foi mencionado.

É difícil apoiar a afirmação radical de Roger Scott feita sobre a relação de Procópio com essa tradição clássica, mas os fundamentos que o levaram a formular tal consideração podem ser úteis para analisarmos a autoapresentação do historiador bizantino em sua obra. De fato, concordamos que as obras de Procópio apresentam uma arquitetura muito particular, na qual mesclam-se elementos retirados dos historiadores clássicos e a especificidade da produção literária do século VI. Tal característica é principalmente visível na autoapresentação do autor na *Guerra pérsica*.

James Howard-Johnston destaca que as autorreferências poderiam servir para um objetivo específico, pois estabeleceriam uma conexão entre o autor da história e o seu objeto. No caso específico procopiano, a sua apresentação pessoal almejaria informar ao leitor sobre as credenciais para escrever a história daqueles eventos (HOWARD-JOHNSTON, 2000, p 23).

Além dos elementos que parecem aproximar a intromissão autoral na obra Procópio, daquele perceptível em autores como Heródoto e Tucídides, outros fatores aparecem envolvidos. Em primeiro lugar a existência da *História secreta* sempre perturba e amplia a visão que temos da *Guerra pérsica*. Na primeira, o autor afirma estar pronto para narrar toda a verdade omitida nos livros anteriores, quando os personagens ainda estavam vivos, pois, naquela ocasião,

não era possível, nem passar inadvertido ao grande número de espiões [*kataskopōn*], nem ser descoberto sem padecer uma morte miserável [*thanatōi oiktistōi*], pois nem sequer podia confiar nos familiares mais próximos, assim, me vi obrigado a ocultar [*apokrypsasthai*] as causas [*tas aítias*] de muito do que eu mencionei nos livros anteriores (*História secreta*, I, 2-3)

Desta forma, independente do critério de verdade ou dramaticidade que podemos atribuir a essa passagem, seu conteúdo revela uma ligação entre a narrativa de Procópio e seu objeto: o imperador Justiniano. O assunto da obra procopiana, esteve dotado de uma autoridade real (a autoridade imperial), diferentemente do tema de Heródoto e Tucídides, o que pode ter influenciado na escolha do que seria exposto. Além disso, a passagem sugere a adoção de uma estratégia consciente de apresentação diferenciada, entre uma e outra obra (talvez isso seja o que Roger Scott, considerou como Procópio “jogando” com a tradição). A análise da evidenciação autoral, assim, poderia considerar o papel de um processo educacional, pelo qual o historiador conheceu e se apropriou da tradição, e as possibilidades relacionais entre o autor e seu objeto.

3.1. Cesareia, um lugar para o historiador

As relações entre o relato da *Guerra pérsica* e o local de nascimento de seu autor já foram ressaltados pela historiografia sobre o autor. Ao considerar a extensão da crítica formal com relação ao governo de Justiniano, por exemplo, James Evans (1968, p. 137) pontua que o fato de Procópio ter nascido em Cesareia, portanto possuindo origens orientais, pode ter contribuído para a desmotivação emocional do autor em relação ao plano de *renovatio* imperial, pois no movimento de Justiniano rumo à reconquista das regiões ocidentais, os persas tomavam vantagem no oriente bizantino, e chegaram a dominar Antioquia, uma região rica e muito importante para o império. Para Averil Cameron, o conteúdo da *Guerra pérsica* é narrado de forma mais detalhada, porque se trata de um território que Procópio conhecia bem, devido ao contexto de seu nascimento e criação. O mundo descrito nesses primeiros livros é o das provinciais orientais, abrangendo, especialmente, a Síria e a Mesopotâmia, regiões onde os habitantes viram lutas e negociações, ente Bizâncio e o Irã, se desdobrando por séculos. Estas eram regiões cosmopolitas, caracterizadas por uma mistura de influências gregas, pérsicas e semíticas (CAMERON, 1996, p. 152).

Cesareia foi uma cidade fundada pelos gregos⁹⁸, se tornando residência oficial de prefeitos no período romano até que, durante o governo de Vespaciano, se torna uma colônia do império. Durante o governo de Alexandre Severo ganha a reputação de centro cultural, considerada uma próspera e sofisticada cidade (CARRIKER, 2003, p. 1). Atualmente, configura-se como um dos principais sítios arqueológicos para a

⁹⁸ Herode, o grande, fundou a cidade de Cesareia Marítima, nomeada posteriormente, desta forma, em honra ao imperador Augusto, entre 22 e 9 a.C. (CARRIKER, 2003, p. 1).

pesquisa sobre as características das antigas formas urbanas no Império Bizantino⁹⁹. Principalmente, a cidade é notada pela importante biblioteca¹⁰⁰ que possuía e por abrigar personagens que ficaram posteriormente conhecidos pela sua habilidade, como por exemplo, Eusébio¹⁰¹, autor da obra eclesiástica.

No século VI, era uma cidade significativamente organizada, composta por igrejas e uma sinagoga, indicando uma mistura de crenças, formada por uma população mista entre cristãos e judeus. Sabemos, por exemplo, que a cidade era bastante habitada por grupos samaritanos, como nos informa a narrativa de Procópio:

Quando pouco tempo depois foi promulgada uma lei muito similar a esta [restrição dos direitos], no que concernia também aos Samaritanos, a Palestina se viu presa a uma confusão indescritível. Quantos viviam em Cesareia, minha cidade natal, e nas demais cidades, considerando que era estúpido sofrer por culpa do dogma, mudaram seus nomes para os de cristãos e puderam, graças a esse subterfúgio, conjurar o perigo que pendia sobre eles (*História secreta*, XI, 25).

As ideias apresentadas pelo historiador sugerem que os samaritanos realizaram uma conversão pouco sincera. Essa informação é apresentada de forma diferente em outra obra. Segundo Procópio, “durante o presente reino, embora o imperador Justiniano tenha convertido os Samaritanos para uma mais piedosa forma de vida e tenha feito eles cristãos, deixou a antiga fortificação em volta da igreja em Garizin” (*Sobre os edifícios*, V, VII, 16).

⁹⁹ As escavações encontraram uma cidade fortemente urbanizada, com casarões, armazéns e um pretório para o governador, que foram ocupados e reformados no VI século. Também foram encontrados fragmentos indicando uma ativa importação de vinho, óleo, peixe e outros materiais (HOLUM, 2006, p. 91).

¹⁰⁰ Andrew Carriker traça a história e relevância dessa biblioteca, de sua fundação até o século VII. Segundo o autor, ela foi criada quando Orígenes, o erudito religioso de Alexandria, se estabeleceu em Cesareia durante o episcopado de Teoctisto (220-260), iniciando sua atividade de professor de literatura pagã e, posteriormente, estritamente de ensino religioso. O patronato de Ambrosio (convertido por Orígenes) permitiu que o erudito se dedicasse ao estudo e correção de cópias manuscritas. A biblioteca foi inicialmente composta pelos livros que possuía, e por aqueles adquiridos em suas viagens. A biblioteca se torna não somente uma fonte de pesquisa, mas uma espécie de escola (segundo as informações retiradas das cartas que Orígenes trocava). No século III, sua posse reunia: livros de história, guia para leitura das Escrituras, trabalho de filosofia e manuais filosóficos, florilégia e poesia; uma coleção que foi ampliada por Eusébio, Acácio e Euzebio. A biblioteca pode ter sido usada para estudo por St. Gregório Nazianzeno, Hilário de Poitiers e Eusébio de Vercelli. Nos séculos V e VI, a biblioteca se mantém como um lugar proeminente na atividade de erudição da cidade, produzindo cópias de diversos manuscritos, até o período de ocupação dos persas sassânidas, em 614, quando as evidências indicam sua destruição (CARRIKER, 2003, p. 1-29).

¹⁰¹ Eusébio será bispo de Cesareia até a data de sua morte, em 339. A historiografia data o seu nascimento entre 260 e 264, devido a menções de anos como 260, 264 e 268 em suas obras e o local não é conhecido, embora Cesareia seja frequentemente apontada.

A cidade de Cesareia pode ter influenciado a escrita de Procópio por dois caminhos. Em primeiro lugar, o fato de ter sido um centro educacional, pode ter possibilitado que o historiador entrasse em contato com uma ativa produção intelectual, desde a sua formação inicial. Em segundo lugar, a relação com diferentes grupos religiosos pode ter implicado na opinião de Procópio a respeito do cristianismo. Felix Dahn chega a afirmar que o historiador bizantino está distante da religião oficial do império porque nasceu como um judeu (DAHAN, apud CAMERON, 1996, p. 6).

Sabemos que o Cristianismo era uma força muito poderosa na vida cotidiana dos bizantinos, durante o século VI. Frequentemente, o imperador se envolvia em querelas religiosas resultando em intensas discussões políticas. Além disso, encontramos a produção jurídica de Justiniano afirmando a associação legal entre os poderes imperial e religioso. Entretanto, da forma como aparece em algumas passagens da *História das Guerras*¹⁰² o cristianismo, aparentemente, foi uma “religião distante” (CAMERON, 1964, p. 317), que não foi professada, nem muito conhecida pelo historiador. O autor apresenta alguns termos e símbolos religiosos como se não tivesse familiaridade com o corpo conceitual que estava utilizando, por exemplo, ao fazer referência aos monges – e o monasticismo foi um dos elementos cristãos mais importantes do império – Procópio afirma que “a vigilância da torre, que estava mais perto do passo subterrâneo, era responsabilidade dos mais estritos de todos os cristãos, a esses que costumam chamar ‘monges’ [*kalein monakhous nenomikasi*]” (*Guerra pérsica*, I, 7, 22). Sobre o mesmo tema ele escreve que “Dentro do recinto de Cartago existe certo templo [...] onde habitam homens que praticam com rigor a religião, os quais sempre estamos acostumados a denominar ‘monges’ [*monakhou” kalein tous anthrōpous aei nenomikamen*]” (*Guerra vandálica*, IV, 26, 17). Em outra ocasião, ao citar os evangelhos, Procópio afirma que “os bárbaros, [...] responderam que, sem dúvida, ele invocaria em seus juramentos as Sagradas Escrituras dos cristãos, as que comumente se denominam ‘Evangelhos’ [*kalein euangelia nenomikasin*]” (*Guerra vandálica*, IV, 21, 21).

As referências aos termos cristãos, da forma como muitas vezes estão dispostas, poderiam sugerir que Procópio não era um cristão e que pouco sabia das práticas do cristianismo. Entretanto, a leitura da obra sobre as guerras, em outros momentos, nos

¹⁰² Também na obra *História Secreta* encontramos esse tipo de postura em relação aos elementos cristãos. Sobre a ortodoxia, por exemplo, o autor define indiretamente o que se entende por heresias dizendo que “Há entre os cristãos de todo o Império Romano muitas doutrinas proibidas, as que recebem o nome de heresias [...]” (*História Secreta*, XI, 14).

permite conceber um ponto de vista diferente. No primeiro livro, encontramos a seguinte descrição de um dos povos estrangeiros:

Em efeito, mudaram seu regime de vida por outro mais civilizado, se alistaram no exército romano e, desde então, até hoje saem com o resto das tropas romanas contra os inimigos. Trocaram suas crenças por outras mais piedosas e todos eles se converteram ao cristianismo (*Guerra pérsica*, I, 15, 25).

Além disso, no livro II, Procópio afirma que “naquele tempo, Jesus, o filho de Deus [*Iēsous ho tou theou*], estava encarnado e andava entre os homens da Palestina”, esse homem mostrava que realmente era o filho de Deus, pelo fato de nunca ter pecado e fazer coisas impossíveis (*Guerra pérsica*, II, 12, 22-23). Sobre João da Capadócia Procópio escreve que “nem a palavra de Deus [*theou logos*], nem certo respeito aos seres humanos, chegavam à sua alma: aniquilar as vidas de muitos homens e destruir cidades inteiras, essa era sua preocupação” (*Guerra pérsica*, I, 24, 13). Em outro momento ainda, o historiador afirma que “Deus [*ho theos*] salvou Apamea” (*Guerra pérsica*, II, 11, 28).

Se não é possível apontar indícios de que Procópio realmente acreditou nessas ideias, também é um equívoco dizer que Procópio não professava o cristianismo, pela forma como as referências religiosas aparecem, inclusive influenciando sua visão dos acontecimentos, como pretendemos mostrar no capítulo 5. De forma geral, se aceita que Procópio era um cristão, mas a religião não foi uma preocupação principal na sua composição. Por outro lado, podemos afirmar, com maior segurança, que não foi por razões religiosas, para defender ou renegar o cristianismo, que os termos cristãos são apresentados num estilo “indireto”, pois também em outras partes da obra encontramos referências a termos diversos, não religiosos, da mesma forma. Ao relatar os conselhos de Teodoro aos romanos, Procópio afirma que

os bárbaros iam abrindo um caminho reto, até a muralha da cidade, enquanto que os romanos, por conselho de Teodoro, um homem muito entendido nessa ciência que chamam mecânica, faziam um túnel em direção transversal e de suficiente profundidade (*Guerra pérsica*, II, 13, 26).

Procópio, assim como Agatias e Teofilato, escreveu suas obras numa linguagem diferente daquela falada cotidianamente. Segundo Averil e Alan Cameron (1964, p. 327), ao imitar certos escritores antigos e eleger como modelo uma linguagem muito distante do grego falado no sexto século, Procópio desenvolveu possibilidades para apresentar um contexto muito diferente, num consistente grego arcaizante.

Embora a relação entre o classicismo literário e a postura religiosa explique as formas como os elementos cristãos aparecem na obra de Procópio, é também uma hipótese relevante considerar que o fato do historiador ter crescido em Cesareia e ter convivido com a divisão religiosa e com a perseguição, de forma muito próxima, pode ter contribuído para que, em seus escritos, a política de Justiniano com relação aos diferentes grupos religiosos não tenha sido vista com explícita aprovação¹⁰³.

Além disso, a apresentação de sua cidade, logo no início da obra, poderia sugerir mais do que uma reprodução de certos padrões historiográficos da Antiguidade¹⁰⁴. Se Procópio informa que nasceu em Cesareia, logo, o leitor é levado a compreender que ele está falando como um romano, que cresceu longe do centro do poder e próximo das fronteiras com o oriente pérsico. Nesse sentido, seu esforço, como veremos, para estabelecer, discursivamente, vínculos de proximidade com a capital e com o círculo imperial é justificado. Estrategicamente, é um recurso interessante para agregar fidedignidade ao relato. O historiador, por um duplo movimento, se faz competente para escrever a história da guerra contra os persas¹⁰⁵, pois como um homem de Cesareia, ele conseguiria compreender melhor as relações estabelecidas na parte mais oriental do império e os contatos, bélicos ou não, com os persas e outros povos que ameaçavam aquela região, possivelmente tendo contato com informações locais privilegiadas. Mas também, como oficial de Belisário, viajando para os locais que foram palco das guerras, morando em Constantinopla, e conhecendo bem os funcionários mais próximos a Justiniano, o historiador sugere que também teve acesso a outros tipos de informações mais gerais, e que não estava limitado a uma perspectiva regional.

¹⁰³ Segundo Averil Cameron (1996, p. 5), Procópio, de fato, escreve como um provincial, nativo de uma área dividida religiosamente. Portanto, não é estranha sua crítica negativa em relação às ações de Justiniano contra os grupos minoritários.

¹⁰⁴ Segundo Tim Rood, o fato de Tucídides agregar ao seu nome, sua nacionalidade, assim, referindo-se a si como “um ateniense”, não parece apenas indicar uma aproximação com os seus predecessores. Tal alusão pode indicar um ponto de análise, que falta em Hecateu e Heródoto (autores que também revelaram os lugares de origem). Pela indicação de sua cidade, Tucídides estaria informando que possui uma ligação profunda com um dos protagonistas de sua história, pois a guerra envolveu principalmente peloponésios e atenienses. Além disso, pelo destaque dado ao seu conhecimento dos diferentes lados, o historiador “sugere que ele tinha acesso a boas fontes, e que ele não foi um paroquial” (ROOD, 2004, p. 116-117). Já na segunda apresentação de sua vinculação regional, podemos ver um critério emocional envolvido, pois o historiador, no livro quinto (*História da guerra do Peloponeso*, 5, 26, 1), informa que “o mesmo Tucídides, um ateniense” escreveu até o ponto em que Esparta e seus aliados colocaram um fim ao governo ateniense (ROOD, 2004, p. 117).

¹⁰⁵ Procópio se esforça para apresentar-se como um cidadão de uma cidade fronteiriça, mas clama, em momentos importantes, o seu vínculo com o centro do poder, dizendo, inclusive, estar residindo em Constantinopla, quando a peste acometeu aquela região (em nenhum outro momento vemos uma referência parecida de locais onde o historiador morou). Nesse sentido, ele está capacitado também para escrever a guerra contra os vândalos e godos, já que não possui ligação somente com a área oriental.

3.2. Procópio como conselheiro do general Belisário

Uma afirmação emblemática para perceber o esforço de Procópio, na apresentação de sua posição privilegiada para atuar como narrador dos acontecimentos, é quando, no início da obra, ele afirma ter sido nomeado “conselheiro” de Belisário e, portanto, pode acompanhar pessoalmente todos os eventos (*Guerra pérsica*, I, 1, 3).

O termo utilizado para denominar sua atuação junto ao general do império é *xymboulōi*, frequentemente traduzido como “conselheiro”, com referência a alguém que dá um conselho sobre assuntos específicos ou negócios públicos. Outra possibilidade de tradução é no sentido de “assessor”, em assuntos públicos e privados. Na obra de Tucídides, por exemplo, ele é empregado primeiramente no discurso de Diôdotos, filho de Êucrates, no sentido de alguém que aconselha as deliberações de assuntos públicos na assembleia (*História da guerra do Peloponeso*, III, 42); e depois no contexto lacedemônio, quando são escolhidos dez esparciatas para atuarem como “conselheiros”, junto a Árgis e, somente com a tutela dos *xymboulos*, ele teria autoridade para conduzir os exércitos para fora da Esparta (*História da guerra do Peloponeso*, V, 63). Portanto, o segundo sentido refere-se a alguém que aconselha e acompanha um general em campo.

Na *Suda* (pi, 2479), o termo que encontramos para definir a tarefa de Procópio é [*hypographeus*], cujo sentido está mais próximo de um secretário ou escrivão, alguém que escreve o que outro dita, ou um homem que conhece as leis (BAILLY, 2000, p. 2017). Na introdução da *Guerra pérsica*, Procópio assegura que participar dos eventos como “assessor” de Belisário o torna o mais capacitado para escrever a história das guerras; entretanto, pouco ou nada informa sobre suas atividades regulares em campo. Precisar a real atividade do historiador é impossível, embora a partir dos sentidos apresentados do termo, possamos ter algum vislumbre de sua tarefa. Se a campanha contra os bárbaros fez parte de um projeto imperial é quase certo que Procópio auxiliou Belisário nas decisões sobre assuntos públicos, ainda que de forma diferente do que ocorria no contexto deliberativo das assembleias gregas. Também o segundo sentido do termo em Tucídides pode ser pensado aqui. O serviço de Procópio parece fazer parte de um contexto militar. É possível afirmar isso pela passagem em que aparece novamente a mesma denominação na obra de Procópio. Segundo este historiador: “[...] o imperador dispensou Libelário de seu ofício e apontou Belisário como comandante das tropas em

Daras. E foi nesse período que Procópio, que escreveu essa história, foi escolhido seu conselheiro [*xymboulōi*]” (*Guerra périca*, I, 12, 24). Assim, Procópio não acompanhou Belisário como um secretário pessoal, mas ocupando um cargo associado ao comando das tropas. Procópio era um homem visivelmente instruído, inclusive nos assuntos jurídicos. A definição da *Suda*, portanto, pode trazer alguma clareza sobre como essa formação poderia ter sido, em algumas ocasiões, aproveitada num cargo de conselheiro do general. Procópio poderia, então, ter sido um “assessor” em assuntos jurídicos ou um conselheiro cuja destreza literária pôde ter sido útil. Não é possível atribuir a função exclusiva de “assessor jurídico” ao cargo que Procópio assume, porque encontramos na sua narrativa referência a essa função, quando o historiador fala sobre Triboniano, o conselheiro jurídico do imperador [*basilei paredros*] (*Guerra périca*, I, 24, 11).

Segundo James Howard-Johnston (2000, p. 23), para refletir melhor sobre o papel do historiador como *xymboulōi* de Belisário, é preciso considerar os elementos que preocupam Procópio na narrativa sobre as guerras. Quais são os eventos que recebem destaque em sua obra e, quando eventos são destacados, qual é a perspectiva que o historiador utiliza para apresentá-los. Procópio parece dar o seu melhor na apresentação do relato, quando aborda o aspecto operacional da guerra, o que seria muito difícil para um observador alheio à estrutura militar das batalhas (HOWARD-JOHNSTON, 2000, p. 23)¹⁰⁶. Por outro lado, ele tem uma percepção limitada com relação à organização e logística da batalha; só informa sobre a disposição das tropas inimigas e romanas de forma muito básica; além de fornecer muitos detalhes na descrição de batalhas e cercos, confundindo a compreensão das estratégias utilizadas (HOWARD-JOHNSTON, 2000, p. 24). Por essas características, Howard-Johnston pontua que sua atividade não poderia estar ligada ao planejamento e organização militar. O autor apresenta ainda outra negativa antes de sugerir a real atividade de Procópio. Segundo Howard-Johnston, também não há nenhuma indicação de que Procópio realmente tinha treinamento legal. A descrição corriqueira que faz da ponderação de Proclo, no caso da adoção de Khusro, por Justino (*Guerra périca*, I, 11, 18) e a apresentação vaga que faz dos tratados de paz entre romanos e persas, mesmo o mais importante, acordado em 532 (*Guerra périca*, I, 22), não parece agregar grande

¹⁰⁶ Pode-se fazer referência, mais uma vez, à obra de Agatias. O historiador afirmava que sua profissão envolvia as atividades referentes à prática da Lei dos Romanos (*Proêmio*, 14). Assim, na sua *História*, dificilmente o relato de batalhas ganha o espaço central, seu foco, ao contrário recai em outros elementos tais como a descrição dos dois terremotos que ele diz ter presenciado e a informação de aspectos culturais e relações diplomáticas dos povos.

destaque ao conhecimento de leis e direito do historiador bizantino (HOWARD-JOHNSTON, 2000, p. 24). Procópio também não parece ter se dedicado integralmente à prática retórica, já seus discursos apresentam a mesma estrutura, e deveria ser esperado de um retórico profissional a destreza verbal da atribuição de diferentes vozes a diferentes personagens (HOWARD-JOHNSTON, 2000, p. 24). Essas ponderações levam Howard-Johnston (2000, p. 25) a considerar que Procópio foi, possivelmente, um arquiteto militar ou engenheiro profissional, a justificativa para tal afirmação recai, principalmente, na habilidade de Procópio em descrever as construções do período de Justiniano na obra *Sobre os edifícios*.

Certamente, a afirmação de Howard-Johnston amplia a visão que temos da atividade de Procópio. Entretanto, não nos parece seguro apontar uma profissão para o autor, com base em negativas retiradas de uma obra (*História das guerras*) e afirmativas retiradas de outra (*Sobre os edifícios*). A posição de Maria Kouroúmalí, talvez pela sua hesitação, parece mais adequada ao escopo deste trabalho. Segundo a autora a ausência de referências explícitas com relação à atividade de “conselheiro” anunciada por Procópio é somada ao limitado aparecimento do autor em sua obra, como personagem dos eventos e à falta de precisão com o fornecimento de algumas informações, por mais que ele ateste seu testemunho ocular. Essa questão pode ser abordada pela consideração simples de que Procópio não teria ocupado uma posição muito proeminente entre os “conselheiros” do general. Belisário deveria possuir um significativo número de conselheiros, corpo de ajudantes diversos, formado por indivíduos bem educados, cada um responsável por um conjunto de questões específicas. Em todo caso “Procópio poderia, talvez, ter sido responsável pela provisão do exército” (KOUROÚMALI, 2005, p. 14).

Alguém poderia recorrer ao relato sobre a revolta *nika*, para elevar Procópio a uma posição mais importante e próxima a Belisário, já que o historiador relata os eventos que ocorreram dentro do palácio com a corte imperial, enquanto os revoltosos ocupavam o hipódromo e aclamavam um novo imperador. Entretanto, pela leitura dessa passagem não é possível afirmar com segurança que Procópio esteve reunido com a corte imperial, naquele momento. Uma comparação entre as descrições realizadas acerca dos eventos ocorridos no hipódromo e no palácio aponta para uma valorização da atuação dos revoltosos. Na cena externa ao palácio, Procópio informa: 1) o povo marchou até Hipácio, sobrinho do antigo imperador Anastácio (491-518), com o objetivo de coroá-lo imperador, mas sua esposa “Maria, uma mulher discreta, que tinha

a maior reputação pela prudência, seguiu-se no marido e não deixou ele ir, mas chorou com gritos de lamentação” (*Guerra p rsica*, I, 24, 23). Entretanto, a esposa soltou Hip cio e este foi também, “contra a sua própria vontade até o Fórum de Constantino, onde eles o chamavam ao trono” (*Guerra p rsica*, I, 24, 24); 2) o povo que aclamava Hip cio como imperador colocou em sua cabeça um colar de ouro, porque não tinham um diadema ou outro objeto que servia para coroar um soberano (*Guerra p rsica*, I, 24, 24); 3) dentre os senadores reunidos, Orígenes tem o seu discurso relatado (*Guerra p rsica*, I, 24, 25-30); 4) Apesar das palavras pacificadoras de Orígenes os revoltosos insistiam que o momento era oportuno e eram incentivados pelo próprio Hip cio a seguirem o caminho do hipódromo (*Guerra p rsica*, I, 24, 31).

Por outro lado, Procópio informa que dentro do palácio ocorreu o que segue: 1) o imperador e sua corte discutiram se era melhor permanecer ou fugir em navios (*Guerra p rsica*, I, 24, 32); 2) o leitor é informado que opiniões diversas apoiando as duas solu es foram proferidas (*Guerra p rsica*, I, 24, 32); 3) O relato do discurso de Teodora (*Guerra p rsica*, I, 24, 33-37); 4) o impacto do discurso levou certo ânimo aos presentes, mas dentre os soldados nem todos estavam bem dispostos com o imperador, “nem desejavam abertamente tomar partido na luta” (*Guerra p rsica*, I, 24, 39); 5) as esperanças imperiais estavam postas em Belisário e Mundo (*Guerra p rsica*, I, 24, 40).

O relato dos eventos no interior do palácio termina com a men o aos feitos anteriores dos generais Belisário e Mundo. Nenhuma rea o atribuída a Justiniano (e compara o a Hip cio ou de sua esposa)   mencionada e, apesar de Procópio informar que várias opiniões foram levantadas com rela o ao impasse entre ficar ou fugir em navios, somente o relato de Teodora é apresentado. O destaque dado   hostilidade dos soldados que não se sentiam completamente dispostos a lutar pela causa imperial, não parece ter sido apreendido de um testemunho ocular, pois nenhuma rea o física ou discurso contrário é mencionado. Desta forma, algum dos soldados presentes poderia ter fornecido as informa es, posteriormente, ao historiador, adicionando a referência   sua disposi o (ou falta dela), naquele momento.

3.3. Procópio em primeira ou terceira pessoa

Nas intromissões autorais explícitas na *Guerra p rsica*, podemos perceber o uso do pronome pessoal de duas formas: na primeira ou terceira pessoa. Nas declara es do pr mio, Procópio apresenta-se sempre na terceira pessoa. Assim, ele “escreveu

[*xynegrapsen*] as guerras [...]” (*Guerra p rsica*, I, 1,1). O verbo utilizado é o passado de *syngraphō*. Da mesma forma, quando informa sobre a boa posi o que se encontrava para relatar os eventos, Procópio refere-se a si próprio com o termo *autōi*, pronome pessoal de terceira pessoa do singular. Procópio informa que “ele [*autōi*] tinha a convic o que era o mais capacitado para escrever [...]” (*Guerra p rsica*, I, 1, 3). O autor continua o proêmio pontuando a especificidade da história com rela o aos outros saberes e conclui que a história se relaciona com a verdade, por esse motivo “[ele] não ocultou [*apekrypsto*] as falhas dos seus mais íntimos conhecidos [...]” (*Guerra p rsica*, I, 1, 5), utilizando o verbo “ocultar”, concordando com a terceira pessoa do singular.

Também quando informa ter sido nomeado “conselheiro” do general Belisário, o historiador não se apresenta em primeira pessoa, preferindo, antes dizer que “[..] foi nesse período que Procópio, que escreveu [*xynegrapsen*] essa história, foi escolhido [*h ireth *] [...]” (*Guerra p rsica*, I, 12, 24). O autor além de se colocar em terceira pessoa, ainda indica que o personagem dessa passagem também   o autor da obra.

Em outros momentos, o historiador evidencia a sua presença na obra recorrendo ao uso da primeira pessoa. Na men o feita à morte de Peroz, que governou os persas entre 459 e 484, o leitor é informado sobre a forma como o rei, ao cair em um fosso, retirou de sua orelha a enorme pérola que a adornava. O historiador questiona a veracidade dessa informa o e sugere outro caminho interpretativo pela afirma o, “mas eu suponho [*oimai*] que sua orelha foi esmagada nesse desastre, e a pérola desapareceu [...]” (*Guerra p rsica*, I, 4, 15). Vemos, portanto o uso da primeira pessoa do verbo “supor” ou “prognosticar”, *oimai*¹⁰⁷.

Para informar que já relatou sobre determinados assuntos nos livros anteriores Procópio também faz uso da primeira pessoa. Por exemplo, ao informar que Khusro conduziu seu exército para C lquida, em decorrência do pedido de ajuda dos povos lazos, o historiador faz referência ao o tempo no qual os soldados romanos começaram a ocupar a região da L zica¹⁰⁸, tendo, naquela ocasião, Pedro como general encarregado da expedi o “como meu relato [*moi logois*] anterior narrou [*err th *]” (*Guerra p rsica*, II, 15, 6).

¹⁰⁷ Essa passagem será retomada no capítulo 4 desta tese, sobre a metodologia do autor.

¹⁰⁸ L zica é o termo usado para designar a região da C lquida (a cidade de Med ia e o destino dos Argonautas), que aparece nas fontes bizantinas Procópio e Agatias (*Histórias*. II. 18, 4), após o domínio da tribo dos lazos (que estavam localizados no sul do rio Fasis, atualmente conhecido como rio Rioni, na Geórgia) que, no século IV, conquistaram a hegemonia sobre essa região (PLONTKE-LÜNING, 2013).

Um comentário em primeira pessoa pode ser encontrado na passagem sobre a conquista de Antioquia pela mão dos bárbaros. Procópio oferece um relato detalhado da tomada daquela cidade, literalmente predestinada à destruição bárbara (*Guerra pérsica*, II, 8, 14). Segundo o historiador, os sobreviventes de Antioquia foram submetidos à escravidão e tiveram suas posses saqueadas (*Guerra pérsica*, II, 9, 17-18). O evento parece impressionar o narrador, que afirma “eu [egō] estou atordoado [ilingiō] ao escrever tal grande calamidade e transmitir isso para as gerações futuras” (*Guerra pérsica*, II, 10, 4).

Também no relato da peste que acometeu os bizantinos, o autor se evidencia em primeira pessoa ao informar que “no segundo ano ela [a peste] alcançou Bizâncio no meio da primavera, onde aconteceu de eu [emoi] estar residindo naquele tempo” (*Guerra pérsica*, II, 22, 10). Essa informação precede a descrição detalhada das características do ataque é, portanto, atribuiu mais autoridade ao relato, pois o historiador acompanhou pessoalmente o evento.

O uso das pessoas gramaticais no relato procopiano não parece ser aleatório. Geralmente, o autor utiliza terceira pessoa quando sua atuação tem um papel na história principal ou para indicar a sua atividade de narrar. Na obra de Heródoto e Tucídides vemos a mesma estratégia. No primeiro, vemos que o projeto historiográfico assume uma importância social, pois a fixação dos acontecimentos numa forma escrita representava uma solução contra o poder fatal do esquecimento. A lembrança e descrição dos fatos, entretanto, não advêm das *Musas*, como pronunciava Homero: “Canta, ó deusa, a cólera de Aquiles, filho de Peleu, cólera funesta, que causou inumeráveis dores aos Aqueus [...]” (*Ilíada*, I, 1), mas da figura do sujeito, indivíduo totalmente humano, que é o seu autor. Com Heródoto temos a seguinte fórmula: “Heródoto de Túrio dá esta exposição de sua investigação a fim de que nem as realizações humanas se desvançam com o tempo [...]” (*Histórias*, I, 1). Já Tucídides escreve sobre a guerra do Peloponeso, e também afirma a subjetividade da sua composição discursiva, identificando em primeiro lugar seu autor: “O ateniense Tucídides escreveu sobre a guerra [...]” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 1).

Procópio escreveu sobre as guerras de Justiniano, ora se colocando na narrativa, ora deixando os personagens falarem, ou ainda indicando caminhos interpretativos a serem seguidos. O que lhe permitiu fazer esse “jogo”, foi a experiência educacional a qual foi submetido.

3.4. Aspectos da formação educacional de um historiador

No sexto século, tanto o latim quanto o grego, em seus vários níveis, eram línguas usadas no ambiente cultural e administrativo bizantino¹⁰⁹. Nas várias partes do império, essas duas línguas eram faladas e conhecidas pelo menos pela população com algum nível de instrução escolar, mesmo que elas não fossem a língua nativa daquela região. Obviamente, a maioria da população analfabeta que vivia do trabalho rural, principalmente, permaneceu inculta e restrita à suas línguas nativas.

Em Constantinopla, nesse período, o grego era mais utilizado, embora fosse uma cidade cosmopolita que “incluía comunidade de judeus, godos, hunos, trácios, sírios, egípcios e outros norte africanos, ilírios (incluindo o próprio imperador Justiniano) e italianos” (HORROCKS, 2010, p. 208). Geoffrey Horrocks (2010, p. 208) afirma que, apesar do latim ser ainda utilizado nas questões militares, legais e administrativas, o grego foi, na prática, a língua oficial do Estado bizantino e todos que almejavam uma boa carreira tinham que conhecê-lo. Apesar de o autor indicar que essa noção de “língua oficial” só existia “na prática” é muito pertinente afirmar que na leitura nas fontes bizantinas não é possível verificar referências a essa noção, tal como nós conhecemos hoje. Anthony Kaldellis (2007, p. 66) enfatiza essa questão ao afirmar que, embora alguns estudos atribuam a Heráclio, no século VII, a mudança oficial da língua do império do latim para o grego, não existia absolutamente nenhuma menção na lei romana, sobre a possibilidade de uma “língua oficial”. Mesmo antes, os romanos aceitavam todas as formas do latim e do grego como instrumento linguístico legítimo, não havia um documento legal que obrigasse a aprendizagem do latim, embora houvesse algumas situações que indicassem a língua mais adequada a ser aprendida. James Noel Adams (2003, p. 186) cita, por exemplo, que os certificados de nascimentos, que provavam a cidadania romana, eram escritos em latim, o que indica a necessidade simbólica desta língua em questões relacionadas importantes setores da vida romana.

A utilização do grego e do latim, assim, pode ser vista como se em determinados contextos e períodos uma ou outra língua fosse mais adequada. Talvez os interesses de uma elite grega em relação a um império que sempre se denominou romano, não tenham permitido o desenvolvimento sequer de um sentido de separação entre as duas

¹⁰⁹ Ver mapa linguístico do império, em anexo.

línguas. No período da Roma antiga, o imperador Claudio, segundo o relato de Suetônio, chama o grego e o latim de “nossas duas línguas”¹¹⁰ (*Claudius*, 42, 1).

Segundo Anthony Kadellis (2007, p. 67), é possível pensar o uso dessas línguas em termos contingenciais e a partir de determinadas razões culturais. Não poderia haver, desta forma, nenhuma mudança oficial de língua porque houve diferentes contextos oficiais, nos quais o grego ou latim eram mais ou menos desejáveis. Entretanto, é possível afirmar que a partir do século VII, o uso do latim ficou muito restrito a pequenos círculos, ocupando uma função residual. Mas a maior veiculação da língua grega não foi resultado de uma abrupta mudança cultural, “emergiu gradualmente de um longo período, durante o qual o império como um todo (em oposição aos seus sujeitos individuais) foi basicamente bilíngüe” (KALDELLIS, 2007, p. 70). O grego, desta forma, entre os bizantinos, não foi apenas a língua nativa de algumas regiões, mas um instrumento de comunicação mais amplo, que, diferentemente das línguas copta, siríaca e armênia não pode indicar apenas as características de um determinado grupo particular ou região (HORROCKS, 2010, p. 211).

A grande maioria das fontes historiográficas que temos do período bizantino está escrita em grego. Embora os documentos oficiais administrativos e legais do império fossem compostos num registro bem elaborado da *koiné*, alguns escritores se esforçavam por demonstrar conhecimento e competências linguísticas em relação aos escritos gregos da Antiguidade clássica. Geoffrey Horrocks (2010, p. 231) caracteriza a demonstração dos autores bizantinos como a realização de um “espírito classicista”, que transformava os padrões da Antiguidade em uma autoridade quase sagrada.

De forma geral a cultura literária refletiu a mistura processada entre as formas pagãs e os elementos cristãos, característica da chamada Antiguidade Tardia. Os escritores cristãos utilizaram a herança helenística literária e filosófica de diferentes formas; assim como os autores pagãos incorporaram as questões do contexto cristão.

Bronwen Neil (2007, p. 320-321), aponta dois movimentos administrativos que nos ajudam a caracterizar essa relação. Em 362, Juliano reúne no poder do imperador a autoridade para influenciar a organização do ensino, pela nomeação dos funcionários. Enquanto Juliano esteve no poder a cultura clássica grego-romana ganhou destaque, e

¹¹⁰ Havia, na verdade, uma visão muito ambígua dos romanos em relação ao grego, que eles usavam com bastante intensidade. Segundo James Noel Adams, em Suetônio vemos referência a duas posturas diferentes. Por um lado o documento afirma que o imperador Claudio certa vez tirou a cidadania de um grego porque ele não sabia latim (*Claudius*, 16, 2), enquanto que em outra ocasião o mesmo imperador, ao encontrar um bárbaro, faz referência à fluência do homem no grego e latim, sendo, assim, “equipado com nossas duas línguas” (*Claudius*, 42, 1) (ADAMS, 2003, p. 185-203).

foi declarada superior à cultura hebraica em relação ao estudo da lógica, medicina e filosofia. O imperador lançou um édito que proibia que professores cristãos ensinassem literatura clássica, com o objetivo de romper a manipulação cristã do conteúdo clássico (JULIANO, *Carta* 36). Num movimento contrário, de valorização da cultura cristã, Justiniano fechou, em 529, as escolas seculares e a historiografia enfatiza principalmente o fechamento da famosa escola de Atenas¹¹¹, centro de boa parte da cultura clássica até esse momento. O imperador restringiu o ensino do conteúdo jurídico às escolas localizadas em Roma, Beirut e Constantinopla, exigindo a vinculação dos professores com a religião cristã.

Ao examinar a produção literária durante o governo de Justiniano, Paolo Odorico destaca a fertilidade e ampla veiculação das obras. A literatura bizantina, no século VI, era “praticada nos quatro cantos do império, do Ocidente latino à muito erudita Alexandria, das regiões orientais à Grécia e à Constantinopla “ (ODORICO, 2006, p. 220). A avaliação positiva da produção bizantina, nesse período, não é um consenso. Claudia Rapp (2006, p. 376) informa que mesmo entre os bizantinos, Justiniano havia sido criticado pela sua conduta em relação ao sistema educacional do império, João Zonaras, por exemplo, no século XII escreveu que quando Justiniano despediu os professores, devido ao fechamento da escola de Atenas, ele promoveu um novo nível de “ignorância” (*agroikia*)¹¹² (RAPP, 2005, p. 376). Fundamentados pela crítica de Zonaras, alguns historiadores apoiaram a ideia de que ao assumir o trono, Justiniano desenvolveu uma série de atitudes que minou o fluxo da atividade literária.

¹¹¹ A Academia neoplatônica, frequentemente chamada Escola de Atenas, era uma instituição, com ressonâncias próprias, principalmente no século IV, composta por “um chefe de escola (*scholarque*), de alguns filósofos e de um pequeno grupo de estudantes em nível avançado. O século V é marcado pela atividade de Proclo na Academia. No VI século [...] as leis de Justiniano a atingem, em particular, fechando-a, em 529. Os filósofos [Damascio, natural da Síria, Simplicio da Sicília, Prisciano da Lídia, Hermias e Diógenes, oriundos da Fenícia e Isidoro de Gaza], partem para a Pérsia [buscando apoio na corte de Khusro I Anōsharvān], mas retornam posteriormente ao império” (FLUSIN, 2004, p. 265). Segundo Alexander Vasiliev (1945, p. 125) o motivo para o fechamento da Escola Filosófica de Atenas em 529 resume-se na tentativa de exterminar o último reduto do paganismo, em prol de uma fé única, uma das principais aspirações do Império neste período. Nesse movimento, muitos professores foram desterrados e os bens da Academia foram confiscados. Segundo Gonzalo Fernandez (1983, p. 24), entretanto, os fatos do fechamento da Escola e a fuga dos sete sábios não apresentam uma ordem de causa e efeito. Segundo este autor, os escritos de Simplicio se apresentam como uma fonte primorosa para tal constatação, uma vez que este sábio qualifica o período posterior ao ano de 529 como um tempo de tirania e de crise. Portanto, não foi o fechamento da Escola que inspirou a fuga, mas um sentimento de temor entre os pagãos de Atenas, após a constituição de Justiniano. Fernandez ainda explica que, “a marcha a Pérsia não pode ser anterior a 531, ano da ascensão ao trono de Khusro e, desde 529 até esta data, os filósofos optaram por permanecer ocultos e aguardar que a conjuntura se fizesse mais favorável unicamente quando viram que esta última não teria lugar, se decidiram pela fuga” (FERNANDEZ, 1983, p. 27).

¹¹² A referência original: Zonaras, *Epitome historiarum*, 14.6.

Segundo Arnold Toynbee (1988, p. 102), a *paideia* sofreu um eclipse temporal, uma vez que os monges tentaram se apoderar da educação. Paul Lemerle (1993, p. 46) avalia o reino de Justiniano como um enorme erro na história bizantina. Dentro dessa perspectiva, sua principal crítica é em relação às atividades de restauração (que barraram o desenvolvimento natural do império) e ao declínio da literatura secular e da educação erudita. Pierre Maraval (1999, p. 121-122) destaca que, de fato, não podemos atribuir à figura de Justiniano uma imagem de patrono da cultura literária. Contudo, embora seja excessivo considerar os anos de seu governo como “uma idade de ouro da literatura bizantina”, vemos a produção de algumas obras bastante significativas.

No século VI, a maioria dos autores tinham recursos financeiros acima da média e foram chamados de “escolásticos” ou “advogados”, em referência aos muitos anos de estudos que, frequentemente, incluíam o estudo formal da lei. Também poderiam ter títulos como *notarius* ou *cancellarius*, que indicavam suas posições administrativas ou militares privilegiadas. Havia os autores reconhecidos, igualmente, por suas atividades na administração religiosa. Segundo Claudia Rapp (2006, p. 382), tais informações, indicam a rica variedade de autores que o século VI produziu, em comparação a outros períodos bizantinos.

A grande produção literária gerou padrões sociais na relação entre o autor e o poder imperial direto ou com a corte. Encontramos principalmente nos prefácios de alguns autores desse período, referências explícitas ou indícios de uma *captatio benevolentiae*, ou seja, a composição literária como um possível veículo para ascensão social. Autores como Agatias, Procópio e João Lido, abordaram questões sobre essa “mobilidade” almejada pelos autores.

Justiniano pode ter fornecido benefícios a alguns. Claudia Rapp (2006, p. 384) cita o nome de Marcelino Comes, cronista que escreveu, em 518, uma obra em latim. Segundo esta autora, o fato de Marcelino ter atingido, em 520, a posição de *cancellarius* (secretário privado com status senatorial, que tinha a responsabilidade de regular as audiências e acompanhar a apresentação de petições) pode ser atribuído a um apadrinhamento de Justiniano, em seus primeiros anos de governo. Marcelino saiu da Ilíria (a mesma região do imperador) e chegou a Constantinopla à procura de um serviço, ao adquirir o alto cargo recebeu o título de “comes” e pôde dedicar seu tempo livre à atividade literária (MAAS, 2003, p. 1279).

João Lido também parece ter conseguido o patronato do imperador Justiniano. Ele chegou a Constantinopla em 511 e conseguiu um cargo de secretário legal. Quando

Zótico, conhecido de sua família, se torna o prefeito pretoriano do Oriente, oferece a João um cargo de confiança e torna-se seu patrono. Em gratidão, o autor compôs um poema elogioso ao amigo. Posteriormente, em 532, Justiniano recomendou a João que escrevesse, em latim, uma oração em homenagem ao imperador para receber alguns convidados de Roma e “assim que João apresentou seu panegírico, satisfeito, Justiniano lhe encomendou a escrita de uma história oficial da recente guerra com a Pérsia” (TREADGOLD, 2010, p. 261). A obra sobre a guerra com os persas está perdida, mas conhecemos a *Em magistraturas do governo romano*, que informa em seu prefácio, ser uma história de todas as magistraturas civis de Roma (TREADGOLD, 2010, p. 262).

A produção literária durante o reino de Justiniano parece ter sido ampla e apresentou formas bastante diversificadas. Vemos obras muito extensas, de composições mais eruditas, como os escritos de Procópio; ao mesmo tempo o *Ciclo*, conjunto de poesias elaborado por Agatias; uma exortação, no gênero “espelhos de príncipes”¹¹³, ao imperador Justiniano, referente à sua ascensão ao trono, escrita por Agapito; uma *Crônica*, elaborada por Malalas; e a poesia litúrgica composta por Romano (RAPP, 2006, p. 394), ou seja, obras para diversão literária, instrução moral e edificação espiritual que dificilmente tiveram subsídio imperial, mas que circularam e fizeram parte da rica cultura literária do sexto século.

O discurso histórico, entre os bizantinos, é um gênero literário que envolve composição e leitura. A audiência para os textos históricos é uma questão chave para entender a produção literária, ainda que ela tenha sido, reconhecidamente, muito restrita. Brian Croke apresenta resultados muito interessantes sobre o conjunto dos leitores que conheciam e se interessavam pela escrita da história em Bizâncio. Para dar conta da complexidade e das mudanças das expectativas dos leitores, Croke divide-os em subgrupos. Dos séculos IV ao VII, segundo o autor, vemos o surgimento de um público, para os trabalhos de história, no seio da elite política e da aristocracia civil e eclesiástica, com destaque para a importância da capital nesse processo de recepção, pois embora os historiadores tivessem nascido e sido educados em diferentes locais, quase todos elaboraram seus trabalhos em Constantinopla (CROKE, 2010, p. 28).

É possível perceber nas obras dos autores bizantinos, frequentemente, sinais dirigidos ao público, como uma advertência ou a explicação de um determinado acontecimento. A estratégia de acrescentar ou retirar determinados episódios ou outros

¹¹³ Escritos sobre política, com o intuito de orientar as atividades dos reis. O gênero é muito comum entre os reis e príncipes medievais e serviu para veicular uma imagem ideal de governante.

tipos de sinalizações narrativas, para os leitores ou ouvintes, fizeram parte da consciência do historiador e do conjunto de suas estratégias literárias (CROKE, 2010 p. 48-49).

Para que um bizantino aprendesse a ler e escrever, deveria frequentar escolas. Segundo Guglielmo Cavallo (2006, p. 35-41), pode-se dividir a formação educacional em Bizâncio em três estágios. O primeiro nível envolvia a alfabetização, com mínimo conhecimento gramatical e a leitura de textos religiosos, como os Salmos. Apesar de contar com uma maioria de analfabetos, aprender a ler e escrever fazia parte das preocupações do homem em Bizâncio. A estrutura do funcionamento administrativo bizantino exigia uma parte de funcionários que soubessem manusear a vasta documentação escrita produzida, embora a alfabetização não fosse pré-requisito para ascensão imperial e de altos cargos oficiais¹¹⁴.

A instrução primária ensinava a ler, escrever e a contar e era acompanhada por um *grammatistes*. Nas hagiografias bizantinas encontramos referências aos santos que tiveram uma educação elementar, frequentemente nas cidades que foram criados. Para Cavallo (2006, p. 27), isso indica que o primeiro nível de instrução poderia ser disponibilizado em diferentes regiões.

Alguns estudantes poderiam passar ao nível secundário que, por falta de padronização, apresentava uma diversidade muito grande de competências e conhecimentos, englobando, teoricamente, aquelas disciplinas que compunham o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia) da Antiguidade. Era, basicamente, um nível de estudos muito variados e, por esse motivo, formava um grupo muito heterogêneo de leitores. Na maioria das fontes a formação secundária é denominada como “educação enciclopédica” (*enkyklios paideia*) (CAVALLO, 2006, p. 37). Nas hagiografias, por exemplo, a educação de alguns patriarcas contempla o estudo secular no nível de uma formação secundária. Frequentemente, eles “estudavam alguns ou todos os temas muitas vezes agrupados sob a rubrica *enkyklios paideia* – gramática, retórica, filosofia (ou dialética) e o *quadrivium* [...] a idade usual para o estudo da *enkyklios paideia* era o início e o meio da adolescência” (ANGELOV, 2009, p. 118).

¹¹⁴ No código de leis atribuído a Justiniano I, uma norma afirma que “a lei não proíbe, mesmo os analfabetos a exercer a função de decúrios” (*Código de Justiniano*, 10, XXXI). Constantino Porfirogeneta relata que o imperador Leão VI nomeou Podaron como um [*prōtopathariou tēs phialēs*], uma espécie de presidente do tribunal marítimo, “mas como [Podaron] era iletrado, por ordem do imperador um juiz do hipodromo habitualmente se juntava a ele para julgar os remadores” (*De Administrando Imperio*, 51).

O último nível envolvia uma instrução superior baseada, primordialmente, no ensino da retórica e da composição, a partir dos *progymnasmata* ou exercícios escritos e orais¹¹⁵ sobre temas diversos, frequentemente, ligados a elementos e personagens da Antiguidade. Craig A. Gibson (2004, p. 104), analisando os exercícios a nós legados: Élio Teon (I século), Hermógenes (II século), Aftônio (IV século) e Nicolau (V século), afirma que o treino nos *progymnasmata* foi um pré-requisito para a escrita da história e para as declamações históricas (ficção moralizante do passado). Os estudantes na Antiguidade não tinham a história como matéria de ensino, mas aprendiam com a literatura “como manipular o exemplo histórico, criando o discurso falado e escrito” (GIBSON, 2004, p. 107). No curso de sua instrução nos *progymnasmata*, o aluno aprendia sobre história, historiadores e historiografia, portanto, esses exercícios aparecem como um indício do quanto história e retórica estavam interconectadas na Antiguidade.

Dentro do conteúdo dos exercícios vemos a menção ao material histórico. No caso da narrativa, por exemplo, Teon informa que existiam dois tipos: a mítica e a factual, e os historiadores ofereceriam exemplos para ambas. Para a primeira, o autor recomenda o estudo da *Filípica*, de Teopompo. Já para a segunda, a história de Cílon, em Heródoto e Tucídides (*Progymnasmata*, 60-66). Como exemplo de encômio, os exercícios indicam as orações fúnebres das obras de Tucídides, Lísias e Hipérides (*Progymnasmata*, 68). Os historiadores também ofereciam bons exemplos de écfrase, Tucídides apresentaria uma écfrase de eventos (*Progymnasmata*, 118), quando descreve a construção de uma máquina de madeira feita pelos beócios para guerra (*História da guerra do Peloponeso*, IV, 100).

Craig Gibson (2004, p. 112) afirma que nos exercícios de Nicolau, um encômio ideal deveria elogiar as circunstâncias do nascimento do personagens, como por exemplo a menção feita por Tucídides ao sonho da mãe de Péricles, que daria a luz a um leão. Assim, o encômio era associado a habilidades para a escrita da história, “deveria ajudar os estudantes a pensar sistematicamente sobre as vidas dos elogiados personagens históricos, uma habilidade útil na escrita de biografias e história” (GIBSON, 2004, p. 113).

¹¹⁵ Os exercícios de Élio Teon, Hermógenes e Aftônio compreendem: mito [*mythos*], narrativa [*diēgēma*], anedota [*khreia*], máxima [*gnōmē*], refutação [*anaskeuē*], confirmação [*kataskeuē*], lugar comum [*koinos topos*], encômio [*enkōmion*], inventiva [*psogos*], comparação [*synkrisis*], personificação [*prosōpopoiia*], ecfrase [*ekphrasis*], tese [*thesis*] e lei [*nomos*].

Segundo Michel Patillon é preciso admirar a coerência e inteligência dos programas escolares vinculados aos *progymnasmata*, pois, no domínio preparatório,

[...] eles eram pedagogicamente notáveis pela sua progressividade e pelo uso de práticas específicas: a todo o momento, o aluno sabia o que ele devia fazer, apresentado pelas indicações, materiais e modelos que lhes davam os meios. Notável, assim, para a formação intelectual. Um vasto programa de leituras assegurava uma boa cultura literária. A apresentação do discurso em geral, das formas elementares dos grandes gêneros literários e da oratória retórica em particular, o dotava de boas ferramentas de pensamento e expressão. Notável, enfim, pelo desejo de formar o homem e o cidadão, garantindo a transmissão de valores (PATILLON, 2008, p. 103).

Desta forma, os exercícios retóricos acabavam moldando os aspectos do processo de composição. Para a composição histórica, os estudantes verificavam como os exemplos dos “melhores” historiadores estabeleceram, ao longo dos séculos, a credibilidade de suas narrativas. Os exercícios que Procópio possivelmente fez, contribuíram para moldar a sua visão de história, pelo estudo dos modelos sugeridos.

Esse estágio formava leitores que compreendiam o sentido dos textos e percebiam as preocupações formais dos autores. Aqueles que chegavam a esse nível educacional compunham uma “elite intelectual” que lia intensivamente, principalmente, as obras dos autores clássicos, embora o elemento cristão ocupasse sempre o cerne da base cultural/literária em Bizâncio. A leitura intensiva, segundo Cavallo (2006, p. 67-68) é a prática mais difundida entre os bizantinos e esteve ligada ao princípio de utilidade, ou seja, àquilo que poderia se tirar do texto lido (benefício moral, intelectual ou de outro gênero). A leitura intensiva, enquanto prática erudita possibilitava o entrelaçamento entre a leitura e a escrita, uma vez que os leitores revisavam, corrigiam erros e inseriam comentários, realizando um esforço de crítica e interpretação textual.

Segundo Guglielmo Cavallo (2006, p. 68-69) o nível de educação de mediano a superior envolvia a escolha de funcionários civis e eclesiásticos, pois eles precisavam não somente de habilidades e competências técnicas ou jurídicas, mas de uma formação em gramática e retórica, pois uma boa preparação literária contribuiria para a composição de cartas, entendimento de tratados e escrita de atos públicos ou normas imperiais, atribuições que compunha o rol de exigências do cargo burocrático. A vinculação entre a erudição e a função pública foi sempre uma realidade no mundo bizantino (CAVALLO, 2006, p. 77).

Circulava em Bizâncio, concomitantemente, obras de historiadores antigos como Homero, Heródoto e Tucídides e obras históricas de autores bizantinos, que só eram

lidas por essa espécie de “elite intelectual” que poderia compreender o alto nível de escrita empregada nesses trabalhos. Um leitor com habilidades literárias abaixo de mediano não poderia conhecer os livros pertencentes a essa historiografia, embora pudesse, de forma muito aproximativa, fazer referências a acontecimentos e personagens dessas obras. Entretanto, segundo Guglielmo Cavallo (2006, p. 92-93), poderia existir, algumas vezes, “adaptações” mais simples das obras de história eruditas, possivelmente compreensíveis aos leitores com restrita formação, como foi o caso da *Alexiada* de Ana Comneno¹¹⁶. Além disso, existiam outras formas de discurso histórico, endereçado para um público menos equipado linguisticamente como as crônicas universais, que, frequentemente, apresentavam uma estrutura próxima aos *Anais*, linguagem simples e portavam informações cômicas ou escandalosas, fatos miraculosos entre outros elementos que almejavam tornar a leitura mais compreensível, leve e agradável aos leitores com restrita formação literária.

Bernard Flusin (2004, p. 261) divide os estágios educacionais em Bizâncio em *grammatistes*, endereçado às crianças; *grammatikos*, quando o jovem entra em contato com as exigências da *paideia*, aprendendo uma forma artificial da língua grega; e *rheteur*, que oferece o desenvolvimento pleno dos ensinamentos apresentados. Segundo o autor, é no segundo estágio que o estudante entra em contato com um conjunto de textos clássicos, reconhece os primeiros elementos retóricos e é capaz de desenvolver um comentário gramatical e moral sobre os poetas gregos, sobretudo Homero.

Para completar um ciclo de estudos era necessário um sólido aparato financeiro (FLUSIN, 2004, p. 261). Os alunos que se interessavam em prosseguir com a sua formação tinham que dispor da ajuda financeira de seus parentes e muitas vezes saíam de sua cidade natal para frequentar os grandes centros culturais, na capital do Império ou em outras cidades importantes, como Antioquia, Alexandria, Beirute ou Atenas. Agatias, por exemplo, relata a sua dificuldade em conciliar o trabalho e os estudos afirmando que

Embora eu esteja livre para melhorar o meu estilo de leitura através das obras dos grandes escritores dos tempos antigos, para o

¹¹⁶ Herbert Hunger publicou, em 1981, uma edição dos livros XI ao XIII da obra de Anna Comneno, referente ao manuscrito de redação simplificada, datado do século XVII, com o propósito de fazer um estudo comparativo da linguagem utilizada no manuscrito original da *Alexiada* e na metáfrase da obra. Segundo autor, as principais modificações encontradas na metáfrase são: mudança de caso, de tempo ou modo, a supressão de algumas palavras compostas, a exclusão de comparativos e superlativos, o abandono dos infinitivos ou dos participios, entre outras. Outros autores bizantinos também receberam uma metáfrase de suas obras como Nicetas Choniates e George Pachymeres (HUNGER, apud FAILLER, 1982, p. 230).

levantamento, com discernimento crítico, da cena histórica e dar a minha atenção total e irrestrita a estas questões, estou [...] desde o início da manhã até a noite, ocupando-me com a incessante leitura dos inúmeros documentos legais. E embora eu me ressinta da sobrecarga de trabalho, estou muito triste, pois é impossível para mim ganhar a vida sem considerável trabalho e fadiga (*Histórias*, 3, 1, 4).

Embora os níveis de educação entre os bizantinos fossem bastante variados, os leitores de um conjunto de textos clássicos compartilhavam uma formação voltada para o ideal da *paideia*, que envolvia a leitura dos autores antigos e um conhecimento retórico significativo. Segundo Flusin (2004, p. 256), a *paideia* enquanto ideal de educação e cultura, funcionou como elemento unificador das elites, sua prática envolvia um número limitado e específico de textos e o conhecimento de uma forma erudita de escrita, apartada do falar cotidiano, que somente uma pequena parcela da população atingia. As competências e habilidades proporcionadas pelo estudo da *paideia* eram difíceis de adquirir, o conhecimento das convenções literárias classicistas constituíam-se quase como um instrumento de expressão da distancia social que separava o comportamento erudito das formas cotidianas de escrita (BROWN, 1998, p. 62) No contexto bizantino, é impossível desconsiderar o elemento cristão nas produções literárias, à literatura profana se une a composição propriamente cristã, compartilhando alguns valores do helenismo erudito.

Apesar da existência de um cânone literário de autores clássicos, a produção bizantina só poderia se basear massivamente nos elementos cristãos já que do mais modesto ao mais elevado nível de instrução são os livros de conteúdo teológico os mais lidos e veiculados, de maneira proporcional ao nível cultural de cada leitor (CAVALLO, 2006, p. 5). A cultura dominante, parece se constituir, portanto de uma relação entre a *paideia* grega e o cristianismo oficial¹¹⁷ (FLUSIN, 2004, p. 255). Frente a essa aliança, alguns elementos pagãos são redimensionados pelos valores cristãos, como é o caso do termo *Tykhē* que no Império Bizantino, apesar na manutenção da palavra grega, ganha outros sentidos. Agregada à ideia de “sorte” ou “destino”, vemos as associações com os elementos e sentidos religiosos. No período que compreende o IV e o VII séculos, a produção escrita bizantina se caracteriza pela “coexistência de uma literatura profana, classicizante, e de uma literatura cristã, marcada pela dupla referência da cultura grega e

¹¹⁷ A educação do imperador Justiniano parece ser emblemática neste sentido. Segundo Pierre Maraval (1999, p. 23), Justiniano acompanhou o curso ordinário da *paideia* antiga, estudou retórica e direito e foi também iniciado na teologia.

da Bíblia” (FLUSIN, 2004, p. 266). Vemos uma separação nas produções historiográficas profanas e cristãs, embora muitos aspectos da literatura cristã sejam baseados na tradição clássica. A partir do século VII essa separação se torna bastante imperceptível, principalmente devido ao esgotamento da produção profana classicista. Uma retomada da influência classicista somente toma corpo novamente na virada do século VIII para o IX, quando também a história eclesiástica já está bastante desenvolvida.

Num sentido muito geral, podemos afirmar que é entre uma restrita elite cultural e um grupo um pouco maior de oficiais civis e eclesiásticos menos eruditos (mas destacadamente bem educados) que situa a audiência da obra de Procópio sobre as campanhas de Justiniano. O público para o qual o historiador dirige a narrativa integra o processo mesmo de sua criação literária. Entretanto, a relação entre o autor e o seu auditório depende da identificação de uma postura literária reconhecível e frequentemente legitimada pela tradição que, no caso procopiano, se aproxima do modelo historiográfico grego da época clássica.

3.5. Procópio e Justiniano: uma avaliação das ações imperiais

A relação entre o historiador e o seu objeto faz parte de uma forma não explícita de intervenção autoral. Segundo Ljubarskij (1991, p. 435), é preciso considerar pelo menos três fatores na consideração sobre a intromissão do autor nas obras bizantinas. Em primeiro lugar, a autoapresentação imediata ou direta, ou seja, o comentário ou atuação em eventos indicados pela narrativa. Em segundo lugar, os critérios de avaliação emocional dos eventos e personagens e, por último, as referências com relação às fontes. O terceiro elemento será discutido no próximo capítulo como parte das considerações sobre a metodologia apresentada pelo autor. Nesta seção gostaríamos de discutir as relações entre Procópio e seu objeto, que passam pela avaliação do historiador com relação às ações de Justiniano.

A aproximação com a historiografia grega clássica pode indicar um elemento para começar a pensar a relação entre a história de Procópio e o poder imperial. A obra foi escrita numa linguagem apartada do falar cotidiano e, por esse motivo, sua circulação foi limitada. Embora o livro, enquanto material, tivesse enorme influência e respeito no Império Bizantino, uma minoria de leitores tinha acesso às formas mais

elevadas de educação. O caráter profano da obra diminui ainda mais a veiculação de seu conteúdo, ficando restrito a um círculo muito pequeno de leitores eruditos.

Muito se tem dito sobre a vinculação da *Guerra pérsica* com a divulgação de uma visão oficial dos acontecimentos. Se Procópio realmente se preocupou com isso, o objetivo maior não poderia ser a ampla circulação destas ideias, mas talvez o de oferecer alguma inteligibilidade aos acontecimentos entre aqueles que poderiam ter acesso à obra. Ora, o círculo dos futuros imperadores poderia se tornar um auditório em potencial. E, de fato, a memória do governo de Justiniano foi amplamente requisitada pelos imperadores. No século X, os bizantinos atribuíram honrosamente o adjetivo de “Grande” a Justiniano e “no século XII Manoel Comneno orgulhava-se de ser chamado de o ‘novo Justiniano’” (DIEHL, 1961, p. 38).

É difícil afirmar que a obra de Procópio tenha sido financiada diretamente pelo poder imperial, mas ficam claras as possibilidades de vincular a sua narrativa a um processo de “enquadramento da memória”¹¹⁸ do governo de Justiniano. Significativo é o fato de Procópio ter apresentado na obra *História secreta*, severas críticas a Justiniano, à imperatriz Teodora e a Belisário, quando estes atuavam nos mesmos acontecimentos outrora narrados no livro *Guerra pérsica*. A mudança de ênfase narrativa é clara, ainda que os personagens e os feitos permaneçam os mesmos. Se na obra *Guerra pérsica*, por exemplo, a sucessão do trono imperial é relatada como um acontecimento sem grandes repercussões, já que Justiniano estava associado ao poder, na *História secreta* temos a seguinte descrição: “[...] porém, seu sobrinho Justiniano, que era ainda jovem, se encarregava de toda a administração do poder e se converteu na causa das desgraças dos romanos, tais e tantas como nada havia escutado antes em toda a história” (*História secreta*, VI, 19).

Numa leitura inicial é possível posicionar a obra *Guerra pérsica*, pelo menos a maior parte da narrativa, ao lado do discurso político oficial, apresentando os eventos de

¹¹⁸ O termo deriva da categoria pensada por Michael Pollak (1989, p. 9-10), denominada “trabalho de enquadramento”. Pollak afirma que esse movimento de manuseio da memória não se realiza de maneira arbitrária, pois tem a sua função no processo de justificação da realidade. A atividade de “enquadramento da memória” se articula com a produção historiográfica. Desta forma, a interpretação dos acontecimentos, como produto da escrita da história, pode combinar e se associar a inúmeras referências e priorizar tal ou qual discurso. O passado, frequentemente, sofre reconstruções políticas. A história, como produto cultural numa sociedade, assinada por profissionais especializados, negocia com o discurso político porque elabora interpretação do passado com o mínimo de credibilidade e coerência exigido. Pelas mãos dos historiadores, vemos um verdadeiro trabalho especializado de “enquadramento da memória”, elemento importante para a manutenção das estruturas sociais e institucionais de uma sociedade (POLLAK, 1989, p. 11).

forma similar ao que encontramos, por exemplo, nos escritos jurídicos de Justiniano, associando o projeto de reconquista ao desejo do monarca de tornar o império mais forte. Entretanto, uma análise mais criteriosa pode revelar caminhos interpretativos que levam a uma crítica negativa com relação às ações imperiais, sugeridas, de forma sutil, nos discursos apresentados ou na forma do desencadeamento dos fatos.

Na primeira parte da *História das guerras*, por exemplo, vemos uma oposição, entre a imagem imperial e a figura bárbara. Justiniano e Belisário são descritos muito positivamente enquanto os reis persas são caracterizados pela crueldade e desajuste. No início do segundo livro, Procópio relata a facilidade com a qual Khusro se deixou influenciar pelos discursos contrários às atitudes de Justiniano, dado a inclinação já pré-existente de romper o acordo de paz feito anteriormente com os romanos. Segundo o historiador, as acusações feitas contra o imperador, pelos vândalos, armênios e lazos

[...] seriam, naturalmente, um encômio para um digno monarca, a saber, que ele estava se esforçando para tornar seu reino maior e mais esplêndido. Pois essas acusações poderiam ser feitas também contra Ciro, o rei dos persas, e Alexandre, o macedônico. Mas a justiça nunca se acostumou a conviver com a inveja. Por essas razões, então, Khusro estava disposto a quebrar o tratado (*Guerra pérsica*, II, 2, 14-15)

No trecho citado, Procópio compara as ações do imperador às de Ciro e, principalmente, de Alexandre, personagem que serve inspiração para os romanos em outras passagens. Também sobre Belisário recai uma visão positiva. Procópio enfatiza a atuação do general na sedição *nika*, relatando como, com grande valentia e não sem perigo, ele atravessou o fogo e a multidão reunida no circo romano para enfrentar o usurpador do trono e os rebeldes amotinados (*Guerra pérsica*, I, 24, 48). O historiador afirma que Belisário foi, aos olhos de todos os demais, uma pessoa honrada e distinta e “desfrutava de uma inigualável popularidade” (*Guerra pérsica*, I, 25, 12).

No relato sobre o cerco de Antioquia o a narrativa da dramática invasão dos persas nessa cidade é completada com o discurso de Khusro aos embaixadores. Segundo o texto:

Não está longe da verdade, creio, aquele antigo ditado que Deus [*ho theos*] não dá graças puras [*akraiphnē tagatha*], pois as mesclam com males [*kakois*] e dá aos homens [...]. Assim, essa cidade, que se diz e que de fato é a mais importante do território romano, pude conquistá-la sem esforço, já que Deus [*tou Theou*] nos forneceu a vitória [*tēn nikēn*] completa, como você, sem dúvida pode ver. Entretanto, ao ver uma matança de homens tão grande e um triunfo banhado em tanto sangue, não despertou em mim nenhuma sensação de gozo por tal feito. Disto são os infelizes antioquenos os culpados; os persas que estavam assaltando a muralha não foram capazes de rechaçá-los e, logo, quando já haviam vencido e conquistado a cidade ao

primeiro grito de guerra, decidiram lutar ombro a ombro contra eles, buscando a morte com insensata temeridade (*Guerra pérsica*, II, 9, 1-5).

O narrador interfere dizendo que o rei dos persas era muito habilidoso em dizer justamente o que não havia se passado e “encobrir a verdade [*alēthē apokrypsasthai*], colocando a culpa das faltas que ele tinha cometido naqueles que haviam sido as vítimas” (*Guerra pérsica*, II, 9, 8). Essa característica peculiar do rei bárbaro, segundo Procópio, ficou evidente também por ocasião da invasão da cidade de Sura, quando, vendo uma mulher e seu filho ser arrastados por outro bárbaro, o rei persa começou a lamentar para todos que estavam presentes na ocasião, e a rezar

[...] para Deus [*ton Theon*] punir [*tisasthai*] o homem que era culpado dos problemas [*tōn gegonotōn kakōn aition*] que tinham acontecido. Neste momento Justiniano, o imperador dos romanos, foi o único a quem ele desejava que entendessem, embora soubesse bem que ele mesmo era o mais responsável [*aitiōtatos*] por tudo. Dotado de tal singular natureza [*atopiai*] Khusro tornou-se rei dos Persas [...] e com nenhuma dificuldade ele conquistou aqueles que tinham se revoltado contra ele, e todos os danos [*kaka*] que ele tinha se proposto a fazer aos romanos, realizou facilmente (*Guerra pérsica*, II, 9, 10-12).

Procópio informa que os persas e romanos firmaram um tratado de paz de cinco anos (*Guerra pérsica*, II, 28, 11), mas afirma em seguida que “[...] ficou claro que Khusro, o rei persa, tinha feito o acordo com os romanos com traiçoeira intenção, a fim de que ele pudesse encontrá-los despreocupado com o motivo da paz e infligir sobre eles alguns graves danos” (*Guerra pérsica*, II, 28, 15). O relato informa que três anos após o tratado, Khusro planejou a conquista da Daras e a invasão da região da Cólquida. Procópio informa sobre as vantagens que os persas teriam ao se apropriarem desse território (*Guerra pérsica*, II, 28, 19-22).

Se os persas se empenham em demonstrar hostilidade aos romanos, planejando e executando invasões, na narrativa de Procópio, Justiniano é apresentado em sua tentativa de estabelecer um relacionamento mais pacífico. Na passagem sobre a estratégia fracassada dos persas em ocupar a cidade Daras, Procópio informa que um desertor romano avisou a um dos generais o que se passaria: alguns persas iriam se hospedar na cidade, colocariam fogo em pontos da cidade e devido à confusão dos romanos, abririam os portões para a entrada do grande exército persa. A comitiva persa, não conseguindo entrar em Daras partiu para a capital, e foi recebida em grande estilo pelo imperador Justiniano, mesmo não tendo nenhum assunto específico a tratar. Segundo Procópio

[...] o imperador Justiniano recebeu esse Isdigousnas com mais cordialidade e tratou ele com maior honra do que qualquer outro embaixador que conhecemos. [...] Pois ele recebeu e se despediu desse homem num estilo mais esplêndido do que aquele que convém a um embaixador, embora ele tivesse empreendido a embaixada por nenhum assunto sério, como eu disse. Pois se alguém contar o dinheiro dispensado e os presentes que Isdigousnas levou com ele quando ele partiu, encontrará a quantia de não mais de 10 centenários de ouro. Então a conspiração contra a cidade de Daras terminou desta forma para Khusro (*Guerra pérsica*, II, 28, 40-44).

Os livros posteriores parecem mostrar uma significativa mudança na atitude de Procópio com relação aos personagens centrais. Na *Guerra vandálica*, por exemplo, vemos a importante descrição da revolta dos soldados, em 536. A presença de Belisário (que foi enviado especificamente para conter essa situação, visto que estava lutando contra os godos na Itália) gerou alguns confrontos militares com os amotinados (*Guerra vandálica*, IV, 15, 9-49), mas o general, ao contrário do que ocorre na sedição *nika* é incapaz de resolver o problema no seio do próprio exército romano. Quando o imperador soube dos acontecimentos, mandou seu primo Germano à Líbia, com um reduzido número de homens. Germano travou confrontos com os amotinados e conseguiu que muitos abandonassem a rebelião, voluntariamente, em 537 (*Guerra vandálica*, IV, 16, 1).

A descrição da revolta dos soldados pode indicar um tom crítico com relação à política de Justiniano. Pois, segundo Procópio, quando a frota de Belisário partiu de Constantinopla em direção ao norte da África a cerimônia de despedida foi dirigida em tom religioso e, ao menos oficialmente, a batalha pela heresia foi um motivo fundamental para a reconquista da África. Entretanto, essa frota contava com a presença de não menos de 1000 soldados arianos, ou seja, no seio do exército havia, então, povos não assimilados em relação àquilo que parecia ser, durante a expedição, o maior fundamento da lealdade imperial: o cristianismo católico. O decreto imperial que proibiu a participação dos arianos nos rituais durante a festividade religiosa irritou uma massa de soldados podres, mal pagos e insatisfeitos com a distribuição dos espólios. O elemento externo e primordial da revolta foi, em todo o caso, a falha das autoridades em antecipar uma situação eminente. Walter Kaegi (1965, p. 44) é sagaz ao considerar que a revolta dos soldados arianos marcou o fim de duas políticas incompatíveis: a promoção oficial da unidade católica de um lado, e de outro a tolerância limitada ao arianismo. A política da tolerância tinha deixado duas raízes heréticas na África:

população vandálica após a derrota e os 1000 arianos no seio do próprio exército e Procópio poderia ter percebido isso.

A última seção da *História das guerras* já começa com uma crítica ao exército de Justiniano. O relato é intercalado com uma importante reflexão, sobre como, na proporção que o elemento bárbaro no exército romano se tornava mais forte, declinava o seu prestígio, pois, sob o nome de aliança, os bárbaros tiranizavam e oprimiam os soldados romanos, ordenando que eles dividissem o território da Itália (*Guerra gótica*, V, 1, 4). O sétimo livro começa com a chegada de Belisário em Bizâncio, acompanhado de Vitigis (rei dos ostrogodos de 536 a 540), do tesouro bárbaro e do espólio romano que Teodorico (rei dos visigodos entre 418 e 451), “o mais ilustre dentre os bárbaros”, havia conquistado. Entretanto, afirma Procópio, o general não recebeu o triunfo como anteriormente, embora, inegavelmente, tenha adquirido vasta fama e amplo renome (*Guerra gótica*, VII, I, 4.). A descrição segue apresentando positivamente o caráter de Belisário, mas também retrata Totila (rei dos ostrogodos de 542 a 552) de uma forma benévola. Para citar alguns exemplos, primeiro o rei gótico demonstra bondade para com seus prisioneiros, o que leva muitos deles a servi-lo voluntariamente contra os romanos (*Guerra gótica*, VII, 5, 19).

Em outra passagem, Procópio ressalta que quando Totila capturou Nápoles, também demonstrou respeito aos cativos que não esperavam isso nem de um inimigo, menos de um bárbaro. Enquanto, por outro lado, os comandantes do exército romano, bem como os soldados, estavam pilhando as posses da população civil da Itália (seus sujeitos) e não poupavam nenhum ato de insolência e licenciosidade. Para os italianos, o resultado foi que eles estavam sofrendo severamente nas mãos dos dois exércitos (*Guerra gótica*, VII, 9, 1-5).

Com relação ao retrato feito pelo historiador dos governantes bárbaros inimigos do império romano, se analisarmos os dois casos emblemáticos: Khusro e Totila, é possível perceber certa ênfase dada ao caráter de suas ações. Muito provavelmente, o persa não foi apenas cruel em suas abordagens como o godo não foi somente afável com seus inimigos. Para além da discussão sobre a veracidade da narrativa procopiana, é interessante notar a mudança no tom da obra. Averil Cameron, destaca, principalmente a mudança de atitude com relação ao general Belisário, que esteve muito próximo ao historiador. A autora afirma que a obra de Procópio passa de uma narrativa entusiasmada e otimista para uma resignação crítica e desiludida (CAMERON, 1996, p. 8).

Anthony Kaldellis (2010, p. 255) afirma que a opinião de Cameron, compartilhada com outros pesquisadores, parece pouco plausível já que uma leitura mais atenta não é capaz de apontar uma total excitação positiva nos primeiros livros da *História das guerras*, pois encontramos um considerável nível de crítica negativa, ainda que velado aos olhos do leitor moderno. Segundo o autor, Procópio pode ter sido favorável à restauração do império no norte da África, mas, posteriormente, teria desaprovado a corrupção, incompetência e ilegalidade que Justiniano, gradativamente, trouxe para campanha imperial e, certamente, o historiador demonstrou os efeitos e extensão dessa postura. A *História das guerras*, como um todo, seria um documento, acima de tudo, contrário à guerra, talvez simpático ao ideal imperial romano, mas contra ao que Justiniano fez com ele. Desta forma, uma análise dos principais temas trabalhados no livro e das técnicas literárias com as quais Procópio teceu a sua narrativa factual, revelaria a sua postura antiguerra (KALDELLIS, 2010, p. 256).

A defesa de Kaldellis é muito pertinente, mas, aparentemente, não contradiz, tanto quanto almeja parecer, as considerações feitas anteriormente por Cameron. A autora também considera e propõe que não tomemos a *História das Guerras* como um livro absolutamente favorável às ações de Justiniano. Mas, no cômputo geral da obra, talvez por ter se tratado de regiões mais familiares, Procópio pode ter se tornado mais vulnerável às acusações de parcialidade, embora já demonstre a consciência do historiador com relação à plausibilidade crítica envolvendo as ações do general, quando, por exemplo, ele expõe as artimanhas de Antonina, sua esposa (CAMERON, 1996, p. 152-159).

O argumento de Kaldellis, acerca da carga crítica na *Guerra pérsica*, encontra justificativa na ideia de que o historiador teria revisado os primeiros livros e, portanto, as últimas impressões apareceriam também na primeira seção (KALDELLIS, 2010, p. 256). Tal consideração fragiliza, em certa medida, a defesa de Kaldellis, pois parece indicar que antes de serem revisados, os livros I e II da obra, teriam atingido o campo da ingenuidade, no qual Procópio simplesmente pôde imprimir seus bons sentimentos e excitação com relação aos personagens. O pesquisador afirma que muito da nossa análise depende de como vemos Procópio, se pró ou anti a guerra imperial, tendo ele assumido a última opção. A ênfase dada nessa questão, entretanto, não nos parece tão essencial, pois pode obnubilar a influência de outros fatores, como, por exemplo, o público (principalmente a possível leitura do imperador), as técnicas de escritas e os modelos disponíveis no exercício da composição.

Entretanto, as ideias de Kaldellis sobre o elemento crítico presente na primeira seção da obra, encontra ampla influência no escopo desta tese, embora também nos pareça ser possível perceber uma mudança dos primeiros aos últimos livros com relação à atitude de Procópio frente ao projeto imperial e as ações do exército romano. Seria muito plausível considerar que a sequência das guerras poderia ter ampliado a percepção do historiador frente aos fatos, possibilitando que os últimos livros fossem escritos de forma mais crítica, com relação à política imperial.

Mas mesmo a leitura dos livros I e II pode sugerir traços dessa crítica imperial. Procópio menciona que os romanos recuperaram Amida (em 504), dois anos depois de conquistada, por meio de dinheiro. Quando viram a penúria da cidade, se sentiram envergonhados por ter reconquistado a cidade somente através da compra (*Guerra pérsica*, I, 9, 20-23). O relato procopiano do confronto entre romanos e persas parece favorecer o elemento bárbaro. Enquanto Kavadh conquista a cidade pela força, coragem, sorte e vontade divina, os romanos utilizam a mentira e o dinheiro para ter uma cidade praticamente destruída de volta.

Quando Belisário estava preparando a luta contra os persas, depois que foi chamado da Itália pelo imperador, convocou seus oficiais em Daras, para ouvir suas opiniões e disse:

[...] Se, entretanto, parece a vocês que algum propósito tem sido formado pelo poder imperial ou por mim acerca da presente situação, não deixe que esses pensamentos entrem em suas mentes. Pois, para ele [Justiniano], ele está completamente a parte do que está ocorrendo, e é, portanto, incapaz de adaptar seus movimentos ao momento oportuno. [...] quanto a mim, já que sou humano, e cheguei aqui vindo do ocidente depois de um longo intervalo, é impossível que algumas das coisas importantes não teria me escapado (*Guerra pérsica*, II, 16, 9-12)

O discurso de Belisário parece ressaltar apenas a dificuldade no planejamento e execução dos movimentos militares, afirmando que Justiniano não é capaz de fazer o melhor movimento e que, ele próprio, enquanto general, estava com a difícil tarefa de se ambientar nos assuntos da guerra naquela região. O próprio fato de Justiniano ter enviado Belisário para lutar contra os persas, depois de muito tempo envolvido numa outra e, portanto, diferente, frente de batalha, no ocidente, poderia apontar a inaptidão do imperador, no curso da melhor estratégia.

O próprio esforço de Justiniano, mostrado anteriormente, de estabelecer relações com os persas pode ser interpretado num caminho diferente. Procópio informa que uma comitiva persa, após a tentativa de ocupação abortada na cidade de Daras, seguiu para a

capital do império e foi surpreendentemente bem recebida por Justiniano. O leitor é informado que o plano de Khusro de dominar Daras terminou após a recepção imperial (que apenas se somou ao movimento bélico já fracassado). Entretanto, como informamos, o historiador ressalta que Justiniano tratou Isdigousna “com maior honra do que qualquer outro embaixador que conhecemos [...] embora ele tivesse empreendido a embaixada por nenhum assunto sério [...]” (*Guerra pérsica*. II. 28, 40). Depois de relatar o comportamento alimentar do persa e do imperador, e o lugar de destaque ocupado pelo intérprete, Procópio informa que se “[...] alguém contar o dinheiro dispensado e os presentes que Isdigousnas levou com ele quando ele partiu, encontrará a quantia de não mais de 10 centenários de ouro” (*Guerra pérsica*, II, 28, 44). Num período em que o império esteve envolvido em constantes conflitos, tanto no oriente, quanto no ocidente, um gasto imperial sem qualquer fundamento, pois os persas já tinham perdido a luta por Daras e a embaixada não revelou um motivo satisfatório para ser empreendida, pode indicar, no mínimo uma avaliação negativa da atitude de Justiniano aos olhos do historiador.

Procópio também critica as pessoas envolvidas em altos escalões na corte de Justiniano. Num dos discursos sobre o rompimento da chamada “paz eterna”, o historiador, afirma que os embaixadores achavam que, em parte, “[...] a culpa não fora de Justiniano, mas em alguns dos que tinham estado ao seu serviço” (*Guerra pérsica*, II, 10,18). Em outra ocasião, Procópio diz que os lazos pediram ajuda aos persas, contra os romanos, devido ao conjunto de oficiais vaidosos e injustos na região da Lazica. O historiador afirma que “Justiniano enviou vários oficiais à Lázica e, entre outros, João, o chamado Tzibus, um homem de origem obscura e plebeia, porém que havia ascendido ao generalato por nenhuma outra coisa que por ser o mais malvado de todos os homens e o mais capaz de descobrir recursos ilegais para obter dinheiro” (*Guerra pérsica*, II, 15, 9.).

Talvez seja difícil pensar a narrativa de Procópio como um veículo de crítica ao imperador, pela imagem, amplamente divulgada, da monarquia bizantina (pela historiografia moderna) que enfatizava o controle autocrático e quase divino do imperador sobre seus súditos. Alexander Kazhdan afirma que a família era, para os bizantinos, uma forte instituição. O imperador emanava, de fato, uma autoridade de Pai, em adição aos seus epítetos sobrenaturais e atemporais (Sol Brilhante e Cristo ou Novo Moises) (KAZHDAN, 1996, p. 34). A autoridade da figura imperial impossibilitou que os sujeitos pensassem num poder emanado do povo. Os bizantinos não consideravam

sua participação na administração do Estado, mas a crítica sempre esteve presente. As revoltas e motins dos séculos V e VI parecem ter sido resultado de controvérsias políticas e eclesiásticas, demandas por grãos, e reclamação dos soldados, em adição à disputa das facções da cidade: os Azuis e Verdes (KAZHDAN, 1996, p. 150). Segundo Kazhdan (1996, p. 35) os imperadores poderiam ser melhores ou piores (comparados aos líderes celestiais), por isso, criticados, embora a fundamento do sistema político permanecesse amplamente válido e eficaz.

Gostaríamos de sugerir que, no caso procopiano o duplo caminho narrativo na apresentação de seu objeto foi tomado talvez por consequência de suas relações com o imperador acrescidas à necessidade de criticar os pontos que ele poderia ter visto como negativos daquele governo. Foi dito anteriormente que o público das histórias profanas, como a *História das guerras* englobava, principalmente um corpo de funcionários imperiais e, possivelmente, o restrito círculo de pessoas ligadas ao imperador. Não temos como afirmar que Justiniano chegou ou chegaria a ler a obra de Procópio, mas, segundo Michael Whitby temos informações suficientes para sugerir que os autores das obras de história, eram, em sua maioria homens com treinamento jurídico e que tiveram acesso, de alguma forma, à carreira oficial. Assim é razoável pensar que os indivíduos “com suficiente treino para contemplar a carreira na administração imperial ou eclesiástica foram mais propensos do que não a ter algum nível de interesse na história” (WHITBY, 1992, p. 28-29). Desta forma, o ambiente no qual poderia circular as histórias de Procópio não estava distante do cenário imperial, do palácio, dos ambientes da corte. Embora, como sugerimos, ele mesmo não pareça tão próximo do núcleo do poder, com se esforça por evidenciar.

Pela apresentação cuidadosa de si e pela intromissão calculada de suas opiniões e possíveis críticas, Procópio parece ter almejado a construção de uma *persona*, cuja principal característica parece ser a relação com o núcleo do poder imperial. No início do próêmio, se considerarmos que a obra poderia ser lida em voz alta, numa cultura marcada também pela oralidade, como foi a bizantina no século VI, a apresentação de dois nomes, parece sugerir se não uma associação, ao menos um desejo por ela. Assim, **Procópio de Cesareia**, diz que vai narrar as ações que **Justiniano**, o imperador dos romanos, empreendeu. Quando o nome do historiador aparece novamente será para indicar que está em boa posição de relatar as guerras, pois ocupava um posto oficial. Mesmo as possíveis críticas apresentadas anteriormente, denotam a familiaridade de

Procópio com relação aos planos imperiais de ataque ou recuo estratégico, que provavelmente, nem todos os cidadãos poderiam saber.

Essa autoevidenciação como um indivíduo envolvido com o círculo imperial é um ponto dissonante da relação de Procópio com o modelo historiográfico de uma tradição clássica¹¹⁹. Ao menos na historiografia grega do período clássico, o historiador é aquele que conheceu o exílio e por isso, encontra-se em condições ideais para descrever tudo o que se passou entre um e outro lado dos acontecimentos, como afirmação de imparcialidade. Procópio não é um exilado, ao contrário é um membro do *establishment* imperial, ainda que sua atividade permitiu que ele viajasse e acompanhasse grande parte das ações de “romanos” e “persas”.

O esforço de construção de sua *persona* vinculada ao poder imperial, poderia justificar tanto a avaliação positiva quanto negativa, pois o mais importante era ressaltar a legitimidade de sua interpretação e não uma pretensa imparcialidade narrativa. A proximidade com o poder oficial, mesmo que somente discursivamente construída, fundamentava a credibilidade de sua avaliação para um lado ou para o outro.

Para ressaltar o fato de ter revelado todas as ações que acompanhou, Procópio indica que também não escondeu os erros ou falhas [*mokhthēra*] dos personagens mais próximos. Ligado aos personagens e ações o termo parece apresentar um forte sentido moral. O historiador parece indicar que conseguiria reconhecer e separar as boas das más ações, embora a sua apresentação estabeleça como critério de verdade, expor ambas, associando, desta forma, o caráter objetivo à capacidade de julgamento do conteúdo. O leitor deveria, portanto, confiar que Procópio realmente conseguiria expor a verdade e avaliar as ações dos atores, que segundo ele, lhes eram íntimos. Como o

¹¹⁹ A afirmação da imparcialidade para com os sujeitos e os acontecimentos, não foi um argumento presente em todos os trabalhos de história da Antiguidade, mas certamente constituiu uma ideia muito recorrente. Segundo James T. Luce (1989, p. 16) verifica-se tanto a exigência da imparcialidade na apresentação dos eventos na própria obra, quanto a acusação da falta dela nos trabalhos dos escritores predecessores. Políbio chamou uma especial atenção para o problema da parcialidade, segundo este autor as atividades do sujeito devem contribuir com a escrita de uma história, pois “os assuntos da história só irão bem quando os homens de ação se ocupam em escrever história [...] ou então quando os que se ocupam em escrever considerarem que a experiência tirada das próprias ações é necessária para a história” (POLÍBIO, *Histórias*, 12, 28). Portanto, o envolvimento moderado do historiador na atividade de escrita seria interessante ao conjunto da obra. Na frase de abertura dos *Anais* de Tácito, segundo Luce (1989, p. 16), teríamos a mais lembrada afirmação da ausência de parcialidades no interior de uma obra, segundo o historiador romano “Tudo quanto se escreveu no governo de Tibério, de Cláudio, de Caio, e de Nero é mentiroso em consequência do medo: e o que depois da morte deles se publicou tem o mesmo caráter, por estarem os ódios ainda muito recentes.” Tácito se propõe a escrever “sem ódio nem afeição, porque nenhum motivo tenho para isso” (TÁCITO, *Anais*, I, 1).

autor encaminha, metodologicamente, o relato “verdadeiro” das ações dos personagens mais, é o tópico do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

OS DISCURSOS E AS FONTES DE INFORMAÇÃO DA *GUERRA PÉRSICA*:
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Quando Procópio inicia a sua obra, prontamente indica ao leitor seus objetivos: relatar as guerras de Justiniano contra os bárbaros, para que tenham alguma utilidade aos homens engajados em situações similares. Em seguida, o autor informa que divulgará todas as ações dos personagens envolvidos com acribia e atento aos critérios da verdade. Seu propósito, desta forma, é didático: informar e ensinar constitui a tarefa do historiador. O modo como ele opera o seu texto é essencial para o cumprimento dessa tarefa, pois a forma textual é especialmente escolhida para fornecer ao leitor o conjunto de elementos que o autor deseja mostrar.

No proêmio de sua obra, Procópio afirma que “a memória desses eventos seria considerada uma grande coisa e muito útil [*xynoison*] aos homens do tempo presente [*nyn*], bem como para as gerações futuras” (*Guerra pérsica*, I, 1). *Xynoison*, significa “conferir um benefício”, “ser útil” ou “adequado”¹²⁰. Se em Tucídides a obra histórica é útil no caso dos eventos, pelo seu caráter humano, voltarem a acontecer de maneira análoga, em Procópio é o tempo que pode colocar os homens sob um similar destino. Assim, esclarece o historiador, a história seria útil,

[...] na medida em que revela (divulga) [*apokalyptousa*] o resultado final alcançado por anteriores gerações num combate do mesmo tipo. e, prenuncia [*ainissomenē*], pelo menos para estes que são mais prudentes no planejamento, que consequência os eventos presentes provavelmente terão (*Guerra pérsica*, I, 1, 2).

Assim, a utilidade da obra, por meio do relato, parece reivindicar dois focos. Em primeiro lugar pode apresentar um benefício a todos os homens que tem a intenção de entrar em uma guerra ou estão se preparando para algum tipo de combate, porque estarão em situação semelhantes ao que foi exposto na obra e saberão sobre os resultados finais. Mas o relato também pode ser útil a homens específicos, aos melhores ou aos mais prudentes [*arista bouleuomenois*], porque serão capazes de perceber as consequências que os eventos passados analogamente tiveram (*Guerra pérsica*, I, 1, 2).

¹²⁰ Na narrativa de Heródoto (*Histórias*, 3, 92) um dos significados do mesmo termo é “reunir”. Em Tucídides (*História da guerra do Peloponeso*, 7, 44) pode ser traduzido, por exemplo, como “ter lugar” ou “acontecer”, “passar”.

Para os primeiros homens, a obra de Procópio é útil porque revela ou faz conhecer [*apokalyptousa*] a situação; para os mais prudentes, a história de Procópio é útil porque prenuncia, diz veladamente [*ainissomenē*] sobre alguma coisa importante. Somente um autor, no mínimo perspicaz, poderia lidar com dois auditórios simultaneamente. A utilidade da obra *Guerra pérsica* implica num jogo de linguagem e escrita, porque o relato ou a forma narrativa é essencial para atingir a utilidade projetada pelo autor. A mera descrição dos fatos para informação se distancia da finalidade complexa de fazer ver claramente e dizer veladamente coisas sobre um mesmo conteúdo.

O historiador apresenta suas credenciais para escrever sobre as guerras de Justiniano - estando próximo do general Belisário, pôde acompanhar os eventos que relata – bem como a utilidade que a obra poderia almejar. Entretanto, ao estilo de Tucídides, Procópio silencia sobre as estratégias metodológicas adotadas para a apresentação da verdade dos fatos, apesar de indicar alguns pontos relevantes para entendermos como ele poderia ter lidado, metodologicamente, com o material disponível. O objetivo deste capítulo é investigar os elementos metodológicos presentes na *Guerra pérsica*, por meio da análise do proêmio, do uso das fontes de informação, apresentadas ao longo da obra, e do papel discursos no relato.

4.1. O proêmio

François Hartog publica em 1999 uma reunião de proêmios traduzidos de algumas obras da Antiguidade, intitulado *L'Histoire D'Homere a Augustin*, justificando o empreendimento pela importância do prefácio nos textos antigos. No livro, os proêmios são tomados “como pontos de observação a partir dos quais, numa longa ou mesmo longuíssima duração, se pode apreender um projeto historigáfico singular, configurações do saber, conjunturas intelectuais e políticas” (HARTOG, 2001, p. 10).

Já na Antiguidade, Luciano de Samósata atentou para a importância e especificidade do proêmio. O autor sugere que ao dispor de um proêmio o historiador deverá compô-lo com dois elementos: “buscará obter a atenção e o interesse dos ouvintes” (*Como se deve escrever a história*, 53). Nos tratados de retórica o proêmio é definido como o elemento que inicia o discurso e sua função consiste em despertar atenção, benevolência e interesse no auditório. Na composição procopiana, o proêmio tem lugar de destaque e se insere numa tradição que fez deste prelúdio para a obra um gênero com características muito próprias. E é por causa desse lugar de destaque que o

prêmio ocupa na *Guerra pérsica* que se faz necessário abordá-lo separadamente e com detida atenção.

No caso da obra de Procópio, o público ao qual se destina é restrito àqueles que chegavam a uma educação de mediana a erudita. Como atrair a atenção dessa bem instruída classe de leitores? Primeiramente, oferecendo fórmulas textuais conhecidas ou esperadas pelo público, como vemos no início da obra:

Procópio de Cesareia escreveu a história das guerras que Justiniano, imperador dos romanos, travou contra os bárbaros do Oriente e do Ocidente, relatando separadamente os eventos de cada um, para que o fim do longo curso de tempo não possa submergir escrituras de singular importância por falta de um registro e assim abandoná-los ao esquecimento e absolutamente obliterá-los (*Guerra pérsica*, I, 1).

O fato de Procópio escolher o termo *synegrapsen* para resumir a sua realização, permitiu que os tradutores agregassem o termo “história” ao verbo pretérito “escreveu”. Procópio, portanto, “escreveu a história das guerras”. Essa fórmula também será utilizada quando o historiador informa ser o mais capacitado de todos para “escrever a história” daqueles eventos (*Guerra pérsica*, I, 1, 3) e quando contrapõe *syggraphēi* à retórica e mito, adicionando características a cada um desses gêneros de escrita: verdade, habilidade e inventividade, respectivamente (*Guerra pérsica*, I, 1, 5). Somente a última menção ao termo apresenta uma variável porque acrescenta ao termo o substantivo *historian* reafirmando a mensagem de uma história propriamente escrita. Segundo Procópio, “[...] essa porção final da carta foi inteiramente desconhecida para aqueles que escreveram a história [*historian xyngrapsante*] daquela época” (*Guerra pérsica*, II, 12, 26). Segundo François Hartog, “*Syngraphein* e *syngrapheus* se tornarão os termos usuais para designar a atividade historiográfica e o historiador. A dimensão da escrita passará ao primeiro plano e a da investigação se retrairá” (HARTOG, 2001, p. 98).

No trecho inicial da *Guerra pérsica*, o termo *synegrapsen* se refere à atividade realizada pelo autor da obra¹²¹. O termo aparece em Heródoto (*Histórias*, 1, 47-48 e 7, 142) no sentido de “ter uma coisa escrita”. Em Tucídides (*História da guerra do Peloponeso*, 1, 1 e 6, 7) significa, antes de tudo, “escrever a história [da guerra]”, mas

¹²¹ Apesar do termo *syngraphein* aparecer como palavra chave para compreender a escrita de Procópio é pertinente apontar que o historiador usa o termo *logos* para intitular o seu trabalho sobre as guerras. Segundo Victor Bers (2010, p. 455-456), embora o termo mais recorrente nos séculos V e IV a.C. para designar “prosa” seja *syngraphein*, com o sentido aproximado de “juntar”, “colocar junto” ou “por escrito”, *logos* aparece no *Elogio a Helena* de Górgias no sentido de uma linguagem não-métrica. Além disso, podemos perceber outros usos deste termo no sentido de “prosa”, nos textos desse período.

aparece também com o sentido de “assinar um tratado” (*História da guerra do Peloponeso*, 5, 41). Também pode ser usado para significar “escrever em prosa”, como em Platão (Lísias, 205 a), em oposição à poesia.

Segundo Carl A. Huffman (2008, p. 35-39), embora no final do século V a.C., tenha sido utilizado, principalmente, para fazer referência a tratados em prosa, frequentemente em contraste às obras poéticas, o termo, posteriormente, não se restringiu a essa forma de escrita, pois, significou antes de tudo uma “composição”, em verso ou prosa. Além disso, existe um segundo uso do termo, significando “o conteúdo escrito” de um acordo. Não é um livro ou um tratado, mas, frequentemente uma versão escrita de algo que foi originalmente expressado oralmente, como contratos, acordos, vínculos ou regulações. Assim, o termo pode significar tanto uma composição longa, como uma história, um tratado ou escritos mais breves, quase como pequenos documentos de acordos orais.

Na obra *Guerra pérsica*, o termo aparece cinco vezes no livro I e uma vez no livro II. A primeira referência é emblemática porque praticamente define a percepção que Procópio tem de sua atividade. Segundo este historiador o material que compôs é uma “escrita das guerras de Justiniano”, mas não é uma escrita somente sobre atuação bélica das tropas do imperador, ou seja, não é um manual ou compêndio militar como o *Strategikon* do imperador Maurício¹²². Na obra procopiana, encontramos um relato sobre as condições do império durante o reino de Justiniano e sobre as relações entre os romanos, os persas e outros povos estrangeiros. Assim, guerra e império, como o relato de Orígenes divulgou.

Após a apresentação geral de seu material, Procópio tenta tornar o auditório benevolente ao apontar a excelente posição na qual se encontra ao narrar os acontecimentos que sucedem, firmando, assim, os valores úteis à apresentação do conteúdo (*Guerra pérsica*, I, 1, 3). Como forma de atrair o interesse do auditório, o exórdio também pode apresentar a importância do assunto ou o seu caráter excepcional, extraordinário ou paradoxal. No proêmio procopiano, como já demonstramos, vemos os eventos das guerras de Justiniano contra os persas, como algo extremamente importante (*Guerra pérsica*, I, 1, 6). O autor ainda afirma que a guerra em questão produziu os feitos mais notáveis dentre todas e somente aqueles que não têm capacidade de

¹²² O manual militar intitulado *Strategikon*, consiste numa narrativa de um experiente soldado, contendo informações sobre o desenvolvimento tático, armamentista e militar do período correspondente ao final do governo de Maurício e a primeira metade do governo de Focas, provavelmente de 592 a 610 d.C. A afirmação de que foi uma obra elaborada pelo imperador Maurício é uma forte e adotada hipótese.

reconhecer o avanço das técnicas de guerra poderá ingenuamente atribuir maior consideração aos relatos anteriores.

O prefácio da *Guerra Pérsica* não anuncia apenas o nome do autor e as bases de seu conteúdo, mas assume uma posição numa dada tradição cultural. Nesse sentido, “Procópio objetivou aderir aos cânones da historiografia clássica e compôs uma narrativa em alto estilo que aborda o eterno tema da política e da guerra” (KALDELLIS, 2004, p. 18). É importante pontuar que Procópio, ao apresentar essa aproximação com as fórmulas da escrita da história na Antiguidade clássica não copia simplesmente os seus modelos, mas apresenta uma imensa capacidade de adaptação e experimentação das novas circunstâncias oferecidas pelo Império Bizantino. Nesse momento, a aproximação em relação ao modelo clássico se desenvolveu, parcialmente, numa espécie de “escolha”, na tentativa de estabelecer uma linguagem que determinasse uma forma literária específica. A eleição dos códigos linguísticos por parte dos autores bizantinos pauta-se na necessidade de submeter seus trabalhos à legitimidade daquilo que os gregos produziram no V e IV séculos antes de nossa era e no próprio sistema educativo do Império, que fixava o juízo do que deveria funcionar como modelo literário.

Se Procópio parece apresentar apenas indiretamente sua relação com os autores clássicos, no proêmio, sugerindo um vínculo com a tradição historiográfica por meio de fórmulas textuais (re)conhecidas, a referência a Homero aparece muito claramente. O historiador bizantino faz uma comparação entre os arqueiros do exército de Justiniano e os dos tempos antigos, descritos por Homero. Como podemos explicar essa referência remota, se desde Homero é possível ver conflitos vários, envolvendo gregos, romanos e os diversos povos que viveram nas fronteiras destes impérios, oferecendo, assim, um quadro rico de possíveis referências bélicas aos historiadores. No caso do texto procopiano, poderíamos esperar uma comparação com as legiões romanas, já que os bizantinos sempre se consideraram romanos.

Segundo Geoffrey Greatrex (1996), o início da história do Império Romano foi uma questão ambigualmente abordada entre os escritores do século VI, oscilando entre a superioridade do passado e a grandeza do presente. Em Procópio a situação é complexa. Grande opositor das reformas de Justiniano e crítico exagerado de suas consequências: dívida, injustiça e corrupção, Procópio não deixa de notar o êxito das campanhas de Belisário (*Guerra pérsica*, I, 1, 16).

As tropas de Belisário, entretanto, se comparadas às de alguns grandes generais romanos, como Pompeu ou Trajano, foram indisciplinadas, menos eficientes e demonstraram considerável fragilidade armamentista e estratégica (GREATREX, 1996). Portanto, frente às legiões romanas o exército de Justiniano dificilmente teria grandes vantagens. Nesse sentido, o enquadramento da memória poderia ter exigido que Procópio abordasse comparativamente a Guerra de Tróia e os arqueiros da época de Homero. Segundo Anthony Kaldellis (2004, p. 23) ao evocar uma comparação até absurda o historiador chama a atenção (não abertamente) para a fraqueza do exército de Justiniano, explorando de forma sutil as possibilidades da tradição literária. Além disso, apesar da *Iliada* ser o expoente literário máximo, entre os gregos antigos, com relação à atuação dos arqueiros, Homero menciona o uso do arco de modo genérico, atribuindo ao essa técnica apenas um papel secundário nos enfrentamentos bélicos. Segundo José Javier Vilariño Rodríguez (2010, p. 264) os personagens que portavam arcos, na obra de Homero, são escassos e apresentados de forma marginal e muitos são anônimos.

Se a introdução para os modernos historiadores representa o momento de exposição do conteúdo de suas obras, dos métodos que serão utilizados na abordagem do objeto e a localização dos discursos num campo de debates teóricos; em Procópio e nos autores clássicos e classicistas o prefácio possui função similar. O momento introdutório de suas obras estabelece “um nicho pra eles mesmos dentro da mais ampla tradição da historiografia clássica e revela seus objetivos políticos e pedagógicos” (KALDELLIS, 2004, p. 18). É, portanto, nesse momento que são apresentados as especificidades da atividade historiográfica.

Procópio estabelece as bases de sua narrativa ao diferenciar a história das outras formas textuais. Segundo o historiador,

acreditava que enquanto habilidade [*deinotēta*] é apropriada à retórica [*rhētorikēi*], e a inventividade [*mythopoiian*] à poesia [*poiētikēi*], somente a verdade [*alētheian*] é apropriada à história [*xyngraphēi*]. Em conformidade com este princípio [*epitēdeiōn*] ele não ocultou [*apekrypsato*] as falhas [*mokhēra*] dos seus mais íntimos conhecidos, mas anotou [*xynegrapsato*] com total precisão [*akribologoumenos*] tudo o que aconteceu aos interessados [...] (*Guerra pérsica*, I, 1, 4-5).

Segundo Roger Scott (1981, p. 65) o apego excessivo à verdade é uma das principais características dos historiadores bizantinos. É particularmente essa ênfase em demasia que fornece o motivo para escrever uma história e promove o objeto de seus relatos. Interessante pontuar que há nessa prática uma diferença em relação aos modelos

gregos. Enquanto os historiadores clássicos apontam a fraqueza e inadequação dos métodos de seus predecessores, os historiadores bizantinos da tradição classicista acusam aqueles que os precedem de colher relatos equivocados e distorcer a verdade dos fatos.

Ao abordar o problema da verdade histórica nos escritos da antiguidade, é preciso, acima de tudo pensar que existe uma distância em relação ao que pensamos sobre essas questões e o que encontramos nas fontes. James T. Luce (1989, p. 17) aborda o problema quando afirma que os historiadores gregos e romanos mencionaram a ausência de favoritismo ou ódio e que isso é considerado uma qualidade para nós, porque expressa um critério de “objetividade” ou “imparcialidade”, termos que não foram pensados pelos antigos. Luce afirma que os escritores não discutiram sobre a questão da verdade em seus textos, em primeiro lugar porque o conceito parece estar muito claro para eles (LUCE, 1989, p. 17).

Apesar disso, muitos autores antigos criticaram ou denunciaram a possibilidade de projeção de ódios, esperança e medo do autor na apresentação da obra; outros assumiram a profunda vinculação com o conteúdo apresentado e declararam sua admiração pelo objeto, como Tito Lívio, no século I, assume: “[...] ou o amor pela atividade de que me encarreguei me engana, ou jamais nenhum estado foi maior [*maior*], mais venerável [*sanctior*], mais rico em bons exemplos [*bonis exemplis*]” (*História de Roma*, 1, 11).

No próêmio da *História Secreta* encontramos a descrição de um temor da parte de Procópio que o teria impossibilitado de escrever tudo sobre os acontecimentos passados nos livros anteriores (*História das guerras*): “Não era de fato possível, nem passar inadvertido ao grande número de espiões [*kataskopōn*], nem ser descoberto sem sofrer uma morte [*thanatōi*] lamentável” (*História secreta*, I, 2). Mesmo resolvido a levar a cabo a tarefa da composição, o sentimento não abandona o historiador que afirma:

agora que me encaminho a outra empresa, em certo modo árdua e terrivelmente difícil de superar, a das vidas de Justiniano e Teodora, resulta que me encontro tremendo e recuo em boa medida quando considero que isto que haverei de escrever neste momento poderá parecer incrível ou inverossímil às futuras gerações (*História secreta*, I, 4).

Além do medo, os historiadores poderiam também sentir esperanças de conseguir algum benefício, como um cargo, um título ou algum tipo de reconhecimento.

Procópio também apresenta a influência desse sentimento, faz referência a uma espécie de retribuição que o autor poderia conceder após o recebimento do benefício de uma pessoa influente: “[...] Além disso, a história mostra que os indivíduos que receberam benefícios demonstraram eles mesmos gratidão em relação aos seus benfeitores, e que eles tem retribuído com agradecimentos ofertados em generosa dose [...]” (*Sobre os edifícios*, I, 4).

Agatias critica a forma como os autores poderiam buscar, por meio de elogios, o patrocínio de outrem, o que indica a existência uma possível expectativa da parte de alguns autores em conquistar benefícios. Segundo o historiador de Mirina

Estes autores que afirmam escrever a história e professam ser historiadores na página de título [*epigraphēs*] das suas obras, são, após uma inspeção [*pephōrantai*], chamados pelo nome de engenhosos [*kompseuomenoi*]¹²³. Para que elogiar a vida dos homens vivos, sejam eles imperadores ou outras pessoas notáveis [*episēmoi*] [...] Assim, eles deixam claro que a sua única preocupação é a outorga do excessivo e injustificado louvor (*Histórias*, Prefácio, 18–19).

No século XII, Ana Comneno, afirma que procurou relatar todas as ações do imperador para salvá-las do esquecimento, mas ela admite que a proximidade com o objeto de sua narrativa pode gerar algumas críticas. Segundo a autora bizantina,

Apesar de eu ter escolhido narrar essas ações, temo que línguas de suspeita e maledicência sussurem que escrever a história de meu pai é apenas autoelogio, e que os feitos, e qualquer elogio que eu distribua sobre eles, são meramente falsidades [*pseudos*] e panegírico [*egkōmion*] vazio [...] mas quem se compromete ao “etos” de historiador [*historias ēthos*] deve esquecer sua benevolência [*eunoias*] e ódio [*misous*] pessoais, e muitas vezes conceder o maior elogio aos seus inimigos [*ekhthrous*], quando suas ações exigem, e, muitas vezes, também, culpar seus parentes mais próximos, se seus erros indicarem [*hypodeiknuōsi*] Eu deveria aconselhar tanto aqueles que nos atacam tanto os nossos partidários, para ter o consolo do fato de que eu busquei a realidade [*pragmata*], e o testemunho [*martyramenē*] daqueles que viram as ações e os personagens e os pais dos homens que vivem agora, e os avós daqueles que foram testemunhas [*synistores*] (*Alexiada*, I, 2).

O trecho revela a existência, ao menos no final do período bizantino, de um reconhecido “etos” do historiador. O termo reúne os sentidos de “traço”, “carater moral”, “usos”, “maneiras”, “características”, ou seja um “tipo” de comportamento a ser seguido por aqueles que cuidadosamente narram o que realmente aconteceu.

¹²³ O termo também tem o sentido de “habilidoso” ou “inventivo” (o que parece se aproximar mais do sentido da afirmação feita por Agatias).

No proêmio da *Guerra pérsica*, Procópio indica que sua atividade como historiador, envolve a apresentação verdadeira do que ocorreu. Mas, além de verdadeiro, o relato histórico deveria caracterizar-se pela exatidão, por uma completa *akribeia*¹²⁴, essa característica parece ser a base de seu “etos” autoral. Gostaríamos de sugerir que a forma com a qual Procópio pôde atribuir precisão ao seu relato é baseada na apresentação dos discursos e na disposição das fontes de informação ao longo da obra. Portanto, esses elementos deverão ser desenvolvidos adiante, neste capítulo, após uma rápida apresentação da estrutura narrativa da obra.

4.2. A estrutura narrativa da obra

A *Guerra pérsica* é relatada numa combinação de narração sincrônica - com a apresentação dos sucessivos acontecimentos, em geral, decisões políticas e ações bélicas – e detalhadas descrições de personagens, locais e fenômenos. Procópio parece ter estruturado a obra para, de forma consciente, comportar essa diversidade. A diferença entre narração e descrição era conhecida pelos autores. Segundo os exercícios retóricos de Aftônio, narrativa (*diēgēma*),

é a exposição de um fato real ou dado como real [...] tanto dramática, quanto histórica, quanto política. É dramática a narrativa fictícia, histórica a narrativa que relata os fatos antigos, política aquela que os oradores empregam nos processos¹²⁵. As circunstâncias trazidas pela narrativa são seis: a pessoa que agiu, a ação realizada, o tempo quando, o lugar onde, a maneira pela qual, a causa. As virtudes da narrativa são quatro: a clareza, a concisão, credibilidade e exatidão da linguagem (*Progymnasmata*, II, 1-4).

Já a descrição, segundo os mesmos exercícios, é um discurso que apresenta em detalhe e mostra com evidência aquilo que é dado a conhecer. Assim,

Se descreverá pessoas e coisas ou fatos, tempo e lugares, animais e, enfim, plantas. Pessoas, como Homero [...] as coisas ou fatos, tais como uma batalha sobre o mar ou sobre a terra, como o Historiador [...] Os lugares, à maneira de Tucídides. As descrições são simples e compostas. Simples como aquelas que recontam uma batalha sobre a terra ou sobre o mar. Compostas como aquelas que conjugam uma

¹²⁴ A característica fundamentada na “exatidão” é muitas vezes associada à escrita da história na Antiguidade. Tucídides afirma que, para compor sua obra, considerou os testemunhos com a maior exatidão (*akribeia*) possível. Esse conceito transforma-se, reconhecidamente, também dentro da própria prática literária do império, num ponto emblemático para a interpretação dos fundamentos de autoridade da narrativa historiográfica. Agatias caracteriza a narrativa de Procópio, pelo termo *akribēs* (*Histórias*, Proêmio, 22).

¹²⁵ A diferença feita por Aftônio lembra a própria diferença entre mito, história e retórica que Procópio menciona no início da *Guerra pérsica*.

ação e um tempo, tal como a descrição de Tucídides de um batalha noturna na Sicília (*Progymnasmata*, 12, 1-3).

Como narrativa, a obra de Procópio expõe a ação de duas formas: 1) nos eventos particulares; 2) e na visão geral do seu conteúdo. Na primeira, encontramos a narrativa de confrontos e situações individuais, como, por exemplo, a primeira batalha empreendida entre os persas e as forças imperiais de Justiniano, em Daras (*Guerra pérsica*, I, 13). Procópio compõe um relato organizado, informando sucessivamente, sobre como os primeiros desentendimentos começaram, como resultado da construção de uma fortaleza fronteiriça e sobre a organização dos romanos em Daras, preparando-se para a guerra, com Belisário à frente do exército. Vemos também a descrição da correspondência trocada entre os dois lados, ressaltando as acusações mútuas de incitação à guerra e, em seguida o discurso dos generais, endereçados aos soldados. Finalmente o relato do confronto mesmo, com a caracterização dos personagens e táticas utilizadas, até a vitória dos romanos. Assim, podemos acompanhar o encadeamento dos eventos, ou seja, os passos para o desenvolvimento da ação; o clímax da ação bélica e um tipo de desfecho, que levou a vitória aos romanos.

Na sequência da batalha de Daras, vemos muito claramente a sobreposição de formas escritas utilizadas por Procópio. Após terem sido derrotados em Daras, os persas, com o apoio dos sarracenos, invadiram novamente o território romano. O historiador, entretanto, não segue narrando os passos para o confronto, mas disponibiliza um detalhado material acerca a história e geografia do local. Inicialmente informa que

existe na Armênia uma montanha não muito abrupta, a uma distancia de quarenta e dois estádios ao norte de Teodosiópolis , e deste local nascem dois mananciais que de imediato formam dois rios: Eufrates, o da direita, e o outro denominado Tigre. Um deles, o Trigre, sem dar nenhuma volta e sem nenhum afluente que desemboque nele, com exceção de alguns pequenos, desce direto até a cidade de Amida e, avançando até o norte, corre até a Assíria. Por sua vez, o Eufrates a princípio flui ao largo de um pequeno trecho e, na medida em que avança, vai desaparecendo, porém sem tornar-se subterrâneo [...] (*Guerra pérsica*, I, 17,4-6).

Procópio continua informando que o após esse trajeto, o rio Eufrates avança até a região de onde “dizem que Ifigênia, a filha de Agamenon fugiu com Orestes e Pílates levando a estátua de Ártemis” (*Guerra pérsica*, I, 17, 11). O relato dos rios e da estátua de Ártemis leva o historiador e se distanciar ainda mais do relato principal. Neste ponto,

o leitor é informado que o templo da cidade de Comana não é mais o mesmo daquele construído entre os povos tauros; e levado a conhecer sobre a história de Orestes e sua irmã e como ele se curou da enfermidade devido à construção do templo nessa região, obedecendo as visões oraculares (*Guerra pérsica*, I, 17, 13-15). O autor encerra a descrição dizendo que o nome da cidade de Comana Áurea é uma referência ao cabelo de Orestes – que foi cortado ali como sinal da cura - e que doença que o acometeu, “dizem alguns” foi um acesso de loucura que começou depois que ele matou a própria mãe (*Guerra pérsica*, I, 17, 19-20).

O relato segue um formato bastante descritivo e não apresenta uma ligação direta com o desenrolar dos eventos principais. Ao final Procópio é forçado a estabelecer uma conexão artificial, dizendo “porém, voltarei ao meu relato anterior” (*Guerra pérsica*, I, 17, 20). A utilidade da descrição mencionada parece ser a de informar ao máximo sobre os eventos relacionados às guerras de Justiniano com os persas, talvez para mostrar o extenso corpo de conhecimentos que o historiador poderia ter. Mencionando conhecidos personagens e histórias, Procópio poderia querer agregar maior confiabilidade na verdade e precisão de seu relato.

Como mencionamos anteriormente, podemos dizer que obra de Procópio pode ser considerada narrativa pelo conjunto de seu conteúdo. A *Guerra pérsica* apresenta uma lógica na apresentação dos eventos, que demonstra sucessão e integração dos acontecimentos. Depois de informar sobre conteúdo e os objetivos, o historiador segue um padrão narrativo de apresentação das etapas da guerra. Vemos como se iniciam as rivalidades entre romanos e persas, após um período de harmonia entre esses dois povos, durante o governo de Arcádio. Uma sucessão de reis persas e imperadores romanos é apresentada, destacando a relação bélica ou pacífica entre eles. O período da guerra, narrado por Procópio é composto por batalhas e acordos de paz, apresentados segundo uma ordem cronológica e integrados num contexto maior da relação entre romanos e persas. O conjunto da narrativa é entrecortado por várias descrições, principalmente revelando as nuances dos confrontos, destacando a psicologia dos personagens e informando assuntos gerais (geográficos ou históricos) dos locais mencionados. Mas, principalmente, os discursos parecem desempenhar um papel importante na apresentação metodológica dos eventos acompanhados pelo historiador.

4.3 Os discursos

Embora Procópio de Cesareia afirme ter participado da maioria dos eventos narrados, ele se coloca poucas vezes como personagem nas ações relatadas. Conhecemos a história da guerra com os persas, principalmente a partir do foco de diferentes personagens. No início do livro I, por exemplo, vemos o problema dos romanos com os bárbaros pelos olhos do personagem Arcádio. O relato informa que o imperador se inquietava com o futuro do império e do trono imperial, pensando em como manter a segurança de ambos, frente à iminente invasão persa, assim, prossegue o texto, Teodósio pensou o seguinte,

se ele procurasse alguém para compartilhar o governo com Teodósio, seria de fato como acabar com seu próprio filho, colocando ao seu lado um inimigo revestido do poder imperial; e se o colocasse sozinho no trono muitos intentariam ascender à soberania, aproveitando-se logicamente dessa situação e se tornariam usurpadores sem nenhum esforço, depois de tirar no meio Teodósio, pois este não tinha em Bizâncio nenhum parente que pudesse ser seu tutor. Pois, que seu tio Honório viesse em sua ajuda, era algo que Arcádio não esperava de forma alguma, estando como estava a situação na Itália. Também o inquietava o problema com os persas, porque seu medo era que estes bárbaros, abusando da pouca idade do imperador, cometessem contra os romanos ações irreparáveis. Estando Arcádio nessa irresolução, e ainda que não houvesse demonstrado grande talento, no geral, em outras questões, traçou um plano válido para preservar facilmente seu filho e o império (*Guerra pérsica*, I, 2, 2-4).

Na passagem acima, podemos acompanhar o pensamento e inquietação de Arcádio. O texto informa que a resolução do imperador foi colocar no seu testamento que o tutor de seu filho seria o rei persa Yazdegerd I. Aparentemente, é Arcádio quem fala, mas podemos notar o narrador onisciente, que faz uso de seu conhecimento sobre a trama para antecipar e esclarecer alguns pontos. Em primeiro lugar, Procópio começa afirmando que “quando Arcádio estava em seu leito de morte, estava indeciso com respeito a seu filho e ao império [...]”, ou seja, somos informados prontamente sobre o que acontecerá com o personagem. Em seguida, vemos uma explicação do narrador sobre a resolução do personagem: talvez por ter consultado seus assessores ou por ter tido uma inspiração divina. Além disso, o julgamento autoral aparece quando Procópio afirma não ter o imperador demonstrado grande talento em suas ações.

Em outras passagens, vemos a mesma onisciência do narrador, como por exemplo, no cerco de Amida, preparado pelos bárbaros. O narrador informa que o personagem Anastácio, quando soube do assedio a essa região, enviou rapidamente um exército no comando de quatro generais e “com eles ia Justino o que posteriormente seria imperador depois da morte de Anastácio” (*Guerra pérsica*, I, 8, 3). No mesmo

livro, o narrador informa que Sitas e Belisário, “que integravam a guarda pessoal do general Justiniano, o que depois compartilhou o império com seu tio Justino” (*Guerra p rsica*, I, 12, 21), invadiram a Persarm nia e voltaram com uma grande quantidade de prisioneiros. Nessas passagens, o narrador antecede num curto espaço narrativo o que virá a acontecer em seguida, assim, logo após a primeira men o, somos informados que Justino assumiu o poder. Igualmente, na segunda passagem, algumas linhas depois, somos informados que Justiniano se tornou imperador. O narrador, então, prepara o leitor, ainda que não diretamente, para acompanhar o curso da narrativa, dando as informa es necessárias para o apropriado entendimento dos fatos.

Uma diferente estratégia é utilizada na apresenta o dos argumentos para o rompimento do tratado feito por romanos e persas. Logo no início do segundo livro vemos a apresenta o de diferentes opiniões, considerando os dois lados do confronto, mas o narrador acaba indicando a sua própria opinião. Segundo o texto,

Não muito tempo depois, Khusro, ao inteirar-se de que Belisário havia começado a ganhar t mbeo a Itália para o imperador Justiniano, já não foi capaz de reprimir suas inten es, se não que se disp o a pensar em pretextos para romper o tratado com alguma razão aparente. E em diálogo com Alamundaro [rei dos sarracenos] o ordenou que buscasse motivos para a guerra (*Guerra p rsica*, II, 1, 1-3).

Desta forma, somos informados que o rei persa se apressou em procurar razões para romper a paz. Segundo o texto, Khusro t mbeo assegurava que Justiniano havia rompido o acordo antes, provocando uma intriga entre os seus aliados, com o intuito de ganhar a simpatia do rei dos sarracenos enquanto o tratado ainda estava em vigor. Justiniano, assim, teria prometido a Alamundaro “grandes riquezas na condi o de que ele passasse para o lado dos romanos” (*Guerra p rsica*, II, 1, 13). Além disso, o texto menciona a existência de uma carta, comprovando o esforço de Justiniano para se aproximar de Alamundaro, que os hunos teriam entregado pessoalmente a Khusro. O narrador, entretanto, afirma que “estas eram as acusa es de Khusro em seu propósito de romper o tratado. Se realmente ele estava dizendo a verdade, é algo que não sei dizer” (II, 1, 15). A passagem parece ser construída de modo a levar o leitor a suspeitar da opinião do rei persa sobre as a es de Justiniano. A considera o final coroa o esforço de provocar a d vida com rela o ao rompimento do tratado. Se a d vida provocada pelo arranjo textual favorece o lado romano ou persa   assunto debatido pelos pesquisadores, mas podemos afirmar que nesse caso em especial, o ponto de vista   o do narrador. A opinião do lado romano, acerca das acusa es dos bárbaros, t mbeo

é dada a conhecer. O autor apresenta em discurso direto o conteúdo da carta que Justiniano enviou a Khusro, mencionando que, de fato, escreveu a carta mencionada anteriormente, a Alamundaro, mas sem as intenções das quais é acusado (*Guerra pérsica*, II, 4, 20).

Os pensamentos e discursos dos personagens do lado romanos são, em sua maioria, apresentados em discurso direto e não são objeto de dúvidas ou comentários por parte do narrador. Diferentemente, as ações e pensamentos dos bárbaros, principalmente de Khusro, são acompanhados do ponto de vista autoral, que, no entanto, se esforça para esconder sua opinião atrás de afirmações gerais, sugerindo apenas uma espécie de “dúvida”. No relato sobre o cerco de Antioquia o narrador já inicia informando que “estava predestinado que Antioquia seria destruída por esse exército medo” (*Guerra pérsica*, II, 8, 14) e a narrativa da dramática invasão dos persas nessa cidade é completada com o discurso de Khusro aos embaixadores (*Guerra pérsica*, II, 9, 1-5).

O narrador interfere dizendo que o rei dos persas era muito habilidoso em dizer justamente o que não havia se passado e “encobrir a verdade e colocar a culpa das faltas que ele tinha cometido naqueles que haviam sido as vítimas” (*Guerra pérsica*, II, 9, 8). O texto ainda mostra um cena na qual Khusro com os olhos banhados em lágrimas rogava à divindade, na frente do embaixador Anastácio, para punir o culpado por aquela situação. Mas a cena é narrada em tom de crítica e o narrador ainda completa que, “Sua intenção [de Khusro] era aludir ao imperador Justiniano, ainda que ele sabia perfeitamente que era o máximo responsável por tudo aquilo” (*Guerra pérsica*, II, 9,11).

No confronto entre persas e romanos, logo após Belisário se tornar o general do oriente e ser encarregado de uma incursão contra os inimigos pelo imperador, somos informados dos eventos pelos ângulos dos personagens Belisário e o *mirranes* persa. A troca de cartas, entre eles, não só nos permite acompanhar o desenrolar das ações no momento do confronto, mas também fornece elementos para pensarmos no curso geral da guerra. Assim, Belisário escreve mencionando a importância da paz e acusa o *mirranes* de promover a guerra sem causa:

o melhor general é aquele que está por natureza capacitado para, partindo da guerra, restabelecer a paz. Você, pelo contrário, quando as relações entre romanos e persas se encontravam em boa situação, decidiu promover a guerra contra nós sem nenhum motivo, ainda que cada um dos reis tivessem planos pacíficos e se encontrassem em lugares muito próximos nossos embaixadores, que em não muito

tempo resolveriam as diferenças das reuniões que celebram entre eles [...] (*Guerra p ersica*, I, 14, 3)

O personagem do mirranes apresenta outra visão e responde a carta de Belisário nesses termos:

Eu faria o que voc e me pede, persuadido por suas palavras, se não coincidira que se trata de uma carta dos romanos, para quem é fácil prometer, porém difícil e quase impossível cumprir o prometido, em particular se também ratifica com algum juramento os pactos. Nós, por isso, estamos fartos de suas mentiras, nos vimos forçados a levantarmos armas contra vocês. E vocês, amigos romanos, pensam que não resta outra alternativa se não lutar contra os persas. E nós, nesse ponto, precisamos ou morrer ou envelhecer, até que a verdade nos faça justiça (*Guerra p ersica*, I, 14, 5-6)

Assim, a narrativa apresenta os eventos a partir de variadas – quase opostas – perspectivas. A passagem é interessante porque não vemos a presença do narrador onisciente para esclarecer ou antecipar os pontos, mas os eventos são entregues à causalidade dos desdobramentos momentâneos. Após essa troca de cartas, o narrador segue apresentando os discursos de ambos os lados para incitar os exércitos e, ao leitor, fica a impressão de estar acompanhado o ponto de vista da guerra dos dois lados envolvidos. Em seguida, o narrador fornece algumas informações importantes. Em primeiro lugar, somos informados que os persas esperaram para atacar ao meio dia, porque sabiam que os romanos costumavam comer nesse horário, ficando mais indefesos (*Guerra p ersica*, I, 14, 34). Entretanto, continua o texto, no momento do ataque, começou um vento forte na direção dos bárbaros, o que impediu que suas flechas atingissem a distancia correta. Assim, depois de acompanhar toda a preparação dos exércitos, o leitor   pego de surpresa pela imprevisibilidade dos fatos e a narrativa assume um caráter mais realista.

Além da descrição do conteúdo das cartas, em algumas passagens Procópio faz uso dos discursos para apresentar diretamente o pensamento e anseios dos personagens. O discurso direto era uma técnica dramática de representação usada para reduzir o papel do narrador. Essa aparente objetividade do autor poderia contribuir com a ilusão de realidade. No século V a.C. os discursos eram utilizados largamente na Atenas democrática, onde as decisões eram baseadas na apresentação de argumentos através dos discursos na *Boul *, assim, não poderia parecer estranho aos leitores da obra de

Tucídides a presença de uma prática cotidiana, na narrativa histórica¹²⁶, independente das discussões historiográficas sobre a veracidade ou não das palavras mencionadas nos discursos tucidideanos. Entretanto, no VI século, as decisões políticas já não eram encaminhadas por meio de um jogo de discursos públicos, restringindo (se comparado com o contexto ateniense) o seu uso. Provavelmente algumas profissões, como a figura do advogado ainda utilizavam os discursos, mas eles estiveram, no século VI, fora do cotidiano imperial. Desta forma, qual é o papel que os discursos poderiam ter na composição da *Guerra pérsica*?

Os discursos aparecem em diversas situações nos eventos narrados. Nos livros I e II da *História das guerras*, podemos encontrar vinte passagens que informam diretamente os dizeres pronunciados por diferentes personagens. Os discursos não são longos, se comparados aos encontrados na obra de Tucídides, por exemplo, o que parece dificultar uma interpretação mais profunda sobre a estrutura narrativa individual, possibilitando apenas a apreensão superficial de sua estrutura. É possível perceber, principalmente, duas categorias de discursos na *Guerra pérsica*. Um primeiro grupo, mais numeroso, engloba discursos individuais, cujos objetivos parecem ser deliberar ou informar, aconselhar ou desaconselhar. Nesse primeiro caso, consideramos os discursos que fazem parte de um diálogo, mas somente o *logos* de um dos personagens aparece citado diretamente na forma de um pronunciamento. Podemos considerar também os discursos bélicos, usados para incentivar os soldados ou organizar a atuação militar. Além dos discursos, encontramos pequenos diálogos inseridos nos textos, com ou sem a apresentação direta. A apresentação dos discursos pronunciados em pares, no formato das chamadas *antilogias*, com a descrição de um argumento e, em seguida a indicação do contra argumento, elaborados por diferentes personagens, principalmente, no caso da apresentação do conteúdo das cartas trocadas.

Os discursos inseridos na *Guerra pérsica* ainda não receberam uma atenção especial, como, por exemplo, os discursos tucidideanos têm sido pesquisados. Por esse motivo, uma apresentação individual de cada uma das passagens pode ser interessante para contribuir com o entendimento geral de seu papel na obra procopiana. A

¹²⁶ Maria Kouroúmalis pontua que, no caso tucidideano, é preciso considerar a conexão entre *erga* e *logoi* na análise dos discursos. O historiador ateniense teria escrito a sua história com a intenção que produzir um padrão coerente e dinâmico, onde a sequência dos eventos constituiriam o ciclo da experiência humana. Dessa forma, os discursos poderiam funcionar como importantes componentes do método histórico, pois a estrutura da apresentação escrita da história, era baseada na combinação *logoi/erga*. Assim, os *logoi* antecipam os *erga* e, correspondentemente, as *erga* confirmam o plano ou estratégia (KOUROÚMALIS, 2005, p. 33).

catalogação apresentada abaixo não insere o conteúdo das cartas, mas tão somente os pronunciamentos claramente indicados como orais na obra e os diálogos mais longos.

Em primeiro lugar, o historiador informa como, ao dever dinheiro aos hunos, Kavadh procurou os empréstimos romanos, tendo seu pedido negado. Frente a isso, o persa decidiu investir contra os romanos, atingindo a região da Armênia e a cidade de Amida, que, posteriormente, foi retomada ao domínio romano. Nesse ocasião Kavadh dialoga com um cidadão de Amida, “já velho e sacerdote” (*Guerra pérsica*, I, 7, 31). O rei persa, responde às críticas do cidadão, questionando porque a população resistiu ao cerco, o homem responde que foi porque Deus não queria entregar Amida por uma decisão do seu povo, mas por meio do valor do persa. O diálogo, apresentado em discurso direto muito curto e envolve apenas dois personagens, encerra a descrição do primeiro confronto entre persas e romanos. Nessa passagem, Procópio demonstra bastante conhecimento acerca da engenharia de guerra, relatando com detalhes os artificios de ambos os lados na ofensiva e defensiva contra o inimigo e informando sobre o sucesso dos persas.

Procópio também relata o discurso proferido por Proclo, *questor* do imperador Justino, por ocasião de seu conselho contra a adoção de Khusro, segundo as leis romanas. O argumento apresentado no discurso pontua a facilidade com a qual os persas se apropriariam do Império Romano, caso a adoção se realizasse conforme pedido, por meio de carta, do rei Kavadh, ressaltando a proximidade entre o comportamento jurídico de romanos e bárbaros por meio do direito natural (*Guerra pérsica*, I, 11, 13-18).

No primeiro confronto de Justiniano, agora imperador, contra os persas, Procópio informa que os romanos acampam na cidade de Daras, preparando-se para a guerra (*Guerra pérsica*, I, 13, 9). Procópio descreve com muitos detalhes a sequencia de cartas trocadas entre os generais romanos e o líder militar (*mirranes*) persa. Belisário e Hermógenes escrevem valorizando a paz, incitando os persas a deixarem suas armas e acusando os inimigos de terem promovido a guerra, quando a relação entre os impérios estava boa. Os persas respondem, enfatizando a necessidade da luta e afirmando a dificuldade que os romanos tem em cumprir os acordos. Em seguida, Procópio narra os discursos de preparação para a guerra de ambos os lados. Do lado persa, o *mirranes* insistiu que a ordem das fileiras romanas era aparente e que, estando mais covardes que antes, quando o combate avançasse eles voltariam à sua habitual desorganização. Os generais de Justiniano afirmam que embora os persas fossem superiores fisicamente e em bravura, os soldados romanos poderiam vencer a batalha pois, “enquanto as

adversidades da Fortuna não são definidas pelo esforço, a razão pode facilmente se tornar para um homem, em médico para as doenças causadas por ele mesmo” (*Guerra p rsica*, I, 14, 22). Também nessa passagem vemos o pronunciamento direto de Faras, um dos generais à frente da cavalaria do lado romano, cujo propósito era informar aos outros generais sobre a melhor estratégia de localiza o para tomar vantagem com rela o ao inimigo (*Guerra p rsica*, I, 14, 33).

Após o sucesso dos romanos na batalha de Daras, Procópio narra o diálogo entre Rufino, um patrícia romano, e Kavadh. Podemos esperar que Rufino tenha alguma influência sobre as decisões do rei persa, pois a narrativa informa anteriormente (*Guerra p rsica*, I, 11, 24) que Rufino era um conhecido do rei persa por meio das rela es entre os respectivos país. O primeiro pede que o rei persa deixe a região dos romanos de forma pacífica, a pedido do imperador romanos. A resposta de Kavadh   relatada integralmente e contra argumenta as razões de Rufino, indicando que os romanos seriam a causa principal dos transtornos ocasionados. Desta forma o relato informa a opinião de Kavadh com rela o   culpa dos romanos nos enfrentamentos mencionados até aqui (*Guerra p rsica*, I, 16,1- 8). Em seguida vemos uma digressão sobre a cria o da cidade de Commagena, envolvendo personagens antigos como Orestes, Ifigênia e P lades (*Guerra p rsica*, I, 17, 4-20). A precisão geográfica é surpreendente e merece destaque em compara o aos outros livros.

Procópio também descreve o discurso que Alamundaro, rei dos sarracenos, proferiu com o intuito de incentivar o rei persa a empreender, de forma mais eficaz, a incursão   região dos romanos, após a derrota de Daras. Alamundaro menciona a oscila o do resultado das guerras, e sugere que Kavadh ataque o Império Romano pela região da S ria, no curso externo do Eufrates. Além disso, apresenta as vantagens de conquistar Antioquia, a rica cidade imperial (*Guerra p rsica*, I, 17, 30-39). Procópio informa que o rei persa considerou o conselho e resolveu prosseguir com o ataque.

Nesse  nterim, Belisário incentiva os soldados romanos a não empreenderem luta, pois seria páscoa no dia seguinte. O historiador descreve o discurso pronunciado pelo general, que versava sobre como Deus poderia ajudar os homens que estão em perigo, mas não os que eles procuram voluntariamente (*Guerra p rsica*, I, 18, 17-23). Procópio nos informa que os soldados não aprovaram a sugestão, passando de uma tímida crítica e berros de descontentamento. Belisário, surpreso com a rea o anima os soldados agora contra o inimigo, embora não nos seja informado o discurso direto. Procópio informa apenas indiretamente essa mudança de postura, mas opina, ao final

que o desfecho da batalha ocasionou a fuga e morte dos romanos, principalmente daqueles que, devido à ignorância em matéria militar, chamaram Belisário de covarde (*Guerra pérsica*, I, 18, 39-40). Nesse conflito também o discurso pronunciado pelo inimigo é descrito. Azaretas, chefe militar das tropas pérsicas também tem o seu discurso descrito, que incitava os persas a lutar, preferindo uma morte gloriosa a uma fuga desonrosa (*Guerra pérsica*, I, 18, 27-29). Procópio não apresenta com detalhes a reação dos persas frente ao discurso de Azaretas, mas pelo desdobramento das ações, podemos sugerir que os persas receberam melhor as indicações de seu comandante.

Junto com a informação da ascensão ao trono de Khusro, o leitor é informado sobre o discurso pronunciado pelos emissários dos generais romanos, Sitas e Hermógenes, que temiam pela segurança da cidade de Martirópolis. O pronunciamento foi um pedido de paz entre os povos e funcionou, porque coincidiu que os soldados persas receberam a notícias da morte do rei Kavadh e suspensão da batalha (*Guerra pérsica*, I, 21, 24-28). Desta forma, os embaixadores seguiram para encontrar o rei persa. Procópio então, limita-se a indicar que eles fizeram muitas promessas impróprias a Khusro, mas não descreve com detalhes o conteúdo diálogo, que, no entanto se mostrou muito importante nas negociações de paz.

No ato seguido, Procópio indica que em meio às negociações de paz, ocorreu uma intriga dentre os súditos tanto pérsicos quanto romanos. No primeiro caso, o historiador apenas relata em poucos parágrafos a ideia geral da revolta, concentrando-se muito mais na análise negativa com relação ao rei Khusro. A passagem começa com a seguinte menção: “[...] Khusro, o filho de Kavadh, era um homem de grande desconcerto mental e estranhamente afeiçoado a inovações” (*Guerra pérsica*, I, 23, 1). Nenhum discurso detalhado é relatado ou documento citado. Já da parte dos romanos, Procópio inicia informando que foi a maior sedição popular já vista e ocasionou em desastre para o povo e para o senado (*Guerra pérsica*, I, 24, 1). Dois discursos são registrados: o do senador Orígenes, que aconselhava a adoção de uma postura moderada na crítica contra o governo de Justiniano (*Guerra pérsica*, I, 24, 26-30); e o da imperatriz Teodora, que incentivava os homens trancados no palácio a recuperarem o domínio da situação (*Guerra pérsica*, I, 24, 33-37). A reação do público também é informada. No primeiro, “da maneira como costuma se comportar uma multidão, o replicaram [a Orígenes] com mais veemência” (*Guerra pérsica*, I, 24, 31). No segundo caso, após o discurso de Teodora “todos recobram o ânimo e, decididos já a combater, começaram a deliberar sobre podiam se defender [...]” (*Guerra pérsica*, I, 24, 38).

Como poderia ser esperado, nenhuma menção detalhada é atribuída à reação do principal envolvido na sedição, o imperador Justiniano.

O último discurso apresentado no livro I é um diálogo entre Antonina e Eufemia, filha de João da Capadócia. A esposa de Belisário, propositalmente, enganou Eufemia, mencionando certa insatisfação da parte do general com o governo vigente, fazendo que a filha de João envolvesse o pai num falso plano revolucionário (*Guerra pérsica*, I, 25, 16-17). Nessa passagem, Procópio faz uso do discurso direto para informar sobre o conteúdo do curto diálogo que, apresentando-se como uma armação revolucionária contra o imperador, na verdade, intentava colocar João da Capadócia numa situação embaraçosa. O diálogo é curto, mas foi como resultado do planejamento de Antonina que João foi denunciado e perdeu seu posto oficial.

O primeiro discurso que Procópio descreve no livro segundo envolve dois embaixadores do chefe dos vândalos, enviados numa comitiva à presença de Khusro. O pronunciamento dos embaixadores ocupa um espaço considerável na obra (oito parágrafos) e denuncia a característica imperialista de Justiniano na guerra contra os diferentes povos, avisando ao rei dos persas, que se não houver reação de sua parte, os romanos tomarão também esse império, depois de ter subjulgado os vândalos e os godos (*Guerra pérsica*, II, 2, 4-11). O relato informa que após esse discurso, descrito no formato direto, Khusro passou a considerar o rompimento do tratado de paz com Justiniano (*Guerra pérsica*, II, 4, 12).

O próximo discurso apresentado segue a mesma lógica anterior, mas agora era uma comitiva armênia, liderada por Buces, que falava ao rei persa contra o imperador romano. Este discurso menciona a ligação dos armênios com os antigos arsácidas e também faz referência ao desejo conquistador de Justiniano, afirmando que “o mundo inteiro não é suficiente para este homem” (*Guerra pérsica*, II, 3, 42). Os armênios também citam a probabilidade dos romanos, após conquistarem os povos do ocidente voltarem-se contra o império pérsico e menciona, inclusive, a relação ente Justiniano e Belisário, que teria desatendido as ordens imperiais e permanecido na Itália como soberano (*Guerra pérsica*, II, 3, 52).

O historiador afirma que os pronunciamentos dos embaixadores vândalicos e dos armênios agiram conjuntamente para direcionar a decisão dos persas de declarar guerra ao império romano (*Guerra pérsica*, II, 3, 54). Pouco depois aparece o discurso de Buces, o responsável pelo comando militar romano na fronteira com os persas, endereçado aos habitantes de Hierápolis. O discurso parece incentivar os habitantes da

cidade a resistir, e o general procurou organizar os soldados de modo que o inimigo encontrasse muita dificuldade, tanto para acessar o local quanto para usar as provisões ao redor. Entretanto, afirma Procópio, Buces, não efetuou sua estratégia, pois fugiu com alguns soldados. Assim, “nenhuma romano de Hierápolis nem tampouco o exército inimigo pode inteirar-se de onde estava” (*Guerra pérsica*, II, 6, 7).

No processo de conquista das regiões romanas por meio da invasão dos persas de algumas cidades importantes da fronteira, o leitor é informado sobre o diálogo entre Megas, o bispo de Berea (a região romana que ficava entre Antioquia e Hierápolis) e Khusro, pela apresentação direta dos pronunciamentos. O historiador informa que Khusro acusou o bispo de não ter cumprido com o combinado, não pagando a quantidade estipulada de prata aos persas pela salvação dos antioquenos. Megas replicou pedido a salvação dos habitantes de Berea, que não tinham mais bens para dar aos persas. Apesar de não estar inserido nos discursos diretos, Procópio menciona em seguida a insatisfação dos povos ligados ao império romano com relação ao governo imperial, pois segundo o historiador, depois de terem suas vidas poupadas pelo rei persa, a maioria dos soldados “[...] desertou voluntariamente e passou para as filas do rei, invocando como razão o fato de já não receberem seu salário há muito tempo” (*Guerra pérsica*, II, 7, 37), sugerindo o descontentamento dos soldados que serviam o exército imperial.

Após a descrição dramática da conquista de Antioquia, Procópio introduz os discursos pronunciados entre os embaixadores e o rei Khusro. No dizer do lado antioqueno, vemos um breve resumo e tudo o que foi relatado pelo historiador anteriormente na boca do personagem Zaberganes, um dos embaixadores romanos, de modo a ressaltar a crueldade com a qual Khusro atacou a cidade (*Guerra pérsica*, II, 8, 31-32). A esse pronunciamento, Khusro responde como nas outras vezes que teve um diálogo similar com os povos derrotados, enfatizando que a culpa era da população que, ao invés de se entregar preferiu a luta corporal (*Guerra pérsica*, II, 9, 1-6). Os embaixadores são levados a falar mais uma vez na descrição da tomada de Antioquia. No outro pronunciamento, eles denunciam as ações dos persas, que desconsideraram os tratados de paz e acordos feitos com os romanos. Além disso, afirma que Justiniano nunca teria indo contra o tratado de paz firmado com os persas, por esse motivo pedem ao rei que poupe os romanos dos danos providos pela invasão inimiga (*Guerra pérsica*, II, 10, 10-15). O historiador não relata em discurso direto a resposta de Khusro, mas afirma, que o rei “persistia em afirmar que os tratados foram rompidos por Justiniano e

ele enumerou as causas [*tas aitias*] da guerra que o imperador suscitou” (*Guerra p rsica*, II, 10, 16). Sem descrever detalhadamente de que causas se tratavam, Procópio apenas opina que “algumas tinham valor [*logou axias*], porém outras eram inúteis [*phaulas*] e fabricadas sem razão [*oudeni log  xympeplasmenas*]” (*Guerra p rsica*, II, 10, 16)

Procópio também descreve o discurso proferido pelos lazos na passagem que informa sobre como esses povos, insatisfeitos com a domina o romana, resolveram se aliar aos persas. O pronunciamento começa mencionando o antigo vínculo entre persas e lazos e os problemas advindos da ocupa o dos romanos, pois ao rei dos lazos “[...] deixaram somente a aparência exterior da realeza, depois de terem retirado-lhe o poder efetivo para se apropriarem dele” (*Guerra p rsica*, II, 15, 21). O discurso termina com a indica o das vantagens contra os romanos que os persas teriam, caso pudessem passar livremente pelo território ocupado pelos lazos. O historiador informa que Khusro realmente ficou “encantado [*h stheis*] pelas palavras [*tois logois*] deles” e prometeu que os defenderia dos romanos.

Do lado romano, Procópio informa que Justiniano havia encarregado Belisário de atacar o território inimigo. O texto apresenta o discurso do general, pronunciado aos seus oficiais em Daras. Nesse discurso, Belisário afirma saber que os “colegas oficiais [*xynarchontes*]” não “precisam de discurso [*logou*] para estimular a coragem”, mas se dirige a eles com o objetivo de deliberar em comum sobre o melhor caminho para os assuntos do imperador [*basile s pragmasin*] (*Guerra p rsica*, II, 16, 6). O general também menciona que Justiniano ignorava o que estava acontecendo “[...] e, portanto, incapaz de adaptar seus movimentos aos momentos oportunos” (*Guerra p rsica*, II, 16, 11-12) e, ele mesmo, visto que era humano e esteve muito tempo distante daquela frente de batalha, poderia deixar escapar (*dialanthan *) alguma coisa. Procópio informa que os generais opinaram sobre a melhor forma de lidar com o inimigo, mas não chega a mencionar nenhum outro discurso direto a esse respeito.

O texto apresenta dois discursos de Belisário, proferidos por ocasião dos preparativos para o ataque às regiões fortificadas dos persas. No primeiro, o general começa mencionando que não gostaria de revelar o que sabe, pelo temor que as palavras [*logos*] avancem lentamente pelo acampamento e cheguem ao conhecimento do inimigo, mas como os oficiais pareciam estar se comportando de forma muito aut noma e, por isso, desordenada, ele iria falar sobre as coisas que pensava sobre o embate com os persas que ocupavam a região. Belisário explica que a estratégia de atacar os persas

muito próximo da cidade de Nisibis não poderia ser vantajosa para os romanos, pois sabia que homens de muito valor esperavam por eles e os muros da cidade poderiam proteger facilmente os soldados inimigos. Desta forma, a melhor opção seria promover a batalha na região onde estavam os romanos acampados, no intuito de retirar os persas da proteção de suas fortalezas (*Guerra pérsica*, II, 18, 1-15). O historiador afirma que a ideia expressa no discurso ganhou a aprovação dos oficiais, embora em seguida vemos como Pedro e seus soldados acabaram adotando uma estratégia diferente da sugerida por Belisário (*Guerra pérsica*, II, 18, 18).

Já no segundo discurso, Belisário menciona que a experiência de guerra mostra a dificuldade de se atacar uma área tão bem fortificada quanto era Sisauran. O general indica as estratégias mais apropriadas àquele ataque: mandar o chefe dos sarracenos ao território da Assíria, para realizarem o saque, e invadir a cidade com o exército romano. Assim, completa Belisário, “uma vez que tenhamos conquista a fortaleza, se Deus quiser [*ēn theos thelēi*], então com todo o exército poderemos cruzar o rio Tigre [...]” (*Guerra pérsica*, II, 19, 14). O historiador informa que todos concordaram com a indicação de Belisário e passaram, prontamente a executar o plano.

Procópio informa que seguindo a estratégias de Belisário, os soldados chegaram à árida região da Mesopotâmia, onde foram acometidos por uma febre. Nessa passagem, vemos a descrição do discurso feito por João, um dos oficiais, endereçado a Belisário. João começa citando a excelência de Belisário em termos de fortuna [*tēn tykhēn*] e valor [*tēn aretēn*] (*Guerra pérsica*, II, 19, 36). Esse justa reputação, segundo João, seria mais seguramente preservada o general fosse “[...] capaz que nos levar de volta com vida à terra dos romanos, pois agora, de fato, as esperanças que parecemos ter não estão vigorosas” (*Guerra pérsica*, II, 19, 38). Assim, João sugeria a retirada imediata e recuo das tropas, o que parece ter sido apoiado por todos os outros que estavam presentes. Belisário, então, teria enviados os doentes primeiramente, seguindo com os soldados em seguida.

O historiador insere um discurso muito curto por ocasião de uma embaixada enviada por Khusro, para negociar a paz com Belisário. Somos informados que apesar de estar rodeado de um número muito grande de soldados inimigos, pois estavam acampados muito próximo, o general não parece ter sentido medo e respondeu com segurança e com um sorriso. A resposta é descrita na forma de um discurso direto e parece ser mais um curto comentário sobre as ações do rei dos persas. Belisário diz que Khusro tem uma forma de se comportar muito incomum, “[...] pois enquanto os demais,

no caso de surgir diferenças com seus vizinhos, primeiro enviam uma embaixada e, depois de não obter explicações oportunas, então empreendem guerra” (*Guerra pérsica*, II, 21, 11), o rei dos persas teria justamente, ao contrário, oferecido um diálogo de paz quando já estava no meio da invasão ao solo romano. Segundo Procópio, a resposta de Belisário impressionou o embaixador que teria aconselhado Khusro a marchar o quanto antes pois tinha “[...] encontrado um general superior em valentia e sagacidade [...]” (*Guerra pérsica*, II, 21, 13).

Em geral, o conteúdo dos discursos indica: 1) críticas ao imperador Justiniano, no caso dos pronunciamentos dos persas e outros povos bárbaros; 2) críticas ao governo pérsico, no caso dos generais romanos; 3) sugestões, aconselhamentos e estratégias; 4) descrição das estratégias que serão utilizadas no ato bélico. Todos eles são iniciados com uma forma de endereçamento apropriada e produzem respostas efetivas que direcionam a ação dos personagens.

Ao analisar os discursos apresentados na *Guerra gótica* Maria Kouroúmalí (2005, p. 42) afirma que o seu papel nessa obra oscilava entre o propósito histórico e o dramático, sendo que alguns foram inseridos apenas para aliviar o tédio de uma narrativa completamente linear. Desta forma, diferentemente da narrativa de Tucídides, os discursos inseridos na obra de Procópio não parecem ser mais do que exercícios retóricos e intelectuais e seu principal propósito, teria sido, portanto, produzir um efeito dramático na narrativa. Procópio poderia ter inserido os discursos como uma maneira de divulgar a tradição historiográfica ao qual estava inserido (KOUROÚMALI, 2005, p. 56).

A forma como Maria Kouroúmalí analisa dos discursos na *Guerra gótica*, considerando sua estrutura narrativa e relação com o conteúdo geral da obra, é interessante para o propósito deste trabalho, mas gostaríamos de sugerir um caminho interpretativo diferente, sobre o papel dos discursos na obra. Em primeiro lugar, se seguirmos pela mesma reflexão que a autora, toda a obra procopiana, não somente a parte dos discursos, pode ser considerado um exercício intelectual e retórico na medida em que almeja atingir, por meio de uma estrutura narrativa adequada, um determinado público. Além disso, a descrição das batalhas, a apresentação das digressões, a preocupação com a característica dos personagens e até a inserção de um próêmio podem ser interpretados como uma tentativa de inserção numa determinada tradição de escrita da história, que não parece ser algo excepcional, uma vez que possui relação com os modelos e fórmulas que os escritores tinham à disposição, como sugerimos na

discussão sobre o sistema educacional bizantino. O efeito dramático da narrativa, da forma como sugerido por Kouroúmalí, parece residir muito mais nas afirmações da grandeza do objeto, como apresentamos no primeiro capítulo, do que no conteúdo dos discursos, pois, alguns deles, apenas organizam a ação militar que será executada posteriormente.

Gostaríamos de sugerir que os discursos, da forma como são apresentados na obra poderiam representar o duplo esforço de inserção e afastamento autoral. No primeiro caso, vemos, por exemplo, como Procópio parece desenvolver os discursos de modo a sugerir interpretações dos eventos da guerra. O historiador faz críticas com relação a Khusro, apresentando seu próprio julgamento no interior da narrativa¹²⁷, mas com relação a Justiniano, somente os personagens falam contra as ações imperiais. Pela existência da *História secreta*, podemos indicar que Procópio tinha consciência dos pontos positivos e negativos do governo. Os discursos indicam mais elementos contrários ao projeto de Justiniano, do que críticas com relação à atuação dos persas. Os pronunciamentos contrários ou hostis aos persas aparecem vagamente, preferencialmente, pela boca do general Belisário. Por outro lado, vemos uma sequência de povos que se pronunciam contra o imperador Justiniano. O discurso de Alamundaro, rei dos sarracenos (*Guerra pérsica*, I, 17), dos embaixadores de Vitigis (*Guerra pérsica*, II, 2), em seguida dos armênios (*Guerra pérsica*, II, 3) e dos lazos (*Guerra pérsica*, II, 15, 21), indicam a hostilidade dos outros povos com relação à política romano/bizantino nesse momento. Até mesmo Belisário afirma que o imperador, estando distante dos assuntos bélicos se achava incapaz de proceder da melhor maneira (*Guerra pérsica*, II, 16).

A apresentação dos discursos também parece facilitar o afastamento do autor, enquanto narrador dos eventos, acentuando, na narrativa, a impressão de imprevisibilidade dos fatos. Embora trate de acontecimentos contemporâneos ou quase contemporâneos, vemos que o autor não parece ter escrito imediatamente aos fatos. Se, como sugerimos acima, os discursos servem para a indicação do arranjo narrativo; também podem servir para criar um efeito surpresa à descrição.

Assim, por exemplo, o leitor é informado que Belisário planeja invadir Nisibis e, no seu discurso, nada indica que a ação será mal sucedida, ao contrário, ele afirma ter a convicção que sua estratégia é a mais adequada e recebe a aprovação dos que estavam

¹²⁷ Como por exemplo, quando fala sobre o desconcerto mental do rei dos persas (*Guerra pérsica*, I, 23, 1).

ao redor (*Guerra p rsica*, II, 18, 1-15). Em seguida, vemos como um dos oficiais descumprir  o acordo entre os oficiais e as fortalezas da cidade se mostrarão intransponíveis. Em seguida, o historiador relata a tentativa de Belisário de conquistar a região de Sisauran e, no discurso do general, encontramos referência ao sucesso imediatamente anterior, pois ele menciona que a experiência mostra aos romanos a dificuldade de atacar uma área bem fortificada (*Guerra p rsica*, II, 19, 14), como se a própria narrativa oferecesse os elementos necessários para o entendimento do leitor, sem a necessidade de uma explica o do narrador.

Da mesma forma, vemos num primeiro momento que a estratégia de Belisário de atacar as duas cidades mencionadas e prosseguir pela região da Mesopotâmia, parece ser a mais acertada e todos concordam, mas nem os personagens, nem o leitor contavam que os soldados seriam acometidos l , por um surto de febre (*Guerra p rsica*, II, 19, 31). O exército parece perceber que a estratégia não estava completamente correta, pois não se levou em considera o a dificuldade de atravessar uma região tão árida, mas a impressão   que o leitor percebe esse erro de cáculo ao mesmo tempo em que os personagens.

Procópio sugere, em diversas passagens, a comunica o entre os personagens, mas inclui o discurso direto preferencialmente nos eventos contemporâneos. No início da obra, por exemplo, o autor faz uma digressão com rela o aos feitos do rei persa Peroz (459-84), o antecessor de Kavadh I. Nesse ponto, Procópio apenas descreve rapidamente o conteúdo dos dizeres pronunciados, informando que Eusébio, um embaixador enviado pelo imperador Zenão (474-491), se apresentou ante Peroz, com o intuito de avisar sobre os perigos das estratégicas equivocadas, adotadas durante a luta com os hunos hefit litas. O historiador diz que Eusébio “contou [ao rei persa] que havia uma vez um leão que encontrou um bode que havia sido atacado, balindo sobre um lugar não muito elevado, e que o leão, desejoso de ter um banquete, saltou sobre ele para agarra-lo, porém caiu em uma vala profunda [...]” (*Guerra p rsica*, I, 3, 13). Assim, sem dizer diretamente, Eusébio informou sobre o perigo da estratégia adotada por Peroz, por meio de um *mythopoiias*. O historiador não transforma esse conselho num discurso direto, preferindo, antes, apenas informar o conteúdo da f bula e a forma como o rei persa recebeu o conselho. Segundo Procópio, “quando Peroz ouviu [akousas] isso, um medo veio sobre ele [...]” (*Guerra p rsica*, I, 3, 14). Procópio ainda informa que naquele mesmo combate, o rei dos hunos hefit litas enviou   presença de Peroz, alguns guerreiros, mas nenhum discurso é descrito. O cont do do dialogo apenas

indicado, e vemos, mais uma vez, o foco reação dos personagens, pois “Peroz, depois e escutar [ēkouse] isso, pediu conselho aos magos [...]” (*Guerra pērsica*, I, 3, 18).

Por fim, o discurso apresentado pelo pescador encarregado de conseguir uma pérola para o rei persa merece destaque. Procópio informa que o rei persa ao saber da opulência de uma pérola que estava vigiada por um tubarão, prometeu a um pescador gratificações pela captura do animal e conquista do precioso ornamento. O pescador dirigiu-se diretamente ao rei e Procópio descreve o conteúdo de seu pronunciamento: “e dizem que este [o pescador], incapaz de opor-se ao pedido de seu senhor, dirigiu a Peroz as seguintes palavras: ‘Senhor, o dinheiro é desejável para um homem, mas mais desejável é a vida [...]’” (*Guerra pērsica*, I, 4, 22). A singularidade desse discurso é a referência documental. Procópio inicia o relato indicando que “no que se diz sobre essa da pérola, como contado [*legousin*] pelos persas, vale a pena recontar [*eipein axion isōs*], pois talvez para alguém não pareça totalmente incrível o relato [*apistos ho logos*]” (*Guerra pērsica*, I, 4, 17). Ao final da passagem, o historiador insiste na vinculação do conteúdo à sua fonte de informação. O historiador esclarece que “assim, então, é a história que os persas dizem [*phasin*], exatamente como eu especifiquei [*hēiper errēthē*], com relação a essa pérola” (*Guerra pērsica*, I, IV, 31).

Apesar da referência à fonte de informação, Procópio não assegura a veracidade do conteúdo relatado, antes questiona a informação apresentada. Da crítica documental efetuada por Procópio, resula a suposição de que tal preocupação não passaria pela cabeça de um soberano à beira da morte (*Guerra pērsica*, I, 4, 15). O fundamento da dúvida factual, neste ponto, é baseado em considerações superficiais sobre o comportamento humano. Embora Procópio admita que não confie no que contam sobre o episódio, também não apresenta evidências reais capazes de indicar uma farsa. A digressão disposta em seguida cumpre o papel de explicar a proveniência da pérola, segundo o relato persa. O leitor é informado do juízo crítico do escritor, mas ainda sim recebe a informação suspeita. O relato é dirigido para aqueles que não o consideram totalmente inacreditável e, portanto, poderiam tirar alguma utilidade para a compreensão dos fatos. O leitor, então, ganha um papel importante na escrita da história de Procópio, pois caberia a ele também julgar os fatos e considerar os testemunhos. Ao historiador caberia indicar com exatidão o conjunto de informações disponível. Desta forma, a apresentação dos discursos diretos parecem atribuir um indício na precisão metodológica do narrador – capaz de relatar exatamente o que as fontes de informação dizem – mais do que a veracidade do conteúdo.

4.4 As fontes de informação na *Guerra p rsica*

As fontes de conhecimento que o historiador utiliza para elaborar sua narrativa histórica s o de, principalmente, tr s naturezas: 1) oficiais (legais) e escritas; 2) relato oral das testemunhas; 3) sua própria observa o. No primeiro caso, Procópio menciona várias cartas que teriam sido trocadas durante os confrontos entre romanos e persas. Vemos por exemplo, logo no início da narrativa a men o   carta de Isdigerdes, rei dos persas, ao Senado Romano, aceitando a tutela do imperador Teodósio (*Guerra p rsica*, I, 2, 10). Em outras passagens, a refer ncia   cartas aparecem em abund ncia, e uma se o de cartas trocadas entre Belisário e o mirranes persa, por exemplo,   detalhadamente apresentada (*Guerra p rsica*, I, 14). No relato sobre como o imperador romano Anastacio reuniu tropas para conter a invasão dos persas, na região de Amida, Procópio informa que  pio, o egípcio, foi enviado como intendente de administra o militar e a quem o “imperador, por um documento escrito, declarou associado ao império, para que tivesse o poder de administrar o relativo   intendência como queria” (*Guerra p rsica*, I, 8, 5). Procópio informa que o desassossego de Kavadh, quando Justino assumiu o poder, em 518, o motivou a enviar uma carta pedindo que o novo imperador adotasse, segundo as leis romanas, seu filho Khusro. O conteúdo da carta é relatado por meio de referência direta (*Guerra p rsica*, I, 11, 7).

A possibilidade da existência de um arquivo documental   mencionada no relato sobre o esforço dos lazos de conseguir o apoio dos persas. O discurso dos embaixadores começava mencionando as rela o es de amizades anteriores entre os seus ancestrais e os reis persas. Segundo os lazos, os antigos povos colcos e os persas eram aliados e costumavam tratar-se com recíproca, cordialmente, e através da troca de favores, “[...] e sobre essas coisas existem muitos relatos nos livros [*grammasi mn meia*], alguns deles nós temos, enquanto outros estão preservados [*dias zetai*] no teu palácio até o momento presente” (*Guerra p rsica*, II, 15, 15). Desta forma, vemos a preocupa o em manter em locais específicos a memória/monumento do passado, que poderia ser evocada e, possivelmente, manuseada, se necessário. No caso do discurso dos lazos, a memória preservada em livros e arquivos poderia confirmar os dizeres dos embaixadores, conferindo legitimidade   mudança das rela o es entre os povos do presente.

Em muitos relatos, Procópio faz referência ao testemunho de fontes orais. Como mencionado, na passagem que o historiador narra como o rei persa, ao cair em um fosso, retirou da sua orelha uma enorme pérola que a ornava, Procópio inicia com uma fórmula bastante geral: “dizem que o rei percebeu o perigo ao cair no fosso [...]” (*Guerra pérsica*, I, 4, 14). Adiante o autor informa que “eles dizem que os hunos venderam a pérola a Kavadh” (*Guerra pérsica*, I, 4, 16). No relato dos eventos envolvendo uma carta que Jesus teria enviado a Abgar, assegurando que Edessa nunca seria conquistada pelos bárbaros, o testemunho oral é usado como fonte de segunda mão. Procópio informa que esse conteúdo da carta foi totalmente desconhecido pelos que escreveram a história naquele momento e posteriormente, entretanto, acrescenta o historiador “os de Edessa asseguram que [essa informação] estava incluída na carta” (*Guerra pérsica*, II, 12, 26) e fizeram inscrever seu conteúdo nos portões da cidade. Como vemos, para esse caso, em especial, Procópio recolhe o testemunho de pessoas que, possivelmente, tiveram contato, não com o fenômeno, mas com o material, possivelmente escrito (a carta de Jesus) .

Indícios de sua observação direta podem ser encontrados na obra e parecem constituir a forma mais importante para a aquisição de conhecimento sobre os eventos. Procópio enfatiza a sua participação em muitos eventos, no início do relato, e afirma ser essa posição de testemunha ocular, um ponto chave para atestar a sua capacidade como historiador. A passagem mais emblemática é a descrição da peste, quando Procópio relata que a enfermidade chegou a Bizâncio “onde eu estava residindo” naquele momento (*Guerra pérsica*, II, 22, 9).

Na narrativa sobre a peste, Tucídides transparece o objetivo de sua obra: de ser *ktema es aei*, e situa a sua posição privilegiada para a apreensão do fenômeno como prova maior da veracidade de sua narrativa, uma vez que deixa de lado os relatos discordantes para fundamentar sua análise no testemunho direto. Assim coloca:

descreverei a maneira de ocorrência da doença, detalhando-lhe os sintomas, de tal modo que, estudando-os, alguém mais habilitado por seu conhecimento prévio não deixe de reconhecê-la, se algum dia ela voltar a manifestar-se, pois eu mesmo contraí o mal e vi outros sofrendo dele (*História da guerra do Peloponeso*, II, 48).

Em Procópio, também encontramos a aspiração por uma objetividade que transcenda o texto e seja responsável por lançar a verdade. Os métodos que o historiador utiliza são praticamente os tucidideanos. Segundo José Antonio Flores Rubio, o historiador bizantino “utiliza uma e outra vez o método da *autópsia* (a visão

direta dos acontecimentos) para a ulterior narração fidedigna dos fatos históricos, normalmente de caráter bélico, igual, por exemplo, em Tucídides” (FLORES RUBIO, 2000, p. 20).

Assim, aproximando os trechos dos historiadores Tucídides e Procópio, na descrição da peste, que se evidenciam pela clareza de seus objetivos, resumidos na composição de uma obra marcada pela precisão, pela veracidade dos fatos e fundada no princípio da *autópsia*, vemos a seguinte descrição de Procópio:

Começava sempre esta enfermidade pelas zonas costeiras e, daí, ia já subindo até as regiões do interior. Ao segundo ano, a meados da primavera, chegou a Bizâncio, onde casualmente estava eu residindo então. E ocorreu da seguinte maneira [...] (*Guerra pérsica*, II, 22,9).

Fica evidente a influência do historiador como testemunha ocular direta capaz de destituir o relato das falsidades e atribuir-lhe fidedignidade narrativa, pois, Procópio estava residindo no local no momento do ataque.

Desta forma, através de diferentes possibilidades documentais, as guerras entre romanos e persas, são apresentadas textualmente, englobando diversos elementos que, além dos eventos bélicos, envolvem descrições de comportamento dos povos e ações políticas, numa perspectiva histórica, influenciada por aspectos religiosos.

CAPÍTULO 5

O ELEMENTO RELIGIOSO NA INTERPRETAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

A frase que encerra o proêmio na *Guerra p rsica* indica que a narrativa “começará pelos precedentes um pouco anteriores do que aconteceu na guerra dos romanos e medos, tanto o que sofreram [*pathein*] quanto o que realizaram [*drasai*]” (*Guerra p rsica*, I, 1, 17). O termo *drasai* indica as a es, as realiza es, que as partes envolvidas na guerra efetivaram. Assim, os acontecimentos da guerra envolveram mudanças imprevisíveis e conquistas. De fato, todo o relato está repleto de descri es acerca dos movimentos bélicos e disposi es diplomáticas, tanto dos romanos quanto dos persas.

O leitor é informado, por um jogo de discursos, narrativa e descri es sobre as a es dos personagens vinculados aos dois impérios rivais; e como certas a es desencadearam rea es, positivas ou negativas, para os dois lados do conflito. A primeira men o, entretanto, com rela o ao que foi sofrido, recebido (*pathein*), parece menos clara. Para compreender esse primeiro elemento, gostaríamos de sugerir dois caminhos interpretativos. Em primeiro lugar, relacionando romanos e persas, já que as a es de um dos lados (ou dos aliados) provocavam um efeito, previsível ou inesperado no quadro particular ou geral da guerra. Mas a leitura da obra também informa sobre acontecimentos que não poderiam ser controlados, nem direcionados pela a o dos atores, seja porque faziam parte de uma “providência divina”, seja porque eram resultado de uma vontade inexorável da *tykh * e que acometiam igualmente os lados opostos do confronto.

O objetivo deste capítulo é investigar a presença desse elemento imprevisível no relato dos acontecimentos da guerra entre romanos e persas. Gostaríamos de sugerir que o elemento religioso, na obra de Procópio, pode aparecer em duas dimensões. Em primeiro lugar, vemos o uso de imagens cristãs, de caráter fatalista, como ferramenta de crítica ao imperador Justiniano. Em segundo lugar, Procópio, inserido numa sociedade cristã, apresenta uma visão dos acontecimentos, remetendo a Deus ou   sorte, algumas causas e resultados da guerra. A última se o é dedicada à análise da forma como o historiador posiciona esses dois elementos na dinâmica da narrativa, considerando a

relação entre a ação dos homens e a vontade ou providência divina, como um indício importante para a compreensão da perspectiva histórica dos eventos relatados.

5.1. Procópio e o elemento religioso

Alexander Kazhdan e Giles Constable (1996, p. 76-77) afirmam que o campo de estudos sobre a vida religiosa, diferentemente dos outros elementos da sociedade bizantina, sempre teve significativo reconhecimento e é comum encontrarmos, na historiografia, referências à dominação da igreja na vida política, cultural e social em Bizâncio. O assunto foi, entretanto, abordado de diferentes formas. No século XVIII, acompanhando a inspiração iluminista, os teóricos viram a história religiosa bizantina como uma forma de desmascarar o cristianismo. As controvérsias religiosas eram analisadas sob o pano de fundo da loucura e da falta de sentido.

Outra abordagem, almejava desvendar os interesses políticos por trás das controvérsias teológicas, o conteúdo religioso era o signo a partir do qual se poderia chegar aos propósitos políticos em Bizâncio. Diferentemente, a vida religiosa bizantina também foi vista como um corpo de ideias religiosas e filosóficas autônomo, funcionando em desenvolvimento próprio e apartado do conteúdo político ou social. Todas essas abordagens, segundo os autores, corriam o risco de perder a relação com o contexto.

Especificamente para o contexto do século VI, Anthony Kaldellis (2010, p. 264) destaca o fundamento religioso presente nas intenções das batalhas entre romanos e persas, bem como a menção aos deuses de ambos os lados, nos discursos, sugerindo um embate entre o cristianismo romano e o zoroastrismo pérsico, quase como uma “guerra santa” naquele momento. Apesar das diferentes visões sobre os elementos religiosos na vida bizantina, os autores sempre concordaram em afirmar a grande influência da religião e dos aspectos supra-sensíveis na sociedade e nos textos.

A presença de Deus na obra de Procópio, algumas vezes compartilhando o papel nos acontecimentos com a fortuna, outras vezes ignorado pela narrativa, suscitou um extenso debate historiográfico acerca do pensamento religioso do autor. Por muito tempo a grande questão girava em torno da religião professada pelo historiador. As críticas de Procópio à imperatriz Teodora, certamente, proporcionaram um lugar de destaque ao historiador frente à Igreja Católica que sempre avaliou como muito negativa

as atitudes da esposa de Justiniano e sua defesa em favor dos monofisistas¹²⁸. James Allan Stewart Evans (1968, p. 126) destaca que, quando a obra *História secreta* foi divulgada, expondo os detalhes escandalosos da imperatriz¹²⁹, seu primeiro editor, Nicholas Alemannus, comentou que as informações descritas por Procópio não necessitavam de outras evidências, já que qualquer coisa se poderia esperar de uma mulher que subverteu o Concílio da Calcedônia.

De forma geral, a maioria dos estudos admitia o cristianismo de Procópio e destacava que o nome do historiador tinha vínculos com as convicções cristãs de sua família, já que foi o nome de um mártir da Palestina, como afirma Berthold Rubin (1954, p. 286-291). Mais recentemente, também Averil Cameron (1996, p. 113) abordou a questão religiosa na obra de Procópio. Segundo a autora, talvez devido à preocupação com os limites de objetividade em sua escrita, é quase impossível rastrear alguma declaração direta acerca da sua crença; por outro lado, a atribuição de um caráter cético aos trabalhos de Procópio não é convincente, porque parece quase inegável a influência religiosa nas suas três obras, uma vez que elas comportam suposições de providência divina¹³⁰, da polaridade entre o bem e mal¹³¹, bem como apresentam a relação do imperador com o sobrenatural¹³² e a possibilidade do milagroso¹³³ (CAMERON, 1996, p. 113).

¹²⁸ A heresia monofisista, como foi considerada no Concílio de Calcedônia (451), tratava da relação entre a natureza humana e a divina de Cristo, pregando que “as duas naturezas de Cristo, depois da Encarnação, haviam chegado a constituir uma só natureza divina” (RUEDA, 1997, p. 26).

¹²⁹ Em oposição às considerações católicas, na tradição eslava Teodora é apresentada como a mais bela e sábia mulher. Para a tradição siríaca monofisista, sua imagem está envolta positivamente em lendas. Para uma análise mais completa da imagem de Teodora na tradição siríaca, ver artigo de Susan A. Harvey (2001).

¹³⁰ “Para este desastre, [...] não há maneira de expressar com palavras nem de conceber em pensamento alguma explicação, exceto, na verdade, se fizer referência a Deus [*ton theon*]” (*Guerra pérsica*, II, 22,2).

¹³¹ “Dizem também que um monge muito querido por Deus [*tōi theōi*],[...] foi enviado a Bizâncio para interceder pelos habitantes que viviam em suas proximidades, os quais eram objetos de violências e injustiças intoleráveis [...]; que ao chegar aqui conseguiu audiência junto ao imperador, porém, quando se dispunha a entrar junto dele, ao cruzar o umbral que havia ali com um pé, de repente retrocedeu dando um passo atrás [...] Quando os que o acompanhavam o perguntaram porque havia feito isto, dizem que ele afirmou resolutamente que havia visto o príncipe dos demônios [*tōn daimonōn ton arkhonta*] sentado no Palácio sobre o trono e que não podia nem considerar ter trato com ele ou pedir-lhe nada” (*História secreta*, XII, 24, 27).

¹³² “Algumas pessoas que o acompanhavam até altas horas da noite e residiam no Palácio,[...] acreditaram ver uma espécie de estranha aparição demoníaca [*daimonion*] em seu lugar. Uns diziam que Justiniano, levantando-se de repente do trono imperial, dava passeios por ali,[...] e que ainda quando sua cabeça desaparecia repentinamente, o resto de seu corpo parecia percorrer os corredores durante horas[...] Outro dizia que estando de pé junto a ele quando se encontrava sentado viu de repente como seu rosto se converteu em uma espécie de massa de carne indistinta, pois não tinha sobrancelhas[...] Porém, passado um tempo o foi possível ver como regressavam os traços de seu rosto” (*História secreta*, XII, 21, 23).

¹³³ “Pouco tempo antes dessa calamidade Deus [*ho theos*] mostrou um sinal aos habitantes daquela cidade, pelo qual ele indicou as coisas que ocorreram” (*Guerra pérsica*, II, 10).

Apesar de o Império Bizantino ser, muitas vezes, abordado como referência e berço de uma atividade cristã, não vemos em Procópio uma atitude militante na defesa do cristianismo, e em mais de uma passagem em suas obras encontramos ligação com crenças populares e críticas à religião oficial. Por outro lado, no *Sobre os edifícios*, vislumbramos mais diretamente a vinculação do autor com as ideias religiosas. Nessa obra, Procópio associa a figura do imperador a elementos sagrados e fornece detalhes sobre as construções das igrejas durante o período de seu governo, porém, não devemos radicalizar as afirmações sobre sua crença religiosa a partir da leitura isolada dessa narrativa, visto que ela, possivelmente, possuía um caráter oficial, ligada à política de Justiniano (CAMERON, 1996, p. 123-124). De qualquer forma, não parece certo afirmar que Procópio não era cristão, pelas críticas feitas aos elementos religiosos, pois, primordialmente, os juízos se remetiam mais à figura de Justiniano do que à instituição religiosa em si.

A fé cristã não suplantou o sistema educacional greco-romano, mas se incorporou a ele de forma notável. Segundo Maria Kouroúmali (2005, p. 91) o cristianismo se desenvolveu num mundo helenizado e, entre os seus fiéis, estavam incluídos muitos que tinham recebido uma educação pagã tais como Basílio de Cesareia, Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa e João Crisóstomo. Desta forma, a partir do século IV, os professores se dividiam entre pagãos e cristãos, compartilhando os cargos nos três níveis educacionais. Os maiores entusiastas da igreja, naquele momento, não foram produto de escolas de teologia, mas antes, receberam boa educação secular e eram versados no ensino retórico. Assim, a consideração do sistema educacional do período pode mostrar que o cristianismo não foi subtraído do passado clássico, mas combinado com o “classicismo”, para a produção literária e realizações políticas.

As tradições profanas e a transmissão cristã encontravam-se em comunhão, tanto nas formas educacionais como na cultura bizantina em geral. Toda a sociedade bizantina esteve profundamente influenciada pelas concepções religiosas. O Estado era visto como *politeia* cristã e a ordem social e política encontrava fundamento na vontade e decisão divina. A fé influenciou, em níveis diferentes, todos os grupos sociais e, portanto, as disputas dogmáticas puderam envolver facilmente os indivíduos, pois “não se tratavam de fórmulas teológicas abstratas, de um assunto exclusivo do clero e dos eruditos, mas uma questão vital para cada indivíduo: se tratava da certeza da redenção pela adesão à fé correta” (MAIER, 1991, p. 24)

Segundo Frank R. Trombley (2007, p. 201), na disputa entre paganismo e cristianismo, é somente no início do século VI que vemos uma real proeminência da fé cristã, amparada pela estrutura política. O reino de Justiniano é essencial para esse movimento, pois marcaria o último estágio num processo de cristianização do império. Com a lei de 529, o imperador exige que a totalidade dos povos aceite o batismo (*Código de Justiniano*, 1, 11, 9). Além disso, o Código de Justiniano mantém banida a realização de sacrifícios (*Código de Justiniano*, 1, 10).

Não foi, porém, sem controvérsias teológicas que o curso do governo de Justiniano efetivou-se. As heresias permaneceram como o perigo mais grave à unidade da igreja, uma vez que “os países do Oriente testemunham [...] temperamentos religiosos muito diferentes, marcados por tradições, superstições bastante diversas, pela lembrança das religiões antigas ou pelo contato espiritual com as regiões vizinhas (tais como a Pérsia)” (HEERS, 1991, p. 244). Elas constituíram-se na rejeição a qualquer cânone dos Concílios Ecumênicos, que compunham, juntamente com as Sagradas Escrituras, a base da fé ortodoxa. O governo de Justiniano foi marcado pelo intenso debate cristológico¹³⁴, resultado de um processo de longínquo de disputas teológicas. O

¹³⁴ O estudo de Patrick T. R. Gray (2006, p. 215-235) tenta apreender a extensão do debate cristológico, do surgimento de uma fé apostólica até os debates que emergiram como resultado do Concílio da Calcedônia e os desdobramentos dessas disputas no governo de Justiniano. Segundo autor, a fé apostólica nos primeiros dois séculos da Era Comum, estabeleceu como doutrina a concepção dos três evangelhos e dos ensinamentos de Paulo, que determinavam a humanidade de Jesus, embora os herdeiros da visão do cristianismo judaico, que atribuía a Jesus apenas a natureza humana tenham sido considerados heréticos, por volta do ano de 180. Nesse momento uma segunda linha cristológica emergiu, afirmando que Deus esteve presente no exercício de Jesus, muito além da inspiração divina ou da experiência que qualquer outro ser humano poderia ter. O evangelho de João, traduziu essa concepção, afirmando que o Verbo torna Carne, influenciando a forma como a Igreja abordará esse tema. No século III, o entendimento dominante pregava a ideia da encarnação, ou de uma segunda natureza divina, distinta do Pai. Apolinário de Laodicéia (310-390) propôs que o Verbo divino, se tornou uma alma racional humana em Cristo, que tinha uma natureza, tanto como corpo, quanto como alma foi somente uma pessoa comum. Seu pensamento foi condenado no I Concílio de Constantinopla, mas deixou uma herança importante para o debate cristológico no século V. Nestório, que se tornou patriarca de Constantinopla (428-431) apoiou a visão, via herança de Apolinário, de que, portanto, a Virgem Maria foi a portadora de Cristo, humano, e não de Deus. O Concílio de Efeso, em 431, condenou as ideias de Nestório e a tradição cristológica passou a se apoiar na concepção de Cirilo, o patriarca de Alexandria (412-444), que defendeu o título de *theotokos* (portadora de Deus) para Virgem. A ortodoxia não conseguiu, entretanto, unificar a concepção sobre a natureza de Cristo, abrindo um extenso e acirrado debate. Em 451, o imperador Marciano (450-457) convocou um Concílio para tratar desta questão, reunido na Calcedônia. Esse concílio é considerado um divisor de águas no debate cristológico. Sua principal virtude parece ter sido promover uma clareza terminológica, reservando uma linguagem própria para descrever a diferença entre a natureza divina e humana. Cristo teria “duas naturezas”, fazendo diferença entre o uso do termo “pessoa” e “*hypostasis*”. A decisão não conseguiu aplacar as diferenças e nos tempos modernos os anti-calcedonianos foram usualmente chamados pelo termo pejorativo de “Monofisitas”. No governo de Justino (518-527) vemos o retorno de uma política de imposição religiosa. “O símbolo da ascendência anti-calcedoniana, Severo, foi deposto e exilado no Egito” (GRAY, 2006, p. 227). O governo de Justiniano herdou essa disputa e se mostrou bastante pragmático na tentativa de lidar com as diferenças cristológicas, em prol da unidade da igreja e do império. O apoio ao edito promulgado pouco antes da morte de seu predecessor, cujo conteúdo

peso da atividade religiosa e o importante papel do imperador no manejo dos conflitos, levou a historiografia a considerar um marco para o fim da Antiguidade Tardia baseado no desenvolvimento do conteúdo religioso. Segundo Patrick T. R. Gray (2006, p. 215) as disputas cristológicas, sobre a natureza humana/divina de Cristo, levaram, por fim, não apenas à divisão da Igreja, a um enfraquecimento da unidade política do império e à redefinição do papel do imperador, mas novas formas de pensar e novas crenças, que caracterizaram o início de uma época bizantina propriamente dita e o fim da Antiguidade Tardia.

Para lidar com esse intenso debate religioso, Justiniano se esforçou por estabelecer elementos que poderiam promover uma unidade religiosa e política, visto que adesão às ideologias cristológicas calcedoniana ou anti-calcedoniana poderia significar uma postura a favor ou contra a atividade imperial. Desta forma, por exemplo, enquanto o Código Teodosiano preservou as mudanças da legislação (que envolvia também as ações religiosas) ao longo dos anos, o de Justiniano se preocupou em apresentar uma harmonia monolítica, harmonizando a tradição teológica que, no processo, perdeu suas referências temporais e camadas históricas (GRAY, 2006, p. 236). Mesmo a reconquista da parte ocidental do antigo Império Romano, opina Patrick Gray, “foi uma tentativa de impor uma ideia monolítica à custa da realidade histórica que o Ocidente havia se tornado” (GRAY, 2006, p. 236).

Possivelmente, também com o intuito de promover uma unidade religiosa e imperial, Justiniano veiculou imagens que o associavam a um piedoso servo de Deus, como podemos perceber em diversos trechos de seu código e nas fontes que tratam de seu governo. O texto *Constitutio deo auctore*, presente no seu *Corpus iuris civilis* é frequentemente associado ao esforço de Justiniano para legitimar a sua relação com o supra-sensível, nele vemos referência ao sentimento de dever bélico e servidão a Deus. Em outras ocasiões do *Corpus Iuris Civilis*, o imperador afirma a centralidade do cristianismo no cotidiano de todos os povos submetidos ao Império Bizantino, ao dizer que,

Nós desejamos que todos os povos sujeitos ao nosso benigno império vivam sob a mesma religião que o Divino Pedro, o Apóstolo, deu aos Romanos [...] em acordo com as regras da disciplina apostólica e a

pregava uma severa ação contra os anti-calcedonianos, parece ter sido mais um artifício para uma transição segura do governo imperial, apoiado por Roma e pela população da cidade de Constantinopla (que aprovavam a ortodoxia “calcedoniana”), do que uma ação radical de sua parte ou um envolvimento direto com as questões religiosas. O fragmento de um relato anti-calcedoniano nos informa sobre as conversações informais, em 532, entre Justiniano, alguns anti-calcedonianos sírios e os bispos calcedonianos, com o objetivo frustrado de estabelecer algum acordo (GRAY, 2006, p. 229).

doutrina evangélica, nós devemos acreditar que o Pai, Filho e Espírito Santo constituem uma única divindade, dotados com igual majestade, e unidos na Santíssima Trindade (*Corpus Iuris Civilis*, Code, I, I.).

O esforço de Justiniano em divulgar sua vinculação com as questões religiosas não é estranho às características do império. Franz Georg Maier enfatiza, por exemplo, que os debates religiosos e a atividade política parecem sempre inseparáveis no contexto bizantino, “a propagação do Evangelho e a conversão dos infiéis, assim como a defesa da fé e a conservação de uma confissão única eram tarefas encomendadas tanto ao Estado quanto à Igreja” (MAIER, 1991, p. 26). Por esse motivo, a propaganda religiosa servia muito bem como motivo para a anexação territorial e econômica de outros territórios.

A corte imperial parecia funcionar como uma espécie de reflexo do mundo celestial, de acordo com as referências que aparecem nas obras bizantinas. O próprio Justiniano se esforçou para demonstrar esse vínculo. O ideal de unidade configurava-se nas várias manifestações do poder e a preocupação com a “paz da igreja” identificava-se como a própria paz do império¹³⁵.

Alexander Kazhdan e Giles Constable (1996, p. 158) atribuem a relação entre as estruturas políticas e eclesiásticas com as imagens da ordem celestial ao elemento mimético de princípios éticos, como a bondade e a ordem. A *taxis* celestial esteve refletida, principalmente, “nas cerimônias da corte imperial e nos serviços eclesiásticos e decorações das igrejas. Pompa e solenidade foram elementos essenciais para conectar o homem com a ordem dos céus” (KAZHDAN; CONSTABLE, 1996, p. 158). A ideia de *mimesis* se encontrava sobre todas as esferas sociais e culturais bizantinas¹³⁶. Assim

¹³⁵ Segundo Rafael González Fernández (1997, p. 60), talvez por tal contexto, não seria estranho que o decreto dos imperadores Valentiniano II, Graciano e Teodósio II, promulgado na Tessalônia, em 380, seja a primeira lei do Código de Justiniano, cujo conteúdo baseia-se no estabelecimento do cristianismo como religião oficial do império e como norma de fé: aquela que se vale da autoridade dos bispos Dámaso de Roma e Pedro de Alexandria. Presente também no *Codex Theodosianus*, tal decreto não ocupava, contudo, o lugar privilegiado conferido a ele no Código de Justiniano, estabelecendo, a partir do VI século, uma única religião, reconhecida no aparato estatal, fazendo-se uma força religiosa e ideológica, na qual se apoiaria o ideal de unidade imperial.

¹³⁶ Uma ideia de imitação imperial é sugerida pelo próêmio da obra *História secreta*. Segundo o autor, apresentando os objetivos e utilidade da obra, “antes convém que as ações mais vis sejam desconhecidas para a posteridade, do que cheguem aos ouvidos dos tiranos e suscitem neles o desejo de imitá-las. Pois para a maior parte dos que sustentam o poder sempre é fácil que a ignorância os mova a imitar as más ações de seus antepassados [...] Entretanto, uma consideração me levou a relatar a história desses fatos: a reflexão de que os tiranos que virão sem seguida terão clara consciência, em primeiro lugar de que não é improvável que recebam um castigo similar pelos seus crimes – justamente o que chegaram a padecer esses homens – e, ademais, de que suas ações e caráter ficarão para sempre por escrito [...]” (*História secreta*, I, 6). Desta forma, a escrita história teria um papel essencial nesse movimento de *mimesis* bizantino, pois veicularia as ações passíveis de imitação ou negação.

como os escritores seguiam os padrões dos textos clássicos e o culto litúrgico repetia os mistérios do nascimento, morte e ressurreição de Cristo, “o imperador tinha que imitar Cristo, e os súditos deveriam se parecer com o imperador” (KAZHDAN; CONSTABLE, 1996, p. 158).

O vínculo entre a *taxis* celestial e a imagem do império que os seus habitantes tinham não parecia anular, entretanto, as críticas aos imperadores, em particular. Paul J. Alexander (1964, p. 2-3) afirma que Procópio se utilizou da tradição escatológica para apresentar a sua visão, como cidadão pertencente à classe senatorial, contrária à política de Justiniano. Principalmente na sua *História secreta*, Procópio teria demonstrado um tipo de “apocalipse”, apresentando o imperador como “príncipe dos demônios” e adicionando à narrativa de seus feitos políticas, os problemas da guerra, epidemias, inundações e terremotos.

Paul Alexander se empenha em demonstrar a presença de um constante “interesse escatológico” nos trabalhos de história, ou a preocupação com os sinais do “fim dos tempos”. Na Crônica, por exemplo, de Malalas (*Crônica*, XVIII, 8), é possível ver a confrontação dos acontecimentos reais da história com as predições escatológicas. Com frequência, a datação do fim do mundo, marcando sete mil anos, era mencionada, embora dificilmente se indicasse precisamente a data. Um exemplo interessante pode ser encontrado também na obra de Teofilato Simocata¹³⁷, quando o historiador menciona, a respeito de um sonho do imperador Tibério, a mensagem do anjo predizendo que tempos tirânicos chegariam, a menos que ele fosse imperador.

Na obra de Agatias, encontramos referência às profecias do fim do mundo, acompanhando o relato sobre um terremoto que atingiu os bizantinos. Segundo o autor, fantasiosos dizeres e predições de que o fim do mundo tinha chegado começaram a circular entre as pessoas. Alguns charlatães diziam que tempo de grandes calamidades chegariam, outros prediziam um desastre cósmico, “por sorte, ambas as predições mostraram-se erradas. Mas não havia quem, naquele tempo, não estivesse em estado de abjeto medo e terror” (*Histórias*, V, 5). O historiador demonstra preocupação com a

¹³⁷ A narrativa de Teofilato indica que “existe também uma história que, pouco antes de sua doença, o imperador Tibério foi instruído por uma voz divina: pois em seu sonho um homem apareceu ao lado dele, mais justo na aparência, vestindo à semelhança de uma beleza divina, indescritível em palavras, e inimitável em pintura. O jovem tinha vestes brancas que iluminou o local e o espectador com o brilho do seu esplendor. Ele falou ao César, complementando seu discurso com gestos de mãos: ‘Tibério, o três vezes santo diz isso para você: os anos tiranos de impiedade não virão durante o seu reinado’” (*História*, 1, 2).

influência desses dizeres no comportamento das pessoas e sente-se aliviado por terem sido apenas predições sem consequências

Segundo Paul Alexander (1964, p. 7-8), a influência das ideias escatológicas poderiam ter influenciado a historiografia bizantina em duas direções: 1) fornecendo um sistema de noções e palavras úteis à oposição política; 2) determinando a visão pessimista de uma literatura que acabava por acreditar estar vivendo no sétimo e último milênio do mundo. Apesar disso, afirma o autor, existe uma reserva neste *corpus* com relação às crenças escatológicas. É possível encontrar referências em quase todas as obras, mas ao mesmo tempo não se encontra maiores considerações sobre a escatologia em seus próprios termos e os dizeres são, quase sempre, pronunciados por personagens individuais ou grupos. A razão disto, completa Alexander (1964, p. 8), pode ser encontrada na característica “classicista” de tipo erudito.

O *paper* de Paulo Alexander foi apresentado no XII Congresso Internacional de Estudos Bizantinos, em 1961, e fornece um significativo esforço de compreensão das formas escatológicas presentes na historiografia bizantina. Apesar da importância do tema, pouco foi desenvolvido nessa direção. Não será nosso objetivo elaborar uma construção laboriosa para o entendimento dos elementos escatológicos na literatura bizantina. Mas será necessário tecer mais algumas considerações sobre o tópico, no relato procopiano.

Na narrativa de Procópio uma de suas primeiras ações de Justiniano, como governante único do império, foi encarregar Belisário de construir uma fortaleza próxima à fronteira. A reclamação dos persas foi acompanhada por uma pequena batalha seguida da derrota do lado romano e destruição da parte construída da fortaleza (*Guerra pérsica*, I, 13, 1-8). Depois, disto, informa Procópio, Justiniano enviou Belisário numa campanha militar contra os persas. Na primeira grande batalha, Procópio narra, com detalhes, os preparativos, táticas de guerra e disposição dos exércitos. Além disso, descreve o diálogo entre os lados, no qual primeiramente, os romanos escrevem:

a primeira das bênçãos [*agathon*] é a paz, como concordam todos os homens que tem pelo menos uma pequena parte de sua razão [*logismou*] partilhada. A isso segue que se alguém deve ser o destruidor [*dialytēs*] dela, ele seria o maior responsável [*aitiōtatos*], não somente pelos problemas [*tōn kakōn*] que chegam aos que estão próximos a ele, mas também por uma população inteira [*homogenesi*] (*Guerra pérsica*, I, 14, 1-2)

Os problemas capazes de atingir uma região inteira demonstram a ideia da amplitude negativa da guerra. Procópio não menciona Deus aqui, atribuindo a guerra e a destruição que ela causa, à ação humana. Em outra passagem, também em situação bélica, Procópio relata que Belisário, aconselhando a atitude pacífica, pois estavam na época da Páscoa, diz o seguinte: “[...] Deus [*ho theos*] está sempre acostumado [*xynairesthai*] a socorrer homens em perigos [*kindynōn*] que são necessários, não naqueles que eles mesmos escolhem” (*Guerra pérsica*, I, 18, 21). O historiador não parece fundamentar a guerra de Justiniano em termos de necessidade, ao contrário, sua primeira digressão, retomando o tempo do imperador Arcádio, destaca como as escolhas de cada personagem desencadearam o conflito bélico. O caminho para a guerra foi uma escolha humana, principalmente um projeto de Justiniano para retomar as regiões do antigo Império Romano, como os discursos no interior da obra deixarão claro. Fato interessante, por exemplo, é a inexistência de qualquer menção a acontecimentos inesperados, capazes de mudar a ordem os raciocínios humanos, nessa primeira parte. É somente quando a guerra já está estabelecida, e podemos afirmar por causa da ação bélica, que temos a descrição de alguns fenômenos, divinos ou naturais, e sinais de predestinação.

No livro II, Procópio faz referência a duas estranhas aparições de um cometa¹³⁸, informando que o fenômeno despertou o interesse dos entendidos no assunto, mas afirma que vai apenas descrever o que ocorreu depois, deixando as interpretações de lado. Os eventos que ele relata em seguida, dizem respeito à invasão dos hunos em solo romano, bastante considerável em termos de amplitude e violência. Segundo o historiador uma invasão já havia ocorrido antes, mas nunca chegou a provocar tantos males [*kaka*] (*Guerra pérsica*, II, 4, 4)

Outro evento de natureza catastrófica é a epidemia que acometeu os bizantinos durante o conflito com os persas. Segundo a descrição,

Naquele tempo se declarou uma epidemia [*loimos*], pela qual toda a raça humana [*hapanta anthrōpeia*] esteve perto de ser aniquilada [*exitēla*]. Agora, no caso de todos os outros flagelos enviados pelos céus [*ouranou*], alguma explicação da causa [*aitiou logos*] pode ser dada por homens ousados [*andrōn tolmētōn*], tal como as muitas teorias propostas por aqueles que são habilidosos nesses conteúdos; pois eles amam conjurar sobre causas que são absolutamente incompreensíveis para os homens, e fabricar estranhas [*huperoriosis*] teorias de filosofia natural [*physiologias*], [...] mas para essa

¹³⁸ Segundo o relato o cometa apareceu “primeiro longe, como um homem alto, mas depois maior. E o final dele estava na direção do ocidente e seu começo na direção do oriente, e ele seguiu atrás do próprio sol. Pois o sol estava em Capricórnio e ele estava em Sagitário” (*Guerra pérsica*, II, 4, 2).

calamidade [tōi kakōi] é completamente impossível expressar em palavras [logōi] ou conceber em pensamento [*dianoiai*] alguma explicação, exceto se na verdade referir isso a Deus [*ton theon anapheresthai*]. [...] se estendeu pela terra inteira, e atingiu qualquer vida humana, por muitos distintos que eram os homens uns dos outros [...] (*Guerra pérsica*, II, 22, 1-5).

A peste afetou os assuntos da guerra diretamente (*Guerra pérsica*, II, 24, 12), segundo a descrição oferecida por Procópio. O autor informa que somente Deus poderia ter trazido tal calamidade aos homens, anulando as explicações fisiológicas ou outras teorias que os homens insistiram em pronunciar com o intuito de enganar os demais. A referência a Deus é uma especificidade do relato da peste em Procópio. A descrição epidêmica foi um recurso comum na historiografia. Consagrada por Tucídides¹³⁹, encontramos, no entanto, o relato da peste já na obra de Homero. Na *Iliada* (1, 75), a peste [*loimos*] é causada pelo *mēnis*¹⁴⁰ de Apolo.

Como nos outros exemplos mencionados anteriormente, destacados por Paul Alexander, nenhuma referência direta às ideias escatológicas ou explicação dos conceitos religiosos é encontrada na *Guerra pérsica* ou nas outras obras procopianas. Se as ideias de fim de mundo fizeram parte da mentalidade bizantina, a simples referência poderia ter sido suficiente para suscitar no leitor a reação esperada. Uma passagem já citada parece sugerir o peso dessas ideias na mentalidade bizantina. Quando Belisário, na tentativa de dissuadir o exército de atacar os persas durante a Páscoa, faz referência à característica de Deus: de não estar acostumado a socorrer os homens nos perigos que eles escolhem (*Guerra pérsica*, I, 18, 21). Procópio escreve ainda que, vendo a reação dos soldados, que não se amedrontaram pelo discurso, o general mudou sua estratégia discursiva e incentivou a atuação armada. A situação pode indicar que os bizantinos, potencialmente, acreditaram no poder do *supra-sensível* e isso pôde ter sido usado como material discursivo para direcionar a ação. De alguma forma, Belisário acreditou que a menção a Deus poderia conter seus soldados.

A referência a Deus, parece fazer parte da própria concepção de história na *Guerra pérsica*. De forma geral, a obra parece evidenciar dois motores principais para

¹³⁹ Tucídides parece ser sempre o autor mais vinculado ao relato da peste. Nos exercícios retóricos, Aftônio afirma que, felizmente, a narrativa dos eventos sobre a guerra no Peloponeso foi preservada para a posteridade, pela obra de Tucídides. O autor enumera as informações importantes da obra, dentre elas, o fato dos atenienses terem ficado doentes por causa da peste, “essas coisas, uma vez e para sempre, estão protegidas por todo o tempo pela história de Tucídides” (*Progymnasmata*, 23-24).

¹⁴⁰ O debate sobre o real sentido do termo ainda anima a discussão sobre a obra de Homero. Entretanto, parece um consenso vincular o uso do termo com a tradução de “ira” dos deuses, principalmente de Aquiles (BLICKMAN, 1987, p. 2).

os eventos: a ação dos homens e os princípios supra-sensíveis que governam os assuntos humanos e que não podem ser previamente conhecidos.

5.2. *Tykhē*¹⁴¹ e *theos* na *Guerra pérsica*

Na historiografia grega, a *tykhē* aparece como um poder capaz de gerar reveses nas ações humanas. Na obra de Heródoto, por exemplo, a instabilidade da fortuna humana é um dos temas centrais. Segundo o autor “muitos estados que eram outrora grandes, agora se tornaram pequenos; e aqueles que eram grandes no meu tempo, foram pequenos antes. Sabendo, assim, que a prosperidade humana nunca permanece no mesmo lugar” (*Histórias*, I, 5, 4). Com relação à obra de Tucídides, Maria Kouroúmalí (2005, p. 59) afirma que embora haja uma escassez de referências diretas com relação à fortuna (*tykhē*), nas poucas vezes que é mencionada ela parece atuar como uma misteriosa e externa circunstância que não pode ser prevista mesmo quando os homens planejam o máximo possível o curso dos acontecimentos. No discurso de Péricles, Tucídides escreve que “os acontecimentos podem prosseguir com incerteza tanto quanto os propósitos dos homens; é por isso que, em geral, colocamos na fortuna a culpa de todos os acontecimentos contrários à nossa expectativa” (*História da guerra do Peloponeso*, I, 140). Para Maria Kouroúmalí (2005, p. 61) Tucídides não acreditava na divindade da *tykhē*, mas aceitava sua existência, como um elemento irracional contra o qual o planejamento humano não poderia lutar. Sua visão dos eventos não parece ser dependente da fortuna ou do acaso, pois a “fortuna é introduzida somente naquelas circunstâncias que derrotam a capacidade humana da razão” (KOUROÚMALI, 2005, p. 61).

John Marincola (1997, p.23) afirma que, após a era clássica da civilização grega, com a perda da autonomia política vemos uma consequente perda da autonomia pessoal e um aumento da importância da *tykhē* para os historiadores. Os reveses individuais passam a ser um elemento dominante da produção historiográfica. Segundo G. W.

¹⁴¹ Preferimos usar o termo *tykhē* à sua tradução para evitar confusões. Entretanto, em algumas passagens o termo aparecerá traduzido como “sorte” ou “fortuna”, sem o uso da maiúscula, pois “Fortuna” também foi uma palavra repleta de sentido na literatura latina. A Fortuna, dos romanos, segundo Jerold Frakes (1998, p. 13), parece ter se assemelhado à *tykhē* grega, principalmente após a consolidação do império e a consequente redução das diversas formas da divindade ao culto pessoal do imperador e dos membros da família real. Nesse momento, uma única deusa Fortuna, derrubou as deusas *Fortunae*, se aproximando da forma abstrata e onipotente da *tykhē* do mundo helenístico. No panteão romano, o resultado disso foi a forte presença de uma divindade universal: a *Fortuna Panthea*, que “usurpou as funções, símbolos e até os nomes das outras divindades (FRAKES, 1998, p. 13).

Trompf (1979, p. 192, 193), de forma geral, os gregos pensavam a fortuna, aplicada aos assuntos humanos, como um recorrente *ciclo*, no qual os homens estão sempre sofrendo reveses; já os romanos consideravam-na mais como uma virtude, embora a Fortuna, não tenha fornecido uma explicação satisfatória para o triunfo romano, mesmo para os seus maiores entusiastas¹⁴². Para o autor, Políbio e Dionísio estenderam o sentido atribuído pelos escritores gregos antigos ao conceito de Fortuna, como “acaso” ou “sorte nos eventos”. Políbio, em especial, teria acrescentado um sentido moral à Fortuna, mas esta, nunca teria sido vista com unânime olhar, oscilando sempre entre uma moralmente defensível deusa e um elemento caprichoso (TROMPF, 1979, p. 192-193).

O objetivo de Políbio era oferecer ao leitor uma única visão de conjunto, “assim como a fortuna [*tykhē*] inclinou para um só lado quase todos os negócios do mundo habitado e forçou tudo a pender um único e mesmo escopo” (*Histórias*, 1, 4). Para François Hartog (2001, p. 218), Políbio, ao indicar que a Fortuna deu a hegemonia a Roma, instaurara um modo de falar da dominação romana pela imposição do par Fortuna (*Tykhē*)/Virtude (*arete*). Em sentido oposto, afirma Hartog (2001, p. 218), Dionísio de Halicarnaso pretendeu mostrar e ensinar aos gregos que Roma contava com homens de muitas virtudes, de nada servindo, portanto, acusar uma Fortuna injusta. Desta forma, Dionísio afirmava que certas crenças tinham o propósito de enganar a maioria dos homens, pois propagavam a ideia de que a cidade dos romanos havia sido fundada por homens sem casa, vagabundos e bárbaros não livres que haviam sido, com o tempo, “conduzidos à hegemonia universal não graças a sua piedade, justiça e outras virtudes, mas por certo automatismo e pela ação de uma Fortuna injusta, que dá ao acaso os maiores bens aos que menos merecem” (*Antiguidades Romanas*, 1, 4)

¹⁴² Na verdade, essa é uma definição do estoicismo romano, que acaba sendo generalizada para todo o período. Os autores estoicos viram a *natura* e a *virtus* dos homens como capazes de passar qualquer obstáculo imposto pela Fortuna. O seu poder, ficava, assim, restrito à matéria externa ao homens (FRAKES, 1998, p. 14). No período romano a diversidade de cultos refletia a diversidade das atribuições da *Fortunae*: de abstrações muito gerais, como Fortuna *bona*, a abstrações mais específicas como Fortuna *conservatrix*, com o objeto ou pessoa da escolha adicionada no genitivo. Não existia uma única deusa geral da Fortuna, mas um conjunto de divindades governando particulares aspectos e atividades da vida (FRAKES, 1998, 12). Segundo Jerold Frakes, as razões para essa diversidade são várias. As mudanças que ocorreram na vida romana e que, por extensão, afetaram o controle político como um todo do mundo mediterrâneo, naturalmente, também refletiram nos aspectos religiosos: a inicial religião romana, aquela dos habitantes de *Latium*, uma sociedade rural, tinha se tornado a religião de uma grande capital, com colônias distantes e um sofisticado sistema de leis, arte e literatura, e a religião tinha nesse processo, quase perdido sua relevância concreta para a nova população urbana. Os esforços concentrados de Augusto para revitalizar os antigos ritos religiosos, reconstruir e reparar templos foram ao fim, úteis (FRAKES, 1988, p. 12)

Já Diodoro, segundo Trompf, “não fez distinção entre os momentos cíclicos e alternados momentos da história, e identificou *tykhē* com providência (*pronoia*) e ambos com as coisas divinas” (TROMPF, 1979, p. 192-193). Diodoro afirma que a divina providência (*theias pronoias*), “[...] dispondo numa proporção comum a ordenação dos astros visíveis e a natureza humana, ininterruptamente gira em círculo, atribuindo a cada um a parte do destino que lhe cabe” (*Biblioteca histórica*, 1, 1).

Na obra de Amiano Marcelino vemos uma concepção da Virtude e a da Fortuna como uma espécie de deusas, que ajudaram a cidade dos romanos a conquistar o mundo. Segundo o autor na época em que Roma começou a ascender numa posição de maior esplendor do que o restante do mundo, em direção a uma estatura imponente, “[...] destinada a viver enquanto os homens existissem [...]. Virtude e Fortuna, comumente em desacordo, formaram um pacto de paz eterna; pois se qualquer uma delas tivesse falhado, Roma não teria conseguido a completa supremacia” (*Historia*, XIV, 6, 3).

Segundo Warren Treadgold, interpretando as razões dos acontecimentos a grande maioria dos historiadores de uma tradição dita “pagã” acreditava que a sorte era a principal causadores dos eventos, “[...] embora suas concepções do que foi a fortuna variaram de uma real deusa chamada *Tykhē*, para uma ideia nebulosa de boa ou má sorte” (TREADGOLD, 2010, p. 21). Já os cristãos, segundo o autor, atribuíram as coisas merecidas que a fortuna trazia a uma atividade da divina providência, enquanto que as coisas injustas eram resultado da ação de demônios que os pagãos consideravam deuses. Apesar da influência desses elementos incontroláveis, os historiadores antigos atribuíram, preferencialmente, aos seres humanos o controle e responsabilidade pelos eventos, especialmente aos importantes generais e imperadores (TREADGOLD, 2010, p. 21).

A relação entre fortuna e providência divina também fez parte da interpretação dos eventos nos textos bizantinos. Segundo Trompf (1979, p. 240) pelo menos Procópio, no século VI, Michel Pselo, no século XI e Nicéforo Gregoras, no século XIV, ainda identificaram a aparente inevitabilidade do processo temporal com a providência ou a sorte, mas também com o controle de Deus no universo. Esses autores pertenceram a uma era caracterizada pela presença do cristianismo e viram a incorporação de um novo fator histórico na imagem divina.

Uma das passagens da *História secreta* retrata essa relação complexa. Quando Procópio relata os acontecimentos que atingiram negativamente Belisário, o autor

começa afirmando que uma falsa informação, de que o general e Buzes haviam dito aos soldados que o imperador havia morrido por consequência da peste, chegou aos ouvidos do casal imperial. Teodora teria mandado encarcerar Buzes e Belisário teria perdido o posto de “general do oriente”. Posteriormente mandado para a Itália, pela segunda vez, Belisário sofreu uma série de derrotas e desapontamentos, porque, segundo Procópio,

os desígnios de Deus lhes eram claramente adversos [*diarrēdēn ta ek theou polemia hēn*]. No começo, as decisões que o general tomou naquelas circunstâncias contra Teodato e Vitigis, ainda que não parecessem adequadas para o que estava ocorrendo, em sua maior parte tiveram um resultado favorável [*eteleuta telos*]; porém, posteriormente, ainda que se pensasse [*doxan*] que fazia os melhores planos [*beltiō bebouleutai*] pela grande experiência adquirida nos assuntos daquela guerra, contudo, fracassando numa sequência de acontecimentos, muitos de seus infortúnios [*kakotykhounti*] foi creditado à suas próprias escolhas irrefletidas [*aboulias dokēsīn autōi apekrithē*]. Deste modo parece que não é a vontade dos homens [*anthrōpōn boulais*], mas é a influência decisiva de Deus [*theou rhopēi*] que regula [*prytaneuetai*] as coisas humanas [*ta anthrōpeia*], embora os homens sejam acostumados a chamar [essa influência] de Fortuna [*tykhēn*], por desconhecerem [*ouk eidotes*] a razão pela qual os eventos advêm da forma como é manifestada para eles. Pois àquilo que parece inexplicável [*alogōi dokounti*] é costume dar o nome de fortuna [...] (*Historia secreta*, IV, 42-45).

Nesta passagem, Procópio retoma a crítica ao pensamento que atribuía a causa de todas as coisas inexplicáveis à ação da fortuna. Quando os homens não conseguem explicar os eventos, a *tykhē* é evocada, então, como alternativa para atribuir alguma compreensão aos fatos que abalam a razão humana. Entretanto, a dimensão cristã ganha destaque. Os homens fazem uma confusão, pois chamam de fortuna, a ação de Deus, acostumados como estão a atribuir à *tykhē* a causa dos eventos que desconhecem. A força sobrenatural não é um elemento externo aos fatos, mas o agente principal da história.

Na *Guerra vandálica* também encontramos uma referência direta à supremacia de Deus na resolução dos acontecimentos. Quando o historiador informa acerca da segunda parada da frota de Justiniano, na região de Abido, e de como dois maságetas mataram um de seus companheiros por beber e ridicularizá-los¹⁴³, o que gerou a ordem de empalar os assassinos, emitida por Belisário. Alguns homens se indignaram com a sentença, principalmente os parentes, dizendo que não haviam se aliado aos romanos nem para castigos, nem para se submeterem às leis romanas (suas próprias leis não

¹⁴³ Segundo Procópio, “entre todos os homens, os maságetas são de longe, os mais beberrões” (*Guerra vandálica*, III, 12, 8).

estabeleciam castigos de tal ordem para os assassinatos). Até os soldados romanos começaram a criticar a sentença, com medo de sofrerem o mesmo fim (*Gerra vandálica*, III, 12, 10). Desta forma, o discurso de Belisário para a ocasião ressaltou,

[...] os que não conhecem as vicissitudes [*tykhas*] deste tipo de lutas [*agōnōn*] acreditam que o fim da guerra depende só da força física, porém, vocês, que em múltiplas ocasiões venceram os inimigos que não eram inferiores em força física e que estavam suficientemente dotados de qualidades [*hikanōs*], e que, além disso, com muita frequência tem provado a superioridade dos oponentes, não ignoram, creio eu, que são os homens que lutam por cada um dos exércitos, porém é Deus [*ho theos*] quem decide [*brabeuei*] o resultado, segundo seu critério, e o que outorga [*didōsi*] a vitória na guerra [*tou polemou kratos*]. Porém, dado que isto é desta forma, é conveniente considerar o vigor corporal, a prática das armas e todos os demais preparativos para a guerra como de menor importância que a justiça [*dikaïou*] e tudo aquilo que corresponde a Deus [*theon*]. [...] Agora a primeira prova da justiça seria o castigo dos que cometeram um assassinato injusto, pois se é necessário, dentre todas as ações dos homens praticadas com relação ao seu próximo, julgar e colocar um qualificativo da que é justa [*dikaion*] e da injusta [*adikon*], nada seria mais valioso para um homem que sua vida. Se for o caso do bárbaro que matou seu compatriota esperar encontrar indulgência em seu julgamento sobre o fundamento de que ele estava bêbado, com toda a justiça que faz com ele seja o pior responsável em razão da circunstância. Pois não é certo servir um exército tão bêbado para prontamente matar seus amigos mais queridos, a embriaguez em si, mesmo que o assassinato não seja adicionado, é digna de punição [...] Agora o exemplo está a vista e também o resultado que tais ações tem (*Guerra vandálica*, III, 12, 12-21).

Nesse caso, Deus é o grande juiz das ações dos homens, a partir das quais ele decide suas ações. O mais importante, para os soldados, não é a luta, mas o comportamento com a retidão necessária para se adequar às expectativas divinas. Somente a experiência na guerra poderia revelar o tipo de comportamento necessário, não para ganhar do inimigo através da força e da boa tática (embora fossem importantes), mas para tratar devidamente dos assuntos morais (o justo e o injusto) ligados ao andamento da guerra. Se no trecho apresentado acima Procópio afirma a soberania do propósito de Deus, essa afirmação é logo dissolvida pela forma como o historiador apresenta ambos *tykhē* e *theos* na *História das guerras*. Em nenhum momento ele deixa clara a distinção entre deus e fortuna, gerando várias possibilidades interpretativas com relação ao pensamento religioso do autor. José Antonio Flores Rubio (2000, p. 15), por exemplo, dirá que o termo *tykhē* aparece na obra de Procópio como uma espécie de instrumento de Deus, para que pudesse levar adiante seu plano já estabelecido, com relação ao desenrolar dos acontecimentos.

Para J. Haury (1896), *tykhē* designa, na narrativa procopiana, uma força suprema, devido ao fato deste historiador pertencer à escola de Gaza¹⁴⁴, que utilizava os termos *theos* e *tykhē* no mesmo sentido (HAURY, apud DOWNEY, 1949: 90). Karl Krumbacher (1897, p. 233-234) pontua que o uso confuso entre *theos* e *tykhē* explica-se pelo fato de que a concepção antiga de fortuna não reside na reflexão e convicção filosófica dos seus modelos, mas somente é reflexo das considerações da técnica literária¹⁴⁵.

Para Maria Kouroúmalí (2005, p.66), na obra de Procópio, Deus e fortuna são “forças intercambiáveis, algumas vezes operando juntas, que ele usou no lugar de motivos e causas históricas”. A autora considera que, pela forma como Procópio utiliza um e outro elemento, ele não parece ter uma visão clara de qual poder desempenha o maior papel no curso dos eventos que narra. Deus apresenta uma característica mais moral, por vezes atuando como o vingador de uma transgressão, enquanto que a fortuna se comporta de forma mais caprichosa. Além disso, parece existir a tendência em responsabilizar a *tykhē* pelos males e infortúnios ocorridos, enquanto que Deus parece desempenhar um papel de quem fornece graças. Procópio reconheceu o poder da *tykhē* e “a despeito da atitude cética apresentada em algumas passagens, a abundância de digressões anedóticas com um elemento místico ou supersticioso, além de sonhos e sinais, indica que ele estava inclinado a aceitar isso como válido”. Como conclusão, a autora afirma que, ao contrário de Tucídides, que atribui apenas um papel marginal ao sobrenatural, Procópio atribui a essas forças um grande papel em sua narrativa, para evitar a necessidade de uma explicação histórica racional (KOUROÚMALI, 2005, p. 67).

Antes de apoiar ou criticar as considerações sobre a relação entre *theos* e *tykhē* na obra de Procópio, é necessário apresentar a incidência desses elementos na dinâmica narrativa da *Guerra pérsica*. Nenhuma referência é feita no prólogo da obra. A primeira menção à influência sobrenatural na ordem dos eventos é dada na digressão

¹⁴⁴ Desenvolve-se uma comunidade monástica intelectual, na região de Gaza, entre os séculos IV e VII, caracterizada por uma intensa atividade literária, produzindo trabalhos como: instruções monásticas, tratados históricos e hagiográficos, cartas e outros tipos de composições. No século VI, o monasticismo alcança sua melhor fase em Gaza (no período em que Barsanúfo, o grande velho homem, se torna governador da província – famoso também por sua liderança religiosa), quando seus representantes monásticos calcedonianos se tornam os líderes do cristianismo ortodoxo na Palestina. Ao mesmo tempo, um centro para estudos clássicos, com sua famosa escola de retórica, emergiu em Gaza (BITTON-ASHKELONY; KOFKY, 2006, p. 4).

¹⁴⁵ Entretanto, Procópio não se esforça em deixar claro que a *tykhē* da Antiguidade clássica não pode ser reconciliada com o cristianismo.

inicial que informa sobre os pensamentos de Arcádio (377-408) de assegurar um império pacífico e organizado aos seus sucessores. Procópio informa que o imperador resolveu, então, nomear Yazdegerd I (399–420), o rei persa, como tutor de seu filho, devido aos conselhos de homens sábios dentre os conselheiros reais ou “por alguma inspiração divina que veio até ele [*ē theias tinos epipnoias autōi genomenēs*]” (I, II, 6).

A primeira referência à sorte ou fortuna é feita durante a descrição da morte do rei persa Peroz, ao cair no fosso com o seu exército e filhos. O historiador informa que “para os poucos que tiveram a sorte [*etykhēn*] de não cair no fosso, ficaram nas mãos do inimigo” (*Guerra pérsica*, I, IV, 32). O termo também é apresentado durante a descrição da “Prisão do esquecimento”. Quando Kavadh assume o poder, relata Procópio, ele promove algumas ações que não agradam a população. Frente a isso, os persas elegem Balash¹⁴⁶, irmão de Peroz, como rei legítimo e colocam Kavadh nessa “Prisão”, informando que a lei proíbia a menção ao nome de quem “por acaso [*tykhēi*] é lançada nela” (*Guerra pérsica*, I, 5, 8). Nestas passagens, entretanto, o elemento sobrenatural não participa do desenrolar dos eventos. A menção corriqueira tanto das coisas divinas quanto das obras da fortuna (algumas vezes com o sentido de acaso) pode indicar que ambos faziam parte do arsenal de elementos que o historiador tinha à sua disposição para pensar a atuação sobrenatural no mundo dos homens, e que referenciá-los nem sempre foi uma ação refletida de atribuí-lhes a causa dos eventos.

Pouco depois, na descrição do confronto entre o exército de Kavadh e os cidadãos de Amida, por ocasião do primeiro conflito, de fato, entre persas e romanos encontramos algumas referências à atuação de Deus, da magia e da fortuna no destino dos homens. Procópio relata que o rei persa invadiu a Armênia e depois a cidade de Amida, que vivia tempos de paz e prosperidade (*Guerra pérsica*, I, VII, 4). O historiador insere o episódio que levou alguns hunos hefitálicas a jogarem pedras e flechas num eremita que vivia numa região próxima à Amida. Entretanto, informa Procópio, no momento em que miraram seus arcos, foram imediatamente paralisados e despojados de suas habilidades. Quando Kavadh soube do acontecido e presenciou o fenômeno, pediu desculpas pelas faltas dos bárbaros. Segundo relato, “[...] ambos, ele [Kavadh] e os persas que estavam com ele foram tomados de grande espanto, e ele suplicou a Jacobo que perdoasse os bárbaros [*barbarois*] por aquele crime” (*Guerra*

¹⁴⁶ Segundo Averil Cameron (1996, p. 155), Procópio confunde Balash, o irmão de Peroz, que sucedeu ele com Djamasp que retirou Kavadh do poder temporariamente, com base na informação de Agatias (*História*, IV, 27).

pérsica, I, 7 9). O cristão perdoou o rei com uma palavra e pediu clemência aos fugitivos da guerra. Kavadh atendeu este desejo, como assegura Procópio (*Guerra pérsica*, I, VII, 5-11).

O relato continua informando sobre a dificuldade dos dois lados em concluir seus objetivos. O muro que protegia Amida estava fortemente vigiado e os persas, embora utilizassem vários instrumentos eficientes de guerra, não foram capazes de romper a defesa. Quando Kavadh resolveu desistir, alguns magos (*magoi*) impediram a retirada do exército persa interpretando que as mulheres nuas que apareceram para os homens simbolizavam que os cidadãos de Amida em breve “revelariam a Kavadh todas as suas coisas secretas e escondidas” (*Guerra pérsica*, I, 7, 19). Poucos dias depois, segundo Procópio, os persas conseguiram entrar na cidade, por uma peça da fortuna (*tykhē*), porque a torre estava sendo vigiada por monges e, naquela ocasião, eles tinham celebrado uma festa anual em honra a Deus e, portanto, bebido muito, tornando-se incapazes de realizarem uma vigília adequada. Embora os cidadãos tenham tentado impedir a conquista, os persas usaram a força para alcançar o sucesso, matando muitas pessoas. Por esse motivo, um ancião da cidade afirmou que não era digno de um rei matar os cativos. Kavadh respondeu que assim fez devido à resistência oferecida pelos cidadãos. O ancião respondeu que o motivo disso, era que Deus (*theos*) desejou colocar Amida nas mãos do rei persa não pela decisão dos cidadãos da cidade, mas pelo valor [*aretēi*] do inimigo (*Guerra pérsica*, I, 7, 31).

Na passagem acima, apesar da sorte atuar no andamento dos fatos, foi o desejo de Deus a principal causa da resistência oferecida pelos cidadãos de Amida ao cerco dos persas. Procópio ainda informa que quando o rei persa ouviu o discurso do ancião de Amida, se sentiu satisfeito e cessou a matança (*kteinēin*). Assim, também o desejo de Deus expresso na boca de um dos personagens foi capaz de desenvolver, pela reação de Kavadh, alguma influência nos acontecimentos. Nessa passagem, Deus parece atuar com um poder incontrolável pelos homens, mas espera certo comportamento moral mediante o evento para realizar o seu plano.

O próprio imperador parece atuar como representante divino. O historiador informa que Justino envia soldados para ajudar os iberos a se livrarem da imposição religiosa de Kavadh. Procópio afirma ainda que a nação dos iberos é cristã e realiza os cultos com muito zelo, mas os persas, tendo dominado esse povo, resolveram obrigá-los a outros ritos (*Guerra pérsica*, I, 12, 1-4). O rei persa teria ordenado a Gourgenes, líder ibero,

[...] a fazer todas as coisas como os persas estão acostumados [*nomizousi*] a fazer e, em particular, não esconder seus mortos [*tous nekrous*] na terra em nenhuma circunstancia, mas jogar todos para os pássaros e cães. Por essa razão, então, Gougenes desejava ir ao imperador Justino, e ele pediu para receber promessas [*pista*] de que os romanos nunca abandonariam os iberos aos persas. E o imperador deu a ele essas promessas com grande ânsia [...] (*Guerra pérsica*, I, 12, 4-5).

Portanto, caberia ao imperador cuidar para que os cristãos não se desviassem do caminho religioso correto, forçados por uma confissão religiosa diferente. Procópio parece indicar a relação que a condição de imperador poderia ter com a ordem celestial, resultado da própria concepção de poder imperial entre os bizantinos.

A referência direta a Deus aparece novamente somente após a informação sobre a ascensão de Justiniano ao trono, seguida da nomeação de Belisário ao comando das tropas e conseqüente indicação de Procópio como assessor do general. Na descrição do confronto em Daras, o primeiro empreendido por Justiniano como imperador, o historiador apresenta uma seqüência narrativa, com muitos detalhes, sobre as estratégias de guerra e disposição dos exércitos, se comparada, por exemplo, com a luta entre romanos e persas pela cidade de Amida. Somente após uma primeira troca de cartas, almejando o estabelecimento da paz, que Belisário escreve mencionando a ajuda de Deus. O general informa que a acusação do rompimento do acordo é errônea e que os próprios persas perceberão isso logo. Entretanto, “já que você está ansioso por ações bélicas [*polemiōn ergōn*], nós nos prepararemos contra vocês com a ajuda de Deus [*xyn theōi*], que deseja, nós sabemos, nos ajudar no perigo, sendo movido [*ēgmenon*] pela inclinação pacífica dos romanos [...]” (*Guerra pérsica*, I, 14, 9). O *mirranes* responde, “tampouco nós entraremos em guerra sem os nossos deuses [*aneu theōn*], e com a ajuda deles iremos ante você [...]” (*Guerra pérsica*, I, 14, 11).

Após o diálogo entre os inimigos, Procópio descreve o discurso que os generais proferiram para os soldados como preparação das batalhas. Nem Belisário, nem o *mirranes*, mencionam em seus dizeres a ajuda ou providência dos deuses. Do lado romano, entretanto, os dizeres enfatizam que embora os persas fossem superiores fisicamente e em bravura, os soldados romanos poderiam vencer a batalha pois, “enquanto as adversidades da fortuna [*tykhēs enantiōmata*] não são definidas por um esforço, a razão [*gnōmē*] pode facilmente se tornar para um homem, em médico [*iatros*] para as doenças [*kakōn*] causadas por ele mesmo” (*Guerra pérsica*, I, 14, 22). Os romanos ganharam esse confronto, mas as incursões continuaram.

Nessa passagem é a ação do homem o instrumento capaz de determinar o resultado dos eventos. Se a referência à divindade é feita, no entanto ela está presente somente como uma ajuda à preparação dos homens para a batalha. Mesmo contra a *tykhē* a *gnōmē* poderia ter alguma influência, tratando ao menos os males que os homens infringem a si próprios.

A comparação da atuação dos deuses na batalha em Amida e Daras nos remete à conclusão de Maria Kouroúmalí (2005, p.66), de que o historiador usou Deus e fortuna como uma alternativa para a falta de motivos e causas históricas. A atuação de Procópio como assessor do general Belisário ocorre depois da batalha em Amida, portanto, o historiador não acompanhou diretamente o primeiro confronto. A falta de informações históricas e militares pode ter resultado na ênfase no papel da providência divina e na influência das questões religiosas no desenrolar os eventos. Apesar das considerações de Kouroúmalí servirem bem para explicar a diferença nos papéis exercidos pelo elementos sobrenatural nas duas batalhas mencionadas, as outras menções a Deus e fortuna no decorrer da obra, confundem essa conclusão.

Procópio informa que no trajeto de Khusro para invadir o território romano e romper abertamente a chamada “paz eterna”, depois de passar pela cidade de Zenobia e ver que nada havia para dominar ali, o rei persa passou por Sura, quando seu cavalo começou a relinchar e golpear o solo com seus cascos. Segundo o relato, os magos persas interpretaram que aquele lugar seria conquistado (*Guerra pérsica*, II, 5, 9-10). Depois de matar o comandante dos romanos numa primeira batalha, o bispo da cidade foi enviado para suplicar a piedade dos inimigos. A atuação sobrenatural, nessa passagem, envolve a premonição dos magos e não a providência de Deus, demonstrando a presença de outras formas religiosas.

No relato sobre a tomada da cidade de Antioquia, Procópio ressalta a agressividade dos persas e as desgraças sofridas pelos cidadãos. O discurso de Khusro, que sucede os acontecimentos, destaca os elementos religiosos. O rei persa disse aos embaixadores romanos o seguinte:

Não distante da verdade, eu sei, está o antigo dizer que Deus [*theos*] não dá bênçãos isoladamente, mas Ele mescla elas com males [*kakois*] e, então, confere aos homens. E por essa razão nós não temos mesmo riso sem lágrimas, mas existe sempre anexado [*parapepēge*] aos nosso sucesso [*eutykhēmasi*] alguma desgraça [*symphora*], e ao nosso prazer dor, não permitindo a ninguém aproveitar na sua pureza a boa sorte [*euēmerias*] como é concedida. Pois essa cidade, que é de toda proeminente importância de fato, bem como de nome na região dos romanos eu realmente consegui capturar sem o mínimo esforço, já que

Deus tinha provido a vitória total e de uma só vez para nós, como vocês indubitavelmente podem ver. Mas quando eu vi o massacre de tal multidão de homens, e a vitória assim encharcada de sangue, não surgiu em mim nenhum sentimento de prazer que deveria seguir minhas realizações [*praxeōs*] [...] (*Guerra pérsica*, II, 9, 1-4).

Procópio sucede a descrição desse discurso emitindo um juízo sobre a postura de Khusro. O historiador afirma que ao contrário do que o rei persa disse, os romanos não fugiram, porque não foi dado tempo para isso e as palavras de Khusro intentavam unicamente atribuir a culpa a Justiniano daquilo que tinha sido sua própria culpa (*Guerra pérsica*, II, 9, 11). Nesta passagem Procópio parece duvidar que Deus tenha ajudado os persas a ganharem a batalha, atribuindo novamente a causa dos eventos à ação humana, e ainda completa com uma reflexão sobre a ação da sorte. Desta forma, continua o historiador,

sempre quando a fortuna [*tykhē*] deseja fazer um homem grande [*megan*], ela faz no momento mais oportuno aquelas coisas que ela já tinha decidido, sem que nada se oponha à força de sua vontade; e ela não leva em consideração a situação do homem [*andros axiōma*], nem se propõem a prevenir a ocorrência de coisas que não deveriam ocorrer[...] não levando em consideração nenhuma dessas coisas, ela somente realiza aquilo que já tinha sido decidido por ela. Mas quanto a essas questões, deixe elas serem como Deus quiser (*Guerra pérsica*, II, 9, 13).

A reflexão acima é importante pois é o autor mesmo quem a faz e não um dos personagens da obra. A passagem sucede a informação de que Khusro havia se tornado rei dos persas, valendo-se de sua “natureza singular [*physeōs atopiai*] [...] pois a má sorte [*tou daimoniou*] havia privado Zames de seu olho, ele que, com relação aos anos, teria primeiro ascendido ao trono [...]” (*Guerra pérsica*, II, 9, 12). Com essa postura, continua o historiador, Khusro causou o mal a que tinha se proposto aos romanos. A fortuna mencionada acima, parece ser, de fato, um instrumento de Deus, como sugere José Antonio Flores Rubio (2000, p. 15). Procópio informa que apesar da autonomia da *tykhē* para realizar tudo que gostaria, é Deus quem sabe dessas questões. Além disso, se o historiador parece negar a afirmação de que a providência divina tenha ajudado Khusro a ganhar a batalha contra os romanos, em seguida ele afirma que a sorte poderia ter atuado nesse contexto e, no desejo de engrandecer o rei persa, teria levado a sua vontade até as últimas consequências. Nessas passagens, os dois elementos parecem atuar em dependência, mas como forças distintas e a ação da fortuna parece menos condicionada a fundamentos morais, diferente de Deus, que, no relato de Procópio,

parece sempre esperar um comportamento justo dos homens para realizar seus propósitos.

O historiador também informa que antes dos acontecimentos descritos “Deus mostrou [*ho theos endeixamenos*] um sinal [*teras*] aos habitantes daquela cidade, por meio do qual ele indicava as coisas que iriam ocorrer” (*Guerra pérsica*, II, 10, 1). Procópio afirma que os estandartes das tropas que residiam em Antioquia, que estavam voltados para o ocidente, por um breve momento, voltaram-se para o oriente e logo em seguida à sua posição inicial, sem que nada tivesse provocado isso. O leitor é informado de que “mesmo aqueles que viram o sinal não puderam reconhecer que o poder da cidade passaria das mãos do ocidente para o rei do oriente, de modo que, evidentemente, escapar teria sido completamente impossível [...]” (*Guerra pérsica*, II, 10, 3).

Os habitantes de Antioquia não puderam compreender, naquele momento, os sinais enviados por Deus, sofrendo, portanto, todos os males provocados pela ocupação persa. Além disso, o historiador se diz incapaz de entender porque seria desejo de Deus (*boulomenōi tōi theōi*) exaltar com boa sorte um homem ou um lugar, para então lançá-los abaixo e destruí-los sem causa aparente para nós, pois,

[...] é errado dizer que com ele [deus] todas as coisas nem sempre são feitas com razão [*logoi*], embora ele, em seguida, suportou ver Antioquia vir abaixo [*hypestē*] pelas mãos do mais profano [*anosiotatou*] dos homens, uma cidade cuja beleza e grandeza, em todos os aspectos, não poderia ser totalmente obscurecida (*Guerra pérsica*, II, 10, 4-5)

Os sinais e mesmo a atuação de Deus não parecem ser claros para os habitantes, em geral, nem para o historiador. Alexander Kazhdan e Giles Constable já haviam ressaltado essa característica da divindade no império bizantino. Segundo os autores embora Deus pudesse ser expresso na magnificência imperial e eclesiástica, a parte das circunstâncias de ordem e esplendor, ou seja, no âmbito das relações cotidianas, sua presença foi menos clara. Para os bizantinos, Deus parece ter sido um princípio incompreensível e sua vontade esteve sempre um passo à frente da razão humana, o que poderia ter criado um problema moral, já que não se poderia ter absoluta certeza da correta conduta a ser adotada. Assim, “terremotos e ataques hostis poderiam inesperadamente servir a um nobre exercício de edificação humana, e a riqueza e o sucesso poderiam, ao contrário pressagiar a ira divina” (KAZHDAN; CONSTABLE, 1996, p. 158).

O relato sobre a invasão persa na cidade de Apamea também é cercado de referências religiosas. Antes de partir para essa cidade, o historiador informa que Khusro se banhou nas águas do mar e fez sacrifícios ao sol e a todas as divindades que quis (*Guerra pérsica*, II, 11, 1). Sobre Apamea, Procópio informa que a cidade continha um fragmento que, segundo a opinião corrente, era uma parte da cruz de quando Cristo padeceu em Jerusalém e foi conservada e adornada para contemplação. Quando a população soube da proximidade do exército de Khusro, pediu para ver o fragmento uma última vez e foi surpreendida, pois na medida em que o sacerdote carregava-o em cima de uma chama de fogo a parte do teto que estava sobre ele emitiu uma luz potente e incomum (*Guerra pérsica*, II, 11, 19). Se a providência divina [*mē ti theion*] não tivesse impedido [*diekōlysen*], afirma o historiador, Khusro teria escravizado e saqueado a cidade inteira. Assim, segundo Procópio, “Deus salvou [*diesōsato*] Apamea” (*Guerra pérsica*, II, 11, 25-28).

Procópio relata que o rei persa, em seguida, quis conquistar Edessa, motivado por uma tradição cristã que assegurava que essa cidade nunca seria tomada. O historiador reconta a origem dessa tradição, remontando ao passado de Abgaro, primeiro rei cristão dessa região. Segundo o relato, Abgaro impressionou o imperador Augusto com sua inteligência e habilidade no discurso, ficando, por isso, impedido de voltar à sua terra. Para indicar ao imperador a sua vontade de voltar, pegou animais vivos e terra de diferentes locais em Roma e mostrou no circo, como cada animal é invariavelmente atraído pela terra da sua região e o imperador permitiu o seu retorno e a construção de um circo em Edessa. Tempos depois, informa Procópio, Abgaro teve uma grave doença e resolveu escrever para Jesus, que naquele tempo “[...] estava em corpo humano e entre os homens da Palestina, mostrando claramente através do fato de que ele nunca pecou [*hamartein pōpote*], e também por seu desempenho mesmo com coisas impossíveis [*amēkhana*], que ele era verdadeiramente o filho de deus [*tou theou pais ōs alēthōs ein*]” (*Guerra pérsica*, II, 12, 22-23). Quando Cristo leu a carta de Abgaro, se recusou a se juntar a ele, mas prometeu saúde e assegurou que sua cidade nunca seria conquistada por bárbaros, embora, essa parte final nunca tenha sido mencionada pelos que escreveram a história daquele tempo.

Em seguida somos informados que Abgaro se curou, mas a cidade caiu nas mãos dos bárbaros, embora não tenha de fato sido conquistada, pois os cidadãos se entregaram. O historiador ainda afirma que, para ele, mesmo que Cristo não tenha escrito essas coisas, desejava manter a cidade não capturada para não dar motivos aos

homens para acusá-lo de errar. Procópio encerra a reflexão novamente dizendo que “para essas coisas, então, deixe elas serem como Deus quiser [...]” (*Guerra pèrsica*, II, 12, 30). Procópio afirma que Khusro se empenhou em conquistar Edessa devido a essa tradição, e que quando o rei persa e o seu exército estavam próximos da cidade erraram o caminho e acamparam no mesmo lugar, “segundo dizem”, duas vezes; quando por fim, descobriram o caminho certo, Khusro contraiu uma infecção no rosto e sua mandíbula ficou inchada.

Procópio não revela por quais meios ele poderia conhecer a intenção de Cristo ao escrever a carta e ainda aponta uma conexão familiar para o desejo de possuir a região mencionada. Segundo o historiador, também Kavadh, anteriormente, teve a intenção de conquistar Edessa, mas estando próximo desta cidade, consultou os magos acerca da possibilidade de tomar essa cidade e elas responderam que não a conquistaria de nenhuma forma (*Guerra pèrsica*, II, 13, 10). Frente a isso, ele partiu para Constantina, na época que o sacerdote da cidade era Barádoto, “um homem justo e especialmente amado por Deus, e suas preces, por essa razão, era sempre efetivas para qualquer coisa que ele desejasse” (*Guerra pèrsica*, II, 13, 13). Este homem pediu a Kavadh que poupasse a cidade, e o rei persa, respeitando seu pedido, abandonou a cidade. Por esse motivo, segundo Procópio, Khusro considerava que a cidade lhe pertencia através de seu pai.¹⁴⁷

Uma importante menção ao papel da divindade na *Guerra pèrsica* é feita, quando Procópio relata o desastre de uma operação entre romanos e hérulos contra os persas, antes de focar a narrativa naquela que seria a quarta invasão de Khusro no território romano. A especificidade da invasão, segundo o historiador, residia no fato de que o rei persa, desta vez, não empreendeu guerra contra Justiniano ou qualquer outro homem,

mas somente contra o Deus que os Cristãos reverenciam [*ton theon honper khristianoï sebontai*]. Pois, quando na primeira invasão ele se retirou, depois de falhar na captura de Edessa, tanto ele quanto os Magos, uma vez que tinham sido vencidos pelo deus dos cristãos, caíram num grande abatimento [*katēpheia*]. Portanto Khusro, procurando dissipar isso, proferiu uma ameaça [*ēpeilēsen*], no palácio, que ele faria escravos todos os habitantes de Edessa e traria eles para o território persa, e transformaria a cidade num pasto para ovinos (*Guerra pèrsica*, II, 26,1-4).

¹⁴⁷ As ações de Khusro parecem denotar certo empenho em restaurar o Império Persa, também indicando uma proximidade com as intenções do imperador Justiniano. Partindo dessa ideia, o conflito poderia ser caracterizado por uma disputa entre dois projetos de reconquista, onde se chocavam, acima de tudo, interesses territoriais.

Em seguida, o leitor é informado que Khusro teve uma visão em sonhos e começou a pensar que “se depois de fazer duas tentativas, ele não fosse capaz de capturar Edessa, ficaria, assim, coberto com muita desonra” (*Guerra pérsica*, II, 26, 12). Por essa razão, segundo Procópio, ele decidiu trocar uma grande soma de dinheiro pela sua retirada, ameaçando devastar a cidade. A resolução de um tratado de paz, entretanto, demorou a ocorrer e Procópio relata com detalhes o conflito entre romanos e persas por mais de cinco dias.

Essa passagem apresenta muito claramente o papel ativo que a divindade poderia desempenhar nos acontecimentos. Deus parece ter um impacto maior do que a fortuna nesse processo. De forma geral, a palavra *tykhē* encerra diferentes sentidos, como causalidade, sorte, providência, destino, entre outros; alguns que revelam poderes excepcionais, outros, que apresentam o corriqueiro sentido do simples acaso, mas que, de qualquer forma, não parecem rivalizar com a presença divina. O motivo disto, poderia ser o seu uso, advindo da tradição historiográfica dos autores da Antiguidade, num contexto diverso, do império cristão, o que explicaria mesmo a confusão gerada pela identificação da *tykhē* como uma das facetas do poder divino, em algumas passagens. Na *Guerra pérsica*, o termo e suas variações (*Tykhē*, *Tykhēn*, *Tykhēs*, *tychai*, *tychas*, *tycho*, *tychonta*, *Tykhēin*, *teTykhēken*, *aTykhē maton*, *euTykhēma*, *euTykhēmasi*) aparecem 23 vezes no livro I e 30 vezes no livro II (MARÍN CONESA, 1995, p. 155).

Concordamos com Maria Kouroúmalí (2005, p. 66) na afirmação de que se para o leitor a relação entre uma e outra força não é clara, é porque mesmo o historiador não tinha uma visão bem definida sobre o papel da *tykhē* e de *theos* nos acontecimentos. Mas a conclusão de que parece existir a tendência em responsabilizar a *tykhē* pelos males e infortúnios ocorridos, enquanto Deus desempenharia um papel de benfeitor, encontra forte contraposição na análise da epidemia que Procópio relata. Procópio não diz, como em outras situações, que o ataque estava predestinado a ocorrer, mas sugere a referência a Deus [*theon*] como uma única possibilidade de entendimento (*Guerra pérsica*, II, 22, 2). Como nos informa Procópio, a manifestação individual da doença era precedida por aparições fantasmagóricas por parte da vítima. Assim,

[...] a princípio, os que haviam encontrado estas aparições intentavam afastá-las de si, repetindo os nomes mais sagrados, e conjurando-as de outros modos, como cada qual podia; evidentemente não conseguiam absolutamente nada, porque muita gente, ainda que se refugiando nos templos, morria. Logo, faziam por não ouvir nem sequer a chamada de seus amigos e ficavam presos nas suas casas, fingindo, apesar dos

golpes nas portas, que não escutavam nada [...] (*Guerra pérsica*, II, 22, 11,12).

A lógica comportamental aparece carregada de uma moral cristã que privilegia a conquista do paraíso, através das boas ações ou do arrependimento. Assim, o temor a deus e o medo de não atingir as graças do céu permeia todo o discurso e direciona as ações da população afetada pela epidemia, pois,

aqueles que anteriormente, desfrutavam entregando-se a ações vis e perversas, estes afastaram de sua vida diária todo delito para praticarem, escrupulosamente, a piedade, e não por haver aprendido de súbito o que era a decência, nem por haver-se tornado amante da virtude [...]; sim porque todos estavam espantados com o que sucedia, convencidos de que iam morrer de um momento para outro, e era, logicamente, uma imperiosa necessidade a que os levava a aprender, naquele instante, o que era honradez (*Guerra pérsica*, II, 23, 15).

Mas por que deus acometeria os homens com a peste? O historiador não informa, pois o reino das coisas divinas escapa à razão humana. Assim, o historiador também vincula, muito apropriadamente, Deus aos elementos na história que são difíceis de compreender.

Desta forma, os eventos parecem ser constituídos de dois motores principais: a ação dos homens e a vontade de Deus. O comportamento moral é responsável pela conexão entre eles. Mas como os homens poderiam saber sobre as expectativas divinas, se não puderam mesmo perceber os seus claros sinais? Partindo dessas considerações, a escrita da história poderia, potencialmente, ter um papel singular. Ao relatar sobre os eventos que sucederam e deixar um resíduo de experiência para as gerações futuras, o texto histórico poderia esclarecer também sobre como interpretar e lidar melhor com a providência divina. Já que não se poderia nunca controlá-la, caberia aos homens envolvidos nas guerras futuras, saber, pela edificação textual, que tipo de atuação eles poderiam desempenhar para direcionar da melhor forma o curso dos acontecimentos.

CONCLUSÃO

A NARRATIVA HISTÓRICA DE UM CONSELHEIRO

Dentro do âmbito acadêmico, o espaço dedicado aos anos iniciais do Império Bizantino tem sido ampliado gradativamente, caracterizado por uma caleidoscópica participação institucional. Elizabeth Jeffreys, John Haldon e Robin Cormack (2008, p. 17) examinam o crescimento exponencial desta área e afirmam que uma base institucional internacional e multicultural é a sua principal vantagem, o que significa um enorme conjunto de influências, correntes, abordagens, problemas e caminhos interpretativos. Se Romilly Jenkins afirmava, em 1940, que os bizantinos dificilmente chegaram a produzir algum escrito erudito que poderia ser lido por seu mérito literário¹⁴⁸, atualmente, o crescimento dos estudos sobre Antiguidade Tardia e Império Bizantino tem posicionado a análise das fontes documentais, principalmente dos séculos IV ao VII, num patamar cada vez mais valorizado e mais atenção tem sido dada aos elementos que excedem a referência factual.

Nesta pesquisa, objetivamos apresentar e discutir elementos da concepção de história, pela análise da obra *Guerra pérsica*, escrita por Procópio de Cesareia. As afirmações iniciais sobre as características da narrativa, encontradas no prólogo, guiaram o desenvolvimento da investigação, sugerindo pontos importantes para a compreensão da composição enquanto escrita da história. Uma das dificuldades, foi o míngua arsenal de trabalhos de cunho ou preocupação filológicos, que discutissem mais profundamente termos específicos e que, portanto, nos ajudassem a compreender melhor o sentido da palavra grega em seu contexto bizantino/romano tardio. A própria disponibilidade de dicionários especializados para o período é precária, em parte, pela dificuldade de apreensão da diversidade de estilos e dialetos empregada pelos autores bizantinos; em parte, pela herança dos estudos que consideraram o grego clássico e o bizantino como idênticos – ou o grego bizantino como uma cópia inferior do grego clássico. Já em 1981, no Congresso Internacional de Bizantinistas, Jean Irigoin denunciou este problema, afirmando que para um filólogo, dedicado ao helenismo clássico, é difícil aceitar “[...] a não ser estupefato, as graves falhas da filologia bizantina. Nesse ano, um estudante me perguntou qual gramática de grego bizantino eu

¹⁴⁸ Jenkins afirma que “o Império Bizantino permaneceu quase como único exemplo de um Estado altamente civilizado, com duração de mais de um milênio, que dificilmente produziu algum escrito erudito que pode ser lido apenas por seu mérito literário” (JENKINS, 1940, p. 57).

lhe recomendava. O que responder? Existe uma gramática, um dicionário?” (1981, p. 3-4). Ao contrário do que se possa imaginar, muita coisa não mudou, apesar do aumento das edições documentais bizantinas, de dicionários temáticos e o crescimento das pesquisas sobre o período.

Dentro da *Guerra pèrsica* quatro elementos foram centralmente analisados. Em primeiro lugar, procuramos discutir o efeito de amplificação narrativa pelas enunciações de grandeza do objeto, feitas pelo autor. A maximização dos eventos não foi uma novidade literária do século VI, podendo ser encontrada amplamente na produção anterior. Em Procópio, essa técnica parece ter visado ampliar a importância da experiência autoral, uma vez que ele enuncia ter sido testemunha ocular e participante de muitos eventos dentre aqueles “maiores e mais notáveis” já produzidos. A relação entre vagos sinais de datação e as afirmações hiperbólicas pode sugerir que o autor almejou criar associações de sentido sobre o objeto narrado, mais do que oferecer uma reconstrução cronológica e linear dos eventos.

A assinatura autoral, sinalizada pelos caminhos interpretativos que Procópio parece indicar, abre espaço para a discussão sobre como o autor evidencia a si próprio na obra. Numa leitura inicial, poderíamos pensar que o historiador informa sobre a sua cidade natal, sobre sua atuação profissional junto às tropas de Belisário e sobre as situações que atuou como testemunha ou personagem, somente para indicar dados pessoais ao leitor, que poderia estar interessado em saber sobre aquele que escreveu a obra. Entretanto, a análise das passagens na obra, onde o autor aparece direta ou indiretamente, mostram que, pela apresentação cuidadosa de si – inserindo um tipo de informação pessoal adequada aos seus propósitos ou informando opiniões e possíveis críticas – Procópio teria almejado a construção de uma *persona*, cuja principal característica parece ser a relação com o núcleo do poder imperial. A ênfase nessa pretensa aproximação poderia justificar e validar os seus julgamentos com relação à política de Justiniano.

Outro tópico analisado foi a preocupação metodológica do autor na apresentação dos eventos. O uso do proêmio foi importante para direcionar o entendimento do leitor com relação ao conteúdo e forma de apresentação dos fatos. Procópio não esclarece o tipo de tratamento dado às fontes, mas pela sua diversidade parece ter sido difícil adotar um único critério sistemático de análise, além do seu próprio julgamento moral e filtro do que poderia ser considerado crível. Apesar disso, ele se preocupa em apresentar os momentos em que discorda ou não acredita nas fontes, mas ainda sim as informando ao

leitor. Podemos classificar as fontes mencionadas em três categorias: 1) as oficiais e escritas, através da menção ao conteúdo das cartas trocadas de forma diplomática, obras de tragediógrafos, tradição histórica dos armênios e persas, além de autores como Homero (o que não determina que Procópio tenha realmente lido o material, podendo apenas ter conhecido de forma direta); 2) o relato oral de testemunhas não nomeadas, pelo uso de expressões sobre o conhecimento auricular de algumas informações; 3) a sua própria observação, evidenciada em alguns momentos da obra.

Os discursos também são importantes para o arranjo do conteúdo. Eles parecem não apenas criar um efeito dramático pela crítica ou elogio de um e outro lado, mas almejam indicar pontos de vista com relação aos eventos e imprimir um efeito de real, causado pelo afastamento do autor na narrativa. Além disso, os pronunciamentos, muitas vezes, criam a impressão de que alguns eventos escapam à percepção humana, pois o desconhecimento dos personagens, em algumas situações, e o erro de cálculo, revelado só posteriormente, completam as afirmações sobre a atuação da providência divina ou da sorte no desenrolar dos fatos. Desta forma, o último elemento explorado foi a presença desses poderes suprasensíveis, na *Guerra pérsica*, tendo em vista, principalmente, o papel de *theos* e da *tykhē* na sua perspectiva histórica. Procópio parece vincular à *tykhē* as causas dos eventos que não podem ser explicados, presente como uma força distinta de Deus, embora possam atuar em dependência. A ação divina, entretanto, aparece condicionada a fundamentos morais, esperando sempre uma conduta justa da parte dos homens, enquanto a fortuna parece atuar de forma aleatória segundo a sua própria lógica.

De forma geral, o conjunto de questões abordadas pode ser agrupado em pelos menos três discussões finais. Em primeiro lugar, a relação entre a história e a retórica, na *Guerra pérsica*, parece ter sido muito mais estreita do que o autor pretendeu divulgar. A afirmação, em si, não acarreta estranhamento, já que muito tem sido discutido sobre a natureza retórica do texto historiográfico na Antiguidade. George Kennedy (1994, p. 3) define retórica, *rhētorikē* em grego, como a arte cívica de falar em público, desenvolvida nas assembleias deliberativas, corte jurídica e demais ocasiões formais nas cidades gregas, especialmente na democracia ateniense. A preocupação com treino retórico resultou em seu ensino nas escolas e, posteriormente, teve um efeito significativo na composição escrita e, desta forma, na literatura em geral. Segundo o autor, “toda literatura é retórica, na medida em que sua função é afetar o leitor de alguma forma [...]”, ensinando ou conferindo prazer (KENNEDY, 1994, p. 3). Ao

explorar os caminhos pelos quais os historiadores gregos e romanos do período clássico convenceram seus leitores, John Marincola informa que na Antiguidade Tardia, os autores também partilharam a necessidade de demonstrar o valor e a confiabilidade de seus trabalhos, empregando, no entanto, “[...] novos métodos de autenticação, em resposta às mudanças das ideias políticas e autoridade religiosa” (MARINCOLA, 2002, p. 150)

Assim, não parece causar muito incômodo aos historiadores a afirmação de que as narrativas históricas, produzidas pelos Antigos, foram influenciadas pelas regras e práticas do treino retórico. Na obra recente sobre historiografia grega e romana Marincola (2011, p. 8) pontua que o resultado dessa aceitação tem se desdobrado num intenso debate sobre a extensão e natureza dessa influência, no qual é possível perceber duas tendências principais. Uma chamada “minimalista”, baseada na distinção que os próprios autores da Antiguidade fizeram da história, com relação à oratória e a poesia e, por extensão, entre verdade, falsidade e plausibilidade. Essa posição acaba por reconhecer muitas convergências entre os propósitos e aspirações da história greco-romana e tal como é escrita atualmente¹⁴⁹. A segunda tendência afirma uma influência absoluta da retórica nos trabalhos de história, na Antiguidade, determinando mesmo as formas pelos quais os historiadores estabeleceram relações com seus objetos. Segundo essa abordagem, o oposto da verdade para os Antigos, não foi a falsidade, mas a parcialidade e a própria narrativa do texto histórico não chegava a se diferenciar, em essência, da *narratio* do discurso retórico¹⁵⁰ (MARINCOLA, 2011, p. 9).

¹⁴⁹ De acordo com a opinião de Marincola (2011, p. 9), um exemplo dessa postura é o texto de P. A. Brunt, sobre Cícero e a historiografia, contido em sua própria coletânea. Segundo Brunt (2011, p. 214-215) na visão ciceroniana de história, o historiador é aquele que deve construir uma estrutura elaborada com base na veracidade, contando o que ocorreu, mas também explicando as causas e consequências dos eventos. Desta forma, Cícero não estaria advogando por “um tipo de exposição histórica diferente daquela comumente empregada pelos modernos historiadores políticos, que também pensam ser necessário disponibilizar particularidades biográficas dos indivíduos que parecem ter influenciado o curso dos eventos” (BRUNT, 2011, p. 215). Para Brunt (2011, p. 226) é possível ver como Cícero diferencia claramente a história da poesia e da oratória epidítica, e mesmo quando ele afirma que a história é *oratorium maxime* (*De Legibus*, 1, 5) estaria apenas indicando que o objeto da história é o mesmo do discurso. Apesar de distintas, a retórica certamente influenciava em alguma medida a escrita da história, suprimindo os historiadores “com a arte da distorção, quanto era adequado aos seus propósitos” (BRUNT, 2011, p. 240).

¹⁵⁰ Como representante dessa segunda tendência, Marincola indica o texto de A. J. Woodman e a visão diferenciada com relação às ideias de Brunt, sobre Cícero e a escrita da história. Segundo Woodman (2011, p. 245-246), verdade e falsidade foram vistas, pelos antigos, em termos de preconceito e inclinação e a própria história em termos de elogio ou censura. À afirmação de Brunt, sobre a proximidade do discurso de Cícero com os modernos historiadores políticos (BRUNT, 2011, p. 215), Woodman responde que não surpreende que Cícero seja lido pelos comentadores modernos como ele fosse um deles, revelando equívocos de interpretação (WOODMAN, 2011, p. 254-255). Na obra de Cícero é possível distinguir três tipos de oratória: a judicial, a deliberativa e a epidítica, sendo que, a esta última forma,

Então, é devido à característica retórica da narrativa sobre a guerra pérsica que o autor se preocupa em disponibilizar informações sobre sua habilidade e competência, afirmando, por exemplo, sua participação junto a Belisário e, portanto, sendo testemunha ocular de muitos dos eventos narrados. É por esse mesmo caminho que podemos interpretar a importância da descrição da peste no conjunto textual. A apresentação da epidemia, ao moldes da narrativa tucidideana, não indica que Procópio leu, de fato, a *História da guerra do Peloponeso*, mas pode sugerir que a descrição fazia parte de um corpo de conhecimentos que circulava, pelo menos no século VI e que poderia ser reconhecido pelo leitor desse tipo textual. Ao mesmo tempo, a descrição dos hábitos e costumes da sociedade, por meio da apresentação de suas mudanças durante o ataque epidêmico, poderia estabelecer uma proximidade com esse leitor.

Pela necessidade de convencimento sobre a importância e valia de sua obra, Procópio se preocupa em divulgar uma aproximação o mais estreita possível com os eventos, por meio de informações pessoais, amplificação do objeto, menção às fontes, descrição dos discursos e afirmações sobre o seu testemunho. Esta aproximação poderia justificar a sua avaliação sobre as ações imperiais. Um dos principais veículos de crítica ao imperador é encontrada no artifício retórico da utilização dos discursos. Se o contexto do século VI exigia uma postura cautelosa com relação ao poder imperial, como a *História secreta* menciona, colocar na boca do inimigo discursos contrários ao governo vigente parece ter tido uma espécie de “licença retórica”.

Eric Adler afirma que a discussão sobre o imperialismo romano tem se concentrado nos caminhos pelos quais os antigos historiadores romanos denegriram sua própria sociedade. Nesse sentido, o autor analisa uma exegese de discursos de historiadores gregos e romanos, considerados uma criação retórica, destacando o elemento anti romano nos dizeres do inimigo. Nos discursos das obras de Políbio, Salústio, Tito Lívio, Pompeu Trogo, Tácito e Dion Cássio, o autor verificou a apresentação de nuances negativas com relação ao imperialismo romano, carregados, principalmente, pelo argumento moral de conteúdo ético. Muitas vezes, reflete o autor, cargas críticas, de cunho ético, dominam o discurso, em detrimento às preocupações táticas, que poderiam ter parecido adições mais realistas para exortações pré-batalha (ADLER, 2011, p. 169). Não podemos certificar se os historiadores veiculavam, dessa

Cícero conecta a historiografia (WOODMAN, 2011, p. 279). Finalmente, Woodman conclui que falando de uma forma geral sobre a historiografia antiga, na prática é muito difícil separar o conteúdo de uma narrativa, do estilo no qual ela é escrita (WOODMAN, 2011, p. 290).

forma, suas próprias opiniões, mas eles parecem sintonizados com o potencial moralmente falho da política romana (ADLER, 2011, 168).

De qualquer forma, a inclusão de discursos, pelo menos parcialmente críticos com relação à atuação romana, parece ter sido parte de uma tradição historiográfica, tão longa quanto podemos discernir, e teve seu efeito em gerações de antigos historiadores (ADLER, 2011, p.165). A frequente presença desse tipo de discurso nas obras, segundo Adler, revela que muitos romanos, ao que parece, não se importaram em endereçar críticas com relação à expansão de Roma e suas consequências. Portanto, provavelmente os leitores dessas histórias não ficaram desconcertados com a crítica à sociedade romana, embora isso não implicasse que essa audiência, de fato, concordava com as opiniões expressadas (ADLER, 2011, p. 169).

Procópio de Cesareia parece utilizar esse mesmo recurso para apontar a potencialidade negativa da política de Justiniano, sem apresentar diretamente opiniões pessoais contrárias ao imperador. A presença de elementos comuns à historiografia greco-romana, como a descrição da peste, as digressões e os discursos, levou a historiografia a considerar, inicialmente, a veracidade ou não das questões apresentadas por Procópio, alegando uma cópia, apenas, dos instrumentos retóricos utilizados nos trabalhos anteriores. O desenvolvimento do processo investigativo sobre as formas historiográficas do passado, entre os bizantinos em especial, tem revelado formas autênticas de composição, e caminhos sofisticados de apresentação dos eventos. Procópio se apropriou de formas historiográficas conhecidas, porque, apesar da história não se constituir como disciplina, ela compartilhou um corpo comum de questões e instrumentos com os quais os historiadores poderiam lidar de diferentes formas.

Entretanto, é impossível não considerar que Procópio mesmo fez questão de diferenciar sua narrativa com relação à retórica, como foi informado. O historiador “[...] pensava [*hēgeito*] ser a habilidade [*deinotēta*] apropriada [*prepein*] à retórica [*rhetorikēi*], a invenção [*mythopoiian*] à poesia [*poiētikēi*], e a verdade [*alētheian*] à história [*xyngraphēi*]” (*Guerra pérsica*, I, 1, 4).

Como podemos explicar essa diferenciação, afirmando a característica retórica da *Guerra pérsica*? Hermann Funke (2011, p. 419-429) afirma que, assim como no caso de Eusébio de Cesareia, quando da elaboração de uma introdução programática, delineando os princípios e fórmulas de sua escrita, Procópio parece cair numa postura acrítica com relação ao seu próprio trabalho. No prefácio da *História das guerras*, veríamos uma definição de escrita da história em contraste com a retórica e a poesia,

que, na prática não se sustenta. A *mythopoiia* associada à narrativa poética não é mais que algo pouco confiável, que deve ser usado com precaução, pois trata uma matéria temporalmente distante (*Guerra pèrsica*, VIII, 22, 22). Mas o próprio autor utiliza Homero para fundamentar sua percepção sobre as melhorias no exército de Justiniano. Além disso, no último livro da obra, vemos a referência a Heródoto e Ésquilo para fundamentar a narrativa. Segundo Procópio, Heródoto de Halicarnasso, no quarto livro de suas *Histórias*, diz que a terra inteira é somente uma, mas dividida em três partes, tendo três separados títulos, Líbia, Ásia e Europa¹⁵¹. Também o poeta trágico Ésquilo, no *Prometeu acorrentado*, bem no começo, fala que o rio Fasis é o limite das terras entre Ásia e a Europa (*Guerra gótica*, VIII, 6, 14-15).

Seu continuador direto, Agatias de Mirina afirmou que não existia um grande abismo entre a história e a poesia, ao informar que o seu amigo Euticiano, que teria incentivado a escrita de sua história, pensava não haver tão grande diferença entre os dois saberes que eram, antes, áreas correlatas, “diferindo radicalmente talvez somente em matéria de verso [métrica]” (*Histórias*, Prefácio, 13). O autor apresenta muita consciência com relação às associações entre história e poesia, disponibilizando informações sobre as características do material poético e, em contrapartida, do texto de história, e parece ter elaborado obras nos dois gêneros. Procópio apenas menciona uma diferença vaga, apontando adjetivos pontuais, e não parece excluir a possibilidade de relações entre os três saberes.

Essa ausência de reflexão pode ser compreendida, em parte, pela natureza do trabalho histórico, que não parecia exigir uma nota explicativa sobre tais questões; em parte, pelo conhecimento adquirido na formação escolar, que oferecia um corpo de ensinamentos a ser apreendidos e partilhados, ou seja, talvez o leitor não precisasse de maiores explicações para entender a passagem (ou Procópio suponha tal condição). Os termos apresentados não eram estranhos aos cânones literários do período e poderiam ter sido conhecidos por escritores e leitores que possuíam níveis de instrução similares. Como mencionado no capítulo 3, o último nível escolar envolvia uma instrução baseada no ensino da retórica e da composição, a partir dos *progymnasmata*. Por meio desses exercícios, os estudantes poderiam ter acesso às utilizações dos termos apresentados acima por Procópio.

¹⁵¹ Importante ressaltar que essa passagem das *Histórias* recebia destaque e parecia agregar boa reputação ao texto. Os exercícios retóricos de Élio Teon, por exemplo, mencionam a informação sobre a divisão do mundo em três partes (Europa, Líbia e Ásia), atribuída a Heródoto, como um bom exemplo de narrativa real (*pragmatikōn diēgeseōn*) (*Progymnasmata*, 2, 67, 13-15).

Aristóteles, por exemplo, refletindo sobre como a Prudência [*phonēsis*] e a Virtude moral [*ēthikēn aretēn*] determinam a conduta humana, sugere algumas reflexões para o termo *deinotēs*¹⁵². Segundo autor, a Prudência tem relação com a parte racional que forma opiniões [*doxastikou*] (*Ética a Nicômaco*, VI, V, 8), em se tratando dos assuntos humanos e de coisas que podem ser objeto de deliberação [*bouleusasthai*] (*Ética a Nicômaco*, VI, 6, 1). Acima de tudo, Prudência se relaciona com a ação [*praktikē*] e inclui um conhecimento de fatos particulares, derivado da experiência que um jovem homem não pode possuir (*Ética a Nicômaco*, VI, 7, 7). Assim, a Prudência, segundo Aristóteles, implica numa faculdade [*dynamis*] que pode ser usada tanto para fins louváveis quanto para propósitos vis: a habilidade [*deinotēta*] (*Ética a Nicômaco*, VI, 12, 9-10).

Na obra de Tucídides, o discurso de Cleonte a respeito dos mitilenos (que haviam traído a aliança, segundo os atenienses) também apresenta o termo. Cleonte criticou a mudança de opinião dos atenienses, afirmando que

A ignorância, combinada com a moderação, é mais benéfica do que a habilidade [*dexiotēs*], combinada com intemperança; e as pessoas mais simples tendem a se tornar melhores cidadãos do que as mais astutas. Enquanto as últimas sempre querem mostrar que são mais sábias do que as leis, e dominam todas as discussões públicas, como se nunca pudesse haver questões de maior peso para as quais declarar suas opiniões e, como consequência de tal conduta, elas geralmente levam a cidade à ruína; as primeiras, ao contrário, desconfiando de seu próprio discernimento, ficam contentes em ser menos iluminadas do que as leis [...]. Assim então, devemos agir e não sermos tão animados pela eloquência [*deinotēti*] (*História da guerra do Peloponeso*, III, 37).

Enquanto Aristóteles explica como a habilidade pode ser utilizada para fins específicos, tanto louváveis quanto vis, o discurso de Cleonte parece associar o termo a uma característica do orador, nessa passagem negativamente. A narrativa tucidideana também menciona o elemento mítico e sua relação com a escrita da história, em termos de exclusão. O historiador aponta a ausência do *mythōdes*, do fabuloso, na sua história, o que torna o relato menos prazeroso aos ouvidos (*História da guerra do Peloponeso*, I, 22).

¹⁵² Segundo Aristoteles essa “[...] faculdade [*dynamis*] chamada habilidade [*deinotēta*] é a capacidade para fazer as coisas acima referidas que conduzem ao objetivo que propomos e, então, alcançamos ele. Se o propósito for nobre, essa é uma faculdade louvável, se diferente, é mera desonestidade; desta forma é que podemos chamar um homem prudente tanto de desonesto quanto de habilidoso [...]” (*Ética a Nicômaco*, VI, 12, 9-10).

Tucídides parece ter sido um autor, se não lido, ao menos conhecido entre os eruditos bizantinos¹⁵³ e, ao que tudo indica, influente na composição da *Guerra pérsica*; já Aristóteles pode ter chegado ao século VI principalmente por intermédio dos autores de *progymnasmata*: Hermógenes e Aftônio¹⁵⁴.

Podemos encontrar os termos também nos escritos de Hermógenes, o retor. O estudioso da obra, Michel Patillon, esclarece que no repertório do tratado *Peri ideōn logou* (*As categorias estilísticas do discurso*) é possível reconhecer três categorias: os poetas, os logógrafos e os oradores (1988, p. 119). Sobre o orador, Hermógenes afirma que o conhecimento das categorias estilísticas do discurso é indispensável para sua função e a *deinotēs*, no domínio retórico, é o emprego correto e conveniente de todos os “elementos que formam, naturalmente, o corpo de um discurso [...]” (*As categorias estilísticas do discurso*, 369). Já poesia aparece associada ao *mythos*. Hermógenes informa que é próprio dela o pensamento mítico, composto, por exemplo, de lendas (de Cronos e os Titãs), narrativas maravilhosas de mudanças das formas humanas para animais (como Cadmo e Alción) e de mudança sexual (como Tirésias e Kaene)¹⁵⁵. Acima de tudo “a melhor poesia é aquela de Homero e Homero é o melhor dos poetas” (*As categorias estilísticas do discurso*, 389).

Nos exercícios de Aftônio encontramos a referência à relação dos escritos de história com a exposição da verdade. Ao questionar se é possível comparar Tucídides a Heródoto, o sofista afirma que “tanto quando o prazer é inferior à verdade, Heródoto é distanciado pelos méritos de Tucídides”. Pois o primeiro narra para divertir [*pros hēdonēn*] e o outro visa a verdade [*pros aletheian*] (*Progymnasmata*, 8, 8).

¹⁵³ Os exercícios retóricos de Aftônio e Hermógenes apresentam Tucídides, Heródoto e Homero, com frequência. Aftônio escreve que “honrar os inventores das coisas úteis por sua eminente contribuição [...] é justo. Eu farei então o elogio a Tucídides escolhendo honrá-lo por suas obras literárias. É bom se assegurar de honrar todos os benfeitores, mas Tucídides mais do que todos os outros na medida em que ele criou a mais bela de todas as coisas : pois não se pode ter nada de melhor no mundo do que as belas letras e não é possível encontrar pessoa mais hábil nas belas letras que Tucídides. Tucídides nasceu numa terra que lhe deu a vida e a arte” (*Progymnasmata*, Elogio de Thucydide, 8, 4-5).

¹⁵⁴ Segundo Thomas M. Conley (1990, p. 31), um estudante de retórica no século VI teria acesso à obra *Retórica*, de Aristóteles, principalmente, por meio dos vários comentários presentes nas obras de Hermógenes e Aftônio, que foram copiadas por muitos anos adiante. Conley (1990, p. 30-31) procura demonstrar, pela citação de alguns autores, que a leitura de Aristóteles foi considerada difícil. Doxapatre teria reclamado da “densidade das ideias” aristotélicas e Michel Acominatos de sua “obscuridade”, Teodoro Prodomos teria se referido às obras como “labirínticas”. Apesar de Aristoteles ser conhecido durante toda a duração do império, e no século XI o interesse pela filosofia aristotélica aumentar consideravelmente, a retórica bizantina foi baseada nas obras de Hermógenes e seus comentadores, de Siriano a João Doxapatre (CONLEY, 1990, p. 30).

¹⁵⁵ Hermógenes ainda afirma que são “míticos e poéticos os atos sobrehumanos e as ficções prodigiosas, que os antigos apresentam como fatos reais e dignos de acontecerem [...]” (*As categorias estilísticas do discurso*, 392).

Desta forma, se afirmamos que a escrita da história era um gênero retórico é porque ela compartilhava os elementos da formação discursiva e narrativa, ensinados pelo conjunto de exercícios, comuns no século VI. Além disso, vemos que a informação poética serve bem, muitas vezes, como fonte de informação para a *Guerra pérsica*. Assim, a diferença que Procópio divulga, despreocupadamente, parece ter sido menos uma imposição de barreiras nos gêneros textuais do que o uso de uma fórmula conhecida pelos leitores daquele período, para demonstrar seu vínculo com a tradição historiográfica e indicar um bom nível de instrução.

Um segundo elemento chave para concluir o corpo de considerações apresentadas nesta investigação é a importância da metodologia na escrita da *Guerra pérsica*. Segundo Procópio, o *logos* das guerras de Justiniano contra os persas poderia encontrar sua utilidade informando aos homens do presente e do futuro como os eventos se deram e que tipo de resultado revelaram. Entretanto, a história só cumpriria sua utilidade se o arranjo narrativo fosse compreendido pelos leitores, de alguma forma. Nesse sentido, o tratamento metodológico seria importante para tornar inteligível uma massa de informações, testemunhos e documentos sobre o objeto.

David Rohrbacher, por exemplo, destaca o papel da apresentação das fontes do discurso historiográfico. Segundo o autor, os historiadores da Antiguidade Tardia demonstraram sua confiabilidade através da descrição de suas fontes. Desta forma, ao apontarem a referência do material consultado, pareciam querer provar sua fidedignidade e evidenciar o árduo trabalho de coleta e peso da evidência na obra (ROHRBACHER, 2002, p. 153-154). Na *Guerra pérsica*, encontramos essa preocupação de apresentação das fontes, embora somente pela citação pouco detalhada do material. Mas além disso, a própria inclusão de um próêmio, o jogo entre a narrativa, os discursos e as digressões e a apresentação de si em primeira ou terceira pessoa, parecem nos aproximar das características que poderiam fazer com o leitor reconhecesse na *Guerra pérsica* uma composição historiográfica, sugerindo que para além das técnicas utilizadas pelo autor, naquela ocasião, existiram regras (por mais flexíveis e gerais que fossem) que fundamentaram a condição do texto historiográfico.

Mas se a história produzia, principalmente, lições para o comportamento futuro, era preciso reconhecer os princípios que governavam os eventos. Assim, gostaríamos de sugerir, finalmente, que a forma como Procópio percebe o desenrolar dos acontecimentos é importante para o estudo de sua concepção história. Nesse sentido, pudemos perceber como, apesar de caracterizado como um texto profano, a obra reflete

a influência dos aspectos religiosos do período. Mais do que um instrumento de ataque imperial, a referência a Deus, parece fazer parte da própria construção de sentido da *Guerra périca*. De forma geral, a obra parece evidenciar dois motores principais para os eventos: a ação dos homens e os princípios supra-sensíveis que governam os assuntos humanos e que não podem ser previamente conhecidos.

Assim, apesar da impossibilidade de se conhecer diretamente o que o historiador pensava sobre o seu próprio trabalho, acreditamos que a concepção de história, veiculada pela *Guerra périca* pode ser abordada através da análise dos diferentes elementos de sua composição. As questões levantadas e desenvolvidas nessa investigação representam apenas um esforço limitado de discutir o assunto. A riqueza, extensão e importância do *corpus* procopiano continuará motivando pesquisadores e colocando em xeque as conclusões formuladas.

BIBLIOGRAFIA

1. *Documentos textuais*

- ÉLIO TEON. *Progymnasmata*. Traduit par Michel Patillon. Paris: Les Belles Lettres, 1997.
- AFTÔNIO. *Progymnasmata*. Traduit par Michel Patillon. Paris: Les Belles Lettre, 2008.
- AGAPETO. Advice to the emperor Justinian. In. BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009. p. 99-122.
- AGATIAS. *The histories*. Trad. Joseph D. Frendo. Alemanha: de Gruyter, 1975.
- AMMIANO MARCELLINO. *History*. Trad. John C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1935.
- ANNA COMNENO. *Alexiada*. Trad. Elizabeth A. S. Dawes. Cambridge: Byzantine Series, 2000.
- ARISTÓFANES. *Os Acarnenses*. Trad. Maria de Fátima Sousa e Silva. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- _____. *The Nicomachean Ethics*. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- CONSTANTINO PORFIROGENETA. *De administrando imperio*. Trad. Romilly J. H. Jenkins. Washington: Harvard University Press, 2006.
- DIODORO DA SICILIA. *Bibliothèque Historique I*. Traduit par Yvonne Vernière. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- EVAGRIO SCHOLASTICO. *The ecclesiastical history*. Trad. Edward Walford. London: Samuel Bagster and Son, 1846.
- FÍLON DE ALEXANDRIA. De vita Mosis. In.: COLSON, F. H.; Whitaker, G. H. (Ed.). *Philo's works*. Trad. F. H. Colson. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- FLAVIO JOSEFO. *The Life. Against Apion*. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- HERMÓGENES. *L'art rhétorique*. Traduit par Michel Patillon. Paris: L'Age d'homme et Les Belles Lettres, 1997.
- HERODIANO. *History of the Empire*. Translated by C. R. Whittaker. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- HERÓDOTO. *The Persian Wars: books 1-2*. Translated by A. D. Godley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1926.
- _____. *The Persian Wars: books V-VII*. Translated by A. D. Godley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.
- HOMERO. *Iliade*. Traduit par Eugène Baret. Paris: Libraire-éditeur, 1843.

- ISÓCRATES. *Archidamus*. Translated by George Norlin, Cambridge: Harvard University Press, 1928.
- JOÃO MALALAS. *Chronicle*. Translated by Elizabeth Jeffreys, Michael Jeffreys and Roger Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 1986
- JOÃO OF NIKIU. *The Chronicle of John, Bishop of Nikiu*. Trad. Robert Henry Charles. London: Williams and Norgate, 1916.
- JULIANO. *Contra los galileos. Cartas y fragmentos. Testimonios. Leyes*. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- JUSTINIANO. *Corpus Juris Civilis*. Tradução de S.P. Scott. Cincinnati: Central Trust Company, 1932.
- LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- NICETAS CONIATES. *Historia*. Trad. Harry Magoulias. Detroit: Wayne State University, 1984.
- POLÍBIO. *The Histories*. Tradução de W. R. Paton. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2005.
- MENANDRO. *The History of Menander the Guardsman*. Translated by R.C. Blockley. Cambridge: Francis Cairns, 2006.
- OVÍDIO. *Arte de Amar*. Tradução de Natália Correia e David Mourão Ferreira. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- PAULO. *Description of the Church of Hagia Sophia*. In. BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009. p.189-212.
- PROCÓPIO. *History of the war*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- _____. *Buildings*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- _____. *Secret History*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1935.
- QUINTILIANO. *De l'Institution oratoire*. Tome 5, livres VIII-IX. Traduit par Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1978.
- SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Claudio. Tradução de Sady Garibaldi. São Paulo: Atena, 1956.
- TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952.
- TEOFILATO SIMOCATTA. *The "History" of Theophylact Simocatta*. Trad. Michael Whitby and Mary Whitby. New York: Clarendon Press, University Press, 1986.
- TITO LÍVIO. *Histoire Romaine*. Livre I. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Paris : Les Belles Lettres, 1947.
- TUCÍDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Translated by Charles Forster Smith. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

VELEIO PATERCULO. *Res gestae divi Augusti*. Translated by Frederick W. Shipley. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

2. Obras gerais

ADAMS, James Noel. 'Romanitas' and the Latin Language. *The Classical Quarterly*, New Series, v. 53, n. 1, p. 184-205, 2003.

ADLER, Eric. *Valorizing the barbarians: enemy speeches in roman historiography*. Austin: University of Texas Press, 2011.

ADSHEAD, Katherine. Thucydides and Agathias. In. CROKE, Brian; EMMETT, Alanna M. *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon Press, 1983, p. 82-87.

ALEXANDER, Paul J. Historiens byzantins et croyances eschatologiques. In. CONGRÈS INTERNATIONAL D'ÉTUDES BYZANTINES, XII. Ochride, Septembre 1961. *Actes du XII Congrès international d'études byzantines*. Tome II. Beograd: Comité Yougoslave des études byzantines, 1964. p. 1-8.

_____. The Strength of Empire and Capital as Seen through Byzantine Eyes. *Speculum*, v. 37, n. 3, p. 339-357, 1962.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Paraíso. Trad. Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ANDO, Clifford. Decline, fall, and transformation. *Journal of Late Antiquity*. n. 1.1, p. 31-60, 2008.

ANGELOV, Dimiter G. Emperors and Patriarchs as Ideal Children and Adolescents: literary conventions and cultural expectations. In.: PAPAConstantinou, Arietta; TALBOT, Alice-Mary. *Byzantine Children and Childhood in Byzantium*. Washington: Dumbarton Oaks, 2009, p. 85-126.

_____. The Making of Byzantinism. *The First Annual Kokkalis Graduate Student Workshop*, Harvard University, p. 1-10, 1999. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/kokkalis/GSW1/GSW1/01%20Angelov.pdf>>. Acesso em 08/11/2010.

AUSTIN, N. J. Autobiography and History: some later roman historians and their veracity. In. CROKE, Brian; EMMETT, Alanna M. *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon Press, 1983, p. 54-65.

BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009.

BERS, Victor. *Kunstprosa: Philosophy, History, Oratory*. In.: BAKKER, Egbert J.(ed.). *A companion to the ancient Greek language*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2010, p. 455-467.

BITTON-ASHKELONY, Brouria; KOFISKY, Aryeh. *The Monastic School of Gaza*. Leiden: Brill, 2006.

BLICKMAN, Daniel R. The role of the plague in the "Iliad". *Classical Antiquity*, v. 6, n. 1, p. 1-10, 1987.

- BONNECHERE, Pierre. *Die Fragmente der Griechischen Historiker*. Indexes of partes I, II, and III. Indexes of ancient authors. Leiden: Brill, 1999.
- BORMANN, F. Motivi Tucididei in Procopio. *A & R*. p. 138-150, 1974.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. As histórias e a história. In.: LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 131-141.
- _____. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, *Teogonia*, 27-28). *Agora. Estudos Clássicos em Debate*. Aveiro, v. 2, p. 7-20, 2000. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/musas.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2007.
- BRAUN, Hermannus. *Procopius Caesariensis quatenus imitatus sit Thucydidem*. Erlangen: Typis Jungii et Filli, 1885.
- BREHIER, Louis. *Les institutions de L'empire byzantine*. Paris: Albin Michel, 1970.
- BRIANT, Pierre. *From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2002.
- BRIDGES, Emma; HALL, Edith; RHODES, P. J. *Cultural responses to the Persian Wars: Antiquity to the Third Millennium*. Oxford: University Press, 2007.
- BROWN, Peter. *Pouvoir et persuasion dans l'antiquité tardive*. Paris: Du Seuil, 1998.
- BROWNING, Robert. The language of Byzantine literature. In.: VRYONIS, S. (ed.). *Byzantina kai Metabyzantina*. Malibu: Undena Publications, 1978, p. 103-133.
- _____. Homer in Byzantium. *Viator*, 8. Los Angeles, p 15-33, 1975.
- BRÜKNER, M. *Zur Beurteilung des Geschichtsschreibers Prokopius von Caesarea*. Programm Gymn. Ansbach, 1896.
- BRUNT, P. A. Cicero and Historiography. In.: MARINCOLA, John (ed.). *Greek and roman historiography*. Oxford: University Press, 2011, pp . 207-240.
- BURY, J. B. *History of the Later Roman Empire: From the Death of Theodosius I to the Death of Justinian*. New York: Dover Publications, 1958.
- CAEROLS PÉREZ, José J (Ed. e Trad.). *Helánico de Lesbos: Fragmentos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- CAMERON, Alan. *Circus factions: Blues and Greens at Rome and Byzantium*. Oxford: University Press, 1976.
- CAMERON, Averil. New Themes and Styles in Greek Literature, a title revisited. In.: JOHNSON, S. F. (ed.). *Greek literature in late antiquity: dynamism, didacticism, classicism*. Hampshire: Ashgate, 2006 p. 11-28.
- _____. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 1996.
- _____; CONRAD, Lawrence I. (ed.). *The Byzantine and early Islamic Near East, I: Problems in the literary source material*. Papers of the First Workshop on Late Antiquity and Early Islam. Princeton, NJ: Darwin Press, 1992.
- _____; HERRIN, J. (ed.). *Constantinople in the early eighth century: the "Parastaseis syntomoi chronikai"* (Introduction, translation and commentary). Leiden: Brill, 1984.
- _____. Images of authority: élites and icons in late sixth-century Byzantium. In.: SCOTT, Roger; MULLETT, Margaret. *Byzantium and the classical tradition*. Birmingham: Centre for Byzantine Studies, 1981, p. 205-234.

- _____. *Agathias*. Oxford: University Press, 1970.
- _____; CAMERON, Alan. The Cycle of Agathias. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 86, p. 5-25, 1966.
- _____. Christianity and tradition in the historiography of the Late Empire. *The Classical Quarterly*, v. 14, n. 2, p. 316-328, 1964.
- CANDAU MORÓN, Jose Maria. El universo referencial de los historiadores griegos tardios. In: BRIOSO, M.; GONZÁLEZ PONCE, F. J. (Eds.). *Las letras griegas bajo el Imperio*. Sevilla, 1996, p. 151-163.
- CARRIKER, A. *The library of Eusebius of Caesarea*. Leiden: Brill, 2003.
- CATAUDELLA, Michele. F. Historiography in the East. In.: MARASCO, Gabriele (ed.). *Greek and Roman historiography in late antiquity: fourth to sixth century A.D.* Leiden; Boston: Brill, 2003, p. 391-447.
- CAVALLO, Guglielmo. *Lire à Byzance*. Paris: Les Belles Lettres, 2006.
- CONGRÈS INTERNATIONAL D'ÉTUDES BYZANTINES, I. Bucarest, 1924. *Compte-rendu du premier congrès des études byzantines*. Bucarest: C. Marinescu, 1925.
- CONLEY, Thomas M. Aristotle's "Rhetoric" in Byzantium. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*. v. 8, n.1, p. 29-44, 1990.
- CORNFORD, F. M. *Thucydides Mythistoricus*. Lodon, 1907.
- COSTA, Ricardo da. Um espelho de Príncipes artístico e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (1290-1348). *Utopia y Praxis Latinoamericana*, n. 23, p. 55-71, 2003.
- CROKE, Brian. CROKE, Brian. Uncovering Byzantium's historiographical audience. In.: MACRIDES, Ruth (ed.). *History as literature in Byzantium: papers from the Fortieth Springs Symposium of Byzantine Studies, University of Birmingham, April 2007*. Surrey: Ashgate, 2010. p. 25-53.
- _____. The origins of the Christian world chronicle. In. CROKE, Brian; EMMETT, Alanna M. *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon Press, 1983, p. 116-131.
- DAHN, Felix. *A struggle for Rome*. London: Richard Bentley and Son, 1878.
- DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da História Bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961.
- DIGNAS, Beate; WINTER, Engelbert. *Rome and Persian in Late Antiquity: neighbours and rivals*. Cambridge: University Press, 2007.
- DIHLE, Albrecht. *Greek and latin literature of the Roman Empire: from Augustur to Justinian*. London: Routledge, 1994.
- DOWNEY, Glanville. Paganism and Christianity in Procopius. *Church History*, v. 18, n. 2, p. 89-102, 1949.
- DRIJVERS, Jan Willem. Rome and the Sasanid Empire: confrontation and coexistence. In.: ROUSSEAU, Philip. *A companion to late antiquity*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009, p. 441-454.
- DUWE, A. *Quatenus Procopius Thucydidem imitatus sit*. Programm Gymm, Jever, 1885.

EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história: uma reconstrução da historiografia. In: Malerba, J. (ed.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto: 2006, p. 139-156.

EVANS, James Allan Stewart. *The age of Justinian*. London: Routledge, 1996.

_____. *Procopius*. New York: Twayne Publishers, 1972.

_____. Procopius of Caesarea and the Emperor Justinian. *Historical Papers / Communications historiques*, vol. 3, n° 1, p. 126-139, 1968.

FAILLER, Albert. Herbert Hunger, Anonyme Metaphrase zu Anna Komnene, Alexias XI-XIII. Ein Beitrag zur Erschliessung der byzantinischen Umgangssprache. *Revue des études byzantines*, v. 40, n. 1, p. 230-232, 1982.

FERNÁNDEZ, Gonzalo. Justiniano y la clausura de la Escuela de Atenas. *Erytheia*. Madrid, n° 2, p. 24-30, 1983.

FINLEY, Moses I. *História antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FLORES RUBIO, José Antonio. Introdução. In.: PROCOPIO. *Historia de las Guerras: libros III-IV*. Madrid: Gredos, 2000.

FLOYD, Edwin D. The Sources of Greek "histōr" "Judge, Witness". *Glotta*, v. 68, p. 157-166, 1990.

FLUSIN, Bernard. La culture écrite. In: MORRISSON, Cécile. *Le monde byzantin*. Paris : Universitaires de France, 2004, p. 255-276

FOX, Matthew; LIVINGSTONE, Niall. Retic and Historiography. . In.: WORTHINGTON, Ian. *A companion to Greek rhetoric*. Oxford: Blackwell publishing, 2007, p. 542-561.

FRAKES, Jerold C. *The fate of fortune in the early middle ages: the boethian tradition*. Leiden: E. J. Brill, 1988.

FREND, Joseph D. C. History and Panegyric in the Age of Heraclius: The Literary background to the composition of the "Histories" of Theophylact Simocatta. *Dumbarton Oaks Papers*, v.42, p. 143-156, 1988.

FUNKE, Hermann. Poetry and historiography: a study in the uses of sources. In.: MARINCOLA, J. (ed.) *Greek and roman historiography*. Oxford: University Press, 2011, p. 413-432.

GABBA, Emilio. True History and False History in Classical Antiquity. *The Journal of Roman Studies*, v. 71, p. 50-62, 1981.

GARCÍA ROMERO, Francisco Antonio. Introducción, traducción y notas. In.: PROCÓPIO. *História de las guerras: libros I-II Guerra pérsica*. Madrid: Gredos, 2000.

GAUL, Niels. The Manuscript Tradition. In.:BAKKER, Egbert J.(ed.). *A companion to the ancient Greek language*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2010, p. 62-81.

GENETTE, Gérard. *Paratexts: thresholds of interpretation*. Cambridge: University Press, 1997.

GIBBON, Edward. *The history of the decline and fall of the Roman Empire*. Boston: Phillips, Sampson, and Company, 1985.

GIBSON, Craig A. Learning greek history in the ancient classroom: the evidence of the treatises on progymnasmata. *Classical Philology*, v. 99, n. 2, p. 103-129, 2004.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. As cerimônias de *adventus* de Septímio Severo e Caracala. In. ANPUH. *XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003. p. 1-5.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael. Las estructuras ideológicas del Código de Justiniano. Murcia: Universidad de Murcia, 1997. Disponível em: <[http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/\(ver\)/1](http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/(ver)/1)>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

GRAY, Patrick T. R. *Leonius of Jerusalem. Against the monophysites: testimonies of the Saints and Aporiae*. Oxford: University Press, 2006.

GREATREX, Geoffrey. Procopius the outsider? In.: SMYTHE, Dion C. (ed.). *Strangers to Themselves: The Byzantine Outsider: Papers from the Thirty-Second Spring Symposium of Byzantine Studies, University of Sussex, Brighton, March 1998*. Ashgate, 2000, p. 215-228.

_____. *Rome and Persia at War, 502-532*. Leeds: Francis Cairns Ltd, 1998.

_____. The Classical Past in the Classicising Historians, In.: *The reception of Classical Texts and Images*. Open University Conference, 1996. Disponível em: <<http://www2.open.ac.uk/ClassicalStudies/GreekPlays/conf96/greatrex.htm>>. Acesso em: 03 de agosto de 2010.

GUIMARÃES, Deborah Vogelsanger. *O percurso do logos na "Poética" de Aristóteles*. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2002.

HARDIE, Philip. Images of the Persian Wars in Rom. In.: BRIDGES, E.; HALL, E.; RHODES, P.J. *Cultural responses to the Persian Wars: Antiquity to the third millennium*. Oxford: University Press, 2007, p. 127-144.

HARRIS, Jonathan (Ed.). *Palgrave advances in byzantine history*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Presentisme et experience du temps. Paris: Seuil, 2003.

_____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belos Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. As primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. *Revista de história*. São Paulo. n. 141, p. 09-20, 1999.

HARVEY, Susan A. Theodora the 'Believing Queen': a study in syriac historiographical tradition. *Hugoye: Journal of Syriac Studies*, v. 4, n.2, 2001. Disponível em: <<http://syrcom.cua.edu/Hugoye/Vol4No2/HV4N2Harvey.html#FN61>>. Acesso em: 10/01/2010.

HAUBOLD, Johannes. Xerxes' Homer. In.: BRIDGES, E.; HALL, E.; RHODES, P.J. *Cultural responses to the Persian Wars: Antiquity to the third millennium*. Oxford: University Press, 2007, p. 47-64.

HAURY, J. Prokop verweist auf seine Anekdoten. *Byzantinische Zeitschrift*. v. 36, p. 1-4, 1936.

_____. Procopiana. *Programm des Königlichen Realgymnasiums Augsburg für das Studienjahr. Augsburg, 1890/91.*

HOLUM, Kenneth G. The Classical City in the Sixth Century: Survival and Transformation. In.: IN.: MAAS, Michael (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.87- 112.

HORDEN, Peregrine. Mediterranean Plague in the Age of Justinian. IN.: MAAS, Michael (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian.* Cambridge: University Press, 2006, p.134-160.

HORNBLOWER, Simon. *Greek Historiography.* Oxford: University Press, 1994.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary.* Oxford: University Press, 1996.

HORROCKS, Geoffrey. *Greek: a history of the language and its speakers.* Malden: Wiley-Blackwell, 2010.

HORTA, G. N.B.P. *Os gregos e seu idioma.* Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1978.

HOWARD-JOHNSTON, James. The education and expertise of Procopius. *Antiquité Tardive*, 8, 2000, p. 19-30.

_____. The Two Great Powers. In.: CAMERON, A; CONRAD L. I. *The byzantine and early Islamic Near East III: States, Resources and Armies.* Princeton: Darwin Press, 1995, p. 157-226.

HUFFMAN, Carl A. Heraclitus' critique of Pythagoras' enquiry in fragment 129. In. INWOOD, Brad (ed.). *Oxford studies in ancient philosophy: Vol. xxxv (winter 2008).* Oxford: University Press, 2008, p. 19-47.

HUNGER, Herbert. On the Imitation (*mimesis*) of Antiquity in Byzantine Literature. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 23, p. 15-38, 1970.

IRIGOIN, Jean. Méthodologie. In. Internationaler byzantinistenkongress, XVI. Wien, Oktober 1981. *Akten: XVI Internationaler Byzantinistenkongress.* Wien: Verlag, 1981. p. 3-17.

ISAAC, Benjamin. The Army in the Late Roman East: the Persian Wars and the Defence of the Byzantine Provinces. In.: CAMERON, A; CONRAD L. I. *The byzantine and early Islamic Near East III: States, Resources and Armies.* Princeton: Darwin Press, 1995, p.125-156.

JACOBY, Felix. *Die fragmente der Griechischen historiker: genealogie und mythographie.* Leiden: E. J. Brill, 1957.

_____. *Die fragmente der Griechischen historiker: Zeitgeschichte.* Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1926.

_____. *Die fragmente der Griechischen historiker: Horographie und ethnographie.* Leiden: E. J. Brill, 1954.

JEFFREYS, Elizabeth; HALDON, John; CORMACK, Robin. *The Oxford Handbook of Byzantine Studies.* Oxford: University Press, 2008.

JEFFREYS, Elizabeth. Rhetoric in Byzantium. In.: WORTHINGTON, Ian. *A companion to Greek rhetoric.* Oxford: Blackwell publishing, 2007, p. 166-184.

JENKINS, Romilly J. H. *The Hellenistic Origins of Byzantine Literature. Dumbarton Oaks Papers*, Vol. 17, p. 38-52, 1963.

_____. *Dionysius Solomos*. Cambridge: Cambridge University Press, 1940.

JONES, Arnold Hugh Martin. *The Later Roman Empire 284-602: a social, economic, and administrative survey*. Baltimore: the Johns Hopkins University Press, 1986.

JONG, Irene de; NÜNLIST, René; BOWIE, Angus (Ed.). *Narrators, narratees, and narratives in ancient greek literature: studies in ancient greek narrative, volume one*. Leiden: Brill, 2004.

JUNCOS, Nancy E. La ciencia sigilográfica y su aporte al estudio diplomático del documento. *Cuadernos de História, Serie Ec. Y Soc.*, n. 10, Córdoba, p. 157-171, 2008.

KALDELLIS, Anthony. *Procopius' Persian War: a thematic and literary analysis*. In.: MACRIDES, Ruth (ed.). *History as literature in Byzantium: papers from the Fortieth Springs Symposium of Byzantine Studies, University of Birmingham, April 2007*. Surrey: Ashgate, 2010. p. 253-273.

_____. *Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007a.

_____. *Historicism in Byzantine Thought and Literature. Dumbarton Oaks Papers*, v. 61, p. 1-24, 2007b.

_____. *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

_____. *Things Are Not What They Are: Agathias "Mythistoricus" and the Last Laugh of Classical Culture. The Classical Quarterly*, v. 53, n. 1, p. 295-300, 2003.

KALLI, Maria K. *The Manuscript tradition of Procopius' Gothic Wars: a reconstruction of family y in the light of a hitherto unknown manuscript (Athos, Lavra H-73)*. Leipzig: K. G. Saur, 2004.

KAZDHAN, Alexander; CONSTABLE, Giles. *People and power in Byzantium: an introduction to modern studies*. Washington: Dumbarton Oaks Center, 1996.

KELLY, Christopher. *Ruling the later Roman Empire*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

KENNEDY, George A. *A new history of classical rhetoric*. Princeton: University Press, 1994.

KIM, Lawrence. The literary heritage as language: Atticism and the Second Sophistic. In.:BAKKER, Egbert J.(ed.). *A companion to the ancient Greek language*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2010. p.468-482.

KITZINGER, Ernst. *Byzantine art in the making: main lines of stylistic development in Mediterranean*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1977.

KOUROÚMALI, Maria. *Procopius and the Gothic War*. Thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Corpus Christi College and History Faculty. Universidad de Oxford, Trinity term 2005. 344p.

KRUEGER, Derek. Early byzantine historiography and hagiography as different modes of Christian practice. In. PAPAConstantinou, Arietta; DEBIÉ, Muriel; KENNEDY,

Hugh (eds.). *Writing "true stories": Historians and Hagiographers in the Late Antique and Medieval Near East*. Turnhout: Brepols, 2009, p. 13-20.

KRUMBACHER, Karl. *The history of Byzantine Literature: from Justinian to the end of the Eastern Roman Empire (527-1453)*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2005.

LEMERLE, Paul. *Histoire de Byzance*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

LENFANT, Dominique. Greek Historians of Persia. In.: MARINCOLA, John (ed.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden, MA, and Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 200-209.

LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon. The birth of Late Antiquity. *Antiquité Tardive*, n. 12. Turnhout: Brepols, p. 253-261, 2004.

LJUBARSKIJ, J., "Writers' Intrusion' in Early Byzantine Literature," *XVIIIth International Congress of Byzantine Studies. Major Papers*, (Moscow, 1991),

LOUTH, Andrew. Justiniano and his legacy (500-600). In.: SHEPARD, Jonathan (ed.). *The Cambridge History of the Byzantine Empire (500 – 1492)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 99-129.

LUCE, T. James. Ancient Views on the Causes of Bias in Historical Writing. *Classical Philology*, v. 84, n. 1, p. 16-31, 1989.

MAAS, Michael. *John Lydus and the Roman Past*. Antiquarianism and Politics in the age of Justinian. London and New York: Routledge, 1992.

_____. (ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Review: Brian Croke, Count Marcellinus and His Chronicle. *Speculum*, v. 78, n. 04, p. 1279-1281, 2003.

_____. Roman History and Christian Ideology in Justinianic Reform Legislation. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 40, p. 17-31, 1986.

MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1991.

MANGO, Cyril; SCOTT, Roger. Introduction. In.: THEOPHANES CONFESSOR. *The Chronicle*. Translated by Cyril Mango and Roger Scott. Oxford: Clarendon Press, 1997, p. xliii-c.

MANGO, Cyril. Byzantinism and Romantic Hellenism. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 28, p. 29-43, 1965. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/750662>>. Acesso em: 08/11/2010.

MARCHANT, E. C. Commentary on Thucydides Book 1. London: MacMillan, 1905. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0095%3Abook%3D1%3Achapter%3D1>>. Acesso em: 20/12/2012.

MARÍN CONESA, Rita. Determinismo y contingencia en la obra historiográfica de Procópio Cesariense: la significación de Tykhē y zeos. *Lengua e historia*. Murcia, v. 9/10, p. 143-162, 1995.

MARIN RIVEROS, José. El Imperio Griego de Bizancio: una aproximación al Mundo Bizantino y su Legado Histórico. *Episteme*. Porto Alegre, v. 3, n° 5, p. 157-171, 1998.

MARINCOLA, John (ed.). *Greek and roman historiography*. Oxford: University Press, 2011.

_____. Speeches in Classical Historiography. In.: _____ (ed.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden, MA, and Oxford: Blackwell Publishing, 2007a, p. 118-132.

_____. The Persian Wars in fourth-century oratory and historiography. In.: BRIDGES, E.; HALL, E.; RHODES, P.J. *Cultural responses to the Persian Wars: Antiquity to the third millennium*. Oxford: University Press, 2007b. p. 105-127.

_____. Introduction and Notes. In.: HERODOTUS. *The histories*. London: Penguin, 2003.

_____. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: University Press, 1997.

_____. Genre, convention, and innovation in Greco-roman historiography. In.: KRAUS, Christina Shuttleworth. *The limits of historiography: genre and narrative in ancient historical texts*. Brill: Mnemosyne, 1999, p. 281-324.

MAVROMATIS, Leónidas. Historia Bizantina e Historia. *Erytheia*. Madrid, n° 11-12, p. 65-70, 1990-91.

MELVILLE, H. *Moby Dick*. São Paulo: Cosac Naify, 2008

NEIL, Bronwen. Towards defining a Christian culture: the Christian transformation of classical literature. In.: CASIDAY, Ausutine; NORRIS, Frederick W. *The Cambridge history of Christianity: Constantine to c. 600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 317-366.

NICOLAI, Roberto. The place of History in the Ancient World. In.:MARINCOLA, John (ed.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden, MA, and Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 13-26.

NORRIS, Frederick W. Greek Christianities. In.: CASIDAY, Ausutine; NORRIS, Frederick W. *The Cambridge history of Christianity: Constantine to c. 600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 70-117.

NÜNLIST, René. Narratological concepts in greek scholia. In.: GRETHLEIN, Jonas; RENGAKOS, Antonios (Ed.). *Narratology and Interpretation: the content of narrative form in ancient literature*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2009. p. 63-83.

OBER, Josiah. Civic Ideology and Counterhegemonic Discourse: Thucydides on the Sicilian Debate. In.: BOEGEHOLD, A. L.; SCAFURO, A. C. (ed.). *Athenian Identity and Civic Ideology*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1994, p. 102-126.

OCHOA ANADON, José Antonio. La bibliografía sobre la *cronografía* de Juan Malalas. *Etytheia*, v. 9, p. 61-75, 1988.

ODORICO, Paolo. La chronique de Malalas entre littérature et philosophie. In.: MACRIDES, Ruth. *History as literature in Byzantium: papers from the Fortieth Spring Symposium of Byzantine Studies, University of Birmingham, April 2007*. Surrey: Ashgate, 2010. p. 275-288.

_____. Displaying la littérature byzantine. In.: JEFFREYS, E.; HAARER, F.; GILLILAND, J. *Proceedings of the 21st international congress of Byzantine Studies (London 21-26 August 2006)*, vol. 1^{er}, Plenary papers, Aldershot, 2006, p. 213-234.

PAPAIOANNOU, Stratis. The aesthetics of history: from Theophanes to Eustathios. In.: MACRIDES, Ruth (ed.). *History as literature in Byzantium: papers from the Fortieth Springs Symposium of Byzantine Studies, University of Birmingham, April 2007*. Surrey: Ashgate, 2010. p. 3-21.

PAPALEXANDROU, Amy. A cultura da memória em Bizâncio. In. JAMES, Liz (ed.). *A companion to Byzantium*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 108-122.

PARRY, Adam Milman. *Logos and ergon in Thucydides*. New York: Arno Press, 1981.

PATILLON, Michel. *Corpus Rhetoricum*. Paril: Les Belles Lettres, 2008.

_____. *La théorie du discours chez Hermogène le rhéteur: essai sur la structure de la rhétorique ancienne*. Paril: Les Belles Lettres, 1988.

PAZDERNIK, Charles Frederick. Justinianic Ideology and the power of the past. In. MAAS, Michael (ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 185-214.

_____. *A dangerous liberty and a servitude free from care: political eleutheria and douleia in Procopius of Caesarea and Thucydides of Athens*. Dissertation presented to the Faculty of Princeton University in candidacy of the degree of doctor of philosophy. Oct. 1997.

PELLING, Christopher. *Literary texts and the greek historian*. London: Routledge, 2000.

PLONTKE-LÜNING, Annegret. "Lazica, Lazice." In.: Brill's New Pauly. Brill Online, 2013. Disponível em: < <http://referenceworks.brillonline.com/entries/brill-s-new-pauly/lazica-lazice-e633070>>. Acesso em: 17/02/2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO, Ana Lia do Amaral de Almeida. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. *Classica*, v. 12, n. 2, p. 298-299, 2006.

PRESS, Gerald Alan. *The development of the idea of history in antiquity*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1982.

PROULX, Geneviève. *Femmes et féminin chez les historiens grecs anciens (V siècle avant J.-C.-II siècle après J.-C.)*. Thèse. Université du Québec à Montréal, 2008.

RAPP, Claudia. Literary culture under Justinian. In. MAAS, Michael (ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 376-399.

REINSCH, Diether Roderich. Byzantine adaptations of Thucydides. In.: RENGAKOS, Antonios; TSAKMAKIS, Antonios. *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, 2006, p. 755-778.

RHODES, P. J. The impact of the Persian Wars on Classical Greece. In.: BRIDGES, Emma; HALL, Edith; RHODES, P. J. *Cultural responses to the Persian Wars: Antiquity to the Third Millennium*. Oxford: University Press, 2007, p. 31-46.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. L'écriture de l'histoire et la representation du passe. *Annales HSS*, 4, p. 731-747, 2000.

ROHRBACHER, David. *The historians of late antiquity*. London: Routledge, 2002.

ROMILLY, Jacqueline de. L'utilité de l'histoire selon Thucydide. *Fondation Hardt. Pour l'étude de l'antiquité classique*. Entretiens – IV. Geneva, 1956.

ROOD, Tim. Thucydides. In.: JONG, Irene de; NÜNLIST, René; BOWIE, Angus (Ed.). *Narrators, narratees, and narratives in ancient greek literature: studies in ancient greek narrative*, volume one. Leiden: Brill, 2004, p. 115-128.

_____. Thucydides' Persian Wars. In.: KRAUS, Christina Shuttleworth. *The limits of historiography: genre and narrative in ancient historical texts*. Brill: Mnemosyne, 1999, p. 141-168.

ROSENMEYER, Thomas G. Ancient Literary Genres: a mirage? In.: LAIRD, Andrew (ed.) *Ancient Literary Criticism*. Oxford: University Press, 2006, p. 421-439.

RUBIN, Berthold. *Das Zeitalter Iustinians*. Berlin: W. de Gruyter, 1960.

_____. *Prokopios von Kaisareia*. Stuttgart, 1954.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SARADI, Helen G. *The byzantine city in the sixth century: literary images and historical reality*. Athens: Society of Messenian Archaeological studies, 2006.

SARANTIS, Alexander Constantine. *The Balkans during the reign of Justinian: barbarian invasions and imperial responses*. Submitted for the Degree of Doctor of Philosophy. St. Anne's College. Oxford Trinity Term, 2005. 478p.

STATHAKOPOULOS, Dionysios Ch. The Justinianic Plague. In._____. *Famine and pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: a systematic survey of subsistence crises and epidemics*: Ashgate Publishing, 2004, p. 110-154.

SCHEPENS, Guido. History and *Historia*: inquiry in the Greek Historians. In.:MARINCOLA, John (ed.) *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden, MA, and Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 39-55.

_____(ed.). *Felix Jacoby. Die fragmente der Griechischen historiker*: Biography and antiquarian literature. Leiden: E. J. Brill, 1998.

SCOTT, Roger. Malalas, The Secret History, and Justinian's Propaganda. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 39, 1985, p. 99-109.

_____; MULLETT, Margaret. *Byzantium and the classical tradition*. Birmingham: Centre for Byzantine Studies, 1981.

ŠEVČENKO, Ihor. The Search for the Past in Byzantium around the Year 800. *Dumbarton Oaks Papers: Homo Byzantinus: Papers in Honor of Alexander Kazhdan*, vol. 46, p. 279-293, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1291661>>. Acesso em: 04/10/2010

SHRIMPTON, Gordon S. *Theopompus the historian*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1991.

- SIGNES CODOÑER, Juan. Introducción. In.: PROCÓPIO. *História Secreta*. Madrid: Gredos, 2000, p. 8-142.
- SPAWFORTH, Antony. Symbol of Unity? The Persian-Wars Tradition in the Roman Empire. In.: HORNBLLOWER, Simon (ed.). *Greek Historiography*. Oxford: University Press, 1994, p. 233-247.
- STARR, Chester G. Aurelius Victor: Historian of Empire. *The American Historical Review*, v. 61, n.3, p. 574-586, 1956.
- TEALL, John L. The barbarians in Justinian's armies. *Speculum*, v. 40, n. 2, p. 294-322, 1965.
- STEIN, E. *Histoire du Bas-Empire: de la disparition de l'Empire d' Occident à la mort de Justinien (476-565)*. Paris: Desclée de Brouwer, 1949.
- TREADGOLD, Warren. *The early byzantine historians*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- _____. The Byzantine World Histories of John Malalas and Eustathius of Epiphania. *The International History Review*. V. 29, n. 4, 2007, p. 709-745.
- TROMBLEY, Frank R. Christianity and paganismo, II: Asia Minor. In.: CASIDAY, Ausutine; NORRIS, Frederick W. *The Cambridge history of Christianity: Constantine to c. 600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 189-209.
- TROMPF, G. W. *Idea of historical recurrence in western thought: from Antiquity to the Reformation*. California: University of California, 1979.
- VALLEJO GIRVÉS, Margarita. Tradiciones y pervivencias paganas en el império bizantino: el posicionamento de Justiniano. *Antigüedad cris*. Murcia, v. 14, p. 217-228, 1997.
- VASILIEV, Alexander A. *Historia del Imperio Bizantino*. Espanha: Iberia, 1945.
- VEYNE, Paul. *Writing History: essay on epistemology*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1984.
- VILARIÑO RODRIGUEZ, José Javier. La evolución del arquero en el contexto bélico griego. *El Futuro Del Pasado*, n. 1, p. 263-277, 2010.
- WAHLGREN, Staffan. Byzantine literature and the classical past. In.:BAKKER, Egbert J.(ed.). *A companion to the ancient Greek language*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2010, p. 527-538.
- WHITBY, Michael. *Rome at war Ad 229-696*. London: Taylor & Francis, 2003.
- _____. Greek historical writing after Procopius: variety and vitality. In. CAMERON, Averil; CONRAD, Lawrence I. (eds.). *The byzantine and early Islamic near east I: problems in the literary source material*. Princeton: The Darwin Press, 1992, p. 25-80.
- WOODMAN, Anthony J. Cicero and the Writing of History. In.: MARINCOLA, John (ed.). *Greek and roman historiography*. Oxford: University Press, 2011, p. 241-290.
- _____. *Rhetoric in classical historiography*. Portland: Areopagítica, 1988.

3. Dicionários e Léxicos

BAILLY, Anatole. *Abrégé du dictionnaire Grec Français*. Paris : Librairie Hachette, 1901.

KAZHDAN, Alexander P. (Ed.). *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: University Press, 1991.

LIDDEL, H.G.; SCOTT, R. *A greek-english lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

SOPHOCLES, Evangelinus Apostolides *Greek lexicon of the Roman and Byzantine periods* (from B.C 146 to A.D. 1100). New York: Charles Scribner's Sons, 1900.

SUDA. *Suda On Line: Byzantine Lexicography*. Stoa Consortium, 2000. Disponível em: <<http://www.stoa.org/sol/>>.

THESAURUS LINGVAE GRAECA (TLG Workplace). Versão 8.0. Silver Mountain Software, 1999. (CD-ROM).

ANEXOS

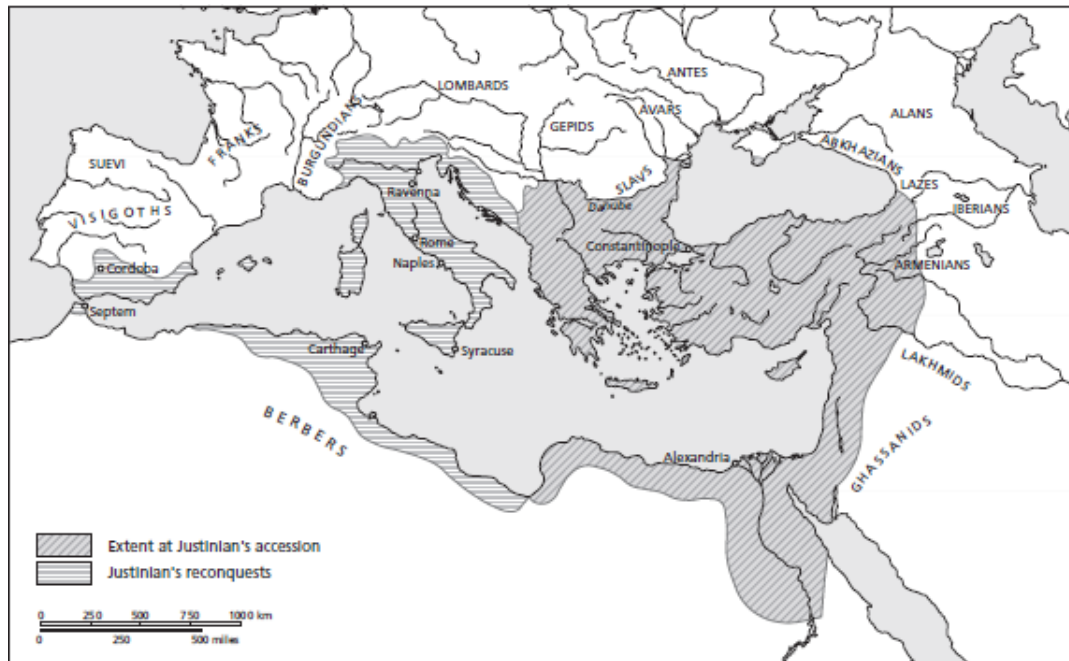


FIGURA 1 - Mapa da expansão das fronteiras imperiais, no século VI.

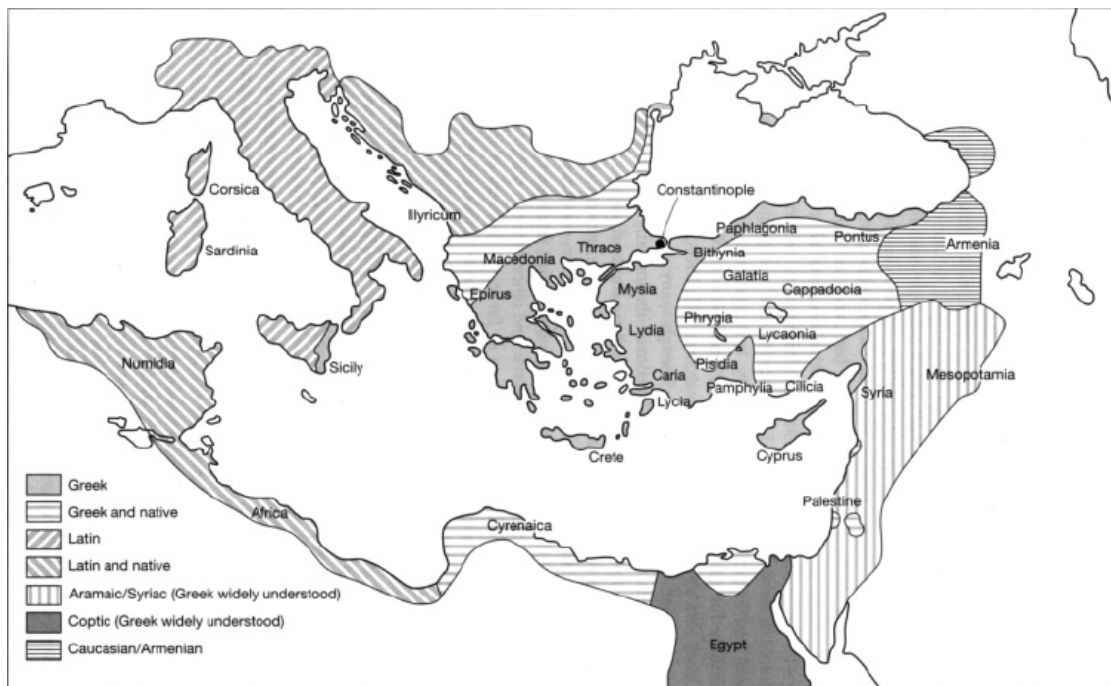


FIGURA 2 - Mapa linguístico do Império Bizantino, em 560



FIGURA 3 – Organização da cidade de Cesareia, no século VI.

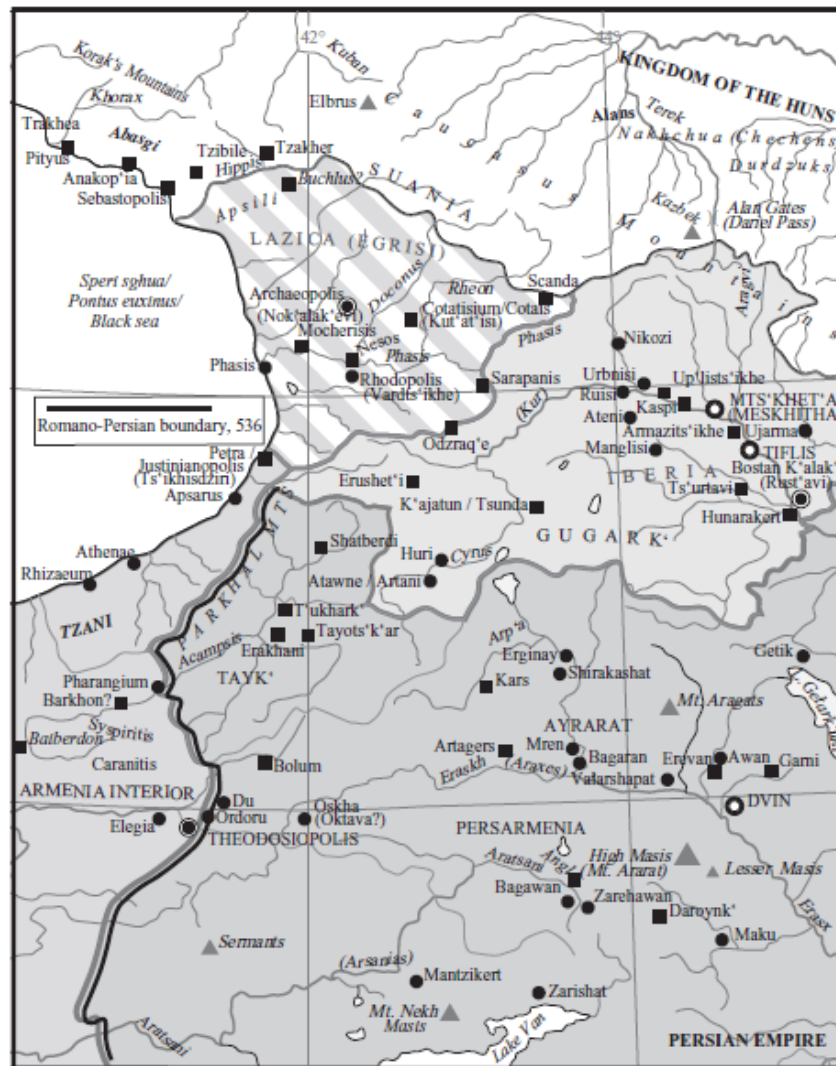


FIGURA 4 – Fronteira oriental entre Roma e Pérsia, em 536.



FIGURA 5 - Justiniano e sua comitiva. Mosaico na Basílica de São Vital, Ravena.